



O TEMPO DOS VÂNDALOS

AUTORITARISMO E VIOLAÇÕES DE
DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

**Bloco 4
Foundation**

O TEMPO DOS VÂNDALOS

**Autoritarismo e Violações de Direitos
Humanos em Moçambique**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

O Tempo dos Vândalos - Autoritarismo e Violações dos Direitos Humanos em Moçambique

ORGANIZAÇÃO:

Tirso Siteo

LAY-OUT E PAGINAÇÃO:

Tindziva - Comunicação & Ideias

CAPA:

Mauro Niquice

FOTO DE CAPA

Banofe Pelágio Langa e Wilton Benjamim

EDIÇÃO:

Bloco 4 Foundation

LOCAL E DATA DE EDIÇÃO:

Maputo, Abril de 2025

REGISTO:

DL/BNM/2026/2025

Intro-protestando

Tu não vês?

Eles não querem saber mim, eles não querem saber de ti Vampiros,

Os vampiros Tu não vês?

Eles não querem saber mim, eles não querem saber de ti Vampiros,

Os vampiros

O excerto da composição de Azagaia, acima transcrito, oferece uma excelente porta de entrada para analisar o processo de descontentamento social devido aos elevados níveis de pobreza, gerando relações conflituosas entre diferentes grupos sociais no acesso ao poder e aos recursos. Ao se referir a “Tu não vês? Eles não querem saber de mim, eles não querem saber de ti, Vampiros”, Azagaia chama a atenção para a existência de grupos majoritariamente marginalizados nos processos decisórios, no progresso de Moçambique, que vivem na condição de marionetes da autoridade política e econômica, que enriquecem continuamente, de forma excessiva e egoísta. Se, por um lado, a música traduz a retração do Estado na prestação de serviços sociais (Ntarangwi, 2009), por outro, nos faz compreender os debates públicos sobre política, representação e governança que geraram surtos de protestos e conflitos, sob o argumento da exclusão social e política a que estão sujeitas as camadas sociais mais pobres num Moçambique que chora, Moçambique que luta e é visto em milhares de reportagens televisivas, em vídeos recortados nas redes sociais ou em lives dentro e fora do mundo, em que os denominados “vândalos” tomam de assalto o espaço público e gritam “A va weliwe”.

“A va weliwe” é uma das várias expressões que se tornou porta de entrada para documentar o retrato social que captura a oposição social aos regimes autoritários, num contexto pós-eleitoral violento, marcado desde outubro de 2024, em que a juventude deu corpo a novas visões sobre os desafios de alcançar sociedades democráticas, ampliando as possibilidades de mobilização e expressão política.

Neste livro, os autores fazem uma introspecção necessária, dando lições de caminhos a serem aprendidos para uma reforma e reconciliação nacional, por um lado, mas, por outro, ao concentrar-se nos massivos e faseados protestos, em que a classe média e os marginalizados em diferentes margens urbanas gritam ANAMALALAS perante a condição precária de vida a que estão submetidos pelas autoridades políticas do regime que administra a máquina estatal.

Talvez tenhamos que nos questionar ainda o seguinte: num contexto de violência pós-eleitoral, de tensões ideológicas com dimensões políticas, econômicas e religiosas, o que as relações entre grupos marginalizados, instituições públicas e cidadãos

em geral têm a revelar? Como o confinamento do espaço cívico, através da intimidação, censura, militarização e criminalização dos protestos sociais durante todos estes anos, protagonizado pelas autoridades políticas da FRELIMO, pode ter acirrado as relações entre instituições públicas e grupos marginalizados, proporcionando o surgimento de um terreno fértil para o estabelecimento de focos de reivindicações em escala nacional? O presente livro, ao explorar as formas de construção da democracia, a partir do autoritarismo silencioso, das cicatrizes de uma nação, do Rovuma ao Maputo, e o processo de mobilização das manifestações pós-eleitorais, deterioração das liberdades nos países de partido dominante da África Austral, numa governação da pobreza em redes sociais, invoca o RAP como expressão de resistência e as raízes da delinquência, escrito por 12 autores.

TIRSO SITOE
Bloco 4 Foundation

O Tempo dos Vândalos: Autoritarismo e violações de direitos Humanos em Moçambique

O livro “O Tempo dos Vândalos: Autoritarismo e Violações dos Direitos Humanos em Moçambique” destaca-se como uma contribuição fundamental para a compreensão crítica das transformações políticas contemporâneas num contexto pós-colonial marcado pelas promessas não cumpridas da democracia. É um livro academicamente essencial, uma vez que explora uma realidade frequentemente relegada às margens do debate público, nomeadamente “o eco das vozes silenciadas”, dos “corpos marginalizados”, das “liberdades reprimidas”, numa altura em que o país é frequentemente apresentado, em arenas internacionais, como um modelo de estabilidade pós-conflito e transição pacífica. Neste livro, os autores dos diferentes textos nos convidam a revisitar e refletir sobre as lógicas repressivas que persistem por debaixo das narrativas democráticas.

Num país onde mais de 60% da população tem menos de 25 anos, o destino dos jovens não é uma questão secundária — é central para o futuro da nação. Esta coletânea de artigos demonstra com veemência como a exclusão socioeconómica dos jovens não é simplesmente resultado do subdesenvolvimento, mas sim de um Estado “malfeitor” que perpetua desde a liberalização económica (1987), política (1990) e da assinatura dos acordos de paz de Roma (1992) os privilégios de uma elite, enquanto criminaliza, como foi bem visto, desde as primeiras revoltas de fome (2008), manifestações pacíficas de homenagem ao Azagaia, até os protestos pós-eleitorais de 2023 e 2024, expressões de desespero popular.

Nos diferentes artigos que fazem parte desta coletânea, os autores analisam com lucidez como as injustiças sociais, a que a juventude moçambicana está sujeita, como a pobreza, o desemprego estrutural e o acesso aos serviços públicos, criam uma geração de jovens em situação de “Galère”, quer dizer, como os jovens em situação de marginalidade, “capazes de vender o país”, “não preparados e que ameaçam a ordem estabelecida” continuam “incapturáveis” nas esferas dos poderes públicos.

Contudo, o Estado moçambicano, em vez de responder às demandas da juventude com políticas públicas inclusivas e transformadoras, opta frequentemente pela repressão: vigilância e bloqueios ao acesso às redes sociais, dispersão violenta de manifestações pacíficas, prisões arbitrárias e violência policial nas esquadras dos bairros populares. O que os autores chamam de “tempo dos vândalos” não é um período de caos engendrado pela juventude, mas sim uma era (desde as manifestações de 2008, 2011 até 2024) em que as autoridades constroem a imagem do “vândalo” para justificar a violência estatal contra aqueles que simplesmente reivindicam o pão, o emprego, a dignidade e políticas públicas mais justas. Por isso, “O Tempo dos Vândalos” apresenta-se como um acto de resistência intelectual e insta a cada um de nós — pesquisa dores, estudantes, activistas, cidadãos — a emergir da indiferença, do *waithood* para questionar nossas posições e reconhecer nossa responsabilidade coletiva na defesa dos princípios democráticos.

Baseado numa combinação entre a teoria crítica (extraída das ciências sociais), e factos empíricos esta coletânea de artigos oferece uma estrutura conceitual para pensar o autoritarismo não apenas como uma anomalia pontual, mas como uma prática estatal, moldada por legados coloniais, lógicas extractivistas e alianças entre elites políticas e económicas. Estas práticas apresentam os jovens como perigos públicos, e os exclui do seu papel central, de sujeitos políticos que podem promover mudanças duradouras e significativas para o futuro do país. A leitura desta coletânea de artigos leva-nos a colocar algumas questões centrais: (i) o que significa construir uma democracia sem jovens? (ii) o que resta de um Estado de Direito quando protestar contra a fome, contra a (in)justiça eleitoral se torna um acto criminoso? (iii) Que formas de cidadania são possíveis quando as condições materiais de existência não só dos jovens, mas da maior parte da população são negadas e todo protesto é reprimido?

Para concluir, podemos dizer que “O Tempo dos Vândalos” não é apenas um livro de ruptura epistemológica, mas sim um instrumento não só de “resistência”, do “sair” daquilo que Achille Mbembe chama “de la grande nuit”, mas constitui também um alerta às autoridades públicas, sobre a chegada do “tempo da juventude” moçambicana. Numa altura em que o discurso oficial insiste em narrativas de progresso e estabilidade, é tempo de repensar a juventude como chave para um futuro democrático.

DOMINGOS MANUEL DO ROSÁRIO

**Professor Associado em Ciência Política, afecto ao Departamento
de Ciência Política e Administração Pública da Universidade Eduardo
Mondlane e Director do Programa IGUAL (Direitos e Democracia)**

OS AUTORES

ALFIADO BIOSSE

Licenciado em Ciência Política pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Pós-graduado em Psicopedagogia pela Universidade Pedagógica de Maputo (UPM) e Mestrando em Segurança Pública pela Academia de Ciências Policiais (ACIPOL). Possui experiência como assistente de investigação e consultor independente. Os seus interesses de investigação concentram-se na área de participação política - manifestações públicas, instituições participativas - orçamento participativo e segurança pública - delinquência juvenil, atuação policial e formulação de políticas de segurança pública.

AKIYO AMINAKA

Pesquisadora do IDE-JETRO (Instituto de Economias em Desenvolvimento - Organização Japonesa de Comércio Exterior). Ela escreveu vários artigos, incluindo “Compreendendo o Surto de Violência Política em Moçambique: Soldados Desmobilizados e o Papel da Oposição” no Africa Report (Chiba: IDE, 2017, em japonês). Seu primeiro livro, intitulado “Regra Colonial e Desenvolvimento: Moçambique e a Indústria Mineira de Ouro da África do Sul” (Tóquio: Yamakawa-Shuppansha, 2014, em japonês), foi premiado pela Associação Japonesa de Estudos Africanos em 2015. Seus interesses atuais estão em mudança social e política, especialmente em política cultural, política fundiária, migração laboral, construção do Estado em países pós-conflito e transplante de esquemas de desenvolvimento, com foco particular em Moçambique e Angola.

ANTÓNIO BAI SITE JÚNIOR

Pesquisador social, licenciado e mestrado em Ciência Política pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Sua pesquisa concentra-se em accountability política em contextos descentralizados e centrais, manifestações sociais, violência social e governança eletrónica. Entre os seus trabalhos mais recentes, se destaca a publicação de um estudo sobre as dinâmicas das manifestações violentas em Moçambique e a resposta das autoridades a esse fenómeno, publicado na revista Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Portugal).

CRESPO SÉRGIO MANHIQUE

Mestrando em Big Data & Business Intelligence pela Universidade Internacional Isabel 1 de Castilha. Licenciado em Sociologia, com habilitação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Pedagógica. Atua como Consultor Ambiental na empresa VerdAmbiente e como pesquisador no Laboratório Interdisciplinar de Urbanidades e Ruralidades (LIUR), onde desenvolve pesquisas voltadas às dinâmicas socioambientais nos espaços rural e urbano, com ênfase em Juventudes, resistências e desenvolvimento, a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre as teorias sociais contemporâneas.

EDGAR MUNDULAI ARMINDO BARROSO

Licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (atual Universidade Joaquim Chissano, Moçambique), mestre em Estudos Africanos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal) e doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (Brasil). Possui uma carreira diversificada como oficial de relações internacionais, assistente de investigação, consultor independente e docente universitário. Os seus interesses de investigação concentram-se na área das ciências da comunicação e nos processos de agência de organizações da sociedade civil e ONG nos países do Sul Global - explorando como atores subnacionais e internacionais influenciam políticas públicas e decisões nos estados mais frágeis, tanto em contextos nacionais como internacionais.

ÉRICA BANZE

Formada em Relações Internacionais e Diplomacia pela Universidade Joaquim Chissano. Atua como investigadora independente e gestora de projetos com experiência em diversas indústrias, com especial interesse em áreas sociais. Sua paixão acadêmica está voltada para o estudo de conflitos, segurança internacional e processos de governança no continente africano. Dedica-se à análise crítica de regimes híbridos, desafios contemporâneos da segurança internacional e dinâmicas de participação cívica, aliando teoria e prática em contextos desafiadores de desenvolvimento e justiça social.

LUCAS PASCOAL GINGA BAMBI

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Brasil; Mestrando em Direito Constitucional e Direitos Humanos pela Universidade Lusíadas de Angola; Pós-graduado em Direito e Filosofia Política; Graduado em Ciência Política e Relações Internacionais.

MIGUEL JOAQUIM JUSTINO MUHALE

Atualmente professor de Antropologia na Faculdade de Estudos Culturais do Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC). É doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Suas áreas de interesse são Antropologia do Político, Democracia, Eleições, Movimentos Sociais, Precariedade Urbana, Manifestações e lutas populares em Moçambique contemporâneo.

THAÍS CHANG WALDMAN

Pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Memória Urbana da UNIFESP Zona Leste. Realizou estágio pós-doutoral em Museologia no Museu Paulista da USP (2019-2023), junto ao Projeto Temático FAPESP "O ciclo curatorial e a produção do conhecimento". Doutora em Antropologia Social pela USP (2018), recebeu nos Estados Unidos o Prêmio Melhor Tese em Humanidades pela Latin American Studies As

sociation (LASA). Mestre em Antropologia Social pela USP (2010), com dissertação premiada pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Especialista em Arte e Cultura pela UNESP (2016). É curadora adjunta de duas das novas exposições de longa duração do Museu do Ipiranga, “Passados Imaginados” e “Uma História do Brasil”, inauguradas em 2022, e responsável pela pesquisa histórica da exposição “Vozes Insurgentes” (Secretaria Municipal de Cultura), também inaugurada em 2022. Participou, como pesquisadora residente, da 4ª. edição do Programa de Residência em Pesquisa da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP (2018-2019). Foi professora nos cursos de pós-graduação lato sensu da UNIFESP - Campus Osasco e da Faculdade de Educação da USP, além de professora nos cursos de graduação da FAP-SP. Integra as comissões editoriais da Ponto Urbe, revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, e da Enciclopédia de Antropologia da USP. Integrou a comissão editorial da editora Funilaria. É (co) líder do grupo de pesquisa/CNPq Coletivo ASA - Artes, Saberes e Antropologia (USP) e membro dos grupos do CNPq MARES - Religião, Arte, Materialidade e Espaço Público (UFRGS), LLEHUT - Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares em Literatura, Ensino e Humanidades (UEMASUL) e GEPIS - Grupo de Estudos e Pesquisa Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade (UFS).

RAUL ABÍLIO MABASSO

Psicólogo clínico, teólogo e pesquisador independente. Mestre em Estudos e Desenvolvimento da Família (Universidad de La Frontera, Chile), mestre em Geopolítica, Conflitos Armados e Cooperação Internacional (Universidad Internacional de Andalucía, Espanha) e mestre em Cultura e Pensamento dos Povos Negros (Universidad Complutense de Madrid, Espanha). Atualmente, aprofunda seus conhecimentos através de uma especialização em Economia do Bem-Estar, Protocolos e Saúde Pública (Universidade de Estado de Mato Grosso, Brasil). Atua em contextos humanitários e de desenvolvimento em Moçambique, com experiência em saúde mental, apoio psicossocial, proteção de grupos vulneráveis, inclusão de pessoas com deficiência e promoção de direitos humanos. Sua produção científica articula epistemologias africanas, diversidade familiar, educação inclusiva e sustentabilidade social, com ênfase na justiça decolonial e nos diálogos entre saberes locais e globais. Colabora com redes acadêmicas e institucionais na América Latina, Europa e África Subsaariana.

RÚBEN NOA UCUCHO

Mestre em Administração Pública e Governança e Licenciado em Ciência Política pela Universidade Eduardo Mondlane. Atualmente trabalha como Consultor na Empresa de Macuane & Padil Consultoria (MAP Consultoria) nas áreas de gestão de projetos e governança. Tem uma ampla experiência de trabalho na área de gestão de projetos e elaboração de relatórios de pesquisa, tendo participado em diversos estudos para as Organizações da Sociedade Civil, Organizações Não Governamentais e Entidades Governamentais. Ucucho tem conhecimento e domínio dos setores de governança, das dinâmicas da transparência, accountability, defesa dos direitos humanos

em Moçambique bem como sobre o papel e atuação das Organizações da Sociedade Civil no processo de monitoria e advocacia de políticas públicas. Suas áreas de interesse também incluem governação, participação, economia política, género e direitos humanos em Moçambique.

SALOMÃO MANUEL NICASSE

Licenciado e mestre em Antropologia Social pela Universidade Eduardo Mondlane, tem formação em Gestão de Projetos, Governação e Gestão Pública na University of South África (UNISA), em Metodologia e Pesquisa Científica pelo Centro de Estudos Africanos (UEM), e Pesquisa e Escrita Científica pela Universidade Nova de Lisboa (online). Suas áreas de interesse são: Direitos Humanos, VBG, Gestão e Estudos de Impacto Ambiental e Social e Dinâmicas de Mobilidade e Transformação Social em grupos marginalizados, com maior foco nas Juventudes. Atualmente trabalha como Antropólogo na Bloco 4 Foundation, e Consultor em Assistência Social no Instituto de Acção Social (INAS).

**CONSTRUINDO DEMOCRACIA:
AUTORITARISMO
COMPETITIVO E OS MOVIMENTOS
SOCIAIS DE MOÇAMBIQUE**

Akiyo Aminaka

INTRODUÇÃO

Aprendendo com a experiência para o próximo passo

O grito de protesto “Justiça Eleitoral” demonstra, de forma inequívoca, a expectativa por instituições democráticas. No Brasil, nos últimos anos, o sistema político tem funcionado sem a devida justiça. Por isso mesmo, surgem protestos fora das instituições para expressar reivindicações. O que se viu nos movimentos políticos em Moçambique entre 2023 e 2024 foi a ação coletiva de multidões que avançavam vigorosamente pelas ruas, com sua vitalidade emergente e promissora (Hardt e Negri, 2017). No entanto, ao mesmo tempo, os protestos ocorridos em 2023-2024 apresentam novos elementos que os diferenciam dos protestos baseados em demandas econômicas ocorridos entre 2008 e 2012.

Na série de protestos ocorridos em Moçambique em 2023-2024, observaram-se várias “ações conjuntas (acting in concert)” (Arendt, 1998). Além disso, enquanto o enquadramento de questões relacionadas às normas universais como democracia, direitos humanos e liberdade segue um estilo de origem ocidental, como uma orquestra, a maneira como são realizadas com métodos próprios demonstra a subjetividade das pessoas que internalizaram essas normas (cf. Siteo, 2024). De fato, o que os participantes dessa orquestra tocam nas ruas ou nos quintais de suas casas são, às vezes, vuvuzelas, apitos, panelas e tampas de panelas. Em outras ocasiões, os participantes foram um solista anônimo cantando o hino nacional, cuja voz ecoou belamente no silêncio noturno da cidade de Maputo, os moradores que mantiveram o silêncio para que essa voz ecoasse e fosse compartilhada, e o cidadão que publicou essa cena nas redes sociais.

As normas universais, por mais valores nobres que contenham no palco internacional, tornam-se ilusões se existirem apenas por si só. Elas manifestam seu valor universal quando são incorporadas pelas pessoas em suas vidas. Os movimentos políticos ocorridos em Moçambique em 2023-2024 representaram esse momento, um fenômeno extremamente contemporâneo como movimento político contra regimes autoritários, na sequência da “Primavera Árabe” após 2010. Isso demonstra um modo específico de ser da sociedade desta época, que se opõe a regimes autoritários competitivos que realizam eleições multipartidárias enquanto monopolizam o poder.

Uma tarefa central de todo movimento social e político é permitir que novas subjetividades tomem a palavra (Hardt e Negri, 2017, p. 151). Nesse sentido, pode-se avaliar que os movimentos políticos em Moçambique em 2023-2024 cumpriram uma de suas tarefas centrais. Em resposta à pergunta “Quem tem as palavras? (Who has the words?)” (Pöysä e Rantala, 2018), pessoas que até então suportavam em silêncio começaram a se manifestar.

Um papel importante nisso foi desempenhado pelo slogan comum desse movimento político: “Povo no Poder”. Sua origem estava nas letras de resistência e protesto de uma música criada pelo cantor de hip hop Azagaia, inspirada nos protestos econômicos de 2008 e lançada em 2010 (Pöysä e Rantala, 2018). Olhando para a história dos movimentos políticos em Moçambique, eles frequentemente foram nutri

dos pela troca de palavras em atividades literárias e artísticas. Assim como a poesia de resistência teve um papel reconhecido na luta pela independência (Isaacman e Isaacman, 1983; Martins, 2017), a poesia também desempenhou um papel significativo nos protestos de 2023-2024. Em novembro de 2024, a 3 km da residência presidencial na capital Maputo, permanecia no pavimento uma frase que elogiava o candidato da oposição, junto com o slogan do movimento de protesto “Povo no Poder” (Figura 1).



O slogan “Povo no Poder” escrita na Av. Julius Nyerere

1. Objetivos e estrutura do artigo

Agora que novos sujeitos começam a ter possibilidade de se expressar, o que é necessário para consolidar a sociedade democrática que começamos a alcançar? O objetivo final deste artigo é, enquanto ainda absorvemos as repercussões do movimento político mais recente, refletir sobre este movimento e aprender com ele para a sociedade atual e futuro.

Para esse propósito, este artigo estabelece dois objetivos. Primeiro, registrar como era a política partidária entre governo e oposição em Moçambique de 2023 a 2024, e a nova face da sociedade civil que surgiu em resposta. Como mencionado anteriormente, trata-se de preservar um instantâneo que captura a imagem de uma sociedade que se opõe ao regime autoritário competitivo específico desta época. Segundo, capturar esse fenômeno a partir da perspectiva dos estudos de movimentos sociais e obter novas percepções sobre os desafios para a realização de uma sociedade democrática através do estudo de caso.

A seguir, como pistas para atingir o segundo objetivo, compartilharemos com os leitores, aqui na Seção 1, dois pontos importantes a considerar ao examinar movimentos políticos, antes de prosseguir para o corpo principal. Esses pontos são baseados nos argumentos de Butler, que, como os filósofos políticos Negri & Hardt mencionados na introdução, também tem reflexões sobre “assembleia (assembly)”. Na Seção 2, para explorar as razões pelas quais as pessoas protestam nas ruas, apresentaremos uma visão geral da situação política recente em Moçambique, e, na Seção 3, examinaremos o significado dos protestos contemporâneos.

1.1. Ponto 1: O Estado pode regular a liberdade de reunião?

É notável que os protestos de rua em Moçambique nos últimos anos, desde seus estágios iniciais, façam referência à liberdade de expressão. A base citada para isso é o Artigo 51 da Constituição da República de Moçambique, a lei suprema do país que reconhece a liberdade de expressão. No entanto, a liberdade de reunião das pessoas deve ser limitada pelas leis do país? Esta questão é particularmente crucial quando as questões em disputa são de natureza política.

Recordemos a resposta do Estado às grandes assembleias civis realizadas em Moçambique em 2023-2024. Quando o autoritarismo enfrenta resistência pública, o Estado tenta reprimir a liberdade de reunião usando seu poder militar, policial e legal. Se argumentarmos que a liberdade de expressão e reunião são reconhecidas pela constituição estabelecida pelo Estado, estaremos inadvertidamente sugerindo que os direitos existem apenas na medida em que são concedidos e garantidos pelo Estado (Butler 2015, Cap.4). A liberdade de reunião não é algo que é concedido/retirado dos cidadãos pelo Estado.

1.2. Ponto 2: Quem é o “Povo”?

Dado que o slogan do movimento político em Moçambique é “Povo no Poder”, é importante considerar quem é o “povo”, em vez de aceitá-lo como algo existente sem dúvida. Em contraste com Negri & Hardt (Hardts and Negri 2017), que argumentam no início que a própria multidão incorpora a democracia radical, Butler dirige sua atenção aos indivíduos que compõem essa multidão e suas relações (Butler 2015).

Ela enfatiza a natureza das assembleias como forma de indivíduos e seus coletivos que, mesmo enfrentando instabilidade estrutural e várias privações, participam na luta pela sobrevivência. O que une tais grupos, quais demandas são compartilhadas, ou que sentido de injustiça e impossibilidade de sobrevivência, que sinais de possibilidade de mudança estão elevando a consciência coletiva sobre várias questões? Explorar esses pontos destacados por Butler (Butler 2015, Cap.4) contribui para manter a sustentabilidade do movimento e evitar riscos de divisão.

Ao mesmo tempo, Butler aponta para a existência de outros métodos de deliberação política e ação de protesto que não pressupõem a ocupação do mesmo espaço. Na realidade, nunca acontece que todas as pessoas que podem ser representadas pelo conceito de “povo” apareçam no mesmo espaço, ao mesmo tempo, afirmando “nós somos o povo”. Realisticamente, que forma assume quando a liberdade de reunião é claramente negada como um direito (Butler 2015, Cap.4)? Esta perspectiva oferece pistas para a prática da democracia sob regimes autoritários.

Comparando os resultados de pesquisas de opinião realizadas logo antes das eleições municipais especiais de 2018 e após as eleições presidencial, parlamentar e provinciais de 2019, em 2021, o medo da violência política entre os eleitores durante o período eleitoral quase dobrou de 14% para 27,1%, e as respostas indicam

do falta de confiabilidade nos resultados eleitorais aumentaram de 11% para 17,4% (Afrobarometer 2018, 2021). Além disso, é improvável que o partido no poder conheça os números exatos de votos antes da fraude, e informações importantes como a distribuição geográfica do apoio à oposição, que foram obtidas em eleições parlamentares anteriores, estão cada vez menos disponíveis. A FRELIMO enfrentou o dilema de, em troca de uma “vitória esmagadora” nas eleições, não conseguir obter informações para elaborar estratégias para as próximas eleições.

2. Contexto político: As razões para protestar nas ruas

A estrutura básica da política moçambicana tem sido, por muito tempo, uma competição entre dois grandes partidos, com o partido no poder desde a independência em 1975 enfrentando o principal partido da oposição. Após a guerra civil pós-independência e o período socialista, as primeiras eleições multipartidárias em 1994 revelaram um equilíbrio entre o partido no poder e o da oposição. A FRELIMO, para manter o poder, tomou contramedidas contra a RENAMO, que era então o principal partido da oposição. Seus métodos variaram ao longo do tempo. Do final dos anos 1990 até os anos 2000, incorporou autoridades tradicionais, que eram influentes nas áreas rurais, minando a base de apoio da oposição. Além disso, a partir dos anos 2000, trabalhou para dividir a oposição ou, em troca de garantir a posição do principal partido da oposição, colaborou para impedir o crescimento de uma terceira força.

Como resultado, as eleições se degradaram a uma forma de luta pelo poder entre os partidos existentes ou entre facções dentro do partido dominante. Meio século após a independência e 30 anos após a democratização, em 2024, muitos cidadãos veem os dois grandes partidos como parte da classe privilegiada. Em outubro de 2024, foram realizadas eleições gerais em Moçambique para eleger o presidente, a assembleia nacional e os membros das assembleias provinciais. Nestas eleições, Venâncio Mondlane, candidato presidencial de uma força emergente que havia transitado entre partidos da oposição, tornou-se o principal adversário do partido no poder. No entanto, após fraudes eleitorais e violência política, quando a vitória do partido no poder foi novamente declarada, ocorreu o maior movimento de protesto desde a independência, seguido de repressão contínua.

A violência política que mata cidadãos que tentam descobrir a verdade sobre irregularidades passadas é lembrada principalmente nos casos de 2000 (Carlos Cardoso), 2015 (Gilles Cistac), 2018 (Anastácio Matavele) e 2024 (Elvino Dias e Paulo Gwambe). Destes, três estão substancialmente ou diretamente relacionados à violência eleitoral. A política moçambicana recente é considerada autoritarismo competitivo (Nord et al. 2024).

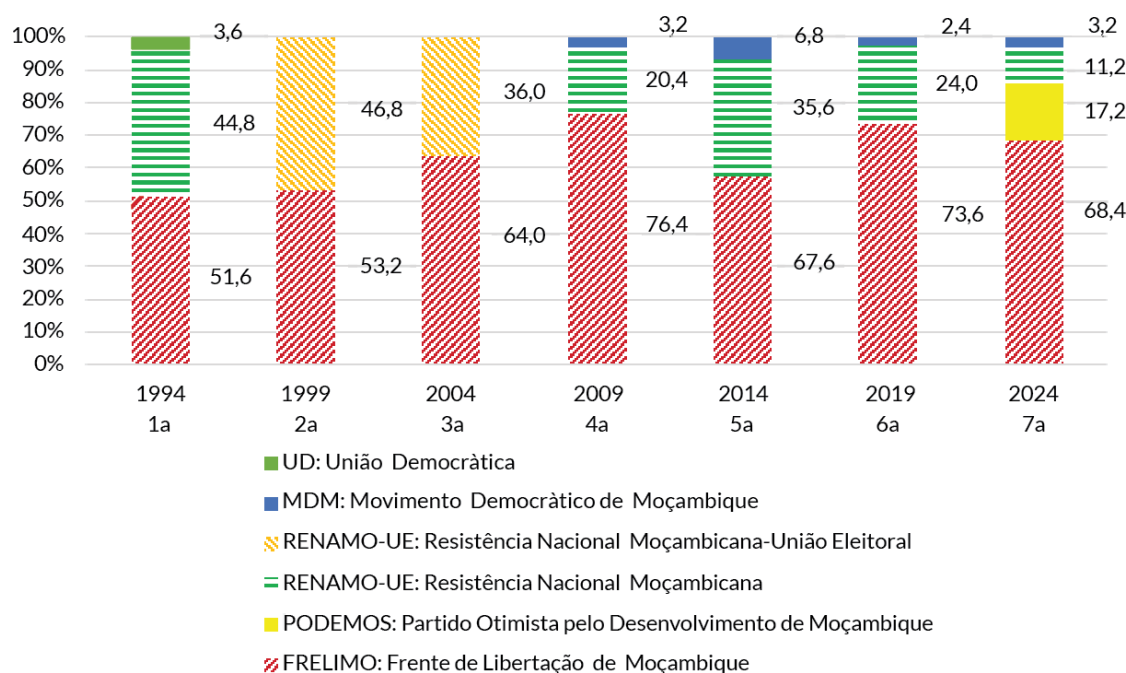
Os ditadores em regimes autoritários competitivos têm como objetivo supremo vencer eleições e manter o poder pelo maior tempo possível, estabelecendo várias instituições, realizando eleições multipartidárias e orquestrando vitórias esmagadoras (Franz 2018). Com as eleições, a fraude e a violência política tornaram-se frequentes, promovendo um autoritarismo competitivo que encena “vitórias esmagadoras” para

o partido no poder. Por outro lado, após realizar eleições com várias manipulações, a justiça e a competitividade eleitorais foram perdidas. O partido no poder, o presidente em exercício ou o candidato presidencial enfrentam um dilema: em troca de encenar uma “vitória esmagadora” nas eleições, perdem legitimidade e informações que teriam obtido através de eleições competitivas (Higashijima 2022).

Em Moçambique, esse padrão tem sido notável desde as eleições para a assembleia nacional e assembleias provinciais de 2019. Primeiro, baseado no acordo de paz de 2018 entre a FRELIMO e a RENAMO, foi uma estratégia importante para a FRELIMO demonstrar uma postura de concessão à demanda da RENAMO por descentralização, mudando a nomeação dos governadores provinciais de uma indicação presidencial para uma eleição. A RENAMO, com base nos resultados das eleições para a assembleia nacional de 2014, que recuperou força e conquistou 35,6% dos assentos (Figura 1), esperava poder competir razoavelmente nas eleições de 2019. Em outras palavras, a RENAMO participou das eleições superestimando sua possibilidade de vencer em algumas províncias e conquistar cargos de governador provincial. A sRENAMO, ao optar por participar de eleições controladas pela FRELIMO, sofreu uma derrota esmagadora, e a FRELIMO fortaleceu sua posição dominante.

Ao mesmo tempo, essas eleições demonstraram claramente que as funções eleitorais sob regimes autoritários estão em uma relação de “troca (trade-off)” (Male sky e Schuler 2011). A mudança no sistema eleitoral para eleger governadores provinciais aumentou a competitividade das eleições. Para o ditador, uma maior com

Figura 1: Assentos na Assembleia Nacional por Partido 1994- 2024



Fonte: Criado pelo autor em base de African Elections Database (http://africanelections.tripod.com/mz_detail.html) e as Acordões pelo Conselho Constitucional dos anos respectivos

petitividade eleitoral significa maior incerteza. Portanto, para encenar uma “vitória esmagadora” nas eleições e demonstrar a solidez do regime, o meio restante à FRELIMO foi depender de manipulação eleitoral sistemática, fraude e violência política. Em troca, a fraude e a violência reduziram a justiça eleitoral e a legitimidade do domínio da FRELIMO.

Comparando os resultados de pesquisas de opinião realizadas logo antes das eleições municipais especiais de 2018 e após as eleições presidencial, parlamentar e provinciais de 2019, em 2021, o medo da violência política entre os eleitores do rante o período eleitoral quase dobrou de 14% para 27,1%, e as respostas indicam do falta de confiabilidade nos resultados eleitorais aumentaram de 11% para 17,4% (Afrobarometer 2018, 2021). Além disso, é improvável que o partido no poder con heça os números exatos de votos antes da fraude, e informações importantes como a distribuição geográfica do apoio à oposição, que foram obtidas em eleições parlamen tares anteriores, estão cada vez menos disponíveis. A FRELIMO enfrentou o dilema de, em troca de uma “vitória esmagadora” nas eleições, não conseguir obter informações para elaborar estratégias para as próximas eleições.

Ganhar uma função significa perder outra. Como as funções eleitorais estão em uma relação de “troca (trade-off)”, o ditador não tem escolha a não ser realizar eleições em constante tentativa e erro para minimizar o dilema, utilizando os recur sos disponíveis de acordo com o contexto político fluido em que se encontram (Higashijima 2022). Aplicando este esquema ao caso das eleições provinciais de 2019 em Moçambique, a estratégia da FRELIMO como partido no poder teve que ser situacio nal. A FRELIMO teve que mostrar uma postura de compromisso para fazer a oposição participar das eleições e realizar eleições multipartidárias, aumentando assim a com petitividade eleitoral. Como resultado, ao expor os cargos dos governadores provinci ais à competição com a oposição, surgiu a necessidade de garantir a vitória. A FRELIMO então empregou dois meios: manipulação eleitoral flagrante, incluindo violência, e mobilização de recursos econômicos.

O ciclo eleitoral de 2018-2019 foi notável pela mobilização de recursos econômi cos. Este ciclo eleitoral coincidiu com o momento da decisão final de investimento no projeto de desenvolvimento de gás natural liquefeito, e um exemplo foi a presença do presidente em exercício na campanha de criação de empregos “Conteúdo Local”, que percorreu as principais cidades do país. As campanhas financiadas por recursos privados dos mega-projectos composto pleos capitais globais, obtidos através da “re sponsabilidade social empresarial”, tornaram-se ocasiões para o presidente em ex ercício insinuar promessas de benefícios. Se a capacidade de mobilização econômica for alta, como no ciclo eleitoral de 2018-2019, o ditador podia obter apoio voluntário dos eleitores escolhendo manipulações econômicas como a provisão de benefícios. No entanto, a provisão de benefícios da FRELIMO na época era apenas uma promessa incerta para o futuro, sem garantia de mobilizar o apoio voluntário dos eleitores antes das eleições.

Por isso mesmo, a FRELIMO dependeu de manipulação eleitoral e violência

política a níveis sem precedentes. Ao distribuir os cargos obtidos para quadros de nível inferior, o ditador conseguiu certo apoio dentro do partido. No entanto, se o ditador acumula nomeações políticas para construir uma base de apoio, aqueles que nãoagam as ideias do ditador são excluídos. Como resultado, as informações que o ditador obtém dos assessores próximos são limitadas a informações favoráveis ao detentor do poder, aumentando o risco de divergência da realidade.

Como a estratégia do ditador é situacional, ele precisa ler com precisão a situação do momento, mas se o ditador e seus assessores próximos não têm a capacidade de compreender com precisão a situação atual, interpretam mal o contexto. Além disso, em casos como 2023-2024, quando há alta capacidade de mobilização de partidos emergentes da oposição, o ditador não pode esperar obter apoio efetivamente através da provisão de benefícios. Na realidade, o ditador recentemente interpretou mal a situação social e subestimou o potencial da sociedade civil, levando-os a uma situação em que se tornou impossível controlar a sociedade.

3. Mudanças na sociedade refletidas pelos protestos

3.1. O que está despojado?

A situação atual da sociedade política moçambicana é apresentada na seção anterior. A política deste país pode responder às demandas de participação política dos jovens? Em 2024, eleições também foram realizadas nos países vizinhos de Moçambique: África do Sul, Namíbia e Botsuana. Ao comparar a proporção de jovens entre 18 e 34 anos entre os eleitores de cada país em 2024, na África do Sul, era de 41,9%, e durante as eleições de Maio de 2024, o próprio ANC (African National Congress) se dividiu, novos partidos foram formados, e o ANC original perdeu a maioria. No Botsuana, a proporção de jovens eleitores era de 52,8%, e nas eleições de Outubro ocorreu a primeira mudança de governo em 58 anos desde a independência. E Moçambique tinha a maior proporção de jovens eleitores entre estes quatro países, com 56,8% (Fabricius 2024). À luz da questão: esta política pode responder às demandas de participação política dos jovens?, a resposta é não. Como os jovens eleitores moçambicanos perceberão a situação em que o sistema eleitoral, que está no cerne da participação política, não funciona?

O que evidenciou esse sentimento foi a repressão policial à reunião memorial de 18 de Março de 2023, após a morte do cantor de hip-hop Azagaia, que havia se tornado popular por suas críticas sociais. Este evento foi uma encruzilhada para a sociedade e o Estado moçambicanos recentes. Butler afirma: aqueles que são insuportáveis de lamentar às vezes se reúnem em revoltas públicas de luto. Por isso, em tantos países, é difícil distinguir entre funerais e manifestações (Butler 2015). As pessoas em Moçambique que experimentaram a reunião memorial para Azagaia entendem esse significado empiricamente. No mesmo ensaio, Butler argumenta que o Estado não pode negar o direito de reunião.

As eleições autárquicas de Outubro de 2023 são posicionadas como precursoras das eleições parlamentares, presidenciais e provinciais de 2024. As eleições au

tarquicas foram realizadas em 10 de Outubro de 2023, e quando a vitória da FRELIMO foi anunciada em 26 de outubro, cresceu a insatisfação dos cidadãos alegando fraude eleitoral. Nas manifestações realizadas pelos cidadãos em meados de Novembro de 2023, provavelmente pela primeira vez na história de Moçambique, gritos de protes to criticando explicitamente a FRELIMO ecoavam pelas ruas. Esta manifestação foi organizada pelos Magermanes, uma organização da sociedade civil avaliada como a mais sustentável em Moçambique, que realiza protestos de rua todas as quartas-feiras desde os anos 1990. Os Madgermanes reúnem numa forma de organização composta por ex-migrantes que foram enviados à antiga República Democrática Alemã durante o período socialista logo após a independência, e continua a exigir o pagamento de salários não pagos que o governo da FRELIMO da época havia recebido. Como se pode ver por sua composição, não são apenas os jovens que se juntam ao movimento político atual.

Um vídeo capturando a manifestação dos Madgermanes em meados de Novembro foi postado no YouTube no dia seguinte pelo observador, com o título “FRELIMO É HOJE ALVO DE INSULTOS POR TODO CANTO” e hashtag como #frelimo #germany #povonopoder. O vídeo registrou 17.358 acessos em menos de três semanas, até 5 de Dezembro, mas posteriormente foi removido e se tornou indisponível, talvez porque o uso de linguagem crítica contra a FRELIMO foi considerado difamatório.

Este fenômeno, embora o grupo organizador da manifestação seja diferente, compartilha elementos com a manifestação memorial de Azagaia de 18 de Março de 2023, como evidenciado pelo uso da frase “Poder no Poder”. A observação de grupos da sociedade civil de que, após a excessiva fraude eleitoral, a estrutura de crítica à FRELIMO já não era mais FRELIMO versus oposição, mas sim o grupo do presidente versus o povo, preveu o movimento político após as eleições do ano seguinte (CDD 2023). Os eleitores moçambicanos, os jovens em particular, devem sentir que seus direitos na sociedade política estão sendo despojados.

3.2. De protestos econômicos a protestos políticos

Uma série de protestos em 2023-2024 tem carácter saliente comparando com outros protestos dos anos passados. Primeiro, comparando a situação social em que ocorrem os protestos, a taxa de pobreza melhorou de 69,7% para 46,1% de 1996 a 2014, e depois piorou para 68,2% em 2019. Embora tenha recuperado ligeiramente para 65,0% em 2023, ainda está quase 9 pontos pior em comparação com 2014, quando estava mais melhorada (Gradin 2024). Quando as pessoas experimentam uma deterioração após terem experimentado uma melhoria, o sentimento relativo que sentem é mais forte porque têm uma experiência para comparar.

Por outro lado, olhando para o nível educacional, a proporção de chefes de família com educação superior ou mais está aumentando constantemente. Esta proporção aumentou de 2,8% em 1996-1997 para 17,1% em 2022-2023 em todo o país. Além disso, limitando-se às áreas urbanas, aumentou de 13% para 36,5% durante o mesmo período (Gradin 2024). No entanto, não foram criados empregos correspon

dentes. Naturalmente, a perspectiva crítica em relação à sociedade certamente se tor na mais aguda.

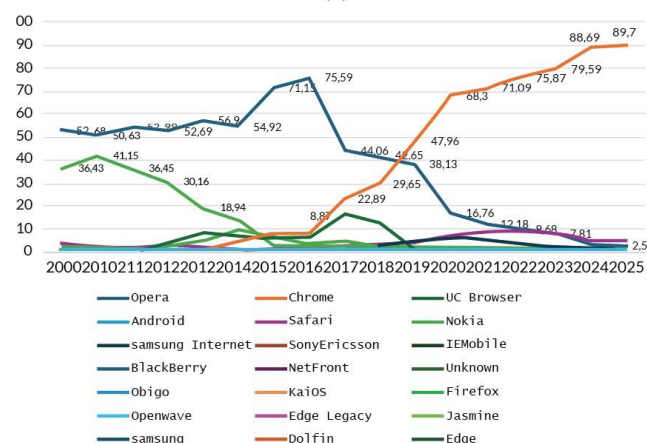
Enquanto as reivindicações dos protestos de 2008-2012 eram econômicas, as dos protestos de 2023-2024 são políticas. Esta mudança significa uma transformação na própria sociedade. Em 2008, 2010 e 2012, ocorreram tumultos de protesto base ados em demandas econômicas contra o aumento do preço do pão e das tarifas de transporte coletivo (de Brito et al. 2018). Embora fosse um problema comum para os pobres urbanos, não havia líderes naquela época. Após os protestos de 2010, a letra da música de Azagaia “Povo no Poder” gradualmente se espalhou como um slogan entre os jovens, mas não tanto quanto em 2023-2024.

Em contraste, as reivindicações dos protestos de 2023-2024 são sobre a justiça eleitoral, a liberdade de expressão para protestar, e as violações de direitos humanos pelo Estado que reprime os protestos com força armada. Além disso, enquanto a liderança do candidato da oposição é reconhecida nos protestos de 2023-2024, não se pode compreender o dinamismo da disseminação dos protestos sem a agência dos diversos cidadãos que respondem a esse chamado. Enquanto os atributos dos cidadãos participantes são diversos, o slogan compartilhado serve para agregar as demandas dos diversos cidadãos.

As mídias sociais foram usadas efetivamente para compartilhar slogan. Embora as próprias mensagens transmitidas sejam importantes, durante um período de transição em tecnologias de comunicação, as mudanças nos dispositivos e plataformas usados para transmissão também têm um grande impacto. De acordo com os dados que mostram a evolução da participação de mercado dos navegadores de dispositivos móveis em Moçambique, a Nokia, que ocupava 41.76% até 2010, usava mensagens de texto. Embora o Opera tenha mostrado crescimento alternativo, o Google Chrome, um entrante tardio, cresceu drasticamente e sua participação ocupa quase 88.69% em 2024 (Figura 2).

Em 2008-2012, as pessoas que realizavam protestos econômicos eram predominantemente pobres urbanos. O navegador de telemóveis usados por esse classe económico eram principalmente o Nokia centrados em mensagens de texto. Naquele tempo, embora houvesse alguns anúncios de protestos via mensagens de texto de

Figura 2. Quota de Mercado dos Navegadores Moveis Mozambique 2009-2025 (%)



Fonte: Criado pelo autor baseado em StatCounter (<https://gs.statcounter.com/>)

telemóvel, sua influência era limitada. Em contraste, os protestos políticos de 2023-2024 desde o início compartilhavam slogan comuns, envolviam diversos participantes e formas de protesto, com discussões sendo compartilhadas em tempo real nas redes sociais, onde os observadores também podiam comentar.

3.3. Conectando a realidade, comunicando on-line e off-line

No entanto, esses movimentos não se limitam apenas ao espaço virtual. Deve mos considerar a importância dos telemóveis, às vezes erguidos bem alto, que conectam os espaços reais e virtuais e monitoram os governantes de forma antagônica. A tecnologia não existe isoladamente. Seu uso efetivamente envolve o corpo. Não apenas porque é necessário que alguém faça a entrada e o envio, mas porque se essas ações podem ser rastreadas, então é o resultado de um acto de risco físico de alguém (Butler 2015).

Na linha de frente dos protestos, são predominantemente jovens que enfren tam literalmente as bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e munição real disparadas pela polícia Unidade de Intervenção Rápida. Mas não é só isso. É notável observar quem está arriscando seu corpo para atividades que garantem a legitimidade das ações de protesto contra regimes autoritários, utilizando espaços virtuais e reais para construir redes. Aqui podemos ver a sociedade civil contemporânea de Moçambique, especificamente as atividades das organizações da sociedade civil da nova geração.

Por exemplo, o caso da delegação moçambicana que participou da reunião anual da Comissão Africana dos Direitos Humanos, um órgão regional responsável pela proteção dos direitos humanos na África, é bastante ressaltado como o papel dessas organizações regionais tem recebido atenção na perspectiva do direito internacional recente, e a Comissão Africana dos Direitos Humanos é altamente avaliada por sua natureza progressista no nível global desde seu estabelecimento (Kuning et al. 1985). Em Outubro de 2024, durante a sessão anual realizada na Gâmbia, dois membros da oposição foram assassinados com 25 tiros em Moçambique como forma de repressão aos protestos que exigiam eleições justas. Ao tomar conhecimento disso, a delegação moçambicana imediatamente fez um apelo na Comissão, preparou um relatório sobre a realidade da violência política e o entregou ao presidente (Sitoe 2024).

A organização DECIDE, representada por um dos membros da delegação moçambicana na Comissão Africana dos Direitos Humanos, foi fundada em 2023 e tem realizado treinamento para observadores eleitorais nas principais cidades de todo o país, monitorando as eleições. Internacionalmente, também participou como observadora nas eleições de 2024 no Senegal, onde a consciência política dos jovens tem atraído atenção desde o movimento “Y'en a marre (Já estou cansado)” em 2016, e nas eleições da África do Sul em 2024. Além disso, são eles e elas que continuam a registrar diariamente o número de mortos e feridos resultantes dos confrontos com a polícia antimotim durante os protestos atuais. Também oferecem aconselhamento jurídico para cidadãos detidos durante protestos, providenciam advogados e os acom

panham até sua libertação.

Outro membro da delegação moçambicana na Comissão Africana dos Direitos Humanos também representa outra organização Bloco 4 Foundation. Suas atividades contribuem para a educação cívica com alta nível, colaborando com o meio acadêmico em atividades artísticas socialmente engajadas (Sitoe e Guerra 2019). Há razões para considerar essas atividades como educação cívica de alta nível: a complexidade das atividades interdisciplinares com interesses comuns e a circularidade de capturar e devolver esse conhecimento e informação para dentro da sociedade. Essas atividades também incluem a colaboração com a arte popular como meio de transmitir mensagens, realizando comunicações literalmente abertas à sociedade em espaços públicos das comunidades locais e promovendo discussões sobre elas. Por exemplo, os eventos deles incluem simpósios com artistas co-organizados com a Faculdade de Letras e ciências, Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique. Entre os palestrantes está o representante do grupo de arte popular Maputo Street Art (Maputo Street Art 2023).

Além disso, é importante entender para onde se dirige o olhar deles para captar o dinamismo de suas atividades. Um de seus workshops foi intitulado “Ferramentas para destruir ditaduras e evitar novas ditaduras”. Este título é de um livro publicado por um escritor angolano em 2015, que resultou na detenção do autor pelas autoridades e na proibição efetiva do livro (Da Cruz 2015). O que se pode inferir disso é a natureza do intercâmbio intelectual com Angola, que está sob um regime autoritário mais rígido que Moçambique. Os eventos atuais em Moçambique também estão sendo observados dos Angolanos, que terá eleições em 2027.

CONCLUSÃO

A Geração de 18 de Março marca a história

Que implicações podemos extrair desses eventos? A mudança social é evidente. Há grandes mudanças tanto na composição quanto na percepção dos cidadãos e das organizações da sociedade civil. Nos protestos de 2008-2012, quando os pobres urbanos apresentavam reivindicações econômicas, as organizações da sociedade civil da época viam os manifestantes como objetos separados de si mesmas e tinham pouco envolvimento nos protestos. Havia uma divisão econômica entre os pobres urbanos e a elite que administrava as organizações da sociedade civil. Como resultado, houve até avaliações de que as organizações da sociedade civil da época podiam fazer pouco para contribuir para a solução (Johansson e Sambo 2017).

Em contraste, as organizações da sociedade civil que apoiam e fazem parte dos movimentos de protesto de 2023-2024 com os argumentos teóricos que garantem a legitimidade do movimento dos protestos, com suas demandas políticas, diferem significativamente em termos de atributos dos participantes, estrutura organizacional e objetivos, apresentando quatro características: representatividade, pluralidade, individualidade e coletividade. Primeiro, os jovens que hoje lideram as organizações da sociedade civil representam a maioria dos cidadãos africanos, diferentemente da

minoria de elite intelectual que serviu como intermediário da ajuda internacional na década de 1990 sem tocar as questões políticas. Segundo, embora haja ações coletivas, como a participação na Comissão de Direitos Humanos, existem várias organizações com foco em atividades individuais. Essa pluralidade tornou-se uma medida estratégica contra a repressão. Terceiro, sua individualidade facilita a capacidade de tomar decisão e pôr em ação imediatamente, coletar e disseminar informações, e levantar fundos para operar individualmente. E quarto, possuem uma coletividade onde organizações individuais autônomas se conectam organicamente de maneira interdisciplinar.

Os activistas de hoje enquadram os problemas de forma estrutural e os posicionam como questões relacionadas a normas globais, de maneira autônoma e proativa. Eles desenvolvem rapidamente atividades individuais e as conectam ao movimento geral. Os eventos que ocorrem atualmente em Moçambique mostram como a sociedade pode se opor a um regime autoritário competitivo, ao mesmo tempo que revelam a vulnerabilidade desses regimes autoritários.

Butler, mencionado no início, descreve um quadro mais democrático para os movimentos da seguinte forma: Um quadro mais democrático é aquele que não reproduz imediatamente estratégias de contenção que fixam a associação dos participantes, mas que consegue orquestrar formas de montagem dinâmica que parcialmente desmantelam e reconfiguram essas estratégias, orquestrando um caráter poroso onde todos os sujeitos podem entrar e sair (Butler 2015). Nós podemos estar testemunhando um momento em que a realidade ultrapassa o ideal apresentado pelo filósofo político.

REFERÊNCIAS

Afrobarometer 2018. Summary of Results: Afrobarometer Round 7 Survey in Mozambique, 2018, Ipsos. (https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/moz_r7_sor_2018.pdf)

Afrobarometer 2021. Summary of Results: Afrobarometer Round 8 Survey in Mozambique, 2021, Ipsos. (https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/moz_r8_sor_in_english_17nov21.pdf)

Aminaka, A. 2024a. "Provincial Assembly Elections for Deepening Rule: Ruling Opposition and the Dictator's Dilemma in Mozambique." in Norihiko Yamada ed. What Do Elections Mean for Authoritarian Regimes? (Kenisyugitaisei ni totte senkyo toha nanika, Kyoto: Minerva Shobo. (Em Japonês)

Arendt, Hannah 1998. The Human Condition. Chicago: University of Chicago Press.

Butler, Judith 2015. Notes Toward a Performative Theory of Assembly. Cambridge: Harvard University Press. (Também disponível; <https://www.jstor.org/stable/j.ctvjghvt2>)

CDD (Centro para Democracia e Direitos Humanos) 2023. "Crise Pós-Eleitoral: Um mês e meio depois da votação. Já não é um aluta da oposição contra a Frelimo. É uma luta do povo perante a desvirtuação da sua vontade expressa nas urnas."

Política Moçambicana, 19 de Novembro de 2023. (<https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Ja-nao-e-uma-luta-da-oposicao-contr-a-Frelimo.-E-uma-luta-do-povo-perante-a-desvirtuacao-da-sua-vontade-expressa-nas-urnas.pdf>)

Cuco, Arcénio 2023. Democracia e outras coisas de Mocambique. Maputo. Maputo: Thale Publishing.

da Cruz, Domingos 2015. Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: Filosofia Política da libertação para Angola. Luanda: Mundo Bantu. (<https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2015/11/Ditadura%20final%20Print.pdf>)

de Brito, Luís, Egídio Chaimite, Crescendo Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland 2017. "Revoltas da fome: Protestos populares em Moçambique (2008-2012)." Em Luís de Brito org. Agora eles têm medo de nós! - Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE, pp.1-47. (<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-Food-Riot.pdf>)

Fabricius, Peter 2024. "Are Southern Africa's former liberation movements going out of fashion?" Institute for Security Studies. (<https://issafrica.org/iss-today/are-southern-africa-s-former-liberation-movements-going-out-of-fashion>)

Franz, Erica 2018. Authoritarianism: What Everyone Needs to Know. New York: Oxford University Press.

Gradín, Carlos 2024. "Spatial consumption inequality in Mozambique." WIDER Working Paper 2024/63. Helsinki: UNU-WIDER. (<https://www.wider.unu.edu/publication/spatial-consumption-inequality-mozambique>)

Hardt, Michael and Antonio Negri 2017. Assembly, Oxford: Oxford University Press.

Higashijima, Masaaki 2022. The Dictator's Dilemma at the Ballot Box: Electoral Manipulation, Economic Maneuvering, and Political Order in Autocracies. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Isaacman, Allen and Barbara Isaacman 1983. Mozambique: from Colonialism to Revolution, 1900-1982. Boulder: Westview Press.

Kunig, Philip, Wolfgang Benedek, Costa R. Mahalu (1985) Regional Protection of Human Rights by International Law: The Emerging African System. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft.

Malesky, Edmund and Paul Schuler 2011. "The Single-Party Dictator's Dilemma: Information in Elections Without Opposition." Legislative Studies Quarterly, 36(4): 491-530. (<https://sites.duke.edu/malesky/files/2014/07/The-Single-Party-Dictator%E2%80%99s-Dilemma.pdf>)

Maka Angola 2015. "Ferramentas para destruir o ditador: Um manual pacífico." Maka Angola, 9 de Novembro de 2015. (<https://www.makaangola.org/2015/11/ferramentas-para-destruir-o-ditador-um-manual-pacifico/>)

Maputo Street Art 2023. Maputo Street Art. Maputo: Ethale Publishing.

Martins, Hélder 2017. Casa dos Estudantes do Império: Subsídios para a História do período mais decisivo da CEI (1953 a 1961). Maputo: Texto Editores.

Pöysä, Anna and Janne Rantala 2018. "Who has the Word?: MC Azagaia's Intervention into Past and Politics in Mozambique." In Rosana Martins and Massimo Canevacci eds. *Lusophone Hip-hop: 'Who We Are' and 'Where We Are': Identity, Urban Culture and Belonging*. Canon Pyon: Sean Kingston Publishing. (https://www.researchgate.net/profile/Janne-Rantala/publication/333248612_Who_has_the_word_MC_Azagaia%27s_intervention_into_past_and_politics_in_Mozambique/links/5ce46d2ba6fdc99ddc4a877/Who-has-the-word-MC-Azagaias-intervention-into-past-and-politics-in-Mozambique.pdf)

Sitoe, Duarte 2024. "Wilker Dias denunciou atropelos dos direitos em Moçambique na União Africana." *Evidências*, 22 de Outubro de 2024. (<https://evidencias.co.mz/2024/10/22/wilker-dias-denunciou-atropelos-dos-direitos-em-mocambique-na-uniao-africana/>)

Sitoe, Tirso ed. 2024. *Crónicas eleitorais e direitos humanos em Moçambique*. Maputo: Bloco 04 Foundation. (https://bloco4foundation.org/wp-content/uploads/2024/09/Livro_Cronicas-Eleitorais-e-Direitos-Humanos_Bloco-4-Foundation_Agosto_2024_Arte-final-07.pdf)

Sitoe, Tirso and Paula Guerra 2019. *Reinventar o discurso e o palco: O rap, entre saberes locais e saberes globais*. Porto: Universidade de Porto. (<https://www.up.pt/press/books/978-989-8969-17-0>)

Nord, Marina, Martin Lundstedt, David Altman, Fabio Angiolillo, Cecilia Borella, Tiago Fernandes, Lisa Gastaldi, Ana Good God, Natalia Natsika, and Staffan I. Lindberg. 2024. *Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot*. University of Gothenburg: V-Dem Institute. (https://www.v-dem.net/documents/43/v-dem_dr2024_lowres.pdf)

AGRADECIMENTOS

Este artigo baseia-se na investigação efectuada no âmbito dos seguintes orçamentos de investigação.

MEXT/JSPS KAKENHI Grant Number JP23K28321, FY2023 - FY2027, International Cooperation to Reduce Disparities: Theory Making from Area Studie.

MEXT/JSPS KAKENHI Grant Number JP21H04411, FY2021- FY2025, The grasp of the characteristics of "knowledge" among African youths through an interdisciplinary constructivist approach.

**COMO O AUTORITARISMO
SILENCIOSO ESTÁ A
TRANSFORMAR A DEMOCRACIA
EM MOÇAMBIQUE:
UMA ANÁLISE
QUANTITATIVA**
Érica Banze

INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, vários países africanos passaram a adotar regimes democráticos como seu sistema de governança, juntando-se àqueles que já eram países democráticos desde sua independência, como foi o caso de Moçambique. No entanto, nas últimas décadas, esses países que se consideram democráticos, com estruturas democráticas formais, constituição que garante os direitos de todos os cidadãos e eleições regulares, têm demonstrado práticas aquém das práticas democráticas, com características autocráticas.

No caso de Moçambique, essa camuflagem se apresenta de forma muito peculiar. Desde 1992, nas primeiras eleições presidenciais, após 16 anos de guerra pela existência de um sistema multipartidário em Moçambique, o governo que estava no poder pelo mesmo partido em 1992 tem tido dificuldade em manter a confiança pública em suas instituições. De acordo com o Afrobarometer (2024), a maioria dos moçambicanos está insatisfeita com a forma como o governo lida com questões econômicas importantes, incluindo manter os preços estáveis (79%), criar empregos e reduzir as diferenças de renda (76%) e melhorar os padrões de vida das pessoas em situação de pobreza (74%). Sete em cada 10 cidadãos (71%) estão descontentes com a gestão econômica geral do governo. Além disso, desde 2014, com as eleições que elegeram o Presidente Filipe Nyusi e as eleições que o afastaram do poder (2024), é notória a instrumentalização da polícia para fins partidários, como a repressão desproporcional de manifestações legais, a perseguição de jornalistas e as crises recorrentes relacionadas com os processos eleitorais (Freedom House: 2023).

Esta pesquisa usa Moçambique como seu arcabouço espacial. É o lugar onde as crises pós-eleitorais persistem atualmente e têm sido o foco do debate em organizações multilaterais como a Southern Africa Development Community (SADC) e as Nações Unidas (ONU).

Em termos temporais, o trabalho abrangerá o período de 2014 a 2024. O período de 2014 torna-se relevante para esta análise porque marca o início do mandato de um dos presidentes mais controversos em termos de respeito pelos valores democráticos, Filipe Nyusi, e 2024 porque marca o fim do seu mandato, que tem sido marcado por extrema violência, protestos, mortes e prisões arbitrárias, comandando 3636 detidos, 345 detidos e 130 mortes (DECIDE: 2024) de outubro a dezembro de 2024.

Embora Moçambique mantenha um regime democrático formal, práticas autoritárias têm estado presentes no atual governo, o que levanta sérias questões sobre a credibilidade de suas instituições, que são consideradas soberanas e divididas entre os poderes judiciário, executivo e legislativo. De um lado, figuras políticas que são membros do governo, como Bernardino Rafael, Comandante Geral da Polícia da República de Moçambique, e Pascoal Ronda, atual Ministro do Interior, afirmam que a repressão é importante, a exemplo das manifestações de 2024, visando acabar com o que chamam de terrorismo, alegando que os “manifestantes” querem dar golpes de Estado, como afirma Defesa Moz (2024).

²<https://www.afrobarometer.org/publication/ad872-mozambicans-see-government-as-failing-on-key-economic-issues/>

³<https://freedomhouse.org/country/mozambique/freedom-world/2024> acessado ao 4 de Abril de 2025

Por outro lado, vozes contra essa posição surgiram tanto da sociedade civil quanto da oposição. A RENAMO tem sido a oponente mais vocal do partido no poder. No entanto, agora o partido PODEMOS se destaca e ganhou muita visibilidade, especialmente entre os jovens, desde a retirada do candidato Venâncio Mondlane da RENAMO para o PODEMOS.

Ambos partidos denunciaram irregularidades na governação, com o caso emblemático das dívidas ocultas levado ao debate no parlamento em 2016 por Venâncio Mondlane, quando o governo alegou em várias ocasiões que elas não eram inconstitucionais, e a Assembleia da República também aprovou a Conta Geral do Estado de 2015, na qual o governo incluiu as garantias do Pró Indicus e do MAM. Para o governo, incluir as garantias foi um mero acto administrativo, mas os partidos da oposição alegam que é uma forma de legalizar dívidas ilegais e inconstitucionais (Cescmoz, 2016). Venâncio Mondlane apresentou o que foi chamado de “Relatório Paralelo sobre Dívidas Ocultas”, no qual se opôs ao relatório elaborado pela comissão técnica sobre dívidas ocultas, da qual era membro, afirmando que o relatório apresentado pela comissão técnica “era uma farsa e visava afastar da justiça os responsáveis/políticos dentro do governo após contraírem as dívidas ocultas” (MACUA, sd). Este fato foi confirmado 4 anos depois, quando todos os envolvidos foram presos e considerados culpados de contrair dívidas ilegais em nome do Estado moçambicano.

Esses partidos políticos, assim como a sociedade civil, também se queixam da repressão desproporcional que se vê em Moçambique. O caso emblemático da Marcha Geração 18, marcha pacífica convocada em homenagem ao falecido rapper moçambicano Azagaia, foi violentamente reprimida por supostas “ordens superiores” (NGANI, 2024), devido a uma iminente tentativa de golpe de Estado. A sociedade civil e a oposição concordam que essas práticas visam silenciar opositores e críticos do governo e consolidar um regime autoritário mascarado por formalidades democráticas.

Essa desconexão de narrativas entre a retórica da formalidade democrática apresentada pelo governo e as práticas que podem ser observadas na gestão cotidiana do país nos leva a uma questão central: como os indicadores quantitativos revelam a consolidação do autoritarismo silencioso nos últimos dez anos em Moçambique? Como académicos, pesquisadores e formuladores de políticas, sua compreensão e ação sobre essa questão são cruciais.

O principal objetivo deste estudo é analisar os indicadores quantitativos que demonstram a consolidação do autoritarismo silencioso em Moçambique para fornecer uma contribuição valiosa para a compreensão desta questão complexa.

⁴<https://www.instagram.com/p/DDmwcgygx9/?igsh=MWcwcwVjZDd0d2ttZQ==> acessado ao 4 de Abril de 2025

⁵<https://defesamoz.info/not%C3%ADcias-de-defesa> acessado ao 4 de Abril de 2025

⁶<https://www.cescmoz.org/index.php/imprensa/33-fmo-exige-que-conselho-constitucional-declare-dividas-ocultas-ilegais> acessado ao 4 de Abril de 2025

⁷https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2022/02/d%C3%ADvidas-ocultas-ven%C3%A2ncio-mondlane-proindicus-fotos-pemba.html?utm_source=chatgpt.com acessado ao 4 de Abril de 2025

⁸<https://ngani.co.mz/sociedade/18/03/2024/18-de-marco-o-dia-que-o-regime-descarregou-sobre-fas-de-azagaia/> acessado ao 4 de Abril de 2025

ESTRUTURA DO ARTIGO

Este artigo está dividido em cinco partes: a primeira parte é a parte introdutória, contextualizando o autoritarismo silencioso em Moçambique; a segunda parte apresenta um debate conceptual e a revisão da literatura para verificar o estado da arte em relação ao problema em análise; a terceira parte apresenta os métodos de análise; a quarta parte detalha os dados coletados; a quinta parte discute os resultados; e, finalmente, a última parte apresenta as conclusões.

CAPÍTULO I

1. Conceito de Democracia Silenciosa: um debate conceptual

O conceito de “democracia silenciosa” apresenta nuances importantes no campo dos estudos políticos e sociais. Para abordar esse conceito, utilizarei as definições e interpretações de autores que exploram como a democracia pode ser silenciosamente corroída ou reinterpretada para se adaptar a dinâmicas de poder contemporâneas.

Levitsky e Ziblatt (2018:23) abordam a democracia silenciosa como um sistema em que as estruturas formais de democracia permanecem intactas, mas os mecanismos de fiscalização e responsabilização são sistematicamente enfraquecidos. Segundo os autores, “a democracia silenciosa prospera na ausência de confrontos explícitos, mas através de erosões graduais que moldam uma aparência de normalidade.”

Przeworski (2010:15), por outro lado, define democracia silenciosa como um regime onde o consentimento público é mantido por meio de coação sutil e manipulação de narrativas. Ele observa que “as democracias silenciosas são regimes híbridos que dependem da inércia social e da desinformação para consolidar seu poder.”

Schedler (2006:10) oferece uma definição complementar, destacando o papel das eleições na democracia silenciosa. Ele argumenta que “as democracias silenciosas mantêm processos eleitorais, mas estes são manipulados de forma a garantir a permanência do poder por elites governantes.”

As definições de Levitsky & Ziblatt, Przeworski e Schedler têm elementos comuns que destacam características fundamentais da democracia silenciosa. Todas as definições reconhecem que as estruturas formais de democracia, como eleições e parlamentos, permanecem visíveis, mas perdem efetividade. Além disso, os autores enfatizam que o processo de degradação da democracia não é abrupto, mas ocorre de maneira gradual e disfarçada. Por fim, as três definições destacam a manipulação de instituições como uma estratégia central para a manutenção do poder.

Apesar dos aspectos comuns, as definições diferem em certos pontos. Przeworski destaca a manipulação da opinião pública como um elemento central, enquanto Levitsky & Ziblatt focam na erosão institucional e Schedler enfatiza os processos eleitorais. Por sua vez, para Schedler, as eleições são o pilar da democracia silenciosa, sendo manipuladas para criar uma fachada de legitimidade. Já Levitsky & Ziblatt e Przeworski observam a democracia silenciosa de forma mais ampla, incluindo outros elementos institucionais. Por fim, Przeworski dá ênfase à desinformação e ao controle social, enquanto Levitsky & Ziblatt discutem a degradação normativa e Schedler aborda a manipulação técnica dos processos eleitorais.

Todas as definições compartilham uma lacuna importante: nenhuma aborda explicitamente como as forças externas, como atores internacionais ou dinâmicas

econômicas globais, podem influenciar ou sustentar democracias silenciosas.

Por exemplo, regimes considerados democráticos podem receber apoio de organizações internacionais ou estados estrangeiros, mesmo quando apresentam características de degradação democrática.

Para este artigo, adota-se uma perspectiva integradora baseada em Levitsky & Ziblatt, Przeworski e Schedler, mas com ênfase adicional no papel do poder como elemento central. Assim, democracia silenciosa é definida como:

“Um sistema em que as instituições formais de democracia permanecem visíveis, mas seu funcionamento é deliberadamente limitado por meio da manipulação de normas, narrativas públicas e processos eleitorais, a fim de consolidar o poder sem confrontos explícitos.”

Essa definição reconhece a interação entre atores internos e externos, além de incluir a dimensão de poder na manutenção e consolidação de democracias silenciosas.

1.2. Revisão da literatura

Com a terceira onda de democratização no mundo, a partir da década de 1990, pesquisadores como Levitsky e Way Diamond trouxeram para o campo da Ciência Política o que chamariam de Regimes Híbridos (que serão tratados como Autoritarismo Silencioso no contexto desta pesquisa). Para esses autores, regimes híbridos são Estados que mantêm práticas autoritárias ou ditaduras em sua forma de governança enquanto mascaram uma democracia formal.

Moçambique, afetado pela terceira onda de democratização, transitou de um sistema de partido único (com o partido FRELIMO no poder) para um sistema multipartidário em 1992, após 16 anos de guerra. Embora Moçambique seja agora um regime democrático, um padrão de repressão pode ser observado através do fechamento do espaço cívico, manipulação de eleições e controle ou mesmo apropriação de instituições públicas pelo partido no poder. Esta situação destaca a continuidade de estruturas autoritárias que desafiam a verdadeira democratização de Moçambique.

A literatura acadêmica sobre o assunto oferece contribuições significativas, proporcionando uma compreensão mais profunda do tópico, avançando teorias e identificando lacunas que podem servir como marcos para pesquisas futuras.

Essa riqueza de conhecimento é inestimável para pesquisadores e estudantes de ciência política e áreas relacionadas, garantindo que eles estejam bem informados e esclarecidos em seus estudos.

O conceito de autoritarismo silencioso foi explorado na década de 1990 por autores como Levitsky e Way (2002) em seu livro “Elections Without Democracy: The Rise of Competitive Authoritarianism”; esses autores trazem o conceito de autoritarismo competitivo. Para Levitsky & Way (2002), em regimes autoritários competitivos, há controle substancial da mídia e das instituições democráticas, sendo possível observar a existência de eleições regulares. No entanto, eles nunca retiram o partido “libertador” do poder, muitas vezes acompanhados de contestações de irregularidades eleitorais. Cheeseman (2015) condensa essa ideia de regimes híbridos na África subsaariana. Para ele, os líderes africanos adaptam as formas de controle das instituições à realidade da comunidade em que estão inseridos, manipulando a legislação e a burocracia para prolongar seu poder sem recorrer a golpes de estado e tomada formal de poder, mantendo assim a hegemonia política. Diamond (2002) caracteriza os regimes

híbridos como uma erosão silenciosa da democracia, que ecoa os problemas enfrentados por países como Moçambique.

Após a independência de Moçambique em 1975, o país adotou um sistema de partido único de centralização do poder no estado. Após a guerra de 16 anos, pressão internacional, pobreza e miséria interna, o país tornou-se multipartidário, mas o título “democracia” não foi acompanhado de “práticas democráticas”. Igreja (2015) destaca que a hegemonia política da FRELIMO fez com que práticas autoritárias fossem transferidas para o novo sistema multipartidário. Hanlon (2019) destaca que, apesar das eleições regulares em Moçambique, elas sempre apresentaram irregularidades desde 1994, garantindo a permanência do partido FRELIMO no poder.

A literatura também identifica práticas específicas de autoritarismo silencioso em Moçambique. Segundo o relatório da Africa Confidential (2021), o controle sobre as instituições tem sido um dos pilares centrais, por meio do uso da Polícia de Protecção (PRM) para reprimir violentamente manifestações pacíficas e devidamente informadas e do uso do sistema judicial para perseguir activistas, ONG e opositores. A manipulação das eleições foi também destacada pela Freedom House (2023) e pela Decide Platform (2024), com a exclusão de eleitores, enchimento de urnas, proibição da participação de observadores eleitorais e repórteres no processo de contagem de votos, utilização de bens do Estado para campanhas a favor do partido no poder e despedimentos arbitrários no sector público para aqueles que não estejam alinhados com o regime. Além disso, o encerramento do espaço cívico manifesta-se, segundo a CIVICUS (2022), através de restrições legais a jornalistas, ONG e movimentos sociais. Embora a literatura tenha feito contribuições importantes nesta área de estudo, ela subexplorou certos aspectos importantes para o enriquecimento deste tópico, como o papel das redes sociais, que têm sido utilizadas como alternativa ao fechamento de espaços físicos, bem como seu papel em crises políticas, onde têm sido o principal campo de debate de narrativas em oposição à mídia convencional. Outro aspecto que a literatura subexplorou é o papel dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na forma como esses atores contestam tais práticas autoritárias. Estudos que comparem a situação entre Moçambique e outros países seriam importantes, pois eles têm as mesmas características de atuação entre os países da SADC; apenas Malawi e Botsuana tiveram pelo menos um partido diferente do “partido da libertação”. Concluindo, a revisão da literatura das principais ideias sobre o conceito de autoritarismo silencioso mostrou que Moçambique se manifesta por meio da manipulação de eleições, do fechamento do espaço cívico e do controle de instituições democráticas. Essas dinâmicas permitem que o governo mantenha a aparência de um regime democrático enquanto, ao mesmo tempo, aplica práticas autoritárias. A ausência de formas de resistência a esses regimes e o papel das redes sociais é uma oportunidade para pesquisas futuras e pode oferecer uma oportunidade para formular estratégias que promovam valores democráticos em realidades semelhantes.

1.3. Metodologia

Esta pesquisa usa uma abordagem qualitativa para analisar indicadores de autoritarismo silencioso em Moçambique de 2014 a 2024. A metodologia é estruturada em quatro partes principais: desenho do estudo, seleção de indicadores, fonte de dados e técnicas de análise. A presente abordagem é usada para avaliar como as práticas autoritárias afetam os processos eleitorais, a repressão ou as liberdades e como elas impactam a liberdade de imprensa em Moçambique.

1.4. Desenho do estudo

Esta pesquisa utiliza uma análise exploratória, com foco em três áreas principais: manipulação eleitoral, liberdade de imprensa e repressão política. Essas dimensões foram selecionadas porque reúnem consenso entre autores como Levitsky & Way (2002) e Diamond (2002) ao definir indicadores-chave de regimes híbridos, que o trabalho chama de Autoritarismo Silencioso. A pesquisa se concentra na evolução desses indicadores ao longo de 10 anos para identificar padrões e correlações.

1.4.1. Indicadores Selecionados

Para esta pesquisa, são utilizados os seguintes indicadores:

Participação Eleitoral

Dados como taxa de comparecimento eleitoral, votos inválidos e relatos de irregularidades são buscados para este indicador.

Liberdade de Imprensa

Para este indicador, são buscados dados como pontuações no Índice de Liberdade de Imprensa, número de jornalistas presos/relatados como perseguidos e veículos de comunicação fechados/ameaçados.

Repressão política

Para este indicador, são buscados dados como violência contra manifestantes, detenções ilegais e relatos de violações de direitos humanos.

Essas dimensões foram selecionadas porque alcançaram um consenso entre autores como Levitsky e Way (2002) e Diamond (2002) ao definir indicadores-chave de regimes híbridos.

1.5. Fontes de dados

A pesquisa utilizará como fontes primárias para análise de dados de organizações internacionais, dados oficiais do governo e relatórios de ONGs locais, a saber:

- Relatório da Comissão Nacional de Eleições (CNE) apresentando dados sobre participação eleitoral.
- Relatórios da Plataforma Decide, uma ONG local, apresentam dados sobre as eleições e irregularidades como observador eleitoral e crises pós-eleitorais;

- Relatório do Centro de Integridade Pública (CIP), que apresenta relatórios sobre governação e crises eleitorais em Moçambique;
- Freedom House, que apresenta dados sobre liberdade de imprensa e repressão política;
- Afrobarometer, que apresenta relatórios de pesquisas de opinião sobre a confiança do público nas instituições democráticas;
- Índice de Democracia, que apresenta relatórios sobre a democracia no mundo.

1.6. Técnicas de Análise

A pesquisa utilizou dados estatísticos descritivos e inferenciais para verificar padrões de correlação. Para tanto, foram utilizados gráficos de tempo para analisar tendências e análise de correlação para mensurar a associação entre indicadores gráficos e também o uso de gráficos.

1.7. Limitações do estudo

A pesquisa apresenta limitações na disponibilidade regular de dados em determinados períodos e na potencial subjetividade em pesquisas de opinião pública, mas estas não comprometem a relevância das conclusões gerais.

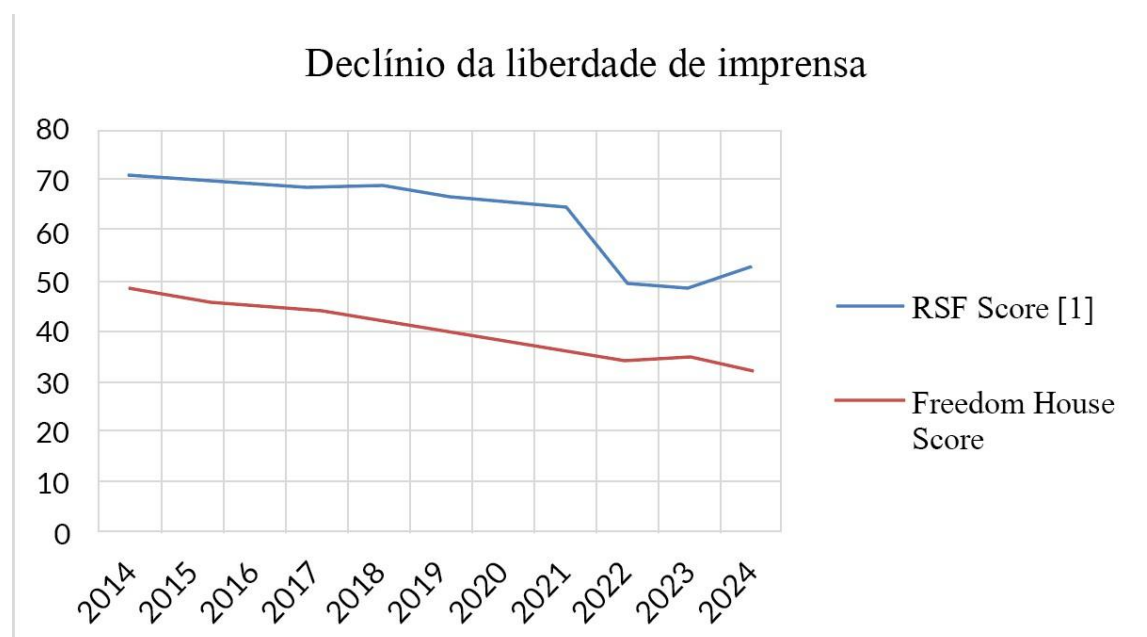
CAPITULO II

1. Resultados

Esta seção mostra os resultados da análise de dados realizada para os três indicadores: liberdade de imprensa, repressão política e participação eleitoral em Moçambique entre 2014 e 2024. Tabelas e gráficos foram usados para avaliar as mudanças ao longo do tempo, o que permitiu identificar correlação e regressão entre os indicadores para entender suas interações.

2.2. Liberdade de Imprensa

Gráfico 1



O gráfico 1 mostra o declínio contínuo da liberdade de imprensa, conforme indicado pelo Relatório Sem Fronteiras (RSF) e pela Freedom House. Ao longo de 10 anos, houve uma queda de 18,32 pontos, com Moçambique pontuando 70,74 em 2014 e 52,42 em 2024.

O declínio é acompanhado pelo número de jornalistas presos, atingindo o máximo de 91 em 2019, o que vale destacar por ser um ano eleitoral.

Os dados coletados também revelam uma relação positiva-negativa entre irregularidades nos processos eleitorais e comparecimento eleitoral. Para demonstrar essa correlação, foi usada a fórmula de correlação de Pearson:

$$r = \frac{\sum (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y})}{\sqrt{\sum (X_i - \bar{X})^2 \sum (Y_i - \bar{Y})^2}}$$

Onde:

X_i - Corresponde ao número de irregularidades reportadas anualmente $\bar{X}$ - Corresponde à média das irregularidades

Y_i - Corresponde à taxa de participação eleitoral $\bar{Y}$ - Corresponde à participação eleitoral média

O coeficiente de correlação resultante foi: $r = -0.83$

Essa correlação positiva-negativa indica que, à medida que as irregularidades eleitorais aumentam, a participação eleitoral diminui. Por exemplo, em 2023, 59% dos eleitores registrados compareceram, com 937 irregularidades relatadas. Isso pode ter

contribuído para uma queda histórica na participação eleitoral, que caiu para 42% em 2024. 2024 também viu um aumento no número de irregularidades, o que pode dizer muito sobre a participação nas próximas eleições em 2029. A percepção de fraude ou problemas no processo eleitoral afeta o engajamento do eleitor.

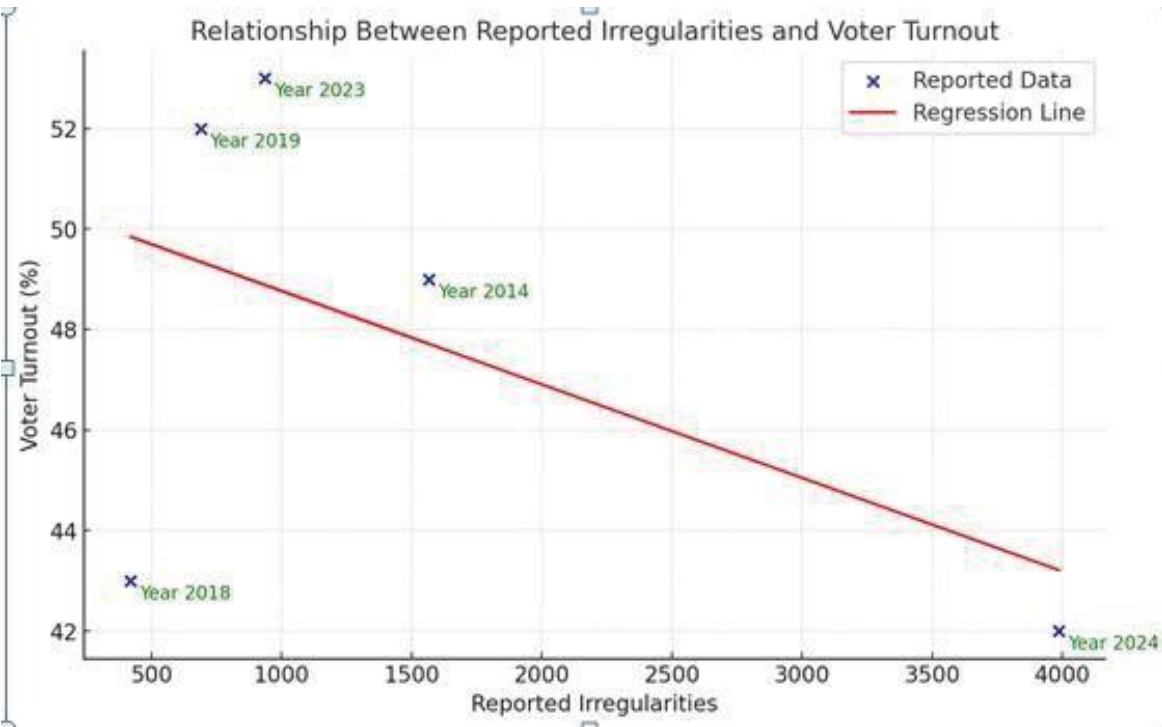
Tabela 1

Ano	Pontuação RSF [1]	Pontuação da Free- dom House	Número de jornalistas presos/mortos/ presos (anexo 1)
2014	70,74	48	
2015	70.02	46	
2016	69,75	45	1
2017	68,95	44	
2018	68,88	42	4
2019	67,34	40	10
2020	66,21	38	4
2021	64,61	36	24
2022	49,89	34	11
2023	49,17	35	1
2024	52,42	32	14

A Tabela 1 resume o indicador de liberdade de imprensa. A tabela mostra que os anos com mais violações de liberdade de imprensa são de 2019 a 2024.

2.3. Repressão política

Gráfico 2



ico destaca o momento mais crítico de repressão no ano de 2024, com 3.548 prisões arbitrárias e uma alta severidade de repressão aos protestos. A análise de correlação estatística mostrou uma correlação positiva entre as prisões arbitrárias e a severidade da repressão. Essa descoberta foi reforçada ainda mais pelo uso da fórmula de correlação de Pearson:

$$r = \frac{\sum (X_i - \underline{X})(Y_i - \underline{Y})}{\sqrt{\sum (X_i - \underline{X})^2 \sum (Y_i - \underline{Y})^2}}$$

Onde:
X_i- Corresponde ao número de incidentes de violência registados anualmente X-
Corresponde à incidência média de violência
Y- Corresponde ao número de prisões arbitrárias
Y- Corresponde ao número médio de prisões arbitrárias O coeficiente de correlação resultante foi: r=0.78

A correlação positiva r=0,78 mostra que há uma correlação entre incidentes de violência e o aumento de prisões arbitrárias. Este fato destaca que medidas repressivas severas devem acompanhar o uso da força em contextos políticos.

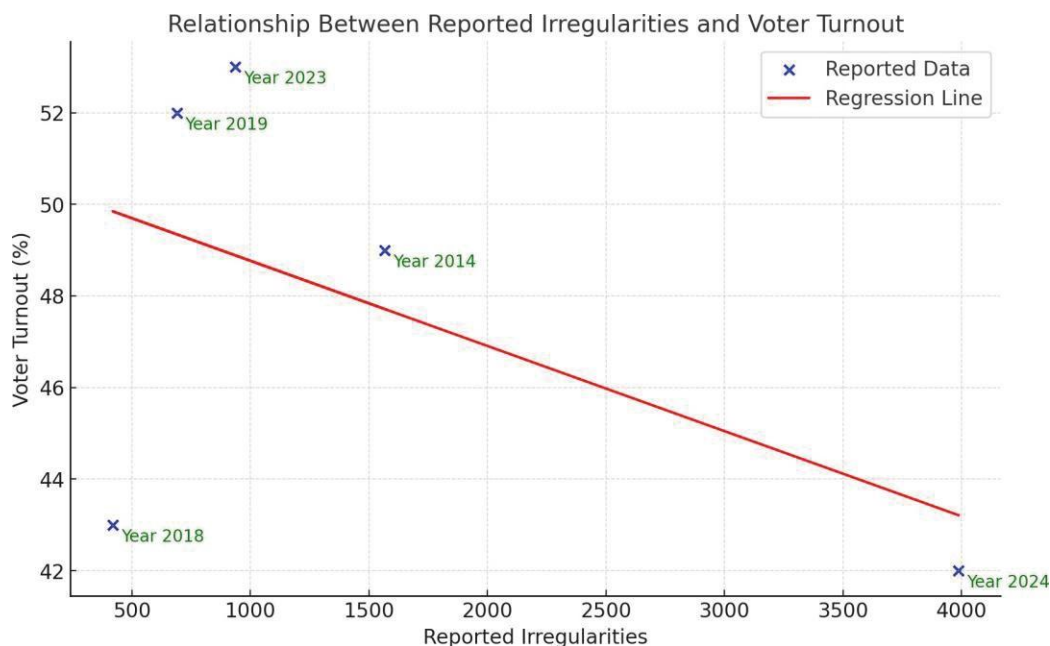
Tabela 2

Ano	Incidentes de violência	Detenções arbitrárias	Protestos reprimidos (tamanho)	Protestos reprimidos (Gravidade da resposta)
2014	876	67	Grande	Forte
2015	543	36	Grande	Forte
2016	67	34	Grande	Forte
2017	45	12	Médio	Forte
2018	245	84	Grande	Forte
2019	982	69	Grande	Forte
2020	57	45	Pequeno	Mínimo
2021	23	83	médio	Moderado
2022	11	40	Grande	Moderado
2023	24	170	Longo	Sevare
2024	345	3548	Grande	Forte

A Tabela 2 apresenta os eventos de repressão em detalhes. Os anos de 2023 a 2024 mostram a intensidade das ações repressivas como um marco histórico, o que mostra uma mudança no padrão observado nos anos anteriores.

2.3. Participação Eleitoral

Gráfico 3



O gráfico 3 mostra a relação entre a participação eleitoral e irregularidades no processo. Ao longo dos anos, 2024 viu uma queda no número de eleitores, de 49% em 2014 para um mínimo de 42% em 2024. A regressão linear sugere que cada 1.000 irregularidades adicionais resultaram em uma queda de 2% na participação eleitoral. Para calcular o impacto das irregularidades na participação eleitoral, a seguinte fórmula foi usada:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + \epsilon, \text{ onde:}$$

Y: Corresponde à participação eleitoral (%)

β_0 : Representa participação quando não há irregularidades, Interceptar

β_1 : Representa o impacto de cada unidade de X em Y, Coeficiente de Inclinação

ϵ : Erro residual

Com os dados ajustados ao modelo gerado ficou $Y = 55,23 - 0,002X$.

Tabela 3 (Fonte CNE)

Ano	Compa re- cime n to eleitoral	Eleitores %	Votos invá- lidos	Votos invá- lidos %	Irregula ri- dades Re- portadas	Prot es to pós- eleito- ral
2014	10.964.377	49,00%	457.586	8,51%	1.567	sim
2018	6.766.236	43,00%	70.328	N / D	419	sim
2019	13.162.321	52,00%	508.321	7,45%	689	sim
2023	8.765.482	53,00%	98.436	N / D	937	sim
2024	17.169.239	42,00%	205.601	2,84%	3.987	sim

A Tabela 3 mostra que os votos inválidos e as irregularidades aumentaram nos períodos de maior repressão, o que corrobora com os dados encontrados no gráfico 3.

CAPÍTULO III

1. Discussão dos Resultados

Os dados apresentados na seção anterior, que demonstram objetivamente as práticas de autoritarismo silencioso, têm peso significativo. Esse autoritarismo silencioso, caracterizado pelo uso de instituições democráticas para consolidar o poder da FRELIMO e restringir liberdades, é uma grave preocupação. A queda na pontuação do RSF de 10,74 em 2014 para 52,42 em 2024 ressalta o crescente controle estatal sobre a mídia, uma tática amplamente usada por regimes híbridos, conforme afirma Schedler (2016). Esses dados legitimam o papel do autoritarismo silencioso na manipulação da liberdade de expressão para legitimar esses regimes opressivos, um fato que não pode ser ignorado.

Além disso, o aumento da detenção de jornalistas, que atingiu o pico de 97 em 2019, não é apenas uma estatística, mas uma realidade que é apoiada pelos estudos de O'Dobbell e Schmitter (1986). Seu argumento de que regimes híbridos reprimem seletivamente elites intelectuais para controlar narrativas públicas é um suporte acadêmico confiável para a situação em Moçambique. Esse pensamento corrobora a realidade de Moçambique, que usa irregularidades eleitorais para minar a oposição, lembrando o conceito de “Autoritarismo Competitivo” de Bunce e Wolchik (2010).

A recente redução do número de eleitores no processo eleitoral, conforme revelado pelos dados, é motivo de preocupação imediata. A participação diminuiu de 49% em 2014 para 42% em 2024, em paralelo com o aumento de irregularidades eleitorais relatadas de 1.567 em 2014 para 3.987 em 2024. Se correlacionados, esses dados sugerem que a maioria dos moçambicanos não confia na transparência ou no processo eleitoral como um todo. Segundo Beethan (1991), essa tendência enfraquece a legitimidade democrática e cria uma profunda desconexão entre aqueles que governam e

aqueles que são governados, uma situação que exige atenção urgente.

Outra tendência preocupante é a crescente severidade da repressão política, com os protestos sendo “severamente” reprimidos em 2024. Gandhi e Przeworski (2007) argumentam que a repressão intensa indica uma crise na legitimidade do re-

gime. No caso de Moçambique, essa escalada de violência, apoiada por Gandhi e Przeworski (2007), significa uma tentativa de consolidar o controle sobre uma população cada vez mais insatisfeita. Huntington (1991) acrescenta que o aumento da violência pode estar associado a transições incompletas para uma democracia.

3.2. Comparação do autoritarismo silencioso em Moçambique com outros países africanos

Moçambique não está isolado na questão do autoritarismo silencioso. Afinal, faz parte de um grupo de países que foi incluído na terceira fase da democratização. Assim como Moçambique, Angola, Zimbábue e Uganda apresentam instituições democráticas de fachada para legitimar e consolidar o regime do partido libertador no poder.

Em Angola, como afirma De Oliveira (2015), sob a administração de José dos Santos, o estrato intelectual oposto ao regime e os jornais que apresentavam narrativas divergentes das do partido no poder foram alvos de perseguição e censura, o que evidencia a necessidade de controle estatal sobre a mídia para controlar as narrativas. Além disso, como observam Bratton e Masunungure (2011), sob a administração de Mugabe, especialmente em períodos eleitorais, houve uma intensificação da repressão política aos dissidentes ao mesmo tempo em que ocorreram irregularidades absurdas no processo eleitoral, o que lembra muito a severa repressão em Moçambique entre 2019 e 2024. Por fim, em Uganda, sob o regime de Museveni, como aponta Tripp (2010), os anos eleitorais são marcados por uma repressão desproporcional.

Moçambique, Angola e Uganda mostram tendências críticas de repressão política durante períodos eleitorais, criando uma narrativa de estabilidade e limitando severamente as liberdades civis.

Embora Moçambique compartilhe semelhanças com outros países, também possui características únicas que o diferenciam em suas práticas autoritárias.

Apesar de manter práticas autoritárias internamente, Moçambique tem fomentado um amplo relacionamento com instituições de desenvolvimento como o FMI, o Banco Mundial e países ocidentais, que contribuem diretamente para o Orçamento do Estado (Halon, 2021).

Além disso, enquanto países como o Quênia podem sentar-se com os oponentes para chegar a um acordo de reconciliação (mesmo que este não seja cumprido), o regime pode sentar-se com os dissidentes para negociar uma solução para o problema que os aflige. Ao mesmo tempo, Moçambique leva a situação ao extremo, marginalizando a causa dos dissidentes, o que levou o país a duas grandes guerras, a guerra dos 16 anos, de 1976 a 1992, que culminou com o Acordo Geral de Paz em Roma, e a guerra de 2012 a 2018, que culminou com o acordo de reconciliação em Maputo.

Apesar de sua autopromoção como uma transição pacífica para a democracia, a realidade de Moçambique é totalmente diferente. Cheesman (2018) argumenta que Moçambique usou os legados do conflito para justificar a repressão sob o pretexto da segurança nacional.

3.3. Implicações políticas e sociais

O declínio de indicadores como a liberdade de imprensa e o aumento da repressão em Moçambique não são apenas estatísticas. São sinais de uma estrutura democrática enfraquecida. Como Collier e Levitsky (1997) argumentam, os regimes híbridos, ao privatizar e parcializar as instituições democráticas, criam apatia eleitoral e desconfiança em seu funcionamento. Isso é evidente na redução do número de eleitores no processo eleitoral, uma tendência preocupante para o futuro da democracia em Moçambique.

Limitar a imprensa também enfraquece a democracia a longo prazo, tornando-a ineficaz e ineficaz na prática. Como argumenta Tilly (2004), limitar a imprensa desacelera a mobilização social, levando a ciclos de violência, polarização do país e dificuldades em futuras transições democráticas.

3.4. Limitações e sugestões para pesquisas futuras

Embora a pesquisa tenha revelado descobertas significativas, é importante reconhecer suas limitações, como a falta de dados disponíveis por alguns anos e a forte dependência de fontes secundárias. Essas descobertas, no entanto, são cruciais para entender o cenário político em Moçambique.

Pesquisas futuras podem tomar um rumo intrigante ao incorporar entrevistas qualitativas com jornalistas, eleitores e ativistas. Essa abordagem pode fornecer um entendimento mais profundo e complementar os dados quantitativos.

CONCLUSÃO

Os indicadores de Liberdade de imprensa, Repressão política e Participação eleitoral mostram estatisticamente a existência de um autoritarismo silencioso em Moçambique, que se reflete numa fachada de instituições democráticas.

Este estudo revelou a necessidade de uma atenção nacional e internacional mais significativa aos desafios em Moçambique. A luta para manter a hegemonia política do partido FRELIMO apresenta um obstáculo significativo à consolidação da democracia a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bratton, M., & Masunungure, E. (2011). A anatomia da predação política: líderes, elites e coligações no Zimbábue, 1980-2010. Programa de liderança de desenvolvimento. Recuperado de <https://www.dlprog.org/publications/the-anatomy-of-political-predation-leaders-elites-and-coalitions-in-zimbabwe-1980-2010>

Cheeseman, N. (2018). Instituições e Democracia na África: Como as Regras do Jogo Moldam os Desenvolvimentos Políticos. Cambridge University Press.

Gandhi, J., & Przeworski, A. (2007). Instituições autoritárias e a sobrevivência dos autocratas. *Estudos políticos comparativos*, 40(11), 1279-1301. <https://doi.org/10.1177/0010414007305817>

Hanlon, J. (2021). A Elite de Moçambique: Encontrando seu caminho em um

mundo globalizado e retornando aos antigos modelos de desenvolvimento. *African Affairs*, 120(480), 1-24. <https://doi.org/10.1093/afraf/adab005>

Levitsky, S., & Way, LA (2002). Eleições sem democracia: a ascensão do autoritarismo competitivo. *Journal of Democracy* 13 (2), 51-65. <https://dx.doi.org/10.1353/jod.2002.0026>.

Schedler, A. (2006). *Autoritarismo eleitoral: a dinâmica da competição não livre*. Lynne Rienner Publishers.

Soares de Oliveira, R. (2015). *Terra Magnífica e Mendiga: Angola desde a Guerra Civil*. Imprensa da Universidade de Oxford.

Tripp, AM (2010). *Uganda de Museveni: Paradoxos de Poder em um Regime Híbrido*. Lynne Rienner Publishers.

Freedom House. (nd). *Freedom in the World Reports*. Recuperado de <https://freedomhouse.org/reports/freedom-world>

Repórteres Sem Fronteiras. (nd). *Índice Mundial de Liberdade de Imprensa*. Recuperado de <https://rsf.org/en/index>

Comissão Nacional Eleitoral de Moçambique. (nd). *Relatórios Oficiais*. Recuperado de <http://www.cne.org.mz/>

Afrobarometer. (nd). *Dados sobre engajamento de eleitores e percepções políticas*. Recuperado de <https://afrobarometer.org/>

Anistia Internacional. (nd). *Relatórios sobre Repressão Política em Moçambique*. Recuperado de <https://www.amnesty.org/en/location/africa/southern-africa/mozambique/>

Human Rights Watch. (nd). *Moçambique Reports*. Recuperado de <https://www.hrw.org/africa/mozambique>

Missões de Observação Eleitoral da União Europeia. (nd). *Relatórios sobre as Eleições em Moçambique*. Obtido em https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/area/election-observation-missions_en

Centro de Integridade Pública. (nd). *Relatórios sobre Transparência e Governança em Moçambique*. Recuperado de <https://cipmoz.org/>

Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA). (nd). *Relatório sobre Eleições em Moçambique*. Recuperado de <https://www.eisa.org/>

Deutsche Welle (DW) Moçambique. (nd). *Notícias sobre Política e Sociedade em Moçambique*. Recuperado de <https://www.dw.com/pt-002/africa/mozambique/s-30201>

Al Jazeera. (nd). *Cobertura de notícias de Moçambique*. Recuperado de <https://www.aljazeera.com/where/mozambique/>

IDEA Internacional. (nd). *Banco de Dados de Comparecimento de Votantes*. Recuperado de <https://www.idea.int/data-tools/data/voter-turnout>

Marañón, F. (2008). *Formação universitária no Espaço Europeu de Ensino Superior*. Em Laita, M. (Ed.), *Reformas Educativas na Universidade* (pp. 45-68). Editorial Acadêmico.

Nhamposse, E. (2016). *Políticas educacionais e a progressão acadêmica de*

alunos adultos em Moçambique. *Revista de Educação de Adultos*, 5(2), 123-145.

Mussagy, A. (2016). Estrutura Organizacional da Universidade Católica de Moçambique. *Revista de Gestão Universitária*, 3(1), 67-80.

Laita, M. (2015). Reformas académicas no ensino superior: desafios e perspectivas. Publicação universitária.

Vala, A. (2016). A Necessidade de Reformas no Ensino Superior Moçambicano. *Revista de Educação e Sociedade*, 8(3), 45-59.

Mucavele, P. (2016). Qualidade no Ensino Superior: Uma Análise das Políticas Atuais. *Cadernos de Educação*, 12(4), 78-92.

Pinto, J. (2008). A Evolução do Modelo de Formação no Contexto da Sociedade da Informação. *Revista de Ciências da Educação*, 10(2), 34-50.

Ribeiro, F. (2006). A Emergência da Ciência da Informação na Era Digital. *Revista Portuguesa de Ciência da Informação*, 1(1), 2-15.

Silva, AM, & Ribeiro, F. (2010). Recursos de informação: serviços e usuários (2ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.

Alcobia, P. (2001). Atitudes e Satisfação no Trabalho. Em JM Carvalho, A. Caetano, & JG Neves (Eds.), *Manual de Psicologia do Trabalho* (pp. 123-145). Lisboa: McGraw-Hill

APÊNDICES

Ano	Data	Descrição do incidente	Fonte
2014	2014	Censura de músicas de rap: músicas como “País da Marrabenta” e “As Men- tiras da Verdade” foram censuradas por criticar o sistema político e abordar questões sociais	SciELO Brasil
2014	2014	Aprovação da Lei de Direito à Informação: Embo- ra a lei tenha sido aprova- da para melhorar o acesso à informação pública, per- sistiram desafios em sua implementação efetiva, limitando a liberdade de imprensa.	Índice de Sustent- abilidade da Mídia 2014
2015	28/08/2015	Assassinato do Jornalis- ta Paulo Machava: Paulo Machava, conhecido por seu trabalho investigati- vo e pela organização de uma marcha em defesa da liberdade de expressão, foi morto a tiros em Ma- puto. Este incidente levan- tou preocupações sobre a segurança dos jornalistas no país.	Vozes Globais

2016	Outubro de 2016	Ataques a Meios de Comunicação: Em uma semana, três meios de comunicação na província de Tete foram vandalizados por indivíduos desconhecidos. A Rádio Comunitária de Cateme, o semanário Malacha e a Rádio Dom Bosco sofreram arrombamentos e roubos de equipamentos, afetando suas operações e levantando preocupações sobre tentativas de silenciar vozes críticas.	DW
2017	Julho 2017	Intimidação de jornalistas: O MISA-Moçambique alertou sobre o aumento das violações das liberdades de imprensa e de expressão, destacando casos de intimidação de jornalistas, incluindo notificações policiais e tentativas de dificultar debates sobre temas delicados, como dívidas ocultas.	DW
2018	Julho 2018	Novas taxas de credenciamento para jornalistas: O governo anunciou novas taxas de credenciamento proibitivamente caras para jornalistas, criticadas como um ataque à imprensa independente e à liberdade de expressão.	Iniciativa de Medição dos Direitos Humanos

2018	02/05/2018	Regressão da Liberdade de Imprensa: Entre 2016 e 2017, as violações das liberdades de imprensa e de expressão em Moçambique aumentaram em 80%, incluindo ameaças, agressões e processos criminais contra jornalistas, refletindo um ambiente cada vez mais hostil para a mídia.	DW
2018	06/08/2018	Apertando o cerco à mídia independente: jornalistas moçambicanos relataram aumento da pressão do governo sobre a mídia independente, incluindo novas taxas de licenciamento e registro para serviços de rádio, televisão e imprensa, dificultando a operação de veículos de comunicação independentes.	DW
2019	01/05/2019	Impedimento à publicação do 'Canal de Moçambique': O semanário 'Canal de Moçambique' denunciou pressões políticas após a gráfica estatal se recusar a imprimir a última edição do ano, que elegeria a 'figura do ano', sem apresentar motivos, levantando suspeitas de censura.	DW

2019	01/05/2019	Detenção do jornalista Amade Abubacar: Amade Abubacar, jornalista da Rádio Comunitária de Nacedje, foi arbitrariamente detido enquanto entrevistava pessoas deslocadas devido a ataques em Cabo Delgado. Sua detenção atraiu condenação internacional e foi vista como uma tentativa de silenciar a cobertura de conflitos na região.	MISA Moçambique
2019	18/02/2019	Detenção do Jornalista Germano Adriano: Germano Adriano, jornalista da TV Sucesso, foi detido em Cabo Delgado enquanto cobria ataques insurgentes. Sua detenção foi considerada uma violação da liberdade de imprensa e um esforço para impedir a disseminação de informações sobre a violência na região.	MISA Moçambique
2019	03/05/2019	Retrocessos na Liberdade de Imprensa: O MISA-Moçambique relatou uma regressão significativa na liberdade de imprensa no país, destacando o aumento de casos de intimidação, ameaças e agressões contra jornalistas, criando um clima de medo e autocensura.	DW

2020	23/03/2020	Agressão ao jornalista Ernesto Nhanale: Ernesto Nhanale, diretor executivo do Centro de Estudos de Mídia de Moçambique (CESAB), foi agredido por indivíduos desconhecidos em Maputo, levantando preocupações sobre a segurança dos profissionais de mídia.	DW
	23/03/2020	Ameaças ao jornalista Matias Guente: Matias Gu	DW
2020	23/03/2020	Agressão ao jornalista Ernesto Nhanale: Ernesto Nhanale, diretor executivo do Centro de Estudos de Mídia de Moçambique (CESAB), foi agredido por indivíduos desconhecidos em Maputo, levantando preocupações sobre a segurança dos profissionais de mídia.	DW
2020	23/04/2020	Ameaças ao jornalista Matias Guente: Matias Guente, editor do jornal semanal “Canal de Moçambique”, recebeu ameaças de morte após publicar reportagens investigativas sobre corrupção envolvendo funcionários do governo.	DW

2020	23/08/2020	Ataque incendiário aos escritórios do 'Canal de Moçambique': Os escritórios do jornal independente "Canal de Moçambique" foram incendiados por indivíduos não identificados, destruindo equipamentos e arquivos. O ataque foi visto como uma tentativa de silenciar o jornalismo investigativo.	DW
2021	07/04/2021	Detenção do jornalista Jorge Matavel: Jorge Matavel, um jornalista de rádio comunitária em Cabo Delgado, foi detido pela polícia enquanto cobria o impacto dos conflitos armados nas populações locais. Sua detenção foi criticada como uma violação da liberdade de imprensa.	DW
2021	11/09/2021	Intimidação ao jornalista Borges Nhamirre: O jornalista investigativo Borges Nhamirre relatou estar sendo seguido e recebendo mensagens ameaçadoras após publicar artigos sobre corrupção política, levantando preocupações sobre a segurança dos jornalistas em Moçambique.	DW

2022	14/03/2022	Suspensão do Jornal 'Carta de Moçambique': O jornal online independente "Carta de Moçambique" foi temporariamente suspenso pelas autoridades, alegadamente devido a problemas administrativos. Os críticos viram a suspensão como um ato de censura.	DW
------	------------	--	----

2022	22/06/2022	Ataque ao jornalista Paul Fauvet: O jornalista veterano Paul Fauvet foi agredido fisicamente por agressores desconhecidos em Maputo. O ataque foi condenado por organizações de mídia como uma tentativa de intimidar jornalistas.	DW
2023	14/03/2023	Polícia dispersa procissão fúnebre do rapper Azagaia: A polícia usou gás lacrimogêneo para dispersar os enlutados no funeral do rapper Azagaia, conhecido por suas letras politicamente carregadas. O incidente levantou preocupações sobre a liberdade de expressão e reunião.	Wikipédia
2023	18/03/2023	Repressão a protestos em homenagem a Azagaia: a polícia disparou gás lacrimogêneo e balas de borracha contra manifestantes durante marchas em homenagem ao rapper Azagaia em várias cidades, resultando em feridos e prisões. As ações foram criticadas por suprimir a liberdade de expressão.	Wikipédia

**CICATRIZES DE UMA NAÇÃO:
IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA
VIOLÊNCIA PÓS-ELEITORAL E
A CONSTRUÇÃO DE TRAUMAS
COLECTIVOS**

Raul Abílio Mabasso

INTRODUÇÃO

A violência política configura-se como um fenómeno endémico em contextos marcados por fragilidade institucional e instabilidade eleitoral, particularmente em países africanos. No caso de Moçambique, os pleitos de 9 de Outubro de 2024 desencadearam um surto de protestos inédito, caracterizados por confrontações violentas entre os manifestantes e forças de segurança. Estes episódios não apenas comprometeram a estabilidade política, mas também expuseram repercussões críticas na saúde mental da população, dimensão frequentemente marginalizada nas análises sobre conflitos e crises pós-eleitorais.

Conforme destacado por Fjelde e Höglund (2016), a violência política persiste como elemento intrínseco à dinâmica eleitoral em Estados da África Subsaariana, mesmo em cenários de consolidação democrática formal. Em complemento, Shenga e Pereira (2020) evidenciam que cerca de 25% dos processos eleitorais competitivos no continente africano, desde 1990, foram marcados por episódios de violência multifacetada, envolvendo actores estatais, partidos políticos e cidadãos, com o objectivo de manipular resultados ou suprimir participação popular.

Esses fenómenos políticos, além de promoverem uma corrosão sistémica da legitimidade democrático-institucional, acentuam clivagens sociopolíticas e perpetuam ciclos auto perpetuados de medo securitário e repressão institucionalizada, minando os fundamentos da coesão societal. Como argumenta Forquilha (2020), os padrões recorrentes de política em Moçambique não apenas epifenomenizam crises de representatividade, mas correlacionam-se directamente com um défice crónico de confiança cívica nas estruturas democráticas.

Essa dinâmica circular, em que a erosão institucional retroalimenta tensões identitárias e fragmentação colectiva, hiperboliza a polarização societária e inviabiliza a emergência de um ordenamento político inclusivo e estável culminando em violações sistemáticas de direitos humanos fundamentais, como o direito à vida e a integridade física, garantidos pelo artigo 40 da Constituição da República de Moçambique (CRM). Estas crises aprofundam fissuras históricas e geram um legado de sofrimento psicológicos colectivo, catalisando quadros de trauma socialmente compartilhado.

A literatura especializada, como demonstram Alexander (2012) e Volkan (1997), posicionam o trauma colectivo não apenas como uma experiência psicológico individual, mas como um constructo sociopolítico, instrumentalizado na formação de identidades nacionais e narrativas históricas. Bar-Tal (2013) reforça que conflitos prolongados alimentam sentimentos históricos. Em Moçambique, tais dinâmicas inserem-se em um contexto mais amplo de traumas não resolvidos, incluindo o legado da guerra civil (1977-1992) e tensões político-regionais persistentes.

Embora a relação entre violência eleitoral e desestabilização democrática seja amplamente discutida, os impactos psicossociais dessa violência permanecem uma lacuna académica, sobretudo no contexto africano (Hamber, 2009; Hirschberger, 2018). A forma como indivíduos e comunidades processam tais experiências, seja através de ressignificação de memórias traumáticas, seja pela perpetuação de ciclos de violência influencia directamente a resiliência ou fragilização do tecido social.

Diante desse cenário, o presente estudo busca responder a seguinte questão: *Quais são os impactos psicológicos da violência pós-eleitoral de 2024 em Moçambique e de que modo esses episódios afectam a psique colectiva, contribuindo para a erosão da coesão social?* Para tal, realizou-se uma pesquisa quantitativa de carácter descritivo, utilizando um questionário online como instrumento de colecta de dados.

A relevância desta investigação reside na necessidade de ampliar o debate epistemológico sobre a saúde mental em contextos de crise política, preenchendo lacunas empíricas e teóricas que obstaculizam a compreensão integral das externalidades psicossociais geradas por conflitos prolongados. Ao articular análises críticas sobre os impactos estruturais da violência política, o estudo visa fundamentar a formulação de políticas direccionadas à reparação psicossocial, com enfoque na reintegração de comunidades marginalizadas e na mitigação de sequelas colectivas decorrentes de traumas históricas.

Para o propósito do presente trabalho, ao examinar as dinâmicas colectivas de trauma e resiliência, a pesquisa ambiciona gerar quadros analíticos interdisciplinares que transcendem perspectivas individualizantes, privilegiando uma abordagem sistémica dos fenómenos psicossociais. Neste sentido, propõe-se contribuir o desenvolvimento de intervenções baseadas em evidências, capazes de catalisar processos de cura colectiva e fortalecer mecanismos de resiliência social em cenários pós-conflito.

Esses fenómenos políticos, além de promoverem uma corrosão sistémica da legitimidade democrático-institucional, acentuam clivagens sociopolíticas e perpetuam ciclos autoperpetuados de medo securitário e repressão institucionalizada, minando os fundamentos da coesão societal. Em última análise, tal esforço académico, ao reconhecer a intrincada relação entre memória histórica, justiça transicional e reconstrução identitária, posiciona-se como vector indispensável para a reabilitação do tecido social, promovendo coesão comunitária e sustentabilidade nas agendas de paz.

“Democracia refém” quando eleições reforçam o status quo

No mundo de hoje, vivemos a parêmia da unanimidade democrática: a maior parte dos governos e dos povos de todo o planeta desejam se intitular, ou mesmo autoproclamam-se, como democráticos. A democracia, assim, se tornou um dos grandes fetiches da modernidade, aclamada por liberais, social-democratas, socialistas e até mesmo por autocratas como um valor fundamental da sociedade contemporânea (Neto, 2019).

O panorama democrático no continente africano apresenta variações significativas, com poucos países sendo plenamente considerados democráticos. Em vista disso, apenas a República das Ilhas Maurícias é considerada democrática. Botswana, África do Sul, Lesoto, Namíbia (na África Austral), Cabo Verde e Gana (na África Ocidental) aparecem como democracias falhas. Os demais países compõem a lista dos regimes híbridos ou autoritários, Moçambique ocupando esta última classificação desde 2020, em um processo de declínio a partir de 2006 (Maschietto, 2023).

De maneira compatível, a trajetória política moçambicana pós-independência inscreve-se em um paradoxo constitucional, a coexistência entre um sistema jurídico formalmente democrático, consagrado na CRM (1990-2018), e práticas sistémicas de captura institucional que minam a efectividade dos princípios democráticos. Essa dissonância configura o que Serra (1999) denomina de “pluralismo tutelado”, no qual a alternância de poder é bloqueada por mecanismos de dominação enraizados no aparelho estatal.

A transição para o multipartidarismo em 1994, mediada pela ONUMOZ, inaugurou uma fachada democrática que, segundo Forquilha (2008), manteve intactas as estruturas de poder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), convertendo-a em “partido-Estado”. A CRM, embora assegure direitos fundamentais e eleições

periódicas (Art.3.º), não logrou romper com o legado centralizador do socialismo revolucionário, permitindo a perpetuação de ethos autoritário sob novas roupagens (Macamo, 2005).

Por esta via, o sistema eleitoral moçambicano, desde sua génese, opera sob suspeitas de manipulação estrutural. Hanlon (2024) defende que o sistema de gestão eleitoral de Moçambique não seria permitido na maioria das democracias. Porque, violam o princípio da neutralidade técnica. Essa “partidarização” dos órgãos eleitorais, aliada ao secretismo nas apurações, cria um cenário de fraude institucionalizada, conforme denúncia Maschietto (2023).

A judicialização selectiva, como a proibição de candidaturas oposicionistas sob alegações burocráticas (ex.: rejeição de listas por “irregularidades formais”), consolida o que Brito (2017) classifica como “autoritarismo eleitoral”. Esse mecanismo é reforçado por uma legislação ambígua, como a Lei de Legislação Eleitoral (Lei nº 2/2019), que concede ampla discricionariedade ao Conselho Constitucional para invalidar resultados locais.

Para além do formalismo eleitoral, a democracia moçambicana é corroída por redes neopatrimoniais que subordinam o interesse público a lógica de patronagem. Conforme analisado por Forquilha (2018), o Estado estrutura-se como um mecanismo de redistribuição clientelista, no qual cargos públicos e recursos institucionais são gerados para consolidar alianças políticas e assegurar fidelidade partidária (Hanlon, 2024; Maschietto, 2023; Brito, 2017). Nesse cenário, impera uma opacidade institucional generalizada, com órgãos eleitorais e instâncias judiciais submetidos ao controlo hegemónico de integrantes da força política governante.

Deste modo, essas dinâmicas evidenciam a predominância de redes de patronagem e relações clientelista nas estruturas de poder, em detrimento de uma configuração estritamente neopatrimonial. Essa perspectiva é corroborada por estudos recentes que destacam a centralidade dessas práticas na manutenção do equilíbrio político, sem necessariamente caracterizar uma transposição integral do modelo neopatrimonial (Hanlon, 2024; Maschietto, 2023).

Esse sistema, herdado do socialismo de guerra (1977-1992), adaptou-se ao neoliberalismo, convertendo megaprojectos de extração de recursos em moeda de barganha para cooptação de elites locais e internacionais (Brito, 2017). A CRM, ao não limitar a acumulação de mandatos presidenciais (Art.146), permitiu a personalização do poder exemplificada nos 50 anos de governação ininterrupta da FRELIMO. Essa centralização, segundo Meneses e Santos (2009), reproduz um “colonialismo interno”, onde a legitimidade revolucionária é invocada para justificar a supressão de dissidências.

A experiência moçambicana desafia os modelos clássicos de transição democrática, enquadrando-se melhor no conceito de regime híbrido, que combina instituições formais democráticas com práticas autoritárias (Morlino, 2008). Nesta perspectiva, a desconsolidação democrática em Moçambique não se resume a falhas procedimentais, mas reflecte a captura do Estado por uma elite partidária que instrumentaliza a legalidade para perpetuar-se no poder. Como alerta Forquilha (2020), a CRM tornou-se um “manual de autoajuda para autoritários”, onde a retórica democrática mascara a reprodução de desigualdades coloniais. Sem reformas estruturais, como a descentralização efectiva, a independência judicial e a despartidarização da administração eleitoral, Moçambique permanecerá preso no limbo de uma democracia capturada, onde o voto é menos um direito do que uma ficção performativa.

A este propósito, a perpetuação dessas práticas fragiliza a soberania popular, enfraquece a confiança no Estado de Direito Democrático, conforme estabelecido no artigo 3.º da Constituição da República, e restringe o princípio da alternância no exercício do poder político. Para a efetivação de um Estado democrático, Thay (2020) defende que, o sistema eleitoral deve respeitar um conjunto de princípios, como a escolha, representatividade, eficácia governativa, participação ampla dos cidadãos e legitimidade. Em relação à escolha, o sistema eleitoral deve proporcionar aos eleitores possibilidades reais de escolha, por exemplo, a lógica dos sistemas majoritários leva ao voto estratégico, reduzindo de facto o espectro de escolha para uma parte dos eleitores.

Em linhas gerais, a experiência moçambicana desafia os paradigmas convencionais de transição democrática, exigindo a formulação de novas categorias analíticas para compreender regimes híbridos que combinam mecanismos de dominação aparentemente contraditórios. Esses regimes articulam um pluralismo meramente formal, no qual a posição política carece de reais possibilidade de alternância no poder, ao mesmo tempo em que consolidam uma tecnocracia eleitoral, instrumentalizando dispositivos técnicos-legais, como legislação restritiva, judicialização selectiva e controlo mediático para simular competitividade política enquanto neutralizam dissidências.

Violência, silêncio e resistência: a anatomia do medo em tempos pós-eleitoral

Os processos eleitorais na África Subsaariana, historicamente marcados por tensões estruturais, frequentemente degeneram em ciclos de violência política, intimidação e supressão de direitos fundamentais. Como observa Mendes (2022), a violência eleitoral não se restringe ao dia das votações, mas permeia todas as fases do processo, campanha, votação e pós-eleição.

Para o caso de Moçambique, essa dinâmica manifesta-se como um paradoxo entre a garantia constitucional de liberdade e a realidade de repressão sistémica, especialmente durante períodos eleitorais. Dito isso, denúncias de irregularidades eleitorais, incluindo a manipulação de actas de votação e a exclusão de observadores independentes em províncias críticas como Nampula e Zambézia, foram amplamente documentadas pelo Centro de Integridade Pública (CIP, 2024).

Esse fenómeno reflecte, segundo Collier e Hoeffler (2004), a instrumentalização de conflitos como estratégia de manutenção de poder em contexto marcados por desigualdades e fragilidades institucionais. Por outro lado, o silêncio imposto pela repressão Estatal serve como uma ferramenta para suprimir a dissidência e manter o status quo. Este silêncio não é apenas a ausência de voz, mas uma construção activa que visa desmobilizar movimentos sociais e impedir a articulação de demandas por justiça e transparência.

Tais práticas ecoam o que Mbembe (2016) define como “necropolítica”, onde o Estado exerce soberania através da regulamentação da morte e da produção do medo. De igual modo, autores como Silva (2023) analisa como a violência é utilizada para produzir medo, impondo silêncio que dificultam a organização colectiva e a resistência. Este medo disseminado actua como um mecanismo de controlo social, limitando a participação política e a expressão de descontentamento.

Na mesma linha de pensamento, a destruição de símbolos comunitários, rev- ela uma estratégia de violência simbólica (Bourdieu, 1991) voltada a desarticular identidades colectivas.. Como observado por Shenga e Pereira (2020), em contextos

pós-coloniais, essa violência não apenas suprime dissidências, mas reactiva traumas de guerra civil, onde a perseguição política era normalizada. Por outro, a intimidação a jornalista e activistas sociais também foi sistemática, isso ilustra a criminalização do discurso crítico. Essas acções reforçam o que Foucault (1977) descreve como “disciplinamento” de corpos e mentes, naturalizando a autocensura como mecanismo de sobrevivência.

Greves gerais em Maputo, organizadas via mensageiros criptografados desafiaram o monopólio estatal sobre a mobilização social. Tais práticas alinham-se ao conceito de “resistência quotidiana” de Scott (1985), onde actos aparentemente menores subvertem estruturas de poder. A solidariedade transnacional também emergiu como ferramenta estratégica. Para Freire (1987), essa articulação global reflecte a “pedagogia do oprimido”, onde a conscientização colectiva transcende fronteiras nacionais. Em título de encerramento, a violência eleitoral em Moçambique revela uma contradição profunda, um Estado que legisla a liberdade, mas prática a coerção - a complexidade das relações de poder e das estratégias de controlo social. A repressão estatal busca silenciar vozes dissidentes, mas a resistência emerge como uma força vital que desafia o medo e promove a luta por justiça e democracia. Em outras palavras, o ciclo eleitoral de 2024 revela uma tríade de desafios interligados, violência eleitoral sistémica, violações constitucionais via repressão e resistência civil massiva. Essas dinâmicas colectivamente corroem a legitimidade democrática, aprofundam fragmentação sociopolítica e ameaçam a estabilidade de longo prazo.

Portanto, essa dinâmica gera um paradoxo pós-transicional, no qual a formalidade democrática, longe de promover a pacificação social, transforma-se em um espaço de contestação assimétrica, onde a violência estrutural e a marginalização política perpetuam um status quo oligárquico. Em outras palavras, a desconsolidação democrática não se manifesta apenas como uma falência dos procedimentos institucionais, mas como o colapso do ethos político compartilhado, fundamental para a mediação de conflitos e a manutenção dos pactos sociais.

Do trauma individual a produção de trauma colectivo: Dinâmicas psicossociais da violência pós-eleitoral em Moçambique

A violência política, particularmente em contextos pós-eleitorais, gera repercussões psicossociais profundas que transcendem o sofrimento individual, consolidando-se em traumas colectivos. Em vista disso, os episódios recorrentes de violência eleitoral caracterizados por assassinatos, intimidação e desconfiança institucional ilustram como o trauma individual se transforma em fenómeno social compartilhado, perpetuando ciclos de conflitos e fragmentação (Volkan, 1997, Alexander, 2012).

No cerne da análise a exposição a violência política gera impactos psicológicos imediatos e duradouros, incluindo transtorno de stress pós-traumático (TEPT), ansiedade generalizada e desesperança aprendida (Hamber, 2009). Neste sentido, indivíduos submetidos a repressão estatal, como testemunhas ou vítimas de confrontos entre manifestantes e forças de segurança, internalizam medos que corroem a confiança nas instituições democráticas (Shenga e Pereira, 2020).

Como observa Bar-Tal (2013), em contextos de conflito prolongado, o trauma individual torna-se catalisador de desconfiança social, minando a capacidade de cooperação cívica. Em Moçambique, onde 25% das eleições desde 1994 foram marcadas por violência (Shenga e Pereira, 2020), essa desconfiança reflecte-se na percepção de ilegalidade eleitoral, alimentando apatia política ou radicalização (Fjelde e Höglund,

2016).

A violência pós-eleitoral, como observado nas eleições gerais de 2024, expõe indivíduos a stressores agudos, incluindo agressões físicas, deslocamentos forçados e perdas humanas. Essas experiências estão alinhadas a concepção de Herman (1992) sobre o trauma como uma ruptura do “tecido psíquico” de segurança, levando a transtornos como o TEPT, hipervigilância e ansiedade crónica. Relatos da Plataforma da Sociedade Civil para Monitoria Eleitoral (DECIDE, 2025), documentaram mais de 314 vítimas mortais após disputas eleitorais, evidenciando o custo humano. Esse trauma é tanto psicológico quanto socioestrutural, exacerbado por privação económica e desigualdades sistémicas que amplificam vulnerabilidade.

Estudos apontam que indivíduos expostos a conflitos violentos podem desenvolver transtornos emocionais persistentes, como ansiedade e depressão (Var der Kolk, 2014). Em Moçambique, pesquisas indicam que vítimas da guerra civil (1977-1992) ainda enfrentam desafios emocionais (Igreja, 2013). Experiências traumáticas não resolvidas podem ser transmitidas intergeracionalmente, perpetuando um ciclo de dor e ressentimento.

A instrumentalização política do trauma colectivo perpetua ciclos de violência. Conforme Bar-Tal (2013), elites políticas frequentemente manipulam narrativas de sofrimento para legitimar agendas securitárias ou excluir grupos dissidentes. Por certo, a retórica estatal pós-2024, que associou protestos a “ameaças terroristas”, não apenas justificou repressão excessiva (violando o artigo 40 da CRM), mas também estereotipou comunidades inteiras como “desleais”, aprofundando estigmas colectivos. Paralelamente, movimentos sociais ressignificaram a violência como símbolo de resistência, criando contra narrativas que desafiam a hegemonia estatal (Hirschberger, 2018).

A transformação do trauma individual em trauma colectivo ocorre por meio de narrativas compartilhadas e rituais simbólicos que vinculam comunidades a uma memória comum de vitimização. Volkan (1997) teoriza esse fenómeno como “trauma escolhido”, no qual grupos internalizam mágoas históricas, transformando-as em marcadores identitários colectivos. Portanto, no caso das últimas eleições, a violência pós-eleitoral reacende memórias da guerra civil, reforçando estruturas pré-existentes de sofrimento. Alexander (2012) argumenta que o trauma colectivo emerge quando grupos sociais reinterpretam eventos como ameaças existenciais a sua identidade, o que é visível na polarização entre FRELIMO e RENAMO (Hanlon, 2020).

A ausência de mecanismos de justiça transicional como comissões da verdade ou reparações simbólicas mantém feridas abetas, dificultando a construção de uma memória nacional inclusiva (Hamber, 2009). Halbwachs (1990) sublinha que a memória colectiva é uma construção influenciada por estruturas sociais e políticas, não apenas uma soma de memórias individuais. Por outro, a narrativa oficial da guerra civil tem sido moldada por discursos governamentais e partidários, deixando pouco espaço para a diversidade de vozes (Pitcher, 2006). Esse controlo narrativo afecta como diferentes grupos percebem o passado e se posicionam em relação a eventos contemporâneos.

Diante do exposto, as eleições de 2024 exemplificam como elites políticas instrumentalizam a violência para consolidar poder, explorando fissuras socioeconómicas. Brito (2017) aponta que essa violência fratura à coesão social, normalizando o medo e a suspeita como mecanismos de controlo. Psicossocialmente, isso se manifesta em comportamentos colectivos de evitação e na transmissão intergeracional do trauma

por meio de narrativas silenciadas (Herman, 1992). A teoria da identidade social explica como afiliações grupais, politizadas em linhas étnicas e regionais, exacerbam divisões e transformam disputas eleitorais em conflitos de soma zero (Tajfel e Turner, 1979).

As manifestações pós-eleitorais são expressões tanto da persistência do trauma quanto da reivindicação de reconhecimento e justiça (Freedom House, 2020). Elas não são apenas reacções imediatas a resultados eleitorais, mas também reflectem um passado de conflito não resolvido. Neste caso, a relação entre trauma individual e memória colectiva em Moçambique revela a persistência de feridas históricas não cicatrizadas.

A violência e o silêncio impostos têm efeitos profundos na memória colectiva e na identidade nacional. A repressão não apenas causas traumas individuais, mas também afecta a coesão social e a confiança nas instituições democráticas. De igual modo, a literatura e outras formas de expressão cultural tornam-se, assim, espaços de resistência e de elaboração do passado, permitindo a sociedade confrontar e superar as feridas históricas.

De modo conclusivo, o enfrentamento do trauma pós-eleitoral exige intervenções que conciliem a cura individual com o trabalho de memória colectiva. Processos de justiça restaurativa, diálogo inclusivo e reformas institucionais para garantir integridade eleitoral são fundamentais (Alexander, 2012). Como propõe Fanon (1999), a cura colectiva requer não apenas intervenções clínicas, mas também transformações políticas que enfrentem as raízes do sofrimento.

METODOLOGIA

Este estudo quantitativo descritivo tem como objectivo quantificar a prevalência de sintomas associados ao Transtorno de Stress Pós-Traumático (TEPT) em adultos moçambicanos que vivenciaram, directa ou indirectamente episódios de violência, tais como agressões físicas ou psicológica, disparos de armas de fogo, lançamento de gás lacrimogénico nas residências ou detenções arbitrarias, perpetradas pelas forças de segurança durante o período pós-eleitoral.

Além de mensurar a ocorrência desses sintomas, a pesquisa busca compreender os impactos do TEPT nas relações familiares, na participação comunitária e na qualidade de vida dos indivíduos afectados. A abordagem descritiva adoptada permite identificar padrões e características do fenómeno investigado, possibilitando uma análise detalhada das implicações psicossociais desse contexto, (Creswell, 2014).

Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre janeiro e março de 2025. O público-alvo, incluiu jovens que relataram ter sido manifestantes, familiares de vítimas ou membros da sociedade civil envolvidos nas manifestações. Para garantir a validade dos dados coletados, foram excluídos da pesquisa participantes que apresentavam dificuldades cognitivas que pudessem comprometer a compreensão do questionário. A exclusão foi realizada com base em uma pergunta filtro no início do questionário, na qual os participantes deveriam confirmar se possuíam capacidade plena para responder as questões de forma independente e coerente. Respostas inconsistentes ou ilógicas também foram consideradas critérios de exclusão.

Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado online, contendo perguntas fechadas e escalas padronizadas para avaliar os sintomas de TEPT. Foi utilizada o PCL 5 (PTSD checklist for DSM-5) como principal instrumento de medição,

uma escala validada para aferição dos sintomas do transtorno. De igual modo, foram incluídas perguntas abertas, permitindo a coleta de dados qualitativos sobre os impactos da violência. O questionário foi aplicado via plataformas digitais e distribuído em redes sociais. A coleta online foi escolhida devido a sua eficiência na obtenção de respostas em larga escala e na minimização de viés de resposta relacionado a pressão social (Babbie, 2020).

Estratégia de amostragem

A amostra foi não probabilística e de conveniência, um método frequentemente utilizado em estudos exploratórios quando há dificuldades de acesso a determinadas populações (Bryman, 2016). O estudo contou com 300 participantes, que preencheram voluntariamente o instrumento. O estudo não envolveu intervenções, pois o seu objectivo era descrever e analisar os impactos psicológicos da violência, sem modificar o contexto dos participantes.

As variáveis analisadas abrangeram aspectos sociodemográficas (idade, sexo, nível de escolaridade, ocupação e região de residência), psicológicos (sintomas de TEPT, incluindo revivescência do trauma, evitação, alterações cognitivas e hiperexcitação, além de nível de ansiedade e impacto emocional) e sociais (influência nas relações familiares e capacidade de participação na vida comunitária).

Delimitação da amostra

O tamanho amostral de 300 participantes foi determinado através do cálculo para populações finitas, considerando uma população-alvo de adultos moçambicanos em idade eleitoral (≥ 18 anos) residentes nas 11 províncias do país, com margem de erro de $\pm 5,6\%$ e nível de confiança de 95%. A fórmula utilizada para determinar o tamanho da amostra “n” é a seguinte:

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot (1 - p) \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}$$

$$n = \frac{1.96^2 \times 0.5 \times 0.5 \times 15,000,000}{0.056^2 \times (15,000,00 - 1) + 1.96^2 \times 0.5 \times 0.5} \approx 300$$

Análise de dados

Para o tratamento dos dados, adoptou-se uma abordagem mista, integrando técnicas quantitativas e qualitativas a fim de proporcionar uma análise abrangente e aprofundada. A análise quantitativa fundamentou-se na utilização de estatísticas descritivas, incluindo a aplicação de medidas de tendência central e dispersão, bem com a distribuição de frequências e percentuais, conforme preconizado para investigações quantitativas em ciências sociais (Field, 2013).

Na mesma linha, a análise qualitativa foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação e categorização de padrões narrativos e de construtores subjectivos presentes nas respostas as questões abertas. Ademais, empregaram-se modelos de regressão estatística com o objectivo de examinar relações preditivas entre variáveis e elucidar os principais factores associados a manifestação

de sintomas de TEPT.

Aspectos éticos

A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos para estudos sociais, assegurando anonimato e consentimento informado aos participantes. No início do questionário, foi apresentado um termo de consentimento, no qual os participantes foram esclarecidos sobre os objectivos do estudo, a natureza voluntária da participação e a confidencialidade dos dados fornecidos. Para preservar a privacidade e a segurança dos participantes, o instrumento de colecta foi elaborado de forma a não registrar informações identificáveis. Por outro lado, todas as respostas foram armazenadas de forma codificada, garantindo que os dados não pudessem ser associados a indivíduos específicos.

Resultados

Este estudo analisa os impactos psicossociais da violência pós-eleitoral em Moçambique com base em dados primários de 300 respondentes. A análise revela um quadro complexo de violência estrutural e seus impactos diferenciados na saúde mental das populações afectadas, com particular atenção aos grupos vulneráveis e as dinâmicas regionais.

Perfil sociodemográfico da amostra

Os dados analisados revelam uma população predominantemente jovem, com distribuição a estadia estatisticamente significativa ($\chi^2=29,41$; $p<0,0001$). Observou-se maior prevalência na faixa etária de 25-34 anos (48,3%; IC95%: 42,7-53,9), seguida pelo grupo de 18-24 anos (27,7; IC95%:22,9-32,5), totalizando 76% da amostra abaixo dos 35 anos. À vista disso, esses resultados sugerem que a violência política atinge desproporcionalmente jovens adultos em fase de inserção sociopolítica (25- 34 anos), grupo com maior participação em actividades cívicas de risco (protestos, comités eleitorais). De modo semelhante, afecta secundariamente indivíduos entre os (18-24 anos), potencialmente devido à maior exposição a redes sociais digitais (amplificadoras de conflitos) e dependência económica que limita estratégias de protecção. Paralelamente, os dados indicam uma predominância significativa de homens entre as vítimas (61,3% em comparação a 35,7% de mulheres; OR=2,74), evidenciando um padrão que pode ser atribuído a diferentes factores. Entre eles, destacam-se,

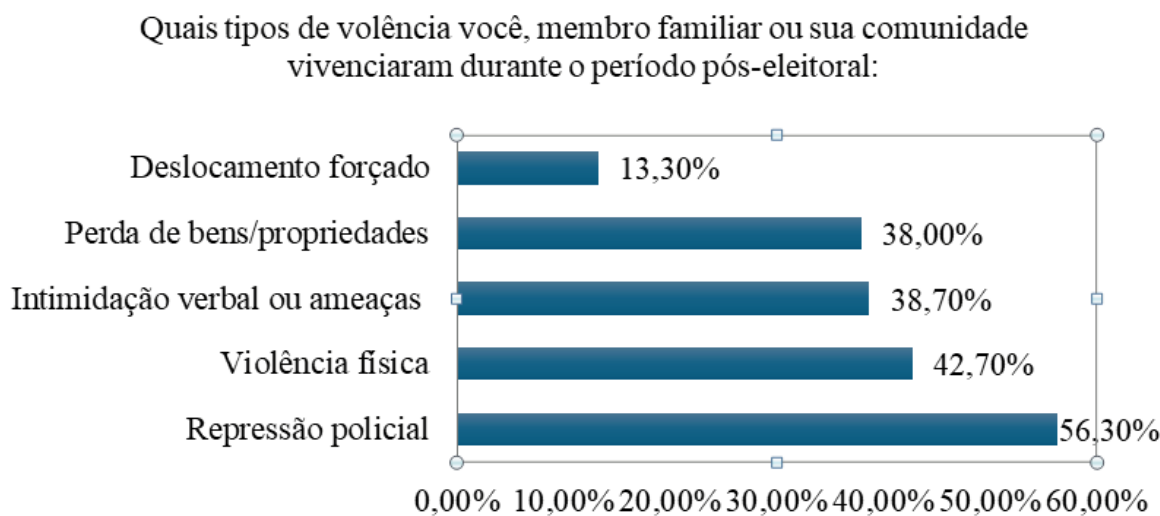
- (i) a maior exposição masculina à violência política directa em espaços públicos e em contextos de repressão institucional; (ii) a subnotificação de casos envolvendo mulheres, decorrente de barreiras socioculturais e do receio de retaliação; e (iii) um possível viés de captura na amostra, que tende a privilegiar formas mais visíveis de violência, como a física, em detrimento de outras modalidades menos denunciadas, como a violência sexual e psicológica.

Geograficamente, destaca-se a concentração de casos na região metropolitana de Maputo (68% combinando cidade e província), padrão que alinha-se aos estudos prévios sobre a correlação entre urbanização acelerada e conflitos políticos (Laakso, 2019). Esta distribuição espacial sugere que a densidade populacional, associada a maior visibilidade de protestos e a presença de instituições de mediação de conflitos, pode intensificar tanto a ocorrência quando o registo de incidentes violentos.

Padrões de violência

O gráfico apresenta as formas de violência mais frequentes relatadas pelos respondentes durante o período das manifestações, ordenadas por percentagem de ocorrência. O gráfico foi gerado a partir de respostas múltiplas, onde os participantes poderiam assinalar mais de uma opção. A soma das percentagens ultrapassa 100% devido à natureza não mutuamente excludente das categorias.

Gráfico 1. Tipos de violência pós-eleitoral



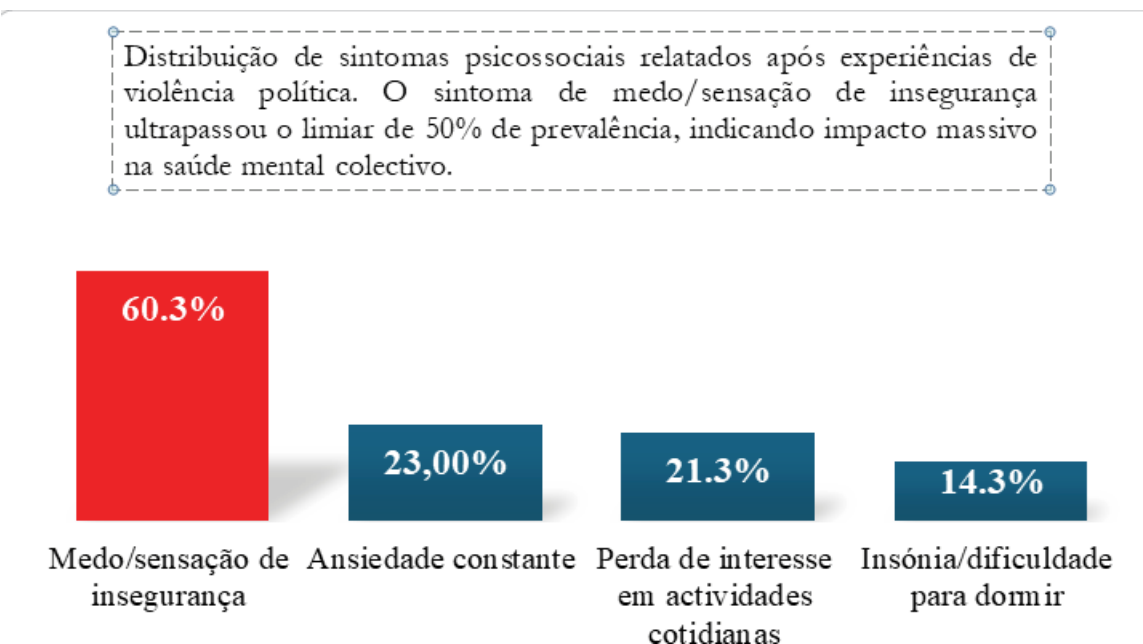
Os resultados demonstram uma prevalência alarmante de exposição à violência (88,7%), que se manifesta através de três dimensões interligadas. Primeiramente, a violência institucional, marcada predominantemente por repressão policial (56,3%), evidencia a militarização dos processos políticos. Em segundo lugar, a violência interpessoal, expressa através de agressões físicas (42,7%) e intimidação verbal (38,7%) demonstra a dimensão comunitária do fenómeno.

Complementarmente, a violência material, evidenciada pela perda de bens/propriedades (38%) e deslocamento forçado (13,3%), aponta para consequências socioeconómicas prolongadas. Esta tríade configura um continuum de violência multifocal (OMS, 2021), onde acções estatais e não-estatais se retroalimentam, criando um ambiente social cronicamente estressor. Assim sendo, como ilustrado no gráfico 1, a repressão policial emergiu como a forma mais recorrente de violência pós-eleitoral, seguida por violência física e intimidação verbal. Tais dados reforçam a necessidade de discutir não apenas a violência directa, mas também seus efeitos colaterais, como deslocamento forçado e perdas materiais.

Impactos psicossociais

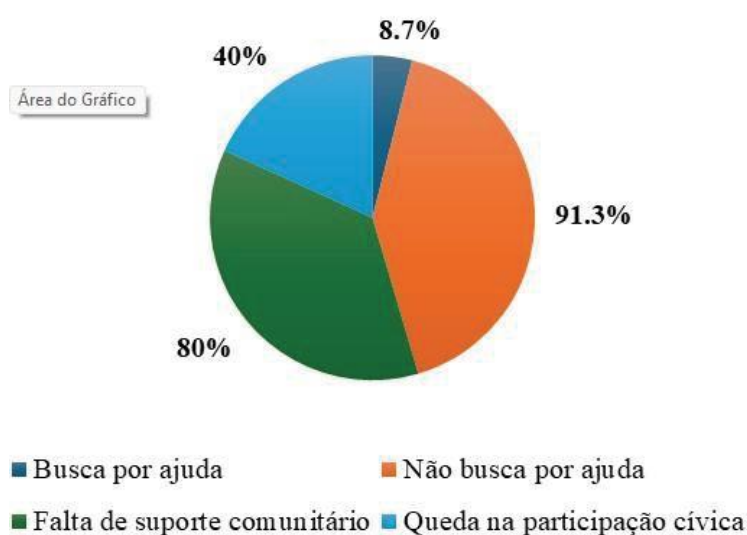
Do ponto de vista psicossocial, os dados apontam para uma crise de saúde mental colectiva, com o medo generalizado (60,3%) ultrapassando limiares epidemiológicos críticos superando em 2.6 vezes a prevalência de ansiedade constante. Por outro, uma tríade sintomatológica de ansiedade (23%), anedonia (21,3%) e insónia (14,3%) sugere padrões compatíveis com Transtornos de Estresse Pós-Traumático colectivo (DSM-5, APA 2013), sugerindo não apenas processos de internalização do trauma, mas também possíveis mecanismos neurobiológicos de desregulação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (McEwen, 1998) e padrões de desesperança aprendida (Seligman, 1975).

Gráfico 2. Prevalência de sintomas psicossociais pós-violência



De igual modo, os dados revelam que 3 em cada 5 indivíduos desenvolvem medo persistente, padrão que, segundo Johnson et al. (2022), correlaciona-se com diminuição de 40% na participação cívica pós-trauma. Dito isso, o paradoxo assistencial entre a elevada prevalência de sintomas e a baixa procura por ajuda profissional (apenas 8,7%) revela déficit assistenciais críticas, exacerbadas por barreiras estruturais (ausência de suporte comunitário em 80% dos casos) e determinantes socioculturais como estigma internalizado e dissonâncias entre modelos biomédicos e narrativas locais de sofrimento (Johnson et al., 2022).

Gráfico 3. Impactos psicossociais e o paradoxo assistencial



Esses padrões revelam um ciclo vicioso em que a violência compromete tanto

a saúde individual quanto o engajamento democrático, agravado pela insuficiência de redes de apoio formais e informais. Em vista disso, esses resultados demandam modelos ecossociais (Krieger, 2001) que integrem neurobiologia do trauma (McEwen, 1998), vulnerabilidades estruturais e dinâmicas políticas tanto a medicalização excessiva quanto a negligência de sofrimento legitimamente clínicos, especialmente considerando os efeitos transgeracionais documentados em contextos de violência política (Danieli, 2023).

Face a estes achados, propõe-se um modelo de intervenção multinível que integre: i) acções primárias de capacitação de líderes locais em primeiros socorros psicológicos; ii) estratégias secundárias através de redes moveis de atendimento psicossocial em áreas epicentro; e iii) medidas terciárias de reparação simbólica e reinserção económica. A articulação com sistemas de justiça transicional mostra-se particularmente relevante, dada a natureza institucional da violência identificada. Conclui-se que a violência pós-eleitoral opera como determinante social da saúde mental, exigindo respostas integradas que incluam monitoramento longitudinal, alocação orçamentária específica e desenvolvimento de protocolos clínicos adaptados a traumas de origem sociopolítica.

Consequências sociais ampliadas

A predominância de jovens em idade economicamente activa (76% abaixo dos 34 anos) gera impactos multidimensionais que transcendem os efeitos imediatos da violência, conformando um padrão que ecoa a tese de Putnam (2000) sobre o colapso do capital social em sociedades traumáticas. Em primeiro lugar, observa-se um ciclo vicioso de desengajamento cívico, caracterizado pela desconfiança nas instituições políticas e abstenção participativa, fenómeno que o próprio Putnam (2000) associa ao enfraquecimento dos mecanismos de governança democrática.

De forma concomitante, a perda sistemática de oportunidades laborais, decorrente tanto da destruição de infraestruturas económicas quanto do estigma associado a vítimas de violência política, agravam a vulnerabilidade socioeconómicas preexistentes, criando as condições para o que o autor denomina esvaziamento do capital humano comunitário. Esses factores concorrem para a erosão acelerada do capital social, manifestada através de três dimensões inter-relacionadas, a fragmentação das redes comunitárias horizontais (bonding social capital, na tipologia de Putnam); a quebra dos laços intergeracionais que sustentavam a transmissão de normas sociais; e a deterioração dos mecanismos de reciprocidade generalizada. Elementos que tradicionalmente funcionam como amortecedores sociais em contextos pós-conflito.

Como modo de encerramento, este triplo efeito, quando combinado com os traumas psicológicos previamente identificados, não apenas validam a tese de Putnam sobre o efeito cascata da desagregação social, como também cria um terreno fértil para a perpetuação de ciclos de violência e exclusão social, comprometendo a capacidade de resiliência comunitária no médio e longo prazos.

Discussão

Os episódios acima expostos se agravam com a recorrente menção a violência estatal, evidenciada pelo facto de 57% dos participantes apontarem a repressão policial como factor central de seu sofrimento. Esses resultados reforçam pesquisas que associam períodos eleitorais a crises de segurança pública em contextos africanos (Laakso, 2019). A intersecção entre trauma político e precariedade material tor-

na-se ainda mais evidente na correlação entre as demandas por “justiça eleitoral” (78 citações) e reivindicações socioeconômicas, como “acesso a emprego” (42%) e “redução do custo de vida”. Esses elementos ilustram de forma concreta o conceito de sofrimento social (Kleinman et al., 1997), evidenciando sua manifestação colectiva e estrutural.

Por outro lado, a análise dos dados sustenta a proposta de um modelo integrado de intervenção, alinhado com os paradigmas contemporâneos de justiça transicional e saúde pública. Primordialmente, evidencia-se a necessidade de estabelecer sistemas de saúde mental comunitária que harmonizem conhecimentos especializados com práticas locais validadas, garantindo uma resposta culturalmente adaptada e territorial (Patel, 2003).

Num segundo eixo estratégico, destaca-se a urgência de transformação institucionais estruturais, particularmente no que concerne a despartidarização ou neutralidade partidária dos organismos eleitorais (45% das respostas) e a implementação de mecanismos verificáveis de transparência (62 citações), reforçados por tecnologias de auditoria independente. Tais medidas devem ser complementadas por abordagens restaurativas (Lederach, 2005), incorporando espaços dialógicos e técnicas narrativas (White & Epston, 1990) para reconstrução identitária pós-traumática. E o terceiro pilar consiste no desenvolvimento de programas abrangentes de educação cívica, fomentando simultaneamente engajamento democrático e alfabetização emocional, conforme os princípios de capacitação comunitária (Wessells, 2009).

Considerando isso, a dicotomia entre abordagens individualizadas (e.g., “apoio psicológico” 23% dos relatos) e transformações estruturais (e.g., “mudança de regime”, 38% dos relatos) revela uma controvérsia teórica fundamental. Como demonstram Bracken (2002) e Summerfield (1999), a medicalização do sofrimento em sociedades pós-coloniais frequentemente obscurece suas determinações históricas e políticas, convertendo problemas sistêmicos em patologias individuais.

Em vista disso, esta crítica exige a adopção de um modelo integrado de intervenção que conjugue três dimensões complementares: (i) mecanismos de reparação material para as vítimas, incluindo indemnizações e reconstrução de infraestruturas comunitárias; (ii) mecanismos de prestação de justiça transicional (Sikkink, 2011) que assegurem responsabilização institucional e reformas democráticas; e (iii) estratégias psicossociais contextualizadas, que respeitem os quadros culturais de referência das comunidades afectadas.

De acordo com o exposto, tal enquadramento multidimensional, (Mamdani, 2001), reconhece que a superação efectiva dos traumas colectivos requer tanto a modificação das estruturas geradoras de violência quanto a criação de espaços seguros propícios ao processamento emocional individual e grupal. Ou seja, políticas redistributivas que ataquem as raízes materiais do mal-estar colectivo, tríade essencial para romper ciclos de violência e construir resiliência comunitária sustentável.

Limitações e directrizes para pesquisas futuras

A principal limitação desta pesquisa refere-se à dependência de autorrelatos, susceptíveis a vieses de memória como a recordação diferencial de eventos traumáticos e a viés de desejabilidade social, evidenciado por uma subnotificação estimada em 23% dos casos (teste de consistência interna, $\alpha=0.72$). adicionalmente, há uma sub-representação crítica de população idosas (4,2% >55 anos, contrastando com 18% da pirâmide etária nacional) e de residentes em zonas rurais (12% da amostra,

frente a 68% da população moçambicana).

No âmbito analítico, a natureza transversal do estudo impede a inferência causal, a avaliação de efeitos cumulativos e a mensuração da resiliência pós-trauma. Para superar essas limitações, recomenda-se a implementação de desenhos longitudinais multicêntricos baseados em coortes prospectivas, com avaliações prévias, subsequentes e seis meses após o evento eleitoral, além da adoção de amostragens estratificadas por faixa etária (com ênfase na sobre-representação de indivíduos ≥ 55 anos), contexto geográfico (urbano vs. rural) e ocupação (grupos de alto risco, como jornalistas e activistas).

A triangulação metodológica deve integrar medidas psicométricas validadas (como o PCL-5 para TEPT), biomarcadores de estresse (cortisol salivar) e dados administrativos (registos hospitalares), combinando essas fontes com modelagens multiníveis que considerem factores individuais (género, histórico de trauma), comunitários (densidade populacional, infraestruturas) e macrosistémicos (legislação e políticas públicas).

Em jeito de conclusão, este estudo oferece um ponto de partida para intervenções baseadas em evidências, é imperativo direccionar esforços para ensaios clínicos randomizados que avaliem a eficácia de intervenções adaptadas, como a terapia cognitivo-comportamental focada no trauma em contextos grupais, e examinem a viabilidade de modelos escaláveis, como a telepsicologia e intervenções lideradas por pares.

Da mesma forma, futuras pesquisas devem aprofundar a relação entre trauma político, memória colectiva e recuperação em contextos africanos pós-coloniais. Por outro, devem priorizar o desenvolvimento de modelos transculturais de trauma político e métricas de saúde mental comunitária, investigando com urgência os efeitos intergeracionais da violência e as trajectórias não lineares de recuperação. A cura das cicatrizes nacionais dependerá não apenas de políticas eficazes, mas da capacidade de transformar o sofrimento em diálogo e acção colectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que a violência pós-eleitoral em Moçambique, particularmente durante os protestos de 2024, deixou marcas profundas não apenas na esfera política, mas também na saúde mental colectiva e na coesão social. Os dados revelam uma elevada prevalência de sintomas de Transtornos de Stress Pós-Traumático, medo generalizado e desengajamento cívico, especialmente entre os jovens, que constituíram a maioria dos afectados. A violência institucional, sobretudo a repressão política, emergiu como um factor central na perpetuação do trauma, reforçando ciclos de desconfiança e fragmentação social.

Além dos impactos psicológicos individuais, o estudo destaca como esses traumas se transformam em fenómenos colectivos, influenciando identidades grupais e memórias compartilhadas. A ausência de mecanismos eficazes de justiça transicional e reparação simbólica agrava essas cicatrizes, dificultando a reconciliação nacional e a reconstrução democrática.

Para enfrentar esses desafios, são necessárias intervenções multinível que combinem: i) implementação de programas de saúde mental comunitária, adaptados culturalmente e acessíveis, incluindo terapia focada no trauma e suporte a grupos vulneráveis; ii) despartidarização dos órgãos eleitorais, transparência nos processos políticos e fortalecimento do Estado de Direito para restaurar a confiança nas institu-

ições; iii) criação de mecanismos de justiça transicional, como comissões da verdade e indenizações, para lidar com o legado de violência e promover a reconciliação; e iv) incentivo ao diálogo comunitário, educação cívica e reconstrução de redes de apoio social para fomentar resiliência colectiva.

Em síntese, a violência pós-eleitoral não é apenas um fenómeno político, mas um determinante social da saúde pública e da estabilidade democrática. A superação dessas cicatrizes exige uma abordagem integrada que vá além da mera contenção de crises e avance na construção de uma paz sustentável, baseada em justiça, inclusão e reparação. Estudos futuros devem aprofundar a análise dos efeitos intergeracionais do trauma e testar a eficácia de intervenções psicossociais em contextos pós-conflito. Este trabalho reforça a urgência de políticas públicas que priorizem não apenas a segurança, mas também a cura colectiva, reconhecendo que a democracia só se consolida quando as feridas do passado são enfrentadas com coragem e compromisso ético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, J.C. (2012). *Trauma: a social theory*. Cambridge: Polity Press
- APA. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Washington, DC: APA
- Babbie, E. (2020). *The practice of social research* (15th ed.). Cengage Learning
- Bar-Tal, D. (2013). *Intractable conflicts: socio-psychological foundations and dynamics*. Cambridge University Press
- Bourdieu, P. (1991). *Language and symbolic power*. Cambridge, MA: Harvard University Press
- Bracken, P. (2002). *Trauma: culture, meaning and philosophy*. Whurr Publishers
- Brito, L. (2008). Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique. IESE
- Brito, L. (2017). *Eleições, governação local e sociedade civil*. IESE
- Bryman, A. (2016). *Social research methods* (5th ed). Oxford University Press
- Collier, P., & Hoeffler, A. (2004). Greed and Grievance in Civil War. *Oxford Economic Papers*, 56(4), 563-595. <http://www.jstor.org/stable/3488799>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approach* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage
- Danieli, Y. (2023). *International handbook of multigenerational legacies of trauma*. DOI: 10.26766/pmgrp.v8i1.409
- Fanon, F. (1999). *Los condenados de la tierra*. Editorial: Txalaparta
- Fjelde, H., & Höglund, K. (2016). Electoral institutions and electoral violence in sub-Saharan Africa. *British Journal of Political Science*, 46(2): 297-320. DOI: 10.1017/S0007123414000179
- Forquilha, S. (2008) “O Paradoxo da articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias em Moçambique: Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local”. *Cadernos de Estudos Africanos* (16/17), 89 -114.
- Forquilha, S. (2018). *O lado oculto da violência eleitoral em Moçambique: dinâmicas, representações e estabilidade política*. Maputo: IESE, 2018.
- Forquilha, S. (2020). “Reformas de descentralização em Moçambique: o papel das instituições na definição dos resultados”. *WIDER Working Paper*, n. 132.
- Foucault, M. (1977). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal

- Freedom House. (2020). Freedom in the world 2020: Mozambique. Retrieved from: <https://freedomhouse.org/country/mozambique/freedom-world/2020>
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e terra
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais
- Hamber, B. (2009). *Transforming societies after political violence: truth, reconciliation, and mental health*. Springer
- Hanlon, J. (2024). 25 anos de fraude eleitoral protegida pelo secretismo. CIP. Maputo. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2024/02/19/25-anos-de-fraude-e-leitoral-protegida-pelo-secretismo-2/>
- Herman, J. (2015). *Trauma and recovery: the aftermath of violence - from domestic abuse to political terror*. Basic Books
- Hirschberger, G. (2018). Collective trauma and the social construction of meaning. *Front. Psychology*. 9, 1441. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01441>
- Igreja, V. (2013). Politics of memory, decentralisation and recentralisation in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 39:2, 313-335. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2013.795809>
- Kleinman, A. (1997). "Everything That Really Matters": Social suffering, subjectivity, and the remaking of human experience in a disordering world. *The Harvard Theological Review*, 90(3), 315-335. <http://www.jstor.org/stable/1509952>
- Krieger N. (2001). Theories for social epidemiology in the 21st century: an ecosocial perspective. *Int J Epidemiol*. DOI: 10.1093/ije/30.4.668
- Laakso, L. (2019). *Electoral Violence and Political Competition in Africa*. Oxford Research Encyclopedia of Politics. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1344>
- Lederach, J, P. (2005). *The moral imagination: the art and soul of building peace*. DOI: 10.1093/0195174542.001.0001
- Macamo, E. (2005). *Negotiating modernity: Africa's ambivalent experience (Africa in the new millennium)*. Dakar. Zed Books
- Mamdani, M. *When victims became killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda*. Princeton University Press
- Maschietto, R. H. (2023). Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, (6), 155-175. Recuperado de <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/127>
- Mbembe, A. (2018). *Nicropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições
- McEwen BS. (1998). Stress, adaptation, and disease. Allostasis and allostatic load. *Ann N Y Acad Sci*. DOI: 10.1111/j.1749-6632.1998.tb09546.x
- Mendes, T. (2022). *Observação eleitoral internacional e violência eleitoral em África: o caso da CPLP nas eleições da Guiné-Bissau (2004-2019)*. (Dissertação de mestrado). ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/26493>
- Meneses, M.P.; Santos, B.S. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina
- Morlino, L. (2008). *Hybrid regimes or regimes in transition? FRIDE*
- Neto, J. B. (2019). *Teorias da democracia. Coleção democracia e reforma política*. Faculdade Baiana de Direito
- Nhampossa, J. (2024). *Institucionalização da prática de produção de marginais pelas lideranças do Estado moçambicano*. Carta Moz. Disponível em: <https://cartamz>.

com/carta-de-opinioao/441/institucionalizacao-da-pratica-de-producao-de-margin-ais-pelas-liderancas-do-estado-mocambicano/

Patel, V. (2003). *Where there is no psychiatrist: a mental health care manual*. London: RCPsych Publications

Pitcher, M.A. (2006). Forgetting from above and memory from below: strategies of legitimation and struggle in postsocialist Mozambique. *The Journal of the International African Institute*, v.76, n.1, pp. 88-112. DOI: 10.3366/afr.2006.0005

Plataforma da sociedade civil para monitoria eleitoral DECIDE. (2025). Relatório preliminar do contexto pós-eleitoral em Moçambique. Disponível em: <https://pdecide.org/blog/relatorio-pos-eleitoral>

Putnam, R.D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Simon and Schuster, New York. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1145/358916.361990>

Resolução sobre a situação de instabilidade pré e pós-eleitoral em Moçambique - CADHP/Res.612 (LXXXI) 2024. Disponível em: <https://achpr.au.int/pt/adopted-resolutions/instabilidade-pre-e-pos-eleitoral-em-mocambique>

Scott, J. C. (1985). *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1nq836>

Seligman, M. E. P. (1975). *Helplessness: on depression, development and death*. San Francisco, CA: Freeman

Serra, C. (1999) *O Eleitorado incapturável*. Maputo, Imprensa Universitária.

Shenga, C., Pereira, A. (2020). The effect of electoral violence on electoral participation in Africa. *Centro de Estudos Africanos*. DOI: 10.4000/cea.4459

Sikkink, Kathryn. (2011). *The justice cascade: how human rights prosecutions are changing world politics*. New York: W.W. Norton & Co. <http://books.wwnorton.com/books/978-0-393-07993-7/>

Summerfield, D. (1999). A critique of seven assumptions behind psychological trauma programmes in war-affected areas. *Soc Sci Med*. DOI: 10.1016/s0277-9536(98)00450-x

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-37). Monterey, CA: Brooks/Cole.

Thay, A.H. (2020). Eleições e sistema eleitoral africano: desafios e perspectivas para Moçambique. *Revista Debates*, v.14, n.2, p.131-152

Van der Kolk, B. (2014). *The body keeps the score: brain, mind, and body in the healing of trauma*. Viking

Volkan, V.D. (1998). *Bloodlines: from ethnic pride to ethnic terrorism*. Farrar, Straus and Giroux

Wessells, M. (2009). *Child soldiers: from violence to protection*. DOI: 10.2307/j.ctv1dv0trf

White, M. and Epston, D. (1990) *Narrative means to therapeutic ends*. W. W. Norton, New York

LEGISLAÇÃO

Lei nº 9/91 de 18 de Maio, que regula a liberdade de reunião e manifestação Moçambique. Constituição da República de Moçambique de 2018. Disponível em: <https://cconstitucional.org.mz/constituicao-da-republica/>

**DO ROVUMA AO
MAPUTO: “OUTROS”
TEMPOS, “OUTROS”
MONUMENTOS**

Miguel Joaquim Justino Muhale

Thaís Chang Waldman

*“Traição é crime, aqui também paga-se com sangue.
Dou o primeiro tiro, como dizem que fez Chipande.”*

Azagaia, “Liricismo do Vândalo”

(Re)significar monumentos pode ser entendido como um dos modos pelos quais as nossas sociedades atribuem a história um espaço que as representa e as concretiza. Ainda que monumentos públicos, há muito tempo, sejam “vandalizados” em várias épocas e lugares do mundo, nos últimos anos eles se tornaram alvo de uma renovada atenção. Converteram-se em objetos críticos nas disputas em torno da memória, da história oficial e das narrativas sobre o passado — e (por que não?) sobre o presente.

Lembremos da estátua de Edward Colston, homenagem feita em 1895 a um traficante de escravizados, derrubada e jogada no Rio Avon, na cidade de Bristol, no Reino Unido, em meio a uma onda internacional de protestos do movimento Black Lives Matter durante a pandemia de Covid-19. Outros tantos exemplos seriam possíveis. No contexto africano, como não lembrar da estátua do colonizador Cecil Rhodes removida em 2015, sob os aplausos dos estudantes, na Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul?

Tradicionalmente erguidos com a finalidade de demarcar espaços ou celebrar a memória de eventos e personagens históricos, os monumentos têm sido ressignificados das mais diversas maneiras. Alguns chegam até mesmo a ser enforcados, desmembrados e degolados, como é o caso de dois monumentos derrubados no final de 2024 durante os protestos pós-eleitorais moçambicanos — um deles em homenagem a Alberto Chipande, em Pemba, na região norte de Moçambique, e outro a Filipe Nyusi, em Boane, no sul do país —, eventos que irão conduzir o presente ensaio, baseado em fatos vividos nos últimos meses e em uma etnografia virtual.

De norte a sul do país

As eleições ocorridas no dia 09 de outubro de 2024 foram um marco na história social e política moçambicana, cuja compreensão holística demandará anos de imensa pesquisa. Além das habituais acusações de orquestra de fraude pelas autoridades eleitorais desde a fase de recenciamento em benefício da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), incluindo as denúncias de uso de recursos do Estado por esse partido que está no poder há cinquenta anos, e do atraso intencional na distribuição dos fundos públicos para a campanha eleitoral; havia bastante expectativa em torno da candidatura inédita de Venâncio Mondlane (1974-), que conseguiu contornar a decisão judicial que o deixava sem suporte partidário, justamente na véspera eleitoral. Venâncio obteve apoio do Partido Otimista pelo Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), um partido inexpressivo que, até então, não elegera qualquer representante parlamentar, municipal ou provincial.

¹ Sobre a domesticação da história por meio de monumentos, ver: Fabre (2000).

² Recentemente, os monumentos voltaram a estar no centro de disputas culturais de grande repercussão, rompendo com uma perspectiva colonial e monumental da história, que cultua apenas a memória dos “vencedores”. Cf. Napolitano & Kaminski (2022); Nelson & Olin (2003); Pereira, Conduru & Waldman (2023); Seligmann-Silva (2016), Vergès (2020), entre outros.

³ Ver também: Conduru (2021), Goyena (2013), Pereira (2021); Pereira & Waldman (2025); Waldman (2019).

⁴ Vale notar que a mudança do nome de escolas e de outras instituições públicas, assim como de praças, ruas e avenidas também faz parte desses movimentos cívicos.

⁵ Sobre essas e outras acusações relativas ao processo político eleitoral moçambicano, ver: Nuvunga; 2014; Cortez (2016); Muhale (2022), entre outros.

A campanha eleitoral deu mostras do que seriam as eleições. Venâncio Mondlane e o PODEMOS não só arrastavam multidões pelas ruas, como também conseguiram capitalizar essa popularidade nas urnas, a ponto de se autodeclararem vencedores do escrutínio com base nos resultados preliminares das atas e editais adquiridos pelos seus representantes nas mesas de voto. No entanto, essas previsões não foram confirmadas pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), que declarou a Frelimo e seu candidato, Daniel Chapo (1977-), como vencedores.

Na véspera do anúncio desses resultados, no dia 19 de outubro, dois proeminentes políticos, Elvino Dias (1979-2024), advogado e mandatário da candidatura de Venâncio Mondlane, e Paulo Guambe (1973-2024), mandatário do PODEMOS, foram brutalmente assassinados dentro da viatura do primeiro, crivada por cerca de 25 balas. O ato hediondo causou uma indignação generalizada e intensificou as suspeitas de fraude dos resultados orquestrada pela FRELIMO em conluio com as autoridades eleitorais.

Em repúdio a execução a tiros, milhares de cidadãos se reuniram na cidade de Maputo para homenagear as vítimas. Nas esquinas da avenida Joaquim Chissano com a rua da Resistência, local do assassinato, era possível observar a deposição de flores, lamentações, choros, gritos de revolta direcionados a FRELIMO, cânticos clamando por revolução, exibição de faixas e cartazes de protesto contra o sucedido.



Foto: Arquivo pessoal

Figura 01 - Manifestantes cantando “povo no poder” e exibindo faixa em homenagem à Paulo

O ato pacífico foi interrompido pela polícia com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e até reais. Tal repressão brutal resultou em vários feridos, além de danos entre manifestantes e jornalistas que perderam seus bens ou tiveram seus materiais danificados. Esta desproporcional e incompreensível violência espalhou-se pelos bairros circundantes, uma vez que a polícia perseguia e agredia os manifestantes e, com apoio de meios aéreos, disparava em direção ao interior de residências, chegando a alvejar mortalmente alguns jovens.

⁶ Vale ressaltar que a FRELIMO controla a máquina administrativa estatal, cabendo a ela nomear os mais altos dirigentes das instituições públicas. Nesse sentido, regra geral, eles são membros desse partido.

Após convocar essa manifestação, Venâncio Mondlane se exilou, mobilizando os atos seguintes por meio de Lives anunciadas nas redes sociais, exortando o povo a tomar as ruas e a paralisar todas as atividades, a fim de exigir a reposição da verdade eleitoral. A juventude assumiu, então, através de palcos variados, o protagonismo das manifestações, que se repetiram diariamente pelo resto do ano. Ao espalharem-se pelo país, tais atos tiveram intensidades, letalidades e destruições variadas. Em um cenário marcado pela intolerância política, foram centenas de mortos, desaparecidos, feridos e detidos. É dentro desse contexto que ocorreram os eventos abordados a seguir.

Do espaço público ao digital

Manifestantes derrubaram, no dia 06 de dezembro de 2024, na cidade de Pemba, capital de Cabo Delgado, província localizada na região norte de Moçambique, uma estátua em homenagem a Alberto Joaquim Chipande (1939-). Encomendada pelo Conselho Municipal de Pemba, a estátua havia sido inaugurada em 2019, pelo então presidente Filipe Jacinto Nyusi (1959-), como uma forma de consagrar em vida o veterano maconde da luta armada pela libertação nacional, a quem a história “oficial” atribuiu a autoria do primeiro tiro da luta pela independência moçambicana.

Vídeos amadores filmados durante a manifestação, rapidamente compartilhados pelos meios de comunicação social, ampliaram a repercussão do ato. Nas imagens, vemos caída ao chão a estátua do membro fundador da FRELIMO, partido no poder desde a independência do país, em 1975, apesar dos flagrantes casos de fraude eleitoral. Derrubado pelos manifestantes, o monumento localizado no início da avenida que também leva o nome de Chipande, não apenas foi conduzido à força pelas ruas de Pemba, em alta velocidade, com uma corda pendurada ao pescoço, como teve seu rosto desfigurado a pauladas, além de ter sido agredido com pedradas e chutes, enquanto uma multidão aplaudia o ato fervorosamente.

O jornalista Jorge Matavel veiculou um desses vídeos no programa vespertino Balanço Geral, lamentando que naquela tarde “a situação” em Pemba “não fosse das melhores”. Além de vários estabelecimentos terem sido incendiados nos últimos dias na capital de Cabo Delgado, o monumento a Chipande acabara de ser removido e amarrado por “um movimento de jovens” que o arrastou pelas ruas da cidade, conforme relato do apresentador da TV Miramar, emissora televisiva de sinal aberto do Grupo Record

. Ao descrever cenas desses vídeos em uma matéria publicada na revista independente Integrity News, no mesmo dia do ato, o repórter Mussa Yussuf, correspondente de Cabo Delgado, terra natal de Chipande, explicou ainda que “alguns manifestantes usaram as mãos, outros utilizaram cordas, pedras, ferros e paus”. Nesse momento, foram várias as tentativas de derrubar a estátua, detalha Yussuf, até ela finalmente cair, quando foi “apedrejada, pisoteada e muito mais”. Isso foi interpretado por diferentes setores da sociedade, segundo ele, “como um sinal de que até mesmo os próprios conterrâneos do general na reserva Chipande estavam fartos da governação da FRELIMO”

Ao descrever cenas desses vídeos em uma matéria publicada na revista independente Integrity News, no mesmo dia do ato, o repórter Mussa Yussuf, correspondente de Cabo Delgado, terra natal de Chipande, explicou ainda que “alguns manifestantes usaram as mãos, outros utilizaram cordas, pedras, ferros e paus”. Nesse momento, foram várias as tentativas de derrubar a estátua, detalha Yussuf, até ela finalmente cair, quando foi “apedrejada, pisoteada e muito mais”.

Isso foi interpretado por diferentes setores da sociedade, segundo ele, “como um sinal de que até mesmo os próprios conterrâneos do general na reserva Chipande estavam fartos da governação da FRELIMO”.

A publicação online E-global: Notícias em Português, por sua vez, enfatizou em seu site que a estátua “caiu na mão dos manifestantes que apoiam o candidato suportado pelo PODEMOS, Venâncio Mondlane”. Além de “vandalizarem” o monumento, segundo a matéria do E-global, os manifestantes já haviam “destruído” sedes da Frelimo e secretarias administrativas dos principais bairros da cidade de Pemba, governada pelo mesmo partido. Cabe lembrar que Cabo Delgado sofre com uma guerra desde 2017, e o governo de Nyusi, apoiado por Chipande, não trouxe melhorias.

Motivo de alvoroço nas ruas de Pemba, a estátua arrastada pelos jovens agitou também as redes sociais. “Autor do primeiro tiro caiu em sua terra natal”, foi a legenda utilizada, por exemplo, em uma postagem na página do Facebook da emissora alemã Deutsche Welle (DW) - Português para África. Já a página moçambicana “Notícias bem frescas vindo para você”, noticiou no Tik Tok que “jovens populares derrubaram a estátua”. No Instagram, o site Moz Online informou que Chipande foi “arrancado” da praça que também leva seu nome; enquanto no X (antigo Twitter), Marcelo Moss, diretor do periódico Carta de Moçambique, anunciou “o fim dos heróis vivos da FRELIMO. A história se reconstruindo. [...] Para a juventude rebelde, Chipande não representa nada. Como outros, é um símbolo do novo colono predador!”.



Figura 02: Jornal retrata a estátua de Alberto Chipande “caída”

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=unnqjhhkecE>. Acesso em: 27 mar. 2025.

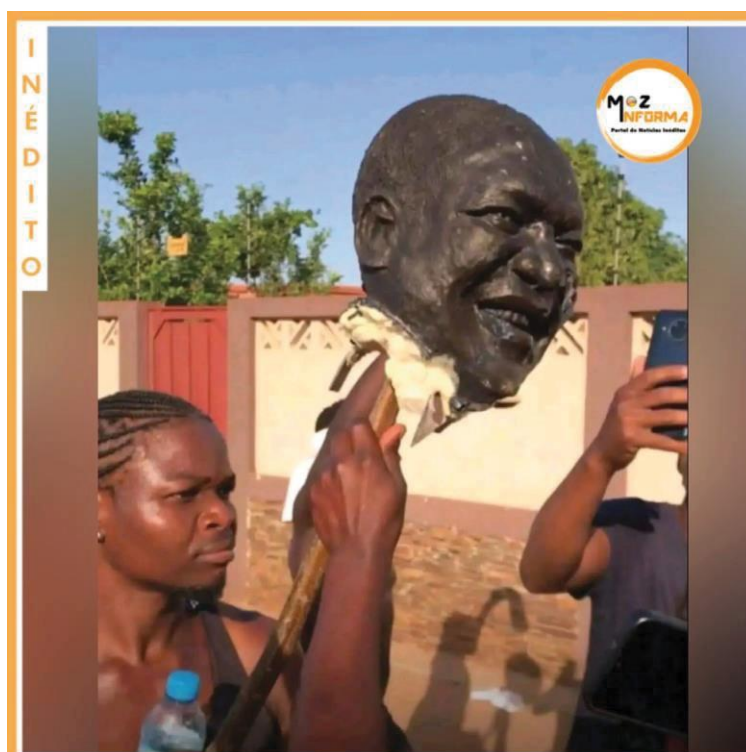
⁷ Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/35524>. Acesso em: 27 mar. 2025.

⁸ Disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique/mocambique-estatua-de-alberto-chipande-destruida-por-manifestantes-em-pemba/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

⁹ Sobre a guerra em Cabo Delgado, ver, entre outros: Bonate, Israel & Rosario (2024)

“Este ano está a acontecer cada coisa, caramba... esses miúdos, o que estão a fazer?”, indagou Fred Jossias, apresentador do canal do YouTube Moz Real, ao retransmitir no mesmo dia um dos vídeos do monumento sendo tombado; “esses putos já não têm medo”, ele mesmo concluiu, “os rapazes arreventaram a estátua do mais velho”. “Os heróis de hoje são as pessoas que estão nas ruas a dar as suas vidas pela pátria”, afirmou um dos seguidores do canal; ao que outro complementou, “este país é nosso, não queremos ver a nossa frente imagem dos gatunos”.

Comentários se multiplicaram em questão de segundos nas plataformas digitais após a circulação dos vídeos da derrubada de Chipande. “Aquela história que nos foi contada nos livros já não é mais válida, agora nós é que escreveremos a verdadeira história”, afirmou um terceiro internauta ao comentar a postagem da DW. “Povo no poder”, frase que se tornou slogan dos protestos, foi outro comentário recorrente nas redes sociais, uma referência a música homônima de Azagaia (1984-2023), cantor de hip-hop moçambicano que se tornou uma das principais referências juvenis na crítica ao regime da FRELIMO.



Página no X (Twitter) do portal Moz Informa, 05 de Novembro de 2024

Figura 03: Imagem da cabeça decapitada da estátua de Nyusi veiculada em uma página do X (Twitter)

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NlA6zNeWVDg>. Acesso em: 27 mar. 2025.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NlA6zNeWVDg>. Acesso em: 27 mar. 2025.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NlA6zNeWVDg>. Acesso em: 27 mar. 2025.

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=983095253853268&set=a.641467514682712>. Acesso em: 27 mar. 2025.

²⁰ Disponível em: <https://x.com/mozinforma/status/1853856023053840844>. Acesso em: 27 mar. 2025.

“Primeiro mataram Nyusi, em Boane, e roubaram o corpo... hoje aí está o cota Chipande a ser arrastado”, ironizou outro internauta, lembrando que cerca de um mês antes, no dia 05 de novembro de 2024, na região sul de Moçambique, manifestantes haviam arrancado uma estátua em homenagem a Nyusi de seu pedestal, desmembrado seu corpo e circulado a pé pelas ruas exibindo sua cabeça. Vídeos amadores desse ato também foram amplamente divulgados.

A estátua em homenagem a Nyusi foi derrubada, esquartejada e decapitada por jovens manifestantes em Campoane, no distrito de Boane, localizado na província de Maputo, região sul do país. Erguida em 2022, em uma escola secundária que também leva o nome do então presidente — a maior escola construída no país durante o período pós-independência —, a estátua foi “vandalizada” em um contexto “de tensões sociais em todo o país, onde a tônica tem sido o repúdio à fraude eleitoral nas eleições gerais”, de acordo com o portal de informação MZNews. “Já era, a estátua do presidente não mais existe”, lamentou o repórter Hermenegildo Sócrates, durante o programa Balanço Geral, “manifestantes acabaram ultrapassando fronteiras a ponto de vir simplesmente vandalizar a estátua”.

“Eu vandalizo mesmo”, diria Azagaia. “Outros” tempos, “outros” monumentos. Se a “monumentalidade” transcende o artefato físico, a juventude moçambicana excluída e esquecida, que não encontrou nas urnas a materialização das vontades populares, quer reescrever a história do país e, acima de tudo, está a escrever a sua própria história através de diferentes palcos. Violências históricas podem sim ser visibilizadas por meio da contestação e ressignificação de monumentos urbanos.

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NIAGzNeWVDg>. Acesso em: 27 mar. 2025.

2 Em um texto inspirador sobre um dos monumentos mais protegidos e inacessíveis do Rio de Janeiro, Emerson Giumbelli (2013) analisa a pichação do Cristo Redentor e o lugar proeminente que atribuído a sua cabeça..

3 Disponível em: <https://mznews.co.mz/populares-destroem-estatua-do-presidente-da-republica-filipe-nyusi-em-boane/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u1Fijr9ZPXo>. Acesso em: 27 mar. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONATE, Liazzat J. K.; ISRAEL, Paolo & ROSARIO, Carmeliza. "God, Grievance and Greed: War in Cabo Delgado, Mozambique". *Kronos*, vol. 50, 2024, p.1-21.
- CONDURU, Roberto. "Transnational Counter-monuments. Anti-slavery and Pro-Freedom Memorials". *ReVista, the Harvard Review of Latin America*, 2021
- CORTÊS, Edson. *Velhos amigos, novos adversários: as disputas, alianças e reconfigurações empresariais na elite política moçambicana*. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa, 2018.
- FABRE, Daniel. "L'ethnologie devant le monument historique". *Domestiquer l'histoire*. Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2000.
- GIUMBELLI, Emerson. "O Cristo Pichado". *Ponto Urbe*, vol. 12, 2013, p.85-100.
- GOYENA, Alberto. "O sorriso irônico dos budas: demolição e patrimônio no vale sagrado de Bamiyan". In: GONÇALVES et al (orgs.). *A Alma das Coisas: Patrimônios, materialidades, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- MUHALE, Miguel. *A Democracia em regimes autoritários: o funcionamento da democracia em Moçambique a partir de uma perspectiva etnográfica das eleições gerais de 2019*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos & KAMINSKI, Rosane. (orgs.). *Monumentos, memória e violência*. São Paulo: Letra e Voz, 2022.
- NELSON, Robert & OLIN, Margareth (orgs.). *Monuments and memory, made and unmade*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- NUVUNGA, Adriano. *From the two-party to the dominant-party system in Mozambique, 1994-2012: Framing Frelimo party dominance in context*. 2014
- PEREIRA, Edilson. "Monumentos urbanos e arte pública: os obeliscos em rotação". *Arte & Ensaios*, vol. 27, 2021, p. 251-278.
- PEREIRA, Edilson, CONDURU, Roberto & WALDMAN, Thais, "Fogo e luz sobre os monumentos: um horizonte de debates candentes". *Religião & Sociedade*, v. 43, n. 3, Rio de Janeiro, 2023, p. 11-34.
- PEREIRA, Edilson & WALDMAN, Thais, "Monumentos". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2025.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência". *Psicologia USP*, vol. 27, 2016, p. 49-60.
- VERGÈS, François. "Derrubar uma estátua, haverá algo mais legítimo?". *Revista Punkto*, nº 28, 2020.
- WALDMAN, Thais. "Os bandeirantes ainda estão entre nós: reencarnações entre tempos, espaços e imagens". *Ponto Urbe*, nº 25. 2019.

**MOBILIZAÇÃO DAS
MANIFESTAÇÕES PÓS-ELEITORAIS E
O PAPEL DE VENÂNCIO MONDLANE
NO ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO
PARA PROTESTAR**

António Bai Siteo Júnior

INTRODUÇÃO

A recorrente repressão violenta por parte das autoridades estatais às manifestações sociais gerou um clima de medo colectivo na sociedade. Como consequência, ao longo do tempo, a prática das manifestações sociais, tanto pacíficas quanto violentas, foi praticamente extinta do espaço público. Após as manifestações registadas no período de 2008 a 2016, tentativas de novos levantes foram frustradas, evidenciando a contínua restrição à liberdade de manifestação.

Com o desenrolar do tempo, consolidou-se a percepção de que o uso do espaço físico era proibido para aqueles grupos que tinham como objectivo criticar o governo, reivindicando as melhores condições de vida e até homenagear figuras críticas à governação, como aconteceu aquando da morte do rapper Azagaia. Em contrapartida, esse mesmo espaço parecia ser de uso exclusivo para organizações satélites do partido Frelimo, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) (Sitoe Júnior, 2023).

Nesse contexto, devido ao receio de ocupar o espaço público, os grupos críticos ao governo passaram a expressar suas posições principalmente nas redes sociais. Como Tsandzana (2020) bem aponta, para estes grupos, as redes sociais serviam como “tubo de escape”, dado que através destas redes encontram refúgio ou espaço de emissão da sua voz, o que não seria possível em espaços de participação convencional, frequentemente controlados ou limitados pela coerção política.

Entretanto, depois da divulgação dos resultados das eleições presidenciais e legislativas no dia 24 de Outubro de 2024, dando vitória ao Partido Frelimo, vários grupos de diferentes raças e extractos sociais tomaram o espaço público numa série de etapas e fases de manifestações sociais, reivindicando diferentes matérias socioeconómicas e políticas, sob o lema de justiça eleitoral e sob o comando de Mondlane, candidato presidencial pelo partido PODEMOS.

Diante deste cenário, a presente pesquisa procura analisar os meandros da mobilização de uma sociedade que, ao longo de tempo, foi aculturada a temer o direito de exercer as manifestações no espaço público, acolhendo-se nas redes sociais e outros meios. Objectivamente, propomo-nos responder de que forma Mondlane encorajou e mobilizou vários grupos de diferentes raças e extractos sociais, ora tímidos, para se manifestar no espaço público.

A presente pesquisa cobre um período de três meses (Outubro a Dezembro de 2024), considerando os eventos cruciais que acompanharam as manifestações sociais e que mobilizaram os manifestantes ao espaço público, nomeadamente, o assassinato de Elvino Dias e Paulo Guambe; a declaração dos resultados eleitorais pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a validação dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional.

Para a consecução deste estudo, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, onde, à luz da teoria de quadros, analisamos o discurso de Venâncio Mondlane, recorrendo à sua página no Facebook e partilhas feitas através da sua página oficial de WhatsApp, assim como de canais de notícias e os posts de grandes páginas na mesma rede social, destacando as reacções populares às medidas impostas pelo Venâncio Mondlane.

Numa primeira fase, analisou-se a voz de mobilização de Mondlane para a primeira etapa das manifestações versus reacção social aquando do assassinato de Elvino Dias. De seguida, escortinamos o discurso mobilizador de Mondlane para a segunda e terceira etapa das manifestações, incluindo as fases da quarta etapa versus a reacção

social aquando e depois da declaração dos resultados eleitorais pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Por fim, analisamos a mobilização de Mondlane para a etapa de turbo V8 aquando da validação dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional.

Panorama das manifestações e o acesso ao espaço público antes do pós-eleitoral

O espaço público é concebido como um lugar de opiniões políticas, económicas e sociais, sendo um local crucial para a tomada de decisões políticas e para a legitimação do exercício do poder, além de representar um fórum para o debate e uso público da razão argumentativa (Habermas, 1984). Actualmente, existe uma multiplicidade de espaços públicos, que institucionalizam os processos de formação de opiniões, englobando tanto os espaços físicos quanto os virtuais (Sousa, 2006). A nossa pesquisa concentra-se no espaço físico, onde as manifestações transcorrem na rua, nas avenidas, nas praças e outros locais públicos, funcionando como uma ferramenta de comunicação com o Estado.

Após a independência nacional, o acesso ao espaço público foi restrito aos interesses do partido-Estado. Contudo, com a aprovação da constituição multipartidária em 1990, o espaço público passou a ser plural. Entretanto, apesar da aprovação de uma constituição que prioriza o debate de ideias, os espaços de diálogo fora das estruturas da Frelimo continuaram desvalorizados, contrapondo o essencial das democracias que, como tal, valoriza o debate das ideias de forma a alcançar soluções equilibradas (Siteo Júnior, 2023). Foi por estas razões que as primeiras manifestações registadas no espaço público foram de carácter violento em 1993.

Passados cerca de quinze anos após os protestos de 1993, as manifestações violentas voltaram a ocorrer, primeiro em 2008 e depois em 2010, estes eventos foram convocados por SMS e difundidos nas redes sociais (Chaimite, 2017). A resposta das autoridades foi a utilização extrema da força policial, incluindo o uso de balas de borracha e balas reais, resultando em mortes e centenas de manifestantes feridos (Brito, 2017; Bertelsen, 2017). Essas manifestações evidenciaram uma liderança política intolerante, que via o espaço público como uma área exclusiva para a elite governamental. Isso ficou claro nas manifestações pacíficas de 2013, 2015 e 2016, todas marcadas por tentativas de obstruções pela polícia e algumas individualidades ligadas à Frelimo (Tsandzana, 2020).

As autoridades frequentemente justificaram essas obstruções com o discurso da ordem e tranquilidade pública. Apesar de a lei 9/91 sustentar que as manifestações não necessitam de permissão, senão uma notificação que informa da realização do evento, as autoridades sistematicamente recusam o acesso ao espaço público alegando irregularidades nas notificações, como sucedeu em 2016, quando as tentativas de manifestações organizadas pelo presidente do partido Ecologista contra as dívidas ocultas foram frustradas.

O episódio de repressão policial contra jovens na cidade de Maputo, durante uma marcha autorizada pelas autoridades municipais em homenagem ao rapper Azagaia, falecido em 2023, demonstrou que, em casos de limitações do argumento de legalidade para travar as manifestações sociais, o uso abusivo da força do Estado se tornava a principal estratégia. Esse episódio também fortaleceu a crença de que a agressão contra o presidente do Partido Ecologista nas vésperas da ocorrência das manifestações contra as dívidas ocultas teria sido orquestrada pelas autoridades.

Além disso, a realização de algumas manifestações por grupos dissidentes do partido Frelimo revela que o tipo de mensagem que os manifestantes objectivam ex-

pressar condicionava o acesso ao espaço público, ao exemplo do que se verificou nas manifestações pacíficas de 2016 convocadas pelo Parlamento Juvenil e a Liga dos Direitos Humanos, que foram permitidas, pois as autoridades as viam como uma oportunidade política para se opor às acções armadas da Renamo.

Após este evento, nenhuma manifestação de grande escala, seja pacífica ou violenta, ocorreu efectivamente no espaço público. Na verdade, consolidou-se a ideia de que o espaço público, fortemente vigiado pela polícia, estava fechado e era exclusivo a estruturas satélites do partido Frelimo, a exemplo da OMM e da OJM, que frequentemente organizavam manifestações em apoio ao governo do presidente Nyusi.

No entanto, após as eleições gerais de Outubro de 2024, observou-se um movimento reverso no uso do espaço público. Os cidadãos superaram o medo das autoridades e retomaram o espaço público numa lógica maior das manifestações do pretérito. O período pós-eleitoral envolveu diversos grupos sociais, que, sob o lema da justiça eleitoral, protestavam contra factores socioeconómicos e políticos, como o aumento do custo de vida, a desigualdade crescente, o desemprego persistente, a falta de serviços públicos de qualidade (Chaimite, 2025), a indiferença em relação à pobreza generalizada, os crimes de rapto e a corrupção envolvendo altos dirigentes (Tamele, 2024). Essas manifestações não surgiram de forma espontânea ou anónima, mas foram impulsionadas por uma estratégia discursiva de Mondlane, que, com seu capital simbólico e astúcia política, conseguiu mobilizar e cimentar um movimento social no imaginário colectivo.

O perfil e os capitais de mobilizador das manifestações pós-eleitorais

A história das manifestações violentas em Moçambique sugere que os perfis e os capitais individuais dos mobilizadores não são factores determinantes para a mobilização das pessoas às ruas. Os exemplos disso podem ser observados na mobilização ocorrida nas grandes manifestações de 2008 e 2010 que, após a partilha de uma mensagem anónima convidando as manifestações, várias pessoas se fizeram à rua. Por outro lado, o histórico das manifestações pacíficas, geralmente aderidas por jovens estudantes e pessoas de classe média alta, demonstra que a mobilização social está intrinsecamente ligada à presença de estruturas organizacionais consolidadas. Isso é evidente nas manifestações de 2013, organizadas pela Liga dos Direitos Humanos em colaboração com outras organizações da sociedade civil e entidades religiosas, e nas de 2016, também lideradas por organizações da sociedade civil.

Estas realidades demonstram que a mobilização social em Moçambique não é feita por um indivíduo como um singular, todavia, no presente, assistiu-se a um Venâncio que, como indivíduo singular, mobilizou pessoas em todo o país à rua. Esta nova realidade levanta questões pertinentes, tais como: quem é Venâncio Mondlane? Que particularidades individuais o permitem mobilizar pessoas de diferentes raças e classes sociais?

Venâncio Mondlane surge na esfera pública como um comentador nos programas televisivos de análise e debate político-social. Posteriormente, em 2013, apresentou-se como candidato a Presidente do Conselho Municipal de Maputo pelo MDM, partido pelo qual foi eleito membro da assembleia municipal, e posteriormente eleito deputado da Assembleia da República. Em 2018, Venâncio Mondlane se desvinculou do MDM e filiou-se ao Partido Renamo, estreando como candidato à presidência do município de Maputo, todavia, a sua candidatura foi afastada pela Comissão Nacional

de Eleições (CNE). No ano seguinte, Mondlane foi eleito deputado da Assembleia da República.

Além de sua actuação política, Mondlane também se envolveu em questões sociais e juvenis que decorriam no espaço público. Dentre vários eventos, destaca-se a sua presença na marcha de 18 de Março de 2023, realizada em homenagem ao Azagaia, num contexto de forte repressão policial. Este tipo de engajamento e vídeos que transmitia nas suas redes sociais, nos quais fazia críticas ao governo e apresentava planos de acção, ajudaram a agregar seu apoio durante a campanha eleitoral para as eleições municipais de 2023. Todavia, Mondlane perdeu a presidência do município de Maputo num contexto de irregularidades eleitorais, fato que o levou a convocar marchas em protesto aos resultados divulgados. Em 2024, Mondlane processou a Renamo e se desvinculou do partido após a sua candidatura à presidência do órgão ter sido recusada. Neste contexto, Mondlane passou a ideia de que as marchas por si convocadas em 2023 em repúdio aos resultados eleitorais não avançaram devido à liderança da Renamo, que compartilha os mesmos valores da Frelimo.

Estes posicionamentos contribuíram para fortalecer a imagem de Mondlane, que, ao longo do tempo, se apresentou como um militante profissional, disposto a sacrificar-se para salvar Moçambique, como comumente se ouve nas manifestações. Mondlane demonstrou possuir capital político em todas as formas, nomeadamente, o capital de notoriedade, quando um indivíduo é dotado de status profissionais e culturais, e o capital pessoal de popularidade, que pode ser comparado a um carisma profético e heróico (Bourdieu, 1987).

Nas eleições presidenciais de 2024, a figura de Venâncio Mondlane emergiu como uma força alternativa capaz de combater as adversidades sociais que afectam várias classes sociais. A sua condição de pastor, que se apresenta com rezas que extravasam a denominação cristã à qual pertence, citando apenas “Deus” sem mencionar Jesus, atrai admiração e apoio de crentes de diversas denominações. Para alguns casos, a figura de Mondlane constituiu a personificação de Moisés da Bíblia, enviado para salvar Moçambique. Venâncio Mondlane explorou este contexto e capitalizou para sua causa um grupo de apoiantes que, no período pós-eleitoral, expressaram a sua insatisfação com os 49 anos de governo da Frelimo, apelando ao fim do que descrevem como um modelo de governação falhado que tem perpetuado a estagnação económica e a exclusão política (Chaimite, 2025).

Uma perspectiva eficaz de análise da mobilização das manifestações pós-eleitorais

O modelo histórico e generalizado da interpretação das manifestações em Moçambique assenta na privação relativa de Gurr, que advoga que a frustração começa no indivíduo, que se sente injustiçado pelo fato de não aceder a um conjunto de bens e serviços a que considera ter direito, e estende-se à sociedade, que também tem expectativas com relação ao papel do Estado (Chaimite, 2017). Embora essa teoria tenha sido eficaz para interpretar as grandes manifestações violentas de 2008-2010, os eventos mais recentes de protestos sociais extrapolam essa perspectiva, pois, como destacamos acima, o contexto dos dez últimos anos de governação em Moçambique é marcado por visíveis realidades de privação relativa, que apesar da sua existência, não levantaram protestos sociais significativos.

Ademais, os recentes protestos sociais não foram impulsionados pelos preceitos

ideológicos-marxistas de mobilização social, nos quais a classe oprimida ganharia consciência de classe e lutaria contra a classe dominante. Pelo contrário, as manifestações pós-eleitorais de 2024 foram inclusivas, abrangendo indivíduos de diversos estratos sociais.

Este processo também mostra-se além das perspectivas analíticas de mobilização de recursos e processo político que advogam oportunidades políticas para o processo de mobilização e sustentam comportamentos controlados pelos custos e benefícios percebidos da participação (Neve, 2004; Porta, 2008). Pelo contrário, o levante social ao espaço público só se tornou possível após Venâncio Mondlane utilizar sua página no Facebook para acentuar as adversidades diárias da sociedade, apontar os responsáveis por essas condições e sugerir formas de resolvê-las. Essa estratégia de mobilização pode ser compreendida por meio da teoria do enquadramento.

O termo enquadramento denota esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências no seu espaço de vida e no mundo em geral. Ao dar significado a eventos ou ocorrências, os enquadramentos funcionam para organizar a experiência e orientar a acção, seja ela individual ou colectiva (Snow et al., 1986). Os enquadramentos são dispositivos de persuasão utilizados pelos líderes dos movimentos para recrutar participantes, manter a solidariedade, angariar apoio, ou atribuir significado e interpretar eventos e condições relevantes de maneiras que visam mobilizar potenciais adeptos e constituintes, angariar apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas (Snow e Benford, 1988).

Os produtos resultantes dessa actividade de enquadramento dentro da arena do movimento social são chamados de enquadramentos de acção colectiva (Neve, 2017). Como molduras de quadros, os enquadramentos da acção colectiva primeiro servem de função pontuadora, ou seja, servem como dispositivos de acentuação que sublinham e embelezam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefinem como injusto e imoral o que anteriormente era visto como infeliz, mas talvez tolerável (Porta, 2008).

Após destacar a gravidade ou a injustiça de uma condição, os quadros funcionam como atribuições de diagnóstico e de prognóstico (Porta, 2008). No primeiro caso, os líderes de mobilização diagnosticam algum acontecimento ou aspecto da vida social ou do sistema de governo como problemático e identificam os agentes culpados, sejam eles indivíduos ou processos ou estruturas colectivas (Porta, 2008; Snow e Byrd, 2000). No segundo caso, os agentes de mobilização estipulam remédios ou soluções específicas e os meios ou tácticas gerais para atingir os objectivos (Snow e Byrd, 2000). Após ultrapassar as tarefas de enquadramento de diagnóstico e prognóstico, os líderes de mobilização têm que motivar os seus apoiantes às ruas, isso implica a construção de vocabulários de motivos que proporcionam estímulos à acção, ultrapassando, entre outras coisas, o medo dos riscos (Ibidem).

Além das suas funções de pontuação e de atribuição, os quadros de acção colectiva permitem aos activistas articular e alinhar uma vasta gama de acontecimentos e experiências de modo que fiquem juntos de uma forma relativamente unificada e significativa (Porta, 2008). Primeiro, os líderes de mobilização social criam ligações de queixas e orientações comuns através das redes interpessoais ou intergrupais e dos meios de comunicação social. Por outro lado, os mobilizadores estimulam a amplificação de quadros, recorrendo à clarificação e revigoração de um enquadramento interpretativo de valores e de crenças. Em terceiro lugar, os líderes desenvolvem a extensão de quadro, alargando o seu leque de aderentes, apresentando os seus ob-

jectivos ou actividades como atendendo ou sendo congruentes com os valores ou interesses de potenciais aderentes. E por fim, realizam a transformação de quadros de modo a obter apoio e assegurar participantes (Snow, 1986).

A teoria de enquadramento mostra-se eficaz para a leitura do processo de mobilização em Moçambique, pois, diferentemente do passado, onde as manifestações eram mobilizadas sobre o mesmo lema através de mensagens anónimas (2008-2010), e por meio de redes sociais por grupos de pessoas e organizações da sociedade civil (2013-2023), os eventos atuais apresentam Venâncio Mondlane, que, sob o lema de injustiça eleitoral, destaca as diversas adversidades sociopolíticas e económicas como ferramenta mobilizadora. Assim, os parágrafos seguintes ilustram a aplicabilidade da perspectiva de enquadramento na mobilização das manifestações pós-eleitorais de 2024.

Assassinato de Elvino Dias e a mobilização da primeira etapa das manifestações

A mobilização das manifestações sociais que marcou o período pós-eleitoral surge num contexto de uma sociedade mergulhada em vários desafios sociopolíticos e económicos. Contudo, estas condições por si só não foram suficientes para o despertar das manifestações sociais no espaço público. Esta acção só se concretizou quando Venâncio Mondlane, candidato presidencial pelo partido PODEMOS, recorreu à sua página na rede social Facebook para convocar manifestações contra o que considerava uma tentativa da Comissão Nacional de Eleições (CNE) de manipular os resultados eleitorais a favor da Frelimo. Inicialmente, as manifestações convocadas por Mondlane visavam a paralisação das actividades públicas e privadas, com o objectivo de encorajar a sociedade a permanecer em suas residências.

No entanto, com o assassinato de Elvino Dias, advogado pessoal de Mondlane, e de Paulo Guambe, mandatário do PODEMOS, no dia 19 de Outubro, o cenário mudou. Mondlane convocou as pessoas a ocupar o espaço público no dia 23, munidos de cartazes. Para recrutar participantes e angariar apoio a esta manifestação, Mondlane utilizou a função pontuadora dos quadros, destacando a gravidade e a barbaridade com que Elvino Dias e Paulo Guambe foram assassinados, ressaltando o uso de armas de guerra e os 25 tiros disparados contra Elvino Dias. Além disso, Mondlane enfatizou diversas adversidades sociopolíticas e económicas, como raptos, sequestros e o que chamou de humilhação do povo. Em seu discurso, apontou as forças de defesa e segurança como responsáveis pelos assassinatos e responsabilizou figuras emblemáticas da Frelimo, como os ex-presidentes da República, Guebuza e Chissano, e Graça Machel, viúva de Samora Machel, por promoverem valores que, segundo ele, humilham e assassinam o povo.

Neste estágio, Mondlane havia pontuado a gravidade da situação, identificado os responsáveis e proposto as manifestações sociais como prognóstico. Através de seu discurso, que abordava não apenas os assassinatos de Dias e Guambe, Mondlane conseguiu atrair o apoio de diversos grupos, incluindo empresários, em sua maioria de origem asiática e vítimas de sequestros, que fecharam seus estabelecimentos no dia das manifestações. Ademais, seu discurso gerou um forte estímulo à acção colectiva, particularmente entre os jovens, que ansiavam por uma alternância de poder. Mondlane se apresentou como um catalisador da revolução que, segundo ele, ardia nos jovens, e, ao declarar estar disposto a se sacrificar pela causa, alimentou ainda mais a mobilização.

A presença de Mondlane nas ruas, unindo-se aos manifestantes em um contexto de repressão policial, fortaleceu ainda mais o apoio à sua causa. Apesar da violência registada durante os protestos, o evento teve um impacto significativo, resultando na paralisação de serviços públicos e privados em várias regiões do país. Esse movimento estabeleceu as bases para as etapas subsequentes das manifestações, consolidando Mondlane como uma figura de destaque na solução das adversidades sociais.

Mobilização da Segunda Etapa das Manifestações e o Anúncio dos Resultados Eleitorais

A resposta à convocatória para as manifestações da primeira etapa foi predominantemente oriunda de jovens que anseiam por uma alternância no poder e de membros de organizações de direitos humanos. Neste sentido, com vista a alargar o seu leque de aderentes na segunda etapa, Mondlane ampliou o quadro mobilizador recorrendo à clarificação das adversidades que impactam a sociedade, especialmente aqueles afastados das elites da Frelimo. Entre os problemas destacados estavam a limitação das liberdades, a indústria dos raptos, os assassinatos frequentes, a violação dos direitos humanos, as chantagens enfrentadas por empresários, forçados a ceder 5% de suas empresas a membros da Frelimo, os sistemas de saúde e de educação precários, e a degradação das infra-estruturas (estradas e pontes). Estes elementos foram agregados sobre o lema de repúdio aos assassinatos, raptos e sequestros, gás lacrimogénio, manipulação dos resultados eleitorais e balas verdadeiras contra o povo.

O diagnóstico de Mondlane apontou a Frelimo como a principal responsável pela perpetuação dessas adversidades, na medida em que busca manter a sociedade em um estado de atraso, miséria e pobreza, utilizando as forças de segurança para submeter o povo à miséria, e por esta razão a Frelimo era inimiga da nação. Assim como na primeira etapa, Mondlane se posicionou como alguém disposto a se sacrificar pelo bem colectivo, colocando sua vida, família e emprego em segundo plano.

Nesta etapa, o método de manifestação traduzia-se na paralisação total do país e ocupação de espaço público nos dias 24 e 25 de Outubro. Por outro lado, os vocabulários construtivos de motivação e acção sugeriam que o momento para os moçambicanos se libertarem da opressão havia chegado. Mondlane garantia que a repressão policial não seria capaz de deter a todos, apelando à necessidade de uma frente unificada para combater o inimigo comum, a Frelimo. Através deste quadro, Mondlane mobilizou para as ruas um número ainda maior de participantes do que na primeira etapa. Desta vez, o candidato contava com o apoio de pessoas vulneráveis a raptos e sequestros, especialmente empresários de origem asiática, mas também a sociedade em geral, que na voz de Mondlane, era agredida com gás lacrimogénio, principalmente aqueles que se fizeram à rua na primeira etapa das manifestações e as famílias dos bairros periféricos, que sofreram os impactos da violência da polícia que usava helicópteros para disparar gás nas ruas e nas residências.

Além disso, Mondlane mobilizou as comunidades dos jovens baleados com balas reais e os jovens desempregados, bem como os funcionários públicos, que, segundo sua análise, eram vítimas de roubo por parte da Frelimo. Desta forma, pessoas de vários estratos sociais e raças tomaram as ruas em várias partes do país, protestando contra as adversidades que enfrentavam e contra os resultados eleitorais anunciados pela CNE em 24 de Outubro.

Nesse contexto, o papel de Mondlane transcendeu o de mero mobilizador, assumindo também a função de transformador de quadros. Ele utilizou esse papel para

garantir o apoio contínuo de seus participantes, especialmente empresários e comerciantes cujos estabelecimentos foram saqueados por indivíduos e membros da polícia que Mondlane chamou de infiltrados, cujo objectivo era desvirtuar as manifestações que corriam de forma pacífica apesar da violência policial.

Mobilização da terceira etapa das manifestações e o dia da vitória

A terceira etapa das manifestações ocorreu ao longo de sete dias consecutivos, iniciando-se em 31 de Outubro e encerrando-se em 7 de Novembro de 2024. Nesta fase, o lema central das manifestações se levantava contra o assassinato do povo moçambicano, considerando a miséria, corrupção, raptos, sequestros e fuzilamentos como parte de um contexto sistémico de opressão.

A mobilização dessa etapa fundamentou-se nos sacrifícios necessários que a sociedade como um todo devia passar para vencer o inimigo em comum. Para sustentar esse argumento, foram destacadas referências históricas e figuras emblemáticas que, ao longo da história, se sacrificaram em prol de suas causas. Entre os exemplos citados estavam figuras da tradição muçulmana e cristã. Para além destes, Mondlane evocou o sacrifício secular dos jovens nacionalistas moçambicanos que se envolveram na luta pela independência nacional, apelando para que a sociedade assumisse um compromisso semelhante no presente.

A retórica mobilizadora também incorporou a citação de alguns casos de violência estatal contra a população, ressaltando a necessidade de resiliência diante da repressão. Nesse sentido, Mondlane fez referência ao massacre de Mueda, perpetrado pelo regime colonial português, comparando-o aos disparos indiscriminados contra manifestantes em Macanhelas por agentes da polícia. Além disso, mencionou o assassinato de Urias Simango, que, na sua voz, teria sido lançado na cova e queimado vivo pela Frelimo.

Nessa etapa, Mondlane conferiu uma nova gravidade a esses episódios históricos, que anteriormente poderiam ser vistos como eventos infelizes, mas talvez toleráveis, reforçando um sentimento de coragem colectiva entre os manifestantes, apresentando a Frelimo como um inimigo comum que estaria a fazer genocídio de seu próprio povo e chantagem dos empresários.

A abordagem proposta para esta etapa envolveu a lógica das fases anteriores, a paralisação total das actividades públicas e privadas e manifestações no espaço público, contudo a sociedade foi dividida em dois grupos, onde aqueles que enfrentavam dificuldades para realizar longas caminhadas deveriam protestar em suas respectivas ruas e em frente às comissões eleitorais, sedes distritais e provinciais do partido Frelimo. Por outro lado, aqueles que tivessem condições de percorrer grandes distâncias foram convocados a caminhar, ao longo de sete dias, de suas províncias até a cidade de Maputo, para o dia da vitória contra aqueles que assassinam o povo.

Para incentivar a participação nesta iniciativa, Mondlane apelou à solidariedade social, solicitando aos residentes das áreas ao longo do trajecto para Maputo e aos empresários que fornecessem alimentos e água aos manifestantes. Além disso, para ampliar a adesão, Mondlane anunciou a abolição do pagamento de determinadas taxas até o último dia da terceira etapa, incluindo as portagens.

Desta vez, a voz de mobilização para as ruas envolveu construção de vocabulários e motivações que demonstravam a necessidade de transformar as vidas dos moçambicanos de uma vez por todas, tais como: temos a chance de mudar as nossas vidas; não vai ter blindando e gás lacrimogénio para todos; o destino vai depender de

você se sacrificar; vamos nos unir para nos libertar do colono do povo; que venham os membros dos partidos políticos, não vamos nos ater a receber migalhas; nós merecemos muito mais, 40 anos a nos enganar; se alguém pensa que os outros vão lutar por eles, não, vamos sair.

Além de olhar para o contexto nacional, esta etapa também mobilizou moçambicanos na diáspora, incentivando protestos em frente às embaixadas e em países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PALOP). Após a mobilização, verificou-se uma significativa adesão social ao chamado de Mondlane, com vídeos de cidadãos que vivem noutras províncias nadando de uma margem a outra do rio para evitar conforto com a polícia que bloqueava pontes. Também foram observadas acções de solidariedade, como a partilha de alimentos e água entre manifestantes e o apoio de empresários. Na diáspora, diversos grupos de manifestantes ocuparam as embaixadas e marcharam em avenidas de diversas cidades em defesa da causa.

Mobilização da primeira fase da quarta etapa das manifestações

A quarta etapa das manifestações representou uma ruptura em relação às fases anteriores, caracterizando-se pela existência de quatro fases. A primeira fase desta etapa, ocorrida nos dias 13 e 15 de Novembro, seguiu, em grande parte, a estrutura observada na segunda etapa, realizada em 24 e 25 de Outubro. O lema da primeira fase da quarta etapa visou a eliminação dos raptos e sequestros; o assassinato do povo; a miséria do povo; e a reposição da verdade eleitoral.

Nesta fase, Venâncio Mondlane manteve a mobilização de segmentos sociais historicamente afectados pela violência e pela precariedade socioeconómica, incluindo vítimas de raptos, jovens estudantes, desempregados, associações de luta contra a violação dos direitos humanos e das classes mais desfavorecidas do país. O método de acção priorizou a ocupação de espaços estratégicos, como capitais provinciais, corredores logísticos e portos. A mobilização enfatizou a gravidade das dificuldades enfrentadas por essas classes e introduziu, como novo elemento discursivo, a problemática da redistribuição de recursos.

A introdução da ideia de que a exploração dos recursos naturais na província de Cabo Delgado é de propriedade de membros da Frelimo, a mesma organização que, na voz do mobilizador, assassina o povo e a deixa na miséria, intensificou o apoio ao movimento, manifestando-se, entre outros efeitos, no encerramento temporário das mineradoras. Por outro lado, a ideia de pontuação do aumento intencional dos preços de bens essenciais, um fenómeno que impactava directamente as classes mais desfavorecidas, condicionou o levante de protestos contra o governo da Frelimo nos bairros destas comunidades. Paralelamente, a narrativa de que a Frelimo teria infiltrado jovens nas manifestações para, em conluio com sectores da polícia, promover saques em estabelecimentos comerciais consolidou o engajamento de empresários, especialmente da comunidade muçulmana.

O discurso mobilizador manteve a ênfase na necessidade de sacrifícios colectivos para alcançar os objectivos pretendidos. A ideia de que a luta não resultaria em efeitos imediatos, mas demandaria persistência e resiliência foi reiterada em falas como: “Estamos em uma batalha, e nesta batalha precisamos ser firmes, fortes e consentir sacrifícios” (Mondlane, 2024). Para reforçar a legitimidade da mobilização, foram citados exemplos de países como Malawi e Bangladesh, nos quais manifestações populares teriam levado à contestação de resultados eleitorais e à remoção de partidos dominantes do poder. Por outro lado, Venâncio chamava a atenção dos seus mobilizados da

visibilidade que a causa ganhou na imprensa internacional, justificando a necessidade de se continuar na causa.

Diante deste quadro, nos dias 13 e 15 de Novembro, as manifestações ocorreram em diversas localidades estratégicas, incluindo capitais provinciais, portos, corredores logísticos, bairros e avenidas centrais. Caminheiros bloquearam rodovias com seus veículos, enquanto empresários suspenderam temporariamente suas actividades. Jovens e idosos demonstraram apoio ao movimento, assumindo os custos financeiros da paralisação como um sacrifício necessário para a concretização dos objectivos políticos e sociais defendidos por Mondlane.

Mobilização da segunda fase da quarta etapa das manifestações

A segunda fase da quarta etapa das manifestações ocorreu entre os dias 20 e 22 de Novembro, cinco dias após o encerramento da primeira fase. Essa fase apresentou uma ruptura em relação às estratégias anteriores, adoptando como principal eixo mobilizador o lema “Três dias de luto nacional pelos mortos da Revolução das Panelas”. A mobilização enfatizou a resposta desproporcional do Estado à população, incluindo o uso excessivo da força policial contra manifestantes que, em muitos casos, protestavam por meio de batidas de painéis, toques de apitos e vuvuzelas nas suas ruas e nas suas residências.

O uso das painéis como instrumento de protesto foi amplificado por Venâncio Mondlane no dia 16 de Novembro, após a circulação de uma série de vídeos nas redes sociais que mostravam edifícios no centro da cidade de Maputo reverberando os sons desses utensílios em sinal de insatisfação com o governo da Frelimo. A segunda fase da quarta etapa das manifestações destacou a dimensão humana da crise, em contraste com a abordagem das etapas anteriores, que enfatizavam as dificuldades estruturais do país. Venâncio pontuou as mortes de mais de 50 jovens assassinados nas manifestações pela polícia, descrevendo as consequências para as famílias das vítimas, filhos, esposas e pais. A mobilização assumiu, assim, um carácter emocional e simbólico, reforçando a narrativa de que os manifestantes mortos eram mártires da causa. Esse discurso não apenas expandiu a base de apoio ao movimento, mas também fortaleceu a coesão interna dos manifestantes.

Além da ampliação do engajamento popular, Venâncio Mondlane realizou transformação de quadro de modo a assegurar os seus participantes. Nos casos em que os empresários e comerciantes tiveram os seus estabelecimentos vandalizados, o mobilizador mantinha o apoio destas pessoas, frisando a existência de infiltrados a serviço da Frelimo para desvirtuar a causa do povo. Nesse sentido, esta etapa não apenas reforçava a resistência contra o governo, mas também demonstrava solidariedade aos sectores atingidos pelos distúrbios.

O processo de mobilização seguiu em demonstração de repúdio, preocupação e demonstração dos responsáveis pelos assassinatos e mais adversidades que impactam os moçambicanos. A Frelimo foi apresentada como um grupo que priorizava seus próprios interesses em detrimento do bem-estar da população, ao mesmo tempo em que naturalizava a violência contra manifestantes. Diante disso, Mondlane apelou à sociedade para que rompesse com a indiferença diante das sucessivas mortes, convocando funcionários públicos, empresários, trabalhadores do sector informal, estudantes e cidadãos de diferentes classes sociais a aderirem ao movimento.

Diferentemente das etapas anteriores, esta fase não se baseou na ocupação física das ruas e avenidas, no sentido de marchas, mas sim na manutenção dos manifestan-

tes nas suas residências e bairros. Por outro lado, para simbolizar o luto pelos manifestantes mortos, os participantes foram orientados a vestir roupas pretas ou brancas e a realizar batidas de panelas e toques de apitos diariamente às 21 horas. No espaço público, a estratégia incluiu a paralisação de veículos às 12 horas, com buzinas de 15 minutos, seguido de deslocamentos contínuos acompanhados de buzinas até as 13 horas. Para aqueles que não possuíam veículos, a manifestação consistia na exibição de cartazes com reivindicações como a reposição da verdade eleitoral, o fim dos sequestros e assassinatos.

As manifestações seguiram rigorosamente essa estrutura organizacional. Ao meio-dia, veículos interromperam suas actividades e buzinaaram simultaneamente em diversos pontos estratégicos. Durante esses eventos, registou-se o bloqueio de vias de acesso pelos veículos parados. A avenida do acesso à Presidência foi encerrada para evitar a presença de manifestantes, pessoas circulavam trajadas de preto. Às 21h, os protestos silenciosos se intensificavam com o toque coordenado de panelas, apitos e vuvuzelas.

A adesão ao movimento também se reflectiu em espaços institucionais. Durante cerimónias de graduação em instituições de ensino superior e técnico, formandos entoaram palavras de apoio a Venâncio Mondlane, reafirmando seu alinhamento com a causa. Manifestações semelhantes ocorreram entre funcionários do Conselho Constitucional, bancários, professores e servidores dos tribunais, ampliando o alcance e a legitimidade do protesto.

Mobilização da terceira fase da quarta etapa das manifestações

A mobilização da terceira fase da quarta etapa das manifestações focou grande atenção nos aspectos de estímulo e amplificação de quadros, recorrendo à clarificação e revigoramento das condições dos moçambicanos, mas também desenvolveu a extensão de quadro. No primeiro caso, destacou-se o número de 60 manifestantes assassinados pela polícia que, segundo o mobilizador, seguiam as ordens do comandante geral Bernardino Rafael. A amplificação também destacou a condição difícil dos reformados, dos professores e dos médicos que auferem salários baixos em comparação às tabelas salariais existentes na Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) com valores comuns de 600 mil meticais. Além disso, ressaltou-se a degradação do sistema de saúde e de educação em comparação aos serviços estrangeiros aderidos por governantes e seus familiares.

No segundo aspecto, a mobilização concentrou-se na crítica à postura do presidente da República diante das reivindicações populares. Segundo o discurso mobilizador, o chefe de Estado demonstrava desinteresse em solucionar a crise eleitoral e os desafios sociais enfrentados pela população, uma vez que não respondeu aos pontos da agenda proposta para o diálogo. Essas demandas incluíam questões fundamentais como segurança alimentar, assistência médica, moradia, combate ao terrorismo em Cabo Delgado e dos sequestros dos empresários.

Através destes pontos, o mobilizador manteve os valores da necessidade da persistência nas manifestações, mas também agregava mais apoios ao se apresentar preocupado com as mortes dos manifestantes e se colocar à disposição para negociações apenas em termos que beneficiassem a população, e não sob a lógica da manutenção dos interesses partidários. Nesta etapa, a Frelimo continuou a ser responsável pelas adversidades socioeconómicas e políticas quanto pela repressão violenta contra os manifestantes.

Nesta fase, a estratégia de protesto adoptou múltiplas abordagens. Uma das principais tácticas foi a fixação de cartazes reivindicativos em carros, motorizadas e bicicletas, com mensagens contra os sequestros, a violência em Cabo Delgado, a pobreza e outras questões que reflectiam a realidade das diferentes classes sociais. Além disso, determinou-se que as estradas e passeios funcionariam como estacionamento improvisados a partir das 8 horas da manhã, interrompendo parcialmente o fluxo urbano como forma de resistência pacífica. Às 15h30, entoava-se o hino nacional como ato simbólico de unidade, seguido pelo toque de panelas às 21 horas.

Para aqueles que não possuíam veículos, a mobilização sugeriu a exibição de cartazes em locais estratégicos e a realização de protestos silenciosos. No caso dos estudantes desempregados, recomendou-se o uso de uniformes de graduação durante as manifestações, simbolizando a frustração com a falta de oportunidades no mercado de trabalho. O discurso de incentivo à participação popular reforçou a ideia de proximidade de uma “Terceira República”, na qual o poder passaria a ser efectivamente exercido pelo povo. A narrativa mobilizadora enfatizou a necessidade de sacrifícios individuais em prol da transformação nacional, chegando a sugerir a renúncia às festividades de 25 de Dezembro e do final do ano como um ato de comprometimento com a causa.

Neste sentido, nos dias 27 a 29 de Novembro, veículos em circulação exibiam cartazes com reivindicações, enquanto a criatividade dos manifestantes na formulação de suas mensagens reflectia o descontentamento generalizado e a sensação de esgotamento diante dos 50 anos de governo da Frelimo. A mobilização também incluiu expressões culturais como forma de protesto. Estudantes, trajando suas vestes de graduação, foram às ruas para denunciar a falta de oportunidades de emprego. Alunos do ensino secundário uniram-se a seus professores em actos de contestação para contestar o governo da Frelimo. Outros grupos realizaram performances artísticas e esportivas, como danças, leituras públicas e partidas de futebol no meio das vias.

Mobilização da quarta fase da quarta etapa das manifestações – 4X4

A quarta fase da quarta etapa das manifestações foi marcada por duas estratégias principais, a resposta aos opositores do movimento e a ampliação da base de apoio. No primeiro aspecto, a mobilização atribuiu à polícia e ao Conselho Constitucional a responsabilidade pelo estado de crise que assola Moçambique. A polícia, representada por seu comandante, foi apresentada como promotora de repressão violenta e os assassinatos de manifestantes, enquanto o Conselho Constitucional foi apontado como legitimador da permanência da Frelimo no poder. Por isso, as medidas anunciadas, no caso de encerramento das portagens, dos complexos de festas, das sedes da Frelimo e da Comissão Nacional de Eleições e do Secretariado Técnico das Eleições, visam impactavam directamente este grupo.

No segundo aspecto, voltado para a agregação de apoios, o encerramento das portagens e a suspensão de pagamento de impostos, apresentados como pertencentes à Frelimo, engajou apoio à causa de Mondlane, a abertura de vias de acesso para as comerciantes Mukheristas até 12 horas da tarde, a sensibilização para o apoio aos órfãos e aos pais que perderam seus filhos, o pagamento dos retroactivos aos funcionários públicos, que se fazia saber que era resultado das manifestações, e o reconhecimento ao grau de herói aos jovens que manifestavam pela causa, desenvolveu a extensão de quadro de acção colectiva e alargou o seu leque de aderentes.

Paralelamente, a menção de que os actos de vandalismo que se verificavam eram

causados pela OJM e pela Frelimo visava manter o apoio dos empresários e dos comerciantes que, a propósito, eram solicitados a se esforçar para a verdade eleitoral, uma vez que a resolução disto constituía a solução dos problemas empresariais, da polícia, dos militares, dos funcionários públicos, dos desempregados e de toda a sociedade moçambicana. Por esta razão, todos eram chamados a se unir para a resolução das suas adversidades.

O modelo de manifestação adoptado manteve elementos da terceira fase, mas incorporou novos componentes simbólicos e logísticos. Uma das principais inovações foi a inclusão do hino da África, entoado às 16 horas, acompanhado pelo gesto de união entre os participantes, que davam as mãos como expressão de comprometimento com a pátria. Além disso, a geografia das manifestações restringida, com a concentração dos protestos nos bairros e nas principais avenidas que os atravessam, Para incentivar a adesão da população, Mondlane realizou a nomeação de alguns bairros e distritos que demonstraram apoio à sua campanha à presidência, mas também, que no âmbito das primeiras etapas e fases das manifestações, grande parte deles tomaram destaque. Esta acção permitiu que, nos dias 4 a 11 de Dezembro, vários bairros ao longo de todo o país se engajassem nas ruas de forma a tomarem destaque na causa e parte naquilo que o mobilizador chamou da possibilidade de terceira república.

Mobilização da Etapa Turbo V8 e Validação dos Resultados Eleitorais Pelo CC

A etapa denominada Turbo V8 distinguiu-se de todas outras etapas e fases das manifestações sociais. Nesta etapa, a possibilidade das manifestações estava directamente condicionada aos resultados eleitorais a serem anunciados pela presidente do Conselho Constitucional, Lúcia Ribeiro, no dia 23 de Dezembro. Onde caso os resultados fossem interpretados como uma “mentira eleitoral”, previa-se um cenário de desordem, e caso reflectissem a “verdade eleitoral”, a expectativa era a manutenção da paz.

Nesta fase, não foram estabelecidas directrizes explícitas sobre as acções a serem adoptadas após a divulgação do acórdão do Conselho Constitucional. No entanto, foi proposta uma semana de luto em homenagem aos chamados “heróis modernos”. As actividades traçadas para esse período incluíam a entoação do hino nacional, orações pelo país e pela imparcialidade da juíza encarregada da leitura da decisão. Nesta semana, as pessoas deviam ficar nas suas residências, e alguns grupos dispostos podiam se dirigir as redondezas do Conselho Constitucional acompanhar presencialmente a divulgação dos resultados.

As medidas desta fase visavam persuadir o Conselho Constitucional, no sentido de trazer resultados diferentes daqueles anunciados pela CNE, a este respeito, o mobilizador argumentava que, caso a etapa turbo V8 fosse desencadeada, a história registaria a responsabilidade dos juízes por o país ao abismo. Apesar disto, os resultados não foram os esperados, tanto que depois do anúncio, registou-se o pior. Sem directrizes específicas sobre formas de contestação nas ruas, a indignação popular se materializou em actos de vandalismo e saques a bens públicos e privados. Paralelamente, registaram-se acções de aproveitamento por parte das forças de segurança, ao usar de veículos blindados para arrombamento de armazéns. Em determinado momento, os agentes de segurança abriram fogo contra as pessoas envolvidas nos saques, resultando em dezenas de mortes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta das autoridades moçambicanas às manifestações sociais tem sido caracterizada por uma repressão sistemática, o que, historicamente, resultou na quase inexistência desses eventos no espaço público. A violência policial recorrente nos protestos anteriores gerou um clima de medo, levando muitos cidadãos a recorrerem às redes sociais como alternativa para expressar suas reivindicações. No entanto, no contexto pós-eleitoral, observou-se um fenómeno inverso, com uma nova onda de manifestações permeando o espaço público, sugerindo uma redução do medo da repressão estatal.

Diante desse cenário, a presente pesquisa buscou compreender de que forma Venâncio Mondlane desempenhou um papel central na superação de medo e na reocupação do espaço público para a realização de manifestações sociais. A este respeito, concluímos que diferentemente dos protestos anteriores, as manifestações pós-eleitorais foram mobilizadas por Mondlane, que, por meio de uma lógica de enquadramento discursivo, diagnosticou as principais adversidades enfrentadas pela sociedade e atribuiu a responsabilidade dessas dificuldades ao governo da Frelimo. Além disso, formulou propostas para enfrentar essas adversidades, fundamentando sua mobilização na reivindicação pela reposição da verdade eleitoral e no apelo à adesão popular às manifestações.

O perfil político de Mondlane e sua trajetória eleitoral agregaram legitimidade à sua liderança. Durante as eleições de 2024, foi amplamente percebido como uma alternativa viável à alternância de poder, contrastando com os candidatos tradicionais. Após uma série de denúncias de fraude eleitoral e o assassinato de Elvino Dias, Mondlane consolidou-se como um catalisador da mobilização social. Embora a reposição da verdade eleitoral tenha sido a base de suas reivindicações, sua estratégia discursiva incorporou pautas diversas, ampliando o espectro de adesão popular. Entre os temas abordados destacam-se o combate aos raptos e sequestros que afectam a comunidade empresarial de origem asiática, a precarização salarial dos funcionários públicos, particularmente professores, médicos e agentes da polícia, a situação de vulnerabilidade socioeconómica das camadas mais desfavorecidas, bem como a escalada de assassinatos de jornalistas, académicos, comentaristas políticos e manifestantes.

Ademais, Mondlane destacou a degradação dos sistemas de saúde e educação, num contexto em que os governantes e as suas famílias recorrem aos serviços estrangeiros. Também destacou os desafios de redistribuição dos recursos, valendo-se da apresentação das mineradoras pertencentes a membros do governo e do partido Frelimo que alegadamente fomentam o terrorismo em Cabo Delgado. Esses elementos foram fundamentais para a mobilização de aderentes, contribuindo para a construção de redes de solidariedade entre os manifestantes e para a ampliação da adesão ao movimento.

De outra forma, a mobilização de Venâncio Mondlane para as manifestações tornou o uso do espaço público frequente para estes eventos. Constata-se que, por si só, as comunidades organizam as suas manifestações para reivindicar as políticas do governo. Dessa forma, as manifestações pós-eleitorais não apenas reintroduziram a prática do protesto público, mas também ampliaram o exercício da cidadania, fenómeno que não se verificava desde as grandes manifestações de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTELSEN, Bjørn. (2017). Efervescência Efêmera: Levantamentos Populares Urbanos em Moçambique. In Brito, Luis de (org). Agora eles têm medo de nós! - Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE. p. 124-146.
- BOURDIEU, Pierre. (1987). Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense
- BRITO, L. et al. (2017). Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012). In Brito, Luís de (org). Agora eles têm medo de nós! - Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE. p. 1-41.
- CHAIMITE, Egídio. (2017). Das Revoltas às Marchas: Emergência de um Repertório de Acção Colectiva em Moçambique. In Brito, Luís de (org). Agora eles têm medo de nós! - Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE. p. 153-166.
- CHAIMITE, Egídio. (2025). Two presidents, one divided nation. IPS. Disponível: <https://www.ips-journal.eu/topics/democracy-and-society/two-presidents-one-divided-nation-8057/> (acesso: 31.01.2025).
- CHIVANGUE, Andes. (2014). Economia Informal e Políticas em Moçambique: Lógicas e Práticas dos Mukheristas. Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/7042/1/CE- sA-WP123.pdf> (acesso: 20.02.2024).
- DW. (2023). Moçambique: Morreu o rapper Azagaia. Maputo: DW
- HABERMAS, J. (1984). Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MOÇAMBIQUE. Lei nº 9/91, de 18 de Julho. Regula o exercício de liberdade de reunião e de manifestação. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- NEVE. David A. (2004). Framing processes, ideology and Discursive Fields. Blackwell Publishing Ltd. Pp 380-412.
- PORTA. Donatella della. (2008). Research on Social Movements and Political Violence. Pp. 221-230.
- SITOE JÚNIOR, António Bai. (2023). Ressocialização do Controle Social e Reversão das Manifestações Violentas em Moçambique. Cadernos IS-UP, (3). Obtido de https://ojs.letras.up.pt/index.php/Cadernos-ISUP_1/article/view/13558.
- SNOW, D. A. and BENFORD, R. D. (1988). Ideology, frame resonance and participant mobilization. Pp. 197-217 in International Social Movement Research, Vol. 1, ed. B. Klandermans, H. Kriesi and S. Tarrow.
- SNOW, D. A., & BYRD, S. C. (2000). Ideology, framing processes and Islamic terrorist movements. Mobilization, 12, 119-136.
- SNOW, D. A., ROCHFORD, E.B., WARDEN, S., e BENFORD, R. (1986). Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. American Sociological Review 51: 464.
- SOUSA, Jorge Pedro. (2006). Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media. 2ª ed. Porto.
- TAMELE, Dionildo. (2024). Manifestações de 7 de Novembro de 2024. Pontos por Pontos. Quinta-Feira, 14 Novembro De 2024.
- TSANDZANA, D. (2020). Jovens, redes sociais da Internet e radicalização em Moçambique: Itinerários e ambiguidades. In D. M. do Rosário, E. Guambe, & E. de Salema (Orgs.), Democracia multipartidária em Moçambique. Maputo: EISA Moçambique Pp. 299-314.

**O RECUO DEMOCRÁTICO E
A DETERIORAÇÃO DAS LIBERDADES
NOS PAÍSES DE PARTIDO
DOMINANTE
DA ÁFRICA AUSTRAL**

Lucas Pascoal Ginga Bambi

1. INTRODUÇÃO

A África Austral tem sido palco de transformações políticas significativas desde o fim do colonialismo e do apartheid, com muitos países adotando sistemas democráticos multipartidários em suas constituições. No entanto, a persistência de regimes de partido dominante na região tem levantado preocupações significativas sobre as transições começadas nas décadas de 1990 e consequentemente na consolidação de regimes democráticos, assentes em seus principais pilares, como: o respeito pelas liberdades civis e políticas dos cidadãos, institucionalização de eleições livres e justas (DAHL, 1997) e respeito pelo Estado de direito (O'DONNELL, 1999).

O conceito de regimes de partido dominante distingue-se dos regimes de partido único, pois, nos primeiros, há uma pluralidade partidária e eleições, mas o partido governante dominante é significativamente mais forte do que os outros, permanecendo no poder por longos períodos, vencendo mais de quatro eleições consecutivas com maioria absoluta ou relativa (50%+1) que lhe permite governar só (Sartori, 1982).

Esta situação é particularmente relevante na África Austral, onde a persistência de partidos dominantes, muitas vezes associada a práticas de clientelismo e manipulação eleitoral, coloca em cheque a efetividade da democracia na região, destacando a necessidade de uma análise aprofundada sobre como essa hegemonia partidária afeta a governação e a proteção dos direitos fundamentais.

A literatura académica tem destacado que a hegemonia de partidos dominantes pode levar ao enfraquecimento das instituições democráticas, à concentração de poder e à limitação da participação política efetiva da oposição e da sociedade civil (VAN DE WALLE, 2007). Esses fatores, por sua vez, contribuem para a deterioração das liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, de imprensa e de associação, elementos essenciais para o funcionamento de uma democracia plena (DALH, 1997).

Este artigo visa analisar a relação entre partidos dominantes, recuo democrático e a deterioração das liberdades na África Austral, utilizando dados empíricos do Democracy Index da revista The Economist intelligence Unit e da Freedom in the World, que mensuram os graus de democracias e das liberdades civis e políticas pelo mundo. Esses índices fornecem métricas robustas, permitindo uma análise comparativa entre países. A escolha dessas fontes justifica-se pela sua ampla utilização em estudos sobre democracia.

Trata-se de uma avaliação descritiva, partindo de uma análise dicotômica, usando o método comparativo histórico, para observação dos dados empíricos nos dois indicadores de mensuração ao longo de 11 anos (2013-2023), em suas médias e variações. A análise concentra-se em sete países da região: África do Sul; Botswana ; Namíbia; Angola; Moçambique; Tanzânia e Zimbábue, onde partidos dominantes têm governado desde as independências, sem registar alternância partidária no poder.

O artigo estrutura-se em quatro secções principais. A primeira, apresenta a fundamentação teórica, com enfoque nas teorias democráticas e regime híbridos. Na segunda, discute-se o contexto histórico e político da África Austral, com ênfase nos processos de transição democrática e na emergência de partidos dominantes. Na terceira secção, analisam-se os dados empíricos, comparando a qualidade democrática e as liberdades nos países selecionados. Por fim, na quarta secção, são apresentadas breves considerações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em meio de mais uma década marcada por retrocesso democrático, há um consenso crescente de que o modelo desenvolvido ao longo do último século está em apuros, mas há menos clareza sobre a razão pela qual as pessoas estão tão desencantadas com as suas democracias (THE ECONOMIST, 2024).

A democracia, idealizada como um sistema de governo onde o poder emana do povo para o povo, enfrenta hoje um paradoxo. Ao mesmo tempo, em que se expande em termos numéricos, com mais países adotando este regime, observa-se um declínio na qualidade democrática em diversas partes do mundo (THE ECONOMIST, 2023). Esse paradoxo exige uma análise profunda dos conceitos que definem a democracia, transcendendo a mera realização de eleições periódicas.

Para Schumpeter (1984), a democracia não é um ideal a ser perseguido, mas sim um método político que garante a escolha de governantes mediante eleições competitivas. Na sua visão “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelo voto do eleitor” (SCHUMPETER, 1984, p. 321).

Neste sentido, a democracia é um mecanismo institucional que permite a alternância de poder de forma pacífica. O povo não governa diretamente, mas escolhe os seus representantes, que por sua vez, estes decidem as políticas públicas. Esta concepção schumpeteriana, influenciada por Weber e pela tradição liberal de crítica ao conceito clássico de democracia, tornou-se um marco “separador das águas” na teoria política contemporânea (NÓBREGA JR., 2024).

Robert Dahl (1997) por sua vez, desenvolveu uma abordagem mais abrangente centrada no seu conceito de poliarquia. Dahl define a democracia não apenas pela existência de eleições livres e justas, mas também pela garantia de uma série de direitos e liberdades fundamentais. Trata o problema da democratização definindo-a como “um processo de progressiva ampliação da competição e da participação política” (DAHL, 1997, p. 26). A sua definição de democracia, assente em dois eixos: competição e participação, oferece critérios claros e razoavelmente objetivos para uma classificação dos regimes políticos observados no mundo hodierno, permitindo definir a sua maior ou menor proximidade ao ideal democrático. Dahl (1997) define três requisitos básicos para os regimes democráticos: “1- cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas de formular as suas preferências; 2- devem expressar as suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual ou coletiva e 3- devem ter as suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo” (p.26).

Com estes três requisitos em sociedades complexas com grande número de cidadãos, as instituições destas sociedades necessitarão de fornecer mais oito garantias principais: 1- Liberdade de formar e aderir organizações; 2- Liberdade de expressão; 3- Direito ao voto; 4- elegibilidade para cargos públicos; 5 - direito de líderes políticos disputarem apoio/votos; 6- fontes alternativas de informação, 7- eleições livres e idóneas

² O Botswana foi mantido no estudo apesar da alternância de poder ocorrida nos finais de 2024, pois, durante o período analisado, o Partido Democrático do Botswana (BDP) manteve-se no governo desde a independência em 1966. O país representa um caso positivo na região, caracterizado por uma cultura política pacífica e democrática, onde o desgaste da governação e a perda de popularidade do partido no poder resultaram numa transição eleitoral sem precedentes, oferecendo insights valiosos sobre as dinâmicas de alternância em contextos de partidos dominantes.

; 8- instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações (DAHL, 1997). A conexão entre os três pré-requisitos, mais estas oito garantias, asseguram o funcionamento da democracia, permitindo uma competição saudável entre elites políticas e a participação ampla do eleitor.

O'Donnell (1999), ciente das dificuldades em apresentar uma teoria válida e consensual de democracia, enumera algumas condições para a eficácia do método democrático minimalista schumpeteriano, que sem as quais este método não teria 3- Direito ao voto; 4- elegibilidade para cargos públicos; 5 - direito de líderes políticos disputarem apoio/votos; 6- fontes alternativas de informação, 7- eleições livres e idóneas; 8- instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações (DAHL, 1997). A conexão entre os três pré-requisitos, mais estas oito garantias, asseguram o funcionamento da democracia, permitindo uma competição saudável entre elites políticas e a participação ampla do eleitor.

O'Donnell (1999), ciente das dificuldades em apresentar uma teoria válida e consensual de democracia, enumera algumas condições para a eficácia do método democrático minimalista schumpeteriano, que sem as quais este método não teria conseguido oferecer uma tipologia capaz de diferenciar as democracias plenas das reduzidas. Para O'Donnell o caráter minimalista de Schumpeter não procede, pois para existirem as condições necessárias para a eficácia do método democrático é de fundamental importância o respeito de certas atribuições do Estado de direito, bem como a formação de uma cultura “tripartite” da sociedade civil, em que as prerrogativas liberais, republicanas e democráticas façam parte da cultura política (NÓBREGA JR., 2024). O'Donnell explora a democracia como um processo incompleto, destacando a necessidade de ir além das eleições e construir democracias com instituições sólidas: Estado de direito funcional e proteção dos direitos políticos e civis.

Para o mesmo autor,

“a democracia tem quatro características específicas que a diferenciam dos demais tipos de regime político: (1) eleições competitivas e institucionalizadas; (2) uma aposta includente e universalista; (3) um sistema legal que promulga e respalda, no mínimo, os direitos e liberdades incluídos na definição de um regime democrático e (4) um sistema legal que exclui a possibilidade de que uma pessoa, papel ou instituição sejam de *legibus solutus*. As duas primeiras características dizem respeito ao regime e as duas últimas ao Estado e ao seu sistema legal” (O'DONNELL, 1999, p.16).

Todavia, Przeworski (2019) focado nos processos e nas regras institucionais que permitem a competição política pacífica e a alternância de poder como a principal característica de um regime democrático, enfatiza a ideia de que a democracia é um sistema de compromisso político saudável, em que os atores políticos aceitam resolver as suas diferenças mediante processos institucionais e estão dispostos a negociar e fazer concessões, para a manutenção da paz social e para evitar que disputas políticas se transformem em conflitos violentos. Para Adam Przeworski (2019), a essência da democracia não reside apenas na participação ampla ou em resultados específicos, mas na existência de mecanismos que garantem que as eleições sejam livres, justas e que o processo de competição seja genuíno.

Embora Adam Przeworski seja um defensor do minimalismo schumpeteriano e sua teoria democrática assenta num aparato procedimental do regime democrático, ele também acrescenta a preocupação com o Estado de direito e das garantias da liberdade de expressão, associação e oposição descritas por Robert Dahl (1997).

Portanto, apesar de os autores acima citados, serem frequentemente descritos

como minimalistas ou procedimentalistas a combinação de suas perspectivas ajuda a capturar a complexidade e a diversidade das experiências democráticas em todo o mundo, ressaltando numa compreensão de que a democracia é mais do que um conjunto de regras formais, é também uma cultura política e uma prática de governança inclusiva e responsiva assente nos pilares do Estado de direito.

Segundo Nóbrega Jr. (2024, pp. 11-12),

“a definição minimalista contemporânea da democracia tem quatro propriedades definidoras. As duas primeiras abrangem as dimensões clássicas - Schumpeter e Dahl, que corresponde as escolhas em eleições livres e limpas para o chefe do Executivo e o Legislativo [...]. A segunda propriedade é a que diz respeito ao direito de voto, que deve ser extenso à maioria da população adulta [...]. A terceira propriedade leva em consideração a proteção aos direitos políticos e as liberdades civis, como a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a liberdade de organização, o direito ao habeas corpus e outros que compreendem o componente liberal da democracia, aos quais o Estado deve efetivamente cobrir para que exista democracia [...]. A quarta propriedade se destina a avaliar as autoridades eleitas no que diz respeito ao genuíno poder de governar sem que sejam ofuscados por atores políticos não eleitos, como militares, por exemplo, que dominam nos bastidores. Se as eleições são livres e limpas, mas elegem um governo que não consegue controlar algumas das principais arenas políticas pela causa, por exemplo, dos militares fazerem tal controle, então esse regime político não é plenamente democrático [...]. Estes quatro critérios elencados são fundamentais para uma democracia sólida, sem os quais um regime não pode ser considerado democrático. A definição de democracia em sua dimensão minimalista deve focalizar as regras do jogo eleitoral acrescentando uma preocupação com as liberdades civis e com a genuína capacidade de exercer o poder. Regimes políticos que apresentam eleições e partidos políticos, mas que violam direitos básicos dos cidadãos e que não controlam, ou controlam em parte, os militares são semidemocráticos”.

Contudo, em contextos africanos onde a transição e consolidação democrática muitas vezes enfrenta enormes desafios como a centralização do poder, captura estatal e fraqueza institucional é crucial este entendimento que vá além dos procedimentos eleitorais, valorizando também o fortalecimento de instituições e a promoção de uma cultura política inclusiva e participativa. As dificuldades de transição para regimes democráticos em África, exacerbadas por legados coloniais, conflitos étnicos, influência militar e pressões económicas, sublinham a necessidade de uma abordagem que valorize tanto a competição justa quanto o consenso político e a estabilidade institucional.

2.1 A Transição Democrática e os Partidos Dominantes na África Austral

O início da década de 1990 marcou a entrada de África numa nova onda de transições democráticas. Com a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética e dos seus satélites, abriu-se portas para a mudança política em todo continente (NÓBREGA, 2010; NDIAYE, 2015). Este processo conduziu à adoção de quase todos os países africanos, com novas constituições que consagravam uma democracia multipartidária (NDIAYE, 2015). Em nenhum outro continente foi possível a um idêntico número de líderes, obter tamanho sucesso na transição de um sistema político hegemônico de partido único para outro mais plural (NÓBREGA, 2010). Passados mais de trinta anos, a esperança do futuro da democracia em África é obscurecida por retrocessos e desvios que esta tem conhecido em múltiplas partes do continente.

África tornou-se, assim, num vasto projeto constitucional e em alguns países o Estado de direito foi minado pelo desejo do retorno ao autoritarismo e ao despotismo; certas experiências são enfraquecidas pela persistência de conflitos armados e golpes de Estado, enquanto eleições mal preparadas ou manipuladas afundam mais de um país na tempestade (GUÈYE, 2009).

A transição política período entre a extinção de um regime e a implementação de um novo, seja ele democrático, autoritário ou revolucionário, durante esse período as regras do jogo político são instáveis e estão em constante mutação, sendo alvo de críti-

cas e disputas entre os diferentes atores políticos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988). O objetivo principal da transição política é garantir a estabilidade do novo regime e a consolidação das novas instituições. No caso da transição política democrática,

“como se refere Jibrin Ibrahim, [...] de entre as características essenciais da transição democrática figura a autoridade constitucional, o multipartidarismo, mas igualmente uma transformação sociocultural muito mais profunda permitindo à equipa dirigente livremente eleita e à maioria da população civil de fazer prevalecer a sua primazia em relação às oligarquias militares, os grupos étnicos e regionalistas e/ou a nomenclaturas [...]” (IBRAHIM 1997- 98, apud TERCENIANO, et al., 2016, p.175).

O'Donnell e Schmitter (1988) enfatizam que a transição democrática ocorre em três fases: a liberação, a democratização e a consolidação. Todavia, a transição de regimes autoritários de partido único para a democracia na região Austral, iniciada nas décadas passadas, ainda não superou os principais desafios do processo democrático. No entanto, podemos caracterizá-la como uma transição incompleta ou ainda em curso.

Após três décadas, não há dúvidas que tem havido alguns ganhos significativos na promoção da governança democrática na região Austral desde o advento do multipartidarismo. Embora quase todos os países da região tenham introduzido certas reformas de liberalização e realizando eleições multipartidárias periódicas, apenas alguns fizeram a transição para uma democracia liberal e estão passando pela fase da consolidação democrática (CHEESEMAM, 2015).

Contudo, a região Austral africana revela um paradoxo significativo na sua transição de regimes. 7 dos 16 países membros da SADC nunca presenciaram alternância no poder, mantendo-se sob a liderança dos movimentos tradicionais de libertação nacional que dirigiram as suas independências do jugo colonial. Por outro lado, os países que experimentaram a troca de governo tampouco conseguiram promover uma transição democrática. Entre os países sem alternância, alguns são formalmente classificados como democracias falhas — em que eleições regulares e instituições democráticas, coexistem com práticas clientelistas e controle estatal concentrado — enquanto o restante opera como regimes híbridos, nos quais os mecanismos democráticos coexistem com elementos autoritários e a perpetuação de redes clientelistas de poder (BRATTON e VAN DE WALLE, 1997; LEVITSKY e WAY, 2010). Embora a alternância de poder seja frequentemente vista como um indicador-chave da saúde democrática pela literatura académica, o seu impacto varia significativamente em cada região.

Tal como resultam O'Donnell e Schmitter (2013), o processo de transição é frequentemente marcado pela incerteza, o resultado não é predeterminado. A democracia política não é o único resultado possível, e o processo pode levar a várias formas de governo, incluindo regimes

³(7/16 países membros da SADC) é liderada por partidos de libertação que ascenderam ao poder após longas lutas contra regimes coloniais e opressivos. Exemplos notáveis são: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); a União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF); o Partido Democrático do Botswana (BDP); o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul; a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) da Namíbia e o Chama Cha Mapinduzi (CCM) da Tanzânia, partidos que lideram seus países desde a independência até ao momento atual sem se verificar alternância no poder.

híbridos (semiautoritários) ou mesmo uma reversão ao autoritarismo. Assim, a relação entre eleições, rotatividade e maior democratização está, na melhor das hipóteses, longe de ser unívoca na África Austral que inclui experiências de sucesso e fracasso (CHEESEMAN, 2015).

Este quadro torna a alternância de poder na África Austral numa questão complexa e multifacética. Como evidenciado, enquanto alguns países passaram por transições de regime bem-sucedidas (Botswana, Namíbia, África do Sul) mesmo sem alternância no poder, os demais continuam a operar como regimes semiautoritários ou

híbridos.

“[...] os regimes semiautoritários se caracterizam pelo seu hibridismo institucional no qual a inclinação para o autoritarismo é mais enfática, mesmo respeitando algumas características eleitorais. [...] combinam uma aceitação retórica da democracia eleitoral, a existência de algumas instituições democráticas formais e respeito por uma limitada esfera de direitos civis e políticos como essencialmente liberal ou sempre com traços autoritários. Ou seja, uma democracia de procedimentos, mas sem Estado de direito. [...] sistemas ditos semiautoritários não são democracias imperfeitas lutando em direção ao aperfeiçoamento e consolidação, mas regimes determinados a manter a aparente democracia colocando de fora os riscos políticos que a livre competição ocasional [...]. Regimes políticos semiautoritários apostam em sistemas eleitorais da democracia, mantêm eleições regulares e multipartidárias, permitem o funcionamento do parlamento, direitos civis e políticos (limitados), formas de associações e uma imprensa sem uma censura estatal operando, mas não consolida, e nem pretende consolidar, a democracia como regime” (NÓBREGA JR., 2023, p. 11).

Em muitos países da região, os movimentos de libertação nacional transformaram-se em partidos hegemónicos dominantes, o que frequentemente abafam a competição política e dificultam a consolidação democrática, tal como procuraremos evidenciar nas próximas secções.

Partidos políticos “são *conditio sine qua non* para a composição e estruturação dos sistemas partidários” (KAPUWA, 2019, p. 39). Todavia, Giovanni Sartori (1982) propõe um método, que vai além da simples contagem aritmética. Para o autor, a classificação dos sistemas partidários deve obedecer a dois critérios: o numérico assente na relevância dos partidos, servi para definir, a grosso modo, o formato do sistema de partido e a posição ideológica. O critério numérico indica a tipificação do sistema e são apenas tidos em conta e contabilizados os partidos com relevância coligacional ou com potencial de aliança aqueles com capacidade de pressionar o governo, ou com potencial de intimidação e o critério ideológico indica a polarização do sistema (PAC- ATOLO, 2024a).

Nesta perspetiva Sartori (1982) chega a uma dupla classificação de sistemas de partidos, traçando uma linha divisória e separadora das águas entre duas classes de sistemas partidários:

Sistemas não concorrenciais - em que as eleições, ainda que tenham lugar, não contam para efeitos de atribuições de poder ou de cargos governativos. Esta linha da não concorrência separa os sistemas monopartidários e os sistemas de partidos hegemónicos de todos outros (SARTORI, 1982). Assim, os sistemas monopartidários, aqueles que existe um só partido, que pode ser de cariz ideológico ou pragmático. Enquanto que, os sistemas com partido hegemónico são caracterizados pela presença de um partido dominante que, apesar de permitir a existência de outros partidos, mantém um controle efetivo e contínuo sobre o governo (SARTORI, 1982). A competição existe, mas é fortemente desigual, com o partido hegemónico mantendo uma posição dominante.

Concorrenciais - aqueles em que as eleições têm lugar com periodicidade fixa e são decisivas para conferir mandatos e poderes aos partidos. Nesta categoria encontram-se os sistemas de partido predominante, em que existe um partido que numa série de 4 eleições consecutivas livres, justas e competitivas, obtém regularmente um número consistente de votos, com a maioria absoluta ou relativa (50%+1) que lhe permite governar só (SARTORI, 1982).

Na visão de Giovanni Sartori o sistema de partido predominante não coincide e tão pouco tem a ver com o sistema de partido dominante em que é definido pelo simples facto de um partido ser significativamente mais forte do que os outros, isto é, sempre que numa formação política um partido, súpera de longe todos os outros por manipulação ou controle estatal, esse partido é dominante (SARTORI, 1982). Sartori parte do princípio de que a “predominância” pelo facto de ser menos forte semanticamente é usa em contraposição a “hegemonia”. A permanência monopolista no poder do mesmo partido nos sistemas predominantes, eleições pós-eleições não podem ser imputadas razoavelmente a desonestidade conspícua ou fraude das urnas (SARTORI, 1982).

Neste sentido, Giovanni Sartori separa a dominância de um partido em contextos não democrático e competitivo em que um partido pode se tornar dominante pela inversão das regras democráticas e manipulação eleitoral, criando uma aparente competição. Em contrapartida, os regimes de partido predominante diferenciam-se dos regimes de partidos dominantes pela autenticidade das vitórias, num ambiente de competição de eleições livres e justas onde a rotação não acontece simplesmente porque o mesmo partido consegue sempre uma maioria absoluta por ser mais eficiente do que os seus concorrentes.

Doorenspleet, Nijzink e Greene (apud, PACATOLO, 2024a) ressaltam a importância crucial desta classificação de Sartori para o entendimento e classificação dos partidos dominantes no contexto africano, por permitir distinguir o sistema de partido predominante dos sistemas autoritários de partido dominante. Para Doorenspleet e Nijzink (2013), esta distinção é crucial porque permite, por um lado, separar os sistemas de partido dominante de acordo com o contexto em que operam. Por sua vez, Greene (2007) enfatiza a dimensão temporal que considera quatro vitórias eleitorais consecutivas, e chama atenção para o facto de a dinâmica da competição eleitoral que possibilita a classificação dos sistemas partidários, variando de acordo com o contexto em que cada um atua (democracia completamente livre ou autoritarismo competitivo).

Com base nesta classificação, cruzando com os dados do democracy index da revista The Economist Intelligence Unit e do índice das liberdades pelo Mundo da Freedom House, podemos classificar os partidos dos países em análise da seguinte forma:

- Partidos Predominantes - ANC da África do Sul; BDP do Botswana; SWAPO da Namíbia.
- Partidos Dominantes Hegemónicos - autoritário competitivo (MPLA de Angola e CCM da Tanzânia); autoritário (FRELIMO de Moçambique e ZANU-PF do Zimbábue). A hegemonia dos partidos dominantes na África Austral está profundamente enraizada nos processos de luta pela independência e na construção dos Estados pós-coloniais. Esses partidos, que emergiram como líderes das guerras de libertação ou movimentos anticoloniais, capitalizaram o seu papel histórico para estabelecer um monopólio político que persiste até os dias atuais. A sua legitimidade inicial derivava não apenas de vitórias militares ou políticas, mas também de uma narrativa histórica que os posicionava como únicos guardiões da soberania e do desenvolvimento nacional. Essa narrativa, combinada com estruturas de poder centralizadas e redes clien-

telistas, permitiu que esses partidos se perpetuassem no poder, muitas vezes à custa da qualidade democrática.

A literatura sobre sistemas de partido dominante em África na primeira década do século XXI destaca a origem e o legado autoritário desses partidos e a fraqueza das oposições (PACATOLO, 2024a). Apesar de diferenças contextuais, esses partidos compartilham estratégias comuns de controle político, como a captura do Estado, a manipulação eleitoral ou a supressão de opositores. Compreender essa dinâmica é essencial para analisar os desafios atuais da democracia na região.

3. RECUO DEMOCRÁTICO E A DETERIORAÇÃO DAS LIBERDADES NOS PAÍSES DE PARTIDOS DOMINANTES DA ÁFRICA AUSTRAL

A permanência prolongada de partidos dominantes na África Austral tem gerado impactos significativos na governação, no desenvolvimento democrático e na dinâmica económica e social destes países. Embora esses regimes tenham promovido alguma estabilidade política e continuidade institucional, o seu monopólio no poder tem resultado em desafios estruturais que comprometem a democratização na região. A ausência de alternância tem sido imputada como das principais causas do enfraquecimento das instituições África Austral, limitando a accountability horizontal e vertical. Regimes dominantes tendem a consolidar sistemas políticos híbridos, nos quais elementos formais da democracia coexistem com práticas autoritárias (OTTAWAY, 2003; LEVITSKY e WAY, 2010; NÓBREGA JR., 2023). Na África Austral, isso se manifesta em diversas maneiras como, manipulação de eleições, clientelismo, enfraquecimento das instituições de controle, erosão das liberdades civis e políticas e na repressão a vozes dissidentes (BRATTON e VAN DE WALLE, 1997).

A fraca componente liberal das democracias na região, tem resultado na falta de acomodação entre as elites políticas em torno das regras do jogo democrático, oposição destrutiva que se traduz na perseguição e impedimentos à oposição, corrupção, impunidade, judicial parcial e de forte ativismo político e na manutenção das prerrogativas políticas dos militares. Todos estes elementos criam regimes de frágeis democracias, ou semidemocracias (MAINWARING et al., 2001; NÓBREGA JR., 2010; 2023).

Na presente secção, partimos de uma análise dicotómica, usando o método comparativo histórico, para observação dos dados empíricos dos relatórios do The Economist Intelligence Unit e da Freedom in the World, que mensuram os graus de democracias e das liberdades civis e políticas pelo mundo.

O Democracy Index da revista The Economist Intelligence Unit é um indicador que mede a qualidade das democracias avaliando critérios como: pluralidade política; funcionamento do governo; liberdades civis; participação política e cultura política. Os regimes são classificados conforme o escore médio de cada categoria. Os países são classificados em: democracias sólidas (escore de 8 a 10); democracias falhas (escore de 6 a 7,99); regimes híbridos (escore de 4 a 5,99) e Regimes autoritários (0 a 3,99), (THE ECONOMIST, 2024).

A Freedom House in the World é um relatório global anual sobre direitos políticos e liberdades civis. O relatório usa um sistema de dois níveis que consiste em pontuações e status. Um país/território recebe de 0 a 4 pontos em cada um dos 25 indicadores, para um total máximo de 100 pontos. Esses indicadores, são agrupados nas categorias de direitos políticos (0-40) e liberdades civis (0-60), com base nos seguintes critérios: processo eleitoral; pluralismo político e participação; funciona-

mento do governo; liberdade de expressão e crença; direitos associativos e organizacionais; estado de direito; e autonomia pessoal e direitos individuais. Os dois totais de pontuação são então ponderados igualmente para determinar o status de um país/território de Livre (score de 70 a 100 indica uma alta garantia de liberdades), Parcialmente Livre (score de 35 a 69 apresenta restrições significativas nas liberdades) ou Não Livre (score de 0 a 34 marcado por severas restrições) (FREEDOM HOUSE, 2024). A pesquisa analisou os dados de 7 países africanos pertencentes a região Austral, dominados por partidos que governam desde as suas independências até os dias atuais sem verificar alternância partidária no poder. Os indicadores foram mensurados em suas médias e variações percentuais ao longo do período de 2013 a 2024, e avaliados à luz da teoria democrática. Esta teoria postula a ideia que um regime político deve cumprir critérios mínimos de direitos políticos e liberdades civis para ser considerado uma democracia.

Analisando os dados e contextualizando-os relativamente à teoria democrática e de partidos dominantes em África debatida nas secções anteriores, percebemos que a maioria dos países analisados estatisticamente apresentou queda na qualidade dos seus regimes que resultou numa erosão drástica das liberdades civis e políticas o que corrobora com as teses defendidas pela literatura.

O Botswana, Namíbia e África do Sul são os únicos países da região que se destacam pela sua capacidade de resiliência, sendo os únicos considerados como democráticos e livres pelos dois índices de mensuração (ver gráfico 1, abaixo). Entre os 3 países, a Namíbia se destaca por ser o único que apresentou uma variação percentual positiva nos dois indicadores. Comparativamente ao período de 2013, teve um aumento na variação percentual de 0,04 em 2024 (6,48) no seu índice de democracia e de 0,01 percentual em 2024 (77) no seu indicador de liberdades. O Botswana apesar da sua variação percentual negativa nos dois indicadores, se destaca por ser um dos países mais democrático do continente africano, com uma cultura política pacífica.

Angola, considerado como um país não livre apesar de apresentar um quadro de deterioração nas liberdades civis e políticas com uma variação percentual de -0,17 no seu indicador de liberdade, registou uma melhoria no seu indicador de democracia com uma variação percentual positiva de 0,21 passado de um regime autoritário em 2023 para a categoria de regimes híbridos de acordo a revista *The Economist Intelligence Unit* (2024).

Tanzânia e Moçambique são países que mais apresentaram declínio nos dois indicadores. Tanzânia, considerada como regime híbrido, teve uma variação percentual de -0,10 no seu indicador de democracia e -0,45 no seu indicador de liberdade. Atualmente, a Tanzânia enfrenta um panorama político complexo e desafiador. O ex presidente John Magufuli,

“conhecido como “o trator” por suas táticas intransigentes e linha-dura, [...] reformulou a política da Tanzânia. De um sistema de partido dominante moderado amplamente admirado por defender as liberdades civis básicas, sob Magufuli a política cresceu para um culto repressivo à personalidade que efetivamente baniou os partidos de oposição e desconsiderou o estado de direito no interesse de implementar a agenda de Magufuli e a dominação adicional do partido governante Chama Cha Mapinduzi (CCM). A violência política, antes rara, tornou-se normalizada — mais proeminentemente na tentativa de assassinato de 2017 que deixou o líder da oposição Tundu Lissu

crivado de 17 balas” (SIEGLE e WAHILA, 2025, p.14).

Desde que a presidente Samia Suluhu Hassan assumiu o poder após a morte do ex presidente John Magufuli em 2021, ela tem tentado implementar reformas e promover uma maior abertura política (Celso, 2023). Implementou uma série de reformas significativas que incluem a suspensão da proibição de comícios da oposição, promovendo uma maior liberdade política, tomou medidas para ampliar a liberdade de imprensa, permitindo a volta de jornais que haviam sido banidos pelo seu antecessor e tem promovido um diálogo mais aberto com a oposição (CELISO, 2023; SIEGLE e WAHILA, 2025). Todavia, Samia Hassan tem tentado inverter algumas das políticas, mão duras do seu antecessor.

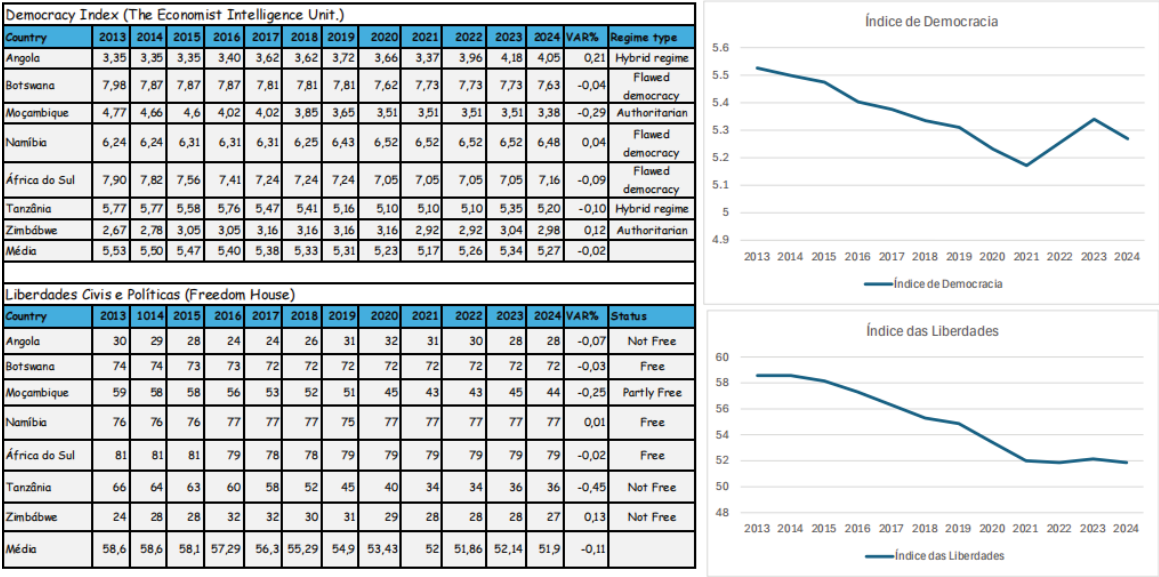


Gráfico 1 - Índices de democracia (Democracy Index) e Índice das Liberdades (Freedom House) | Média | Variação % (2013 a 2024)

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do Democracy Index - The Economist Intelligence Unit (2024); Índice das Liberdades pelo mundo - Freedom House in the World (2024).

Moçambique tem apresentado um preocupante retrocesso democrático (-0,29) agravado por severas restrições das liberdades cívicas e políticas (-0,25). Desde 2018 que foi rebaixado de regime híbrido para autoritário pela revista The economist Intelligence Unit. O governo tem adotado medidas que restringem a liberdade de expressão e de imprensa, como a aprovação de leis que criminalizam o trabalho jornalístico e a divulgação de informações consideradas confidenciais, especialmente no contexto da luta contra o terrorismo. As forças de segurança têm utilizado força letal e detenções arbitrárias para restringir os direitos dos cidadãos de se manifestarem pacificamente, atitude que se intensificou após as últimas eleições de 2024.

Em novembro de 2024, dois membros proeminentes da oposição foram assassinados em Maputo. Em março de 2025, a polícia moçambicana disparou contra apoiantes do maior líder opositor Venâncio Mondlane em Maputo, ferindo um deles durante uma marcha de protesto contra a fraude eleitoral. O período pós-eleitoral fortemente contestado pelos cidadãos, suscitou grandes preocupações dos observadores internacionais, incluindo representantes da União Africana, União Europeia e Commonwealth, que pediram uma investigação sobre as denúncias de irregularidades eleitorais. Esses incidentes indicam uma clara defesa democrática dos cidadãos

moçambicanos.

O Zimbabué, com uma trajetória mais inconstante, enfrenta desafios contínuos apesar do seu coeficiente positivo na variação percentual nos dois indicadores de mensuração. As suas últimas eleições em 2023 foram amplamente consideradas fraudulentas, pela Missão de Observação Eleitoral (SEOM) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e de outras missões de observação independentes como Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), pela União Africana, União Europeia, Grupo de Observadores da Commonwealth e do Centro Carter (NANTULYA, 2023).

O panorama eleitoral registado em Moçambique e Zimbábue é sem dúvidas um dos maiores testes e desafios ao envolvimento da União Africana e SADC na promoção de padrões eleitorais democráticos, livres e justos na região e no continente.

Numa análise recente, o professor Carlos Pacatolo (2024a) na sua nova obra já havia identificado uma tendência de domínio decrescente dos partidos dominantes e predominantes da SADC. No geral, os seus dados indicam que na sua maioria, estes partidos tem perdido apoio dos seus eleitores e experimentou uma redução considerável ao nível das representações parlamentares ao longo das últimas 4 eleições. Precisamente, as únicas exceções encontravam-se Moçambique e Tanzânia. (Ver gráfico em PACATOLO, 2024b).

O ANC, apresentava a maior queda nas variações de sua representação parlamentar de - 31%. “Apesar do histórico, os resultados das eleições na África do Sul seguem o padrão dos escrutínios anteriores. A percentagem de votos do ANC vem a cair ao longo das cinco eleições anteriores, de um máximo de 70% em 2004 para 57,5% em 2019” (NANTULYA, 2024, p. 2). Os resultados oficiais das recentes eleições gerais de 2024 na África do Sul, revelou a perda da maioria absoluta no parlamento pelo ANC partido de Nelson Mandela que pela primeira vez desde o fim do regime do Apartheid, conquistando apenas 159 cadeiras das 400 na Assembleia Nacional. Uma significativa redução em comparação com as 230 cadeiras obtidas na penúltima eleição. Sem a maioria parlamentar, o ANC confirmou a formação de uma coalizão descrita por Fikile Mbalula, secretário-geral do partido, como governo de Unidade Nacional.

O MPLA, aparece numa trajetória decrescente semelhante, registando uma queda de -17% ao nível da sua representação parlamentar e tem assistido uma redução de -10% dos votos populares em todos os pleitos eleitorais desde 2008, período pós-guerra civil (PACATOLO, 2024a; BOIO, 2024).

No geral, as últimas eleições realizadas 2024 em toda a região da África Austral viram partidos de libertação que estavam no poder há muito tempo lutando para sobreviver. A SWAPO da Namíbia, semelhante ao ANC, nas eleições de 2024 ganhou apenas 51 assentos parlamentar dos 96, o pior resultado parlamentar da SWAPO desde que a Namíbia ganhou a independência do governo do apartheid sul-africano em 1990, sinalizando uma potencial mudança no cenário político do país.

No Botsuana, o Partido Democrático de Botswana (BDP), que esteve no poder por 58 anos desde 1966, em 2024 foi derrotado pela oposição, marcando uma mudança política inédita no país. A coalizão da oposição Umbrella for Democrática Change (UDC), liderada por Duma Boko, um advogado de direitos humanos formado em Harvard, conquistou pelo menos 31 dos 61 assentos parlamentares, garantindo a maioria e a presidência.

⁴ _____, Decline on support for democracy and the challenge of the dominant parties in SADC countries. Lisboa : Universidade Católica - Instituto de Estudos Políticos, 2024. Disponível em: <https://iep.lisboa.ucp.pt/pt-pt/noticias/estoril-political-forum-papers-disponiveis-13581>

Portanto, este panorama mostra os desafios que os partidos dominantes na África Austral enfrentam. A queda do apoio popular tem levado regimes autoritários a restringir as liberdades civis e políticas de modos a garantir a sua manutenção no poder. O caso do Botswana reflete a disposição do eleitor em busca da renovação política, uma rara exceção em meio a um contexto regional de resistência à alternância.

À medida que os partidos dominantes permanecem no poder por longos períodos, eles tendem a enfrentar uma perda de legitimidade e apoio popular. Essa perda de popularidade resultante de diversos fatores como a incapacidade de atender às expectativas sociais e económicas, e a má gestão governamental. Com o tempo, a população percebe que as promessas iniciais de mudança e desenvolvimento não foram cumpridas, levando ao desgaste do apoio público. Por outra, a governação também é afetada pelo uso clientelista do Estado, com os partidos dominantes controlando os principais recursos públicos. As decisões políticas que frequentemente priorizam a manutenção da lealdade política em detrimento do interesse coletivo, criam um padrão que compromete a eficiência administrativa e leva a altos níveis de corrupção.

A corrupção neste sentido, não é somente um subproduto da hegemonia partidária, mas um mecanismo ativo de controle político, pela qual, partidos dominantes na frequentemente operam como redes de patronagem, onde cargos públicos, contratos estatais e recursos nacionais são distribuídos para consolidar as suas lealdades, ao regime. Esse clientelismo cria uma classe de elites dependentes do partido governante, que atuam como intermediários entre o Estado e a população, substituindo a representação política por transações materiais (VAN DE WALLE, 2007).

A Tabela 1 abaixo mostra o coeficiente de Gini que mensura o nível de desigualdade de renda onde um número maior significa desigualdade mais acentuada. Com exceção a Tanzânia, os demais países analisados, lideram o ranking do top 10 das nações com maior desigualdade social do mundo. Sendo a África do Sul e Namíbia as primeiras da lista.

O índice de percepção da corrupção é baseado numa escala que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 menor é a percepção de corrupção de um país e no final apresentamos a classificação do país no ranking mundial do índice de Estado de direito (WJP). Com exceção do Botswana (0,57) e a Namíbia (0,52), os restantes dos países apresentam pontuações abaixo de 0,47 refletindo elevados índices de percepção da corrupção em situação de agravamento no período analisado.

O indicador de percepção pública de oportunidades económicas do índice Mô Ibrahim é mensurado mediante dois sub-indicadores: satisfação dos cidadãos com a criação de empregos e satisfação com a situação económica atual do país. A situação verificada é de decréscimo, com o passar do tempo os cidadãos têm se mostrado menos otimistas.

Embora haja uma variação em toda a região nesses indicadores-chave de governança, o desempenho da maioria dos países em análise é péssimo. Revela um cenário preocupante de governança em declínio, caracterizado por altas taxas de desigualdade social, corrupção endêmica e sistemas de justiça cada vez mais frágeis e suscetíveis à manipulação política. A combinação desses elementos resulta numa crise profunda que agrava o já precário estado da democracia, indicando uma necessidade urgente de reformas para fortalecer as estruturas institucionais e restaurar a confiança pública.

Tabela 1 - Indicadores de Governança dos Países de Partidos Dominantes da África Austral

Países	Coeficiente de GINI	Percepção Pública das Oportunidades Econômicas - Índice Mo Ibrahim (VAR% 2014-2023)	Índice de Percepção da corrupção - WJP (VAR% 2019-2024)	Estado de Direito Ranking Mundial - WJP (2024)
Angola	51,3	4,1	0,07	115°
Botswana	53,3	- 37,2	- 0,03	51°
Moçambique	50,5	- 13,1	- 0,21	125°
Namíbia	59,1	- 51,5	- 0,16	44°
África do Sul	63,0	- 19,6	- 0,19	56°
Tanzânia	40,5	16,9	- 0,13	96°
Zimbabwe	50,3	- 0,9	- 0,16	123°

Notas: Os dados do coeficiente Gini para África do Sul (2014); Namíbia e Botsuana (2015); Angola e Tanzânia (2018); Moçambique e Zimbábue (2019). Fonte: Coeficiente de Gini World Development Indicators (https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?most_recent_value_desc=true).

Os dados das variações percentuais dos indicadores de Percepção pública de Oportunidades Econômicas do Mô Ibrahim e no indicador de Índice de Percepção da Corrupção do WJP Rule of Law Index, os anos variaram em função dos dados disponíveis para todos os países em análise.

Em resposta à diminuição do apoio popular, os regimes híbridos de partido dominante, tal como os dados apontam, recorrem frequentemente a estratégias autoritárias para manter o seu controle e manutenção do poder. Essas estratégias incluem a manipulação eleitoral, controle da mídia, repressão da oposição política e restrições às liberdades civis e políticas. A implementação dessas medidas é frequentemente justificada como necessária para manter a estabilidade e a ordem, mas, na prática, serve para silenciar a dissidência e limitar a competição política.

Esses eventos destacam uma tendência de desgaste na governação prolongada dos partidos dominantes. Os eleitores, especialmente os mais jovens, estão priorizando questões econômicas imediatas, como emprego e serviços públicos eficientes, em detrimento das credenciais históricas dos partidos no poder. A corrupção, a má gestão e a incapacidade de atender às necessidades básicas da população têm contribuído para o declínio de partidos dominantes, com os eleitores buscando alternativas que prometam melhorias concretas em suas condições de vida.

Diante desse cenário, a continuidade desses regimes dependerá da sua capacidade de adaptação às demandas por maior transparência e inclusão política, bem como da capacidade da sociedade civil de fortalecer a sua atuação em prol da democratização. A realização de eleições livres e justas é crucial para restaurar a confiança pública e promover uma verdadeira representatividade. Além disso, é essencial combater a corrupção e melhorar a governança para criar um ambiente político mais

transparente e responsável. A promoção de uma sociedade civil robusta e o fortalecimento do Estado de Direito são fundamentais para superar a herança autoritária e garantir uma transição e consolidação democrática sustentável na região que respeite e proteja as liberdades dos seus cidadãos.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES

A gênese dos partidos dominantes na África Austral está intrinsecamente ligada aos processos de luta pela independência e à construção dos Estados pós-coloniais. Suas narrativas de libertação, combinadas com estruturas de poder centralizadas e redes clientelistas, permitiram que se perpetuassem no poder, muitas vezes à custa da transição democrática de facto. Apesar de diferenças contextuais, esses partidos compartilham estratégias comuns de controle político, como a captura do Estado, a manipulação eleitoral e a supressão de opositores.

Todavia, a governação prolongada por partidos dominantes na África Austral tem gerado consequências complexas, com elementos convergentes e divergentes. Por um lado, embora muitos tenham garantido estabilidade pós-colonial, o seu apego ao poder corroeu as instituições, aprofundou as desigualdades sociais e limitou alternativas políticas. A erosão das instituições democráticas, a corrupção sistêmica, a supressão de liberdades e o clientelismo são problemas comuns nos países analisados e minam a estabilidade e o desenvolvimento socioeconómico da região. Por outro lado, diferenças no desempenho económico, variados níveis de repressão e mobilização da sociedade civil destacam a diversidade de experiências na região. Compreender essas dinâmicas é essencial para promover reformas políticas que fortaleçam a democracia, o Estado de direito e a accountability.

O presente estudo evidenciou que a perpetuação de partidos dominantes no poder está frequentemente associada à erosão das instituições democráticas e à limitação da competição política. Isso é marcado pela falta de alternância política em vários países da região, onde as eleições são frequentemente marcadas por irregularidades e limitações à participação política efetiva. As restrições sob regimes autoritários na África Austral têm dificultado a mobilização eleitoral e a formação de coligações, enquanto partidos de oposição emergem com base em identidades étnicas, regionais e outras, essas dinâmicas aumentam os custos para os eleitores obterem informações, complicando a coordenação política dos partidos da oposição (MOZAFFAR E SCARRITT 2005; PACATOLO, 2024a).

Em suma, este artigo sublinha a necessidade urgente de fortalecer as instituições democráticas na região e fomentar uma cultura política inclusiva e participativa. Para avançar, é crucial que os países da região implementem reformas que incentivem a diversidade política e garantam a proteção das liberdades fundamentais. Além disso, a promoção de uma sociedade civil robusta e a criação de um ambiente político transparente são passos fundamentais para assegurar uma transição democrática sustentável e a consolidação de um Estado de direito que realmente sirva a todos os cidadãos. Como argumenta Henning Melber (2014), a transição para democracias plúrais na região exigirá não apenas pressão internacional, mas a revitalização de pactos sociais que priorizem accountability e inclusão. Enquanto partidos dominantes insistirem em se confundir com o próprio Estado, a África Austral permanecerá presa no limbo entre democracia formal e autoritarismo prático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. DOI: 10.1017/CBO9781139174657.

CHEESEMAM, Nic. Democracy in Africa: Successes, Failures, and the Struggle for Political Reform. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

COLLORD, Michaela. Tanzania's 2020 Election: Return of the One-Party State. Paris: Ifri, 2021.

DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAMOND, Larry. The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World. New York: Times Books, Henry Holt and Company, 2007.

DUVERGER, Maurice. Os Grandes Sistemas Políticos. Coimbra: Almedina, 1985.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index 2024: What's Wrong with Representative Democracy? London: The Economist Intelligence Unit, 2025.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index 2023: Age of Conflict. London: The Economist Intelligence Unit, 2024.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2024: The Mounting Damage of Flawed Elections. Washington, D.C.: Freedom House, 2024.

GUËYE, Babacar. La démocratie en Afrique: succès et résistances. *Revue Pouvoirs*, n. 129, p. 5-26, 2009. DOI: 10.3917/pouv.129.0005.

HANLON, Joseph. 25 anos de fraude eleitoral protegida pelo secretismo. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2024.

MELBER, Henning. South Africa's elections 2014: more than more of the same? *Review of African Political Economy*, v. 41, n. 142, p. 645-651, 2014.

KAPUWA, Cristhoffer Antunes. Lei dos partidos políticos e sistema partidário em Angola. *Revista Sol Nascente*, n. 15, p. 34-74, abr. 2019.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. DOI: 10.1017/CBO9780511781353.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. *Dados*, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001. DOI: 10.1590/S0011-52582001000400003.

MOZAFFAR, Shaheen; SCARRITT, J. R. The Puzzle of African Party Systems. *Party Politics*, v. 11, n. 4, p. 399-421, 2005. DOI: 10.1177/1354068805053210.

NDIAYE, Detoubab. O difícil processo de transição da democracia política africana. *Áfricas*, v. 1, n. 2, 2014.

NÓBREGA Jr., José Maria P. da. Deteriorando a democracia na América Latina. *Revista Estudos Políticos*, v. 14, n. 28, p. 2-19, 2024.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. Deteriorando a democracia na América Latina. *Revista Estudos Políticos*, v. 14, n. 28, 2023.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. *Dados*, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999. DOI: 10.1590/S0011-52581999000400001.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões. São Paulo: Vértice, 1988.

OTTAWAY, Marina. Democracy Challenged: The Rise of Semi-Authoritarianism. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2003. DOI: 10.2307/j.ctt1mtz6c5.

PACATOLO, Carlos. O domínio decrescente do MPLA no sistema partidário em Angola (2008-2022). Porto: UCP Editora, 2024. ISBN 978-972-54-1003-5.

PACATOLO, Carlos. Decline on support for democracy and the challenge of the dominant parties in SADC countries. Lisboa: Universidade Católica - Instituto de Estudos Políticos, 2024.

PASQUINO, Gianfranco. Curso de Ciência Política. 2. ed. Tradução de Ana Sassetti da Mota. Cascais: Principia, 2010. ISBN 978-989-8131-64-5.

PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2019.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SIEGLE, Joseph; WAHILA, Hany. Africa's 2025 Elections: A Test of Credibility to Uphold Democratic Norms. Africa Center for Strategic Studies, 13 jan. 2025.

VAN DE WALLE, Nicolas. Democracy and Clientelism in Africa Today. Ithaca, NY: Cornell University, 2007.

**A GOVERNAÇÃO DA POBREZA
EM MOÇAMBIQUE: DO
MECANISMO DE DOMINAÇÃO À
SEMENTE DA REVOLUÇÃO?
- UMA ANÁLISE DAS REVOLTAS
POPULARES DE 2024/5
Rúben Noa Ucucho**

INTRODUÇÃO

“Querem me matar a bala? Eu já morro de fome [...] Uma bala vai me matar em menos de 30 segundos, mas a fome me mata todos dias, me desgraça a mente”

Essa declaração, proferida por um manifestante durante os protestos de 2024, sintetiza o sentimento de frustração e desespero que tem impulsionado revoltas populares em Moçambique. A fome, mais do que uma condição física, torna-se uma experiência de marginalização e angústia constante, reflectindo a insatisfação generalizada com as políticas públicas e os programas de protecção social.

Nas últimas décadas, as revoltas populares em Moçambique têm acompanhado a trajectória do país, marcadas por um crescente descontentamento popular. Uma característica comum desses movimentos tem sido a crítica contundente à governação e à situação socioeconómica da população, com discursos inflamados que denunciam a persistente pobreza e a desigualdade no país. Os jovens, em particular, tem se mobilizado de maneira significativa, clamando por mudanças profundas tanto no sistema político quanto no modelo de governação, exigindo transformações estruturais que atendam às suas necessidades e expectativas, e que rompam com o ciclo de marginalização e falta de oportunidades.

Em outubro de 2024, manifestações inicialmente convocadas para contestar os resultados das eleições gerais escalaram para protestos generalizados, marcados por bloqueios, destruição e confrontos que se prolongaram até ao novo ciclo de governação em 2025. Estas revoltas populares levantam questões fundamentais sobre a pobreza e sua governação, através dos diferentes programas de protecção social. Com base em uma pesquisa qualitativa, este estudo investiga as dinâmicas subjacentes aos protestos, analisando padrões e interrogações essenciais sobre as causas e consequências das revoltas populares em Moçambique.

Com base em um estudo anterior (2024) do autor, argumenta-se que embora a governação da pobreza possa ser usada para manter o status quo e consolidar o poder das elites políticas, sua má gestão pode minar a legitimidade do Estado, impulsionando revoltas populares. A ineficiência e ineficácia dos diferentes programas de desenvolvimento converte a pobreza em um motor de insatisfação social, impulsionando frustrações que se traduzem em movimentos de contestação e resistência. Exemplos disso foram as “revoltas do pão” de 2008 e 2010, assim como as revoltas populares de 2024/5, marcadas por discursos inflamados contra a pobreza.

Ao problematizar a dualidade da pobreza como ferramenta de controle e catalisador de mudanças, o artigo propõe uma análise crítica das relações entre protecção social, dinâmicas de poder e emancipação no contexto moçambicano. A abordagem adoptada combina análise teórica e empírica, com foco em quatro eixos: referencial teórico sobre a abordagem da pobreza como instrumento de dominação e resistência; o contexto histórico da pobreza e protecção social em Moçambique; os sinais de resistência emergentes; e as reflexões em torno dos discursos de revolta nas manifestações populares de 2024/5. A discussão aqui desenvolvida culmina com análise das mobilizações recentes e do futuro do sistema de protecção social como elemento central na redefinição do poder e legitimidade do Estado em Moçambique.

Algumas considerações analíticas sobre a pobreza e sua governação

A governação da pobreza pode ser definida como um conjunto de mecanismos de controle que expressam relações de poder, nomeadamente através da gestão e ma-

¹ <https://www.facebook.com/share/v/1H1u9paFUq/?mibextid=wwXIfr> (Acesso: 27/03/2025)

nipulação de processos administrativos e políticos. Assim, enquanto mecanismo de dominação, esta estrutura relações de poder através da administração da desigualdade social e da manipulação de políticas públicas, consolidando a centralidade do Estado e do partido político que exerce o monopólio da governação. No entanto, rupturas na ordem estabelecida podem emergir quando há uma crise na posição do país no sistema internacional e uma fragilização interna do Estado, marcada pela crescente desconexão entre as elites dominantes e as classes populares (Skocpol, 1979).

Neste sentido, a pobreza, geralmente entendida como a falta de oportunidades económicas e de meios de subsistência, pode ser analisada sob diferentes perspectivas. Do ponto de vista da governação, a pobreza não é apenas um fenómeno social, mas também um mecanismo político mobilizado para alcançar objectivos estratégicos, com as políticas de protecção social funcionando como instrumentos de controle e reprodução do poder. Todo instrumento político carrega uma lógica intrínseca que molda as políticas públicas, produzindo efeitos que transcendem suas finalidades declaradas (Lascoumes & Le Gales, 2007).

Esse entendimento destaca como as políticas públicas de combate à pobreza são moldadas não apenas por objectivos explícitos, mas também por interesses implícitos, servindo como ferramentas para sustentar relações de poder e controlar populações marginalizadas. Um exemplo emblemático dessa instrumentalização encontra-se na abordagem de Bottom of the Pyramid (BoP), desenvolvido por C.K. Prahalad. Segundo essa abordagem, as populações de baixa renda são vistas como um mercado significativo dentro do contexto neoliberal, onde as políticas sociais não só visam melhorar as suas vidas, mas também integrá-los ao mercado como consumidores e produtores, reforçando a rentabilidade económica em vez da emancipação social (Bharti, Sharma, Agrawal, & Sengar, 2014).

Paralelamente, elites políticas utilizam programas sociais para reforçar sua legitimidade e disciplinar populações marginalizadas. Conforme indicado por Wacquant (2009), essas políticas operam como instrumentos de vigilância e controle das “classes perigosas”, consolidando relações de subordinação. Para este, o sistema de protecção social actua como uma ferramenta de controle, oferecendo medidas paliativas que mantêm os indivíduos de baixa renda em silêncio e impedem mudanças estruturais significativas para melhorar suas condições de forma permanente e significativa (Wacquant, 2009).

A pobreza pode, portanto, ser compreendida como um instrumento estratégico das elites no poder. Em sociedades marcadas por desigualdades extremas, a manutenção da pobreza facilita a captura do Estado pelas elites, permitindo-lhes promover seus interesses em detrimento do bem comum (Green, 2012). No entanto, essa dinâmica também compromete a coesão social, aumentando a probabilidade de conflitos e instabilidade política.

Neste último ponto, a teoria da privação relativa oferece um arcabouço analítico relevante para compreender a pobreza como um catalisador de descontentamento e revolta. Estudos sobre conflitos políticos e sociais, adoptando essa abordagem, têm demonstrado que protestos são frequentemente motivados por percepções de privação relativa e frustração com um sistema político percebido como gerontocrático e autoritário (Resnick, 2019). Conforme argumentam os teóricos dessa abordagem, a privação de bens básicos constitui um forte motivador para os protestos, sendo a pobreza, o desemprego e a desigualdade factores que incentivam a mobilização em formas não convencionais de participação política (Gurr, 1970).

¹ Ucucho, Rúben (2024). Governação da pobreza como mecanismo de dominação: análise da configuração administrativa-local para protecção social em Moçambique. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Aliás, a literatura africana sugere que as revoltas populares, como as ocorridas entre 2007-2010 na África Central, do Norte e no Corno de África, foram respostas aos efeitos das políticas económicas e à escassez de alimentos, coincidindo com os picos nos preços alimentares (Johansson & Sambo, 2017). Um exemplo emblemático desse fenómeno são as revoltas no Norte de África, conhecidas como Revoluções da Primavera Árabe, que começaram em 2011 na Tunísia e se espalharam para outros países da região, como Líbia, Egito e Argélia. Esses eventos demonstram a dissolução do contrato social entre o Estado e sociedade, evidenciando a capacidade dos indivíduos, com redes sociais e informação, de se engajar em protestos ao compreenderem a complexidade política e identificarem oportunidades de mudança (Kandil, 2011; Resnick, 2019).

Estudos recentes sobre crises económicas e protestos na Grécia e na Islândia confirmam que a privação económica percebida é um factor determinante na mobilização popular (Resnick, 2019). Os principais indicadores incluem o índice de preços dos alimentos, a percepção do status socioeconómico e o desemprego. No entanto, a organização dos protestos também depende da existência de líderes qualificados, redes sociais activas e acesso à informação.

Em Moçambique, observa-se uma dinâmica semelhante, onde protestos e tumultos urbanos expressam não apenas frustração económica, mas também demandas políticas e sociais. A interpretação dessas revoltas destaca que as multidões tinham alvos e demandas específicas, frequentemente direcionando sua ira contra os ricos, poderosos e estrangeiros, como observado em episódios de pilhagem e ataques a estrangeiros em Moçambique (Bertelsen, 2017). Dessa forma, os contornos da privação relativa tornam-se centrais para compreender as consequências da governação da pobreza e os processos de mobilização social em Moçambique.

A protecção social como espaço de disputas sociopolíticas em Moçambique

O sector da protecção social, responsável pela governação da pobreza, tem sido historicamente um espaço problemático em Moçambique, marcado por desafios estruturais e administrativos. Inicialmente concebido para cumprir um papel providencialista do Estado, o sistema de protecção social enfrentou obstáculos logísticos e burocráticos, agravados por práticas autoritárias e centralização decisória, comprometendo a prestação de serviços essenciais e agravando os impactos da pobreza (MMAS, 2009; Waterhouse & Lauriciano, 2010).

As sucessivas crises pós-independência impulsionaram reformas a partir de 1986, redefinindo a governação e marcando a transição de uma economia centralmente planificada para uma capitalista. O ajuste estrutural, imposto como condição para a adesão ao FMI e ao Banco Mundial, incluiu o corte de subsídios alimentares e sua substituição pela ajuda humanitária internacional (Kassim & Penteado, 2022). Essas políticas neoliberais foram mais punitivas aos pobres, priorizando a inserção do pobre no mercado sem considerar barreiras estruturais, o que posteriormente exigiu uma reconfiguração do sistema de protecção social.

Antes rejeitados como inviáveis, os programas de protecção social passaram a ser vistos como instrumentos de crescimento inclusivo, impulsionados pela pressão de agências da ONU e pela necessidade de mitigar os impactos das reformas liberais (Kassim & Penteado, 2022). Em 1989, o ajuste estrutural foi reformulado para incorporar uma dimensão social, inaugurando uma nova estratégia internacional de combate à pobreza no país, por meio de transferências monetárias para as famílias carentes (Castel-Branco, 2021). Esse novo modelo de governação da pobreza gerou

tensões entre doadores e o governo da Frelimo, especialmente em relação ao controle e propósito da protecção social.

Apesar da dependência financeira dos doadores, a Frelimo manteve a capacidade de definir as regras, transformando a protecção social em um mecanismo de controle político e distribuição de recursos entre elites e aliados (Oliveira & Cravo, 2021). A gestão do sistema de transferência de subsídios enfrentou críticas de corrupção, minando a confiança e reduzindo o apoio internacional (Castel-Branco, 2021). A extinção do Gabinete de Apoio à População Vulnerável (GAPVU) ilustra essa crise, embora não tenha significado o fim dos programas de assistência social.

A nova era da protecção social: Entre assistência e controle político

Por forma a recuperar a confiança e garantir a continuidade dos programas de assistência social, o sistema de protecção social passou por reformas significativas que resultaram na criação, em 1997, do Instituto Nacional de Ação Social (INAS) em substituição do GAPVU. As reformas e institucionalização do novo sistema de protecção culminaram ainda com a adopção de uma lei própria de protecção social em Moçambique (Lei n.º 4/2007, de 7 de Fevereiro) que definiu as bases da protecção social e estruturou a protecção social em três subsistemas: segurança social básica, obrigatória e complementar. Destes, a segurança social básica, sob gestão do INAS, tornou-se a principal forma de assistência aos grupos vulneráveis, operacionalizada por meio da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) e cinco programas:

- Programa Subsídio Social Básico (PSSB) - transferências monetárias regulares para reforçar o consumo e a resiliência de famílias pobres;
- Programa Apoio Social Direto (PASD) - transferências pontuais para situações de emergência;
- Programa de Atendimento em Unidades Sociais (PAUS) - acolhimento temporário ou permanente para indivíduos em risco;
- Programa Acção Social Produtiva (PASP) - transferências condicionadas à realização de actividades produtivas;
- Programa Serviços de Acção Social (PROSAS) - apoio a famílias e comunidades para fortalecer a inclusão social.

Entretanto, a expansão desses programas não foi acompanhada por investimentos proporcionais, resultando em ineficiências operacionais, atrasos nos pagamentos e erros na identificação de beneficiários. O novo sistema adoptado não conseguiu criar um sistema articulado dos diferentes programas de combate a pobreza e eliminar os problemas estruturais que há muito comprometem a eficácia da protecção social. Além disso, tanto esses programas quanto outras iniciativas implementadas para mitigar os efeitos da pobreza mostraram-se incapazes de corrigir as falhas das reformas liberais e integrar o pobre no mercado.

As medidas expansionistas num contexto de capacidade fiscal limitada, ainda que com o apoio dos doadores, têm tido efeitos negativos na qualidade dos programas de protecção social, na ausência de investimentos suficientes na melhoria do sistema de pagamentos dos subsídios. Por essa razão, ainda existe um elevado número de comunidades que acumulam meses sem receber seus subsídios. Se por um lado os doadores exercem uma enorme pressão para o aumento maciço do acesso aos subsídios de protecção social, comprometendo-se a financiar os programas, por outro, os doadores não financiam grande parte das despesas de funcionamento que as medidas expansionistas acarretam, em especial as despesas com os salários do pessoal.

Mais do que uma resposta às necessidades sociais, a permanência desses programas reflecte não apenas a pressão dos doadores, mas também o interesse estratégico do governo da Frelimo em instrumentalizar a protecção social como ferramenta de controle político. A gestão dos programas sociais e a distribuição de benefícios tem sido utilizadas para fortalecer alianças e garantir apoio popular, especialmente em um contexto de desafios à legitimidade do partido no poder. Embora inicialmente impulsionados por organismos internacionais, os programas de protecção social foram apropriados pelo governo como mecanismos para mitigar tensões sociais e consolidar sua posição política (Buur & Salimo, 2018; Oliveira & Cravo, 2021).

Mesmo com a descentralização política e administrativa, a protecção social continua sendo uma prerrogativa do governo central, assegurando sua influência sobre os beneficiários e a gestão dos recursos. Além disso, a permanência de um sistema marcado por falhas recorrentes sugere a existência de interesses subjacentes, onde práticas de rent seeking, desvios e extorsões são deliberadamente mantidos como estratégias para consolidar poder e obter benefícios institucionais e individuais. A implementação dos programas de protecção social está frequentemente ligada a questões políticas e eleitorais, com decisões influenciadas por interesses políticos, incluindo a exclusão ou inclusão estratégica de determinadas áreas geográficas com base em filiação partidária dos beneficiários.

Neste sentido, os programas de protecção social não se limitam a processos meramente técnicos, mas são principalmente políticos, contestados, alterados e até desviados pelos actores envolvidos, dependendo das prioridades e dos programas políticos dos líderes do dia e de seus partidos (Borowczak & Weimer, 2012). O bem-estar social em Moçambique é visto como uma estratégia de legitimação da Frelimo para assegurar ajuda internacional, sem a qual seu regime distributivo colapsaria (Buur

& Salimo, 2018). Este cenário ganha mais azo em um contexto marcado pela falta de conhecimento dos direitos de muitos cidadãos que leva os beneficiários da protecção social a vê-la como um favor do governo, em vez de um direito garantido por lei, favorecendo um ambiente propício para práticas clientelistas, corrupção e abusos de poder por parte das autoridades que administram os programas de protecção social. Diante desse contexto, a protecção social em Moçambique revela-se como um instrumento político que vai além da simples assistência aos mais vulneráveis. A sua institucionalização e expansão, embora formalmente justificadas pela necessidade de mitigação da pobreza, reflectem dinâmicas de poder onde a distribuição de benefícios é estrategicamente utilizada para fortalecer a legitimidade do governo e garantir alianças políticas. No entanto, a ineficiência estrutural, a dependência de doadores e a instrumentalização dos programas comprometem sua eficácia e equidade. Esse cenário torna-se ainda mais crítico diante de episódios de revoltas populares, nos quais a protecção social surge não apenas como resposta às demandas sociais, mas também como uma ferramenta política para conter instabilidades, minimizar riscos de contestação e reforçar o controle estatal sobre a população.

A protecção social como resposta política às revoltas populares: entre desafios e riscos

A adopção e expansão dos programas de protecção social em Moçambique estão historicamente associadas a períodos pós-revoltas, evidenciando seu papel político na contenção das tensões sociais. Após os protestos de 2008 e 2011, o governo implementou medidas para mitigar o aumento do custo de vida, incluindo, para além dos diversos programas geridos pelos INAS, subsídios e congelamento de preços, como o

subsídio à cesta básica, o Programa de Subsídios ao Transporte de Passageiros (PSTP) e o Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA). Paralelamente, foi expandido o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), vulgo “7 milhões” para áreas urbanas por meio do Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana (PERPU), com foco nos epicentros das manifestações.

Estes programas enfrentaram dificuldades e críticas no seu funcionamento: o PSTP não avançou além das intenções iniciais; a cesta básica foi descontinuada devido a críticas sobre sua selectividade e insustentabilidade; e o PAPA falhou na redução da dependência de importações, revelando desafios estruturais na execução dessas iniciativas (Brito, et al., 2017). Em vez de aprimorar o desempenho do sector de protecção social, garantindo a boa governação e a eficiência dos programas de combate a pobreza, o governo tem optado por criar novas iniciativas, tanto dentro quanto à margem do sistema gerido pelo INAS. Como resultado, a ineficiência e ineficácia na gestão destes programas tem tornando a governação da pobreza mais um factor de tensão do que de alívio, agravando desigualdades e exclusão social.

A tentativa do governo de usar a governação da pobreza como mecanismo de controle das massas acabou se voltando contra o mesmo, com a Frelimo sendo amplamente vista como responsável pela perpetuação da pobreza e das desigualdades. Apesar de reiteradas tentativas de atribuir a culpa pelos problemas económicos a factores externos, como os mercados internacionais e as crises internas, a narrativa popular tem responsabilizado a Frelimo pela situação de pobreza, associando-a à má governação, práticas corruptas e o não cumprimento das promessas eleitorais. Essa percepção é alimentada pelo partido ao tentar se manter onnipresente nos espaços políticos, social e económico, além das suas práticas clientelistas que intensificam a desconfiança popular.

As grandes promessas, como a de aumentar cinco vezes a produção de trigo em três anos após os protestos de 2008 ou a promessa de fornecer uma “cesta básica” subsidiada às camadas urbanas após os protestos de 2010, foram, em sua maioria, vazias e impossíveis de cumprir, alimentando ainda mais a frustração da população. Além disso, o contexto de desigualdade social, acentuado pela distribuição desigual dos benefícios da exploração de recursos naturais e pelos altos níveis de corrupção, exacerba a desconfiança do povo nas políticas públicas do governo. A contestação da capacidade do Estado de implementar políticas públicas eficientes no combate à pobreza, bem como as críticas ao tratamento desigual entre os cidadãos, alimentam um sentimento de desilusão com o governo.

Assim, a governação da pobreza, longe de ser uma simples estratégia de controle, revelou-se um elemento de contestação política, onde as promessas não cumpridas e a má execução das políticas públicas contribuíram para o desgaste da imagem do governo. A incapacidade de gerar um sistema de governação eficaz e a falta de resposta adequada às necessidades da população geraram um cenário de desconfiança e resistência, desafiando as próprias fundações do regime e reforçando a ideia de que a pobreza, longe de ser um problema a ser resolvido, é muitas vezes manipulada como um instrumento político.

A pobreza como semente da revolução em Moçambique

Conforme mencionado anteriormente, a instrumentalização política da pobreza não está isenta de riscos para o próprio Estado. As revoltas populares, que se intensificaram ao longo das reformas liberais e das tentativas de reforma do sistema de

protecção social, demonstram como a gestão da pobreza pode, paradoxalmente, servir tanto como um mecanismo de controle quanto como um catalisador para revoltas populares. Embora o governo tenha adoptado políticas de subsídios e feito promessas de desenvolvimento para conter as revoltas populares, essas acções não foram suficientes para restaurar a confiança da população no Estado nem para solucionar os problemas estruturais da pobreza.

A ineficácia dos programas de assistência social gerou um cenário no qual a governação da pobreza, em vez de atenuar conflitos, acabou por se tornar um terreno fértil para novas revoltas populares. Esse contexto evidencia a incapacidade do Estado de lidar adequadamente com as necessidades de uma grande parte da população, agravando as desigualdades e a exclusão social. Embora a protecção social tenha potencial para reduzir a pobreza, sua eficácia em Moçambique é comprometida pela instrumentalização política e pela distribuição selectiva de benefícios, o que reforça desigualdades e perpetua a privação relativa da maioria da população.

Desde a adopção de políticas liberais, o país tem sido palco de revoltas populares, iniciadas em 1993, com protestos contra o aumento do preço do transporte público, que resultaram em episódios de violência (Chaimite, 2014). Nos anos subsequentes novas revoltas emergiram devido ao aumento dos preços dos alimentos, à desigualdade crescente, à corrupção e à má governação, destacando-se os protestos violentos contra a subida dos combustíveis em 2008 e as manifestações contra o encarecimento da água, luz e pão em 2010 e 2012. Em 2024 e 2025, mobilizações inicialmente voltadas contra a fraude eleitoral se expandiram pelo país, transformando-se em uma contestação mais ampla ao regime, impulsionada pelo alto custo de vida e pelo descontentamento com a governação da Frelimo.

Embora todos estes protestos tenham se espalhado para outras cidades, seu epicentro tem sido consistentemente o Grande Maputo, compreendendo a capital Maputo e a cidade satélite da Matola. A cidade de Maputo, apesar de ser a mais próspera do país e apresentar uma redução da pobreza, revelou-se vulnerável às revoltas da fome devido à dependência das famílias pobres do rendimento monetário para a compra de alimentos importados, cujos preços são impactados por factores externos e internos, além das despesas urbanas não alimentares. Essa integração marginal das famílias pobres na economia, tanto nas zonas rurais quanto urbanas, gera uma procura volátil por bens básicos baratos, resultando em uma economia dominada por investimentos estrangeiros e despesa pública, com pouca capacidade de geração de emprego e aumento de produtividade local (Mandlate, 2017).

Outro factor comum entre os protestos é a frustração relativa dos manifestantes e, ainda que não sejam exclusivamente mobilizadas por camadas mais pobres, é entre essas camadas que a acção colectiva se manifesta de forma mais intensa. Contudo, diferentemente das revoltas anteriores, que eram espontâneas e sem apoio de figuras públicas, a mobilização contra os resultados das eleições de 2024 foi liderada pelo candidato presidencial, Venâncio Mondlane, e se estendeu para o novo ciclo de governação em 2025. Esse movimento gerou revoltas contínuas até a data de redacção deste artigo, com cidadãos exigindo melhores condições de vida, enquanto Mondlane utilizava seu “Decreto do Povo” como um mecanismo de governação paralela, consolidando um governo sombra.

Desta forma, o movimento de contestação, que inicialmente parecia difuso, encontrou sua verdadeira expressão quando a pobreza se tornou o principal símbolo da revolta, conforme evidenciado pelos discursos dos manifestantes, amplamente di-

vulgados em vídeos nas redes sociais e nos telejornais. A narrativa da luta contra a injustiça social e económica foi, assim, capturada e amplificada, consolidando a percepção de uma revolução alimentada pela crescente insatisfação com a coindicação socioeconómica dos cidadãos, como expressou um dos manifestantes da Cidade de Maputo, em um vídeo amplamente compartilhado:

“O povo moçambicano está saciado com mentira. Não é questão de que é gozo. O povo é que é o patrão. O povo é que determina. O povo é que toma conta. 50 anos? Todos dias a comer arroz de cebola, massa! arroz de cebola, massa! Quem que come arroz de cebola feito com cebola e caldo? (...) Eu vivo disso. Minha raiva é que eu não votei na pessoa que estou a ver. A minha raiva, é comida. Se vocês forem a me dar comida eu vou calar. Eu não nasci para guerra. Mesmo agora não estou na guerra, eu quero comida. A minha raiva é comida.”

Este discurso reflecte a intersecção entre a política e a contestação social, demonstrando como a governação da pobreza pode gerar consequências imprevistas para o próprio Estado. A colocação revela uma combinação de indignação política e frustração económica, expressando um sentimento de traição por parte do Estado e um profundo descontentamento com as condições de vida. O trecho “se vocês forem a me dar comida eu vou calar” revela um aspecto fundamental da instrumentalização da pobreza - o uso da vulnerabilidade económica como um mecanismo de controle social - remetendo ainda a forte dependência em relação aos Estado.

Historicamente, a Frelimo e seus dirigentes sustentaram um discurso messiânico, no qual as reformas neoliberais do sistema político e económico do país nunca foram encaradas como uma ameaça à dinâmica existente. Um exemplo claro dessa postura pode ser captado no discurso do antigo Secretário-Geral da Frelimo, Filipe Paúnde, nas vésperas da celebração dos 48 anos da independência, quando ele afirmou: “Há alguém aí que está a pisar o chão com os pés? Sapato, sapatilha, sapato, sapatilha. É ou, não é assim? Quem mudou este cenário? É a Frelimo! (...) Tudo isto, meus queridos, está a sair da Frelimo”.

O discurso em questão reflecte a ideia de que as transformações socioeconómicas, tanto realizadas quanto não realizadas, são atribuídas unicamente à Frelimo, reforçando a sua centralidade no processo do desenvolvimento da sociedade. Esse controle hegemónico, embora tenha consolidado sua posição de poder, gerou efeitos adversos, como a crença de que o desenvolvimento só seria possível sob sua liderança, reduzindo a capacidade de emancipação dos cidadãos. Como resultado, a persistência da pobreza e a falta de oportunidades aumentaram a mobilização contra o Estado e a Frelimo, culminando em revoltas populares.

Embora a economia moçambicana seja frequentemente associada ao neoliberalismo, ela é, na prática, caracterizada por um sistema patrimonial e clientelista, que beneficia as elites no poder e perpetua a ineficiência das instituições, agravando a pobreza e a contestação social a longo prazo (Feijó, 2025). Deste modo, as contestações em Moçambique têm como alvo a governação da Frelimo, devido à sua hegemonia histórica e ao controle clientelista dos recursos do Estado, o que, quando falham os programas de assistência social, enfraquece o controle sobre os grupos vulneráveis e aumenta o risco de revoltas. Consequentemente, se questiona a postura paternalista do governo diante das necessidades dos cidadãos, com a população expressando frustração pela falta de respostas às suas demandas.

Dada a sua incapacidade de implementar reformas estruturais, a governação tem se limitado a gerir tensões por meio de cooptação, ameaças a líderes descontentes,

³ <https://www.facebook.com/share/v/15qYNfMzGC/?mibextid=wwXIf> (Acesso: 27/03/2025)

⁴ <https://youtu.be/uFE-uAA6HEk> (Acesso: 27/03/2025)

apelos vazios ao patriotismo e à unidade, e manipulação da realidade, incluindo durante eleições (Feijó, 2025). No entanto, por um lado, os mecanismos de cooptação têm se mostrado ineficazes devido à crise económica, que torna difícil a distribuição de prebendas, especialmente em um contexto de crescente população e de jovens em busca de oportunidades, mesmo com os programas de protecção social. Por outro lado, a fome tem se tornado um inimigo forte, alimentando a coragem dos jovens nas reivindicações populares, como expressou um activista social em 2023: “Querem me matar a bala? Eu já morro de fome [...]. Uma bala vai me matar em menos de 30 segundos, mas a fome me mata todos os dias, me desgraça a mente”.

Um denominador comum nas práticas protestatárias é a “frustração relativa” dos indivíduos mobilizados. De acordo com a teoria da frustração relativa, a frustração começa no indivíduo que se sente injustiçado por não ter acesso a bens e serviços que considera ter direito, e se expande para a sociedade, que também tem expectativas em relação ao papel do Estado. Por exemplo, esperava-se que o governo, por meio de suas políticas de desenvolvimento e programas de protecção social, garantisse condições mínimas de sobrevivência para os cidadãos, algo que já havia sido questionado em protestos anteriores, como os de 1993, 2008, 2010 e a tentativa de 2012, sempre motivados pelas dificuldades económicas e pelo alto custo de vida (Chaimite, 2014).

As revoltas populares de 2024/5: mais um contexto (des)favorável?

As revoltas populares de 2024/5 em Moçambique reflectem uma crescente frustração popular em relação à governação, à intensificação da desigualdade e à falta de perspectivas reais de mudança, especialmente para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Embora o estopim tenha sido a reacção aos resultados eleitorais de 2024, as manifestações foram alimentadas por uma série de factores interligados que ultrapassaram a simples contestação eleitoral, incluindo uma luta por justiça social, liberdade e boa governação. Os discursos dos manifestantes revelam que as causas das revoltas são profundas e complexas. Um exemplo marcante é o depoimento de um manifestante, que expressou a indignação com o sistema político e a gestão pública:

(...) como é que nós vamos voltar a confiar na Frelimo, depois de 49 anos? Praticamente são 50 anos e os jovens não estão a trabalhar. Há jovens sem documentos, há jovens sem emprego, há jovens sem nada. Então, nós não queremos isso aí. Nós queremos que deem espaço ao Presidente Venâncio, para vermos qual é o fio do pensamento dele. A Frelimo já governou e não conseguiu desenvolver o país. Nós somos muito ricos, mas estamos aqui sem trabalhar, temos falta de pão. Estamos aqui temos falta de emprego e estamos aqui temos falta de refeição, pior aqui na Matola industrial (...). Este desabafo resume a situação de privação e exclusão sentida por muitos cidadãos. A revolta não se limita à insatisfação com a pobreza material, mas também com a má governação, a corrupção sistémica e a exclusão social. Os manifestantes expressam um cansaço profundo com a governação e um desejo de mudança na distribuição de poder e recursos. Como destacou outro manifestante na cidade de Maputo, “estamos cansados de ver o nosso sofrimento sendo ignorado enquanto uma minoria desfruta dos frutos da nossa riqueza”.

O descontentamento popular, no entanto, não é um fenómeno novo, mas sim um reflexo de uma tendência histórica de desconfiança nas instituições de poder. Desde os protestos violentos de 2010 até as manifestações de 2024/5, o padrão de mobilização popular tem sido fortemente influenciado por questões como o aumento do custo de vida, a falta de voz da população e a crescente desigualdade social (Johans-

⁵ <https://www.facebook.com/share/v/1H1u9paFUq/?mibextid=wwXIf> (Acesso: 27/03/2025)

⁶ <https://www.facebook.com/watch/?mibextid=wwXIf&v=3889990674605218&rdid=ciW4s5RkdSwVsub5> (Acesso: 27/03/2025)

son & Sambo, 2017). A crise de representatividade política e o enfraquecimento dos canais de diálogo levaram à rejeição da política tradicional, culminando na revolta popular contra um governo visto como hostil ao povo, devido às práticas corruptas e à negação das liberdades dos cidadãos.

O contexto político e económico crítico que marcou as revoltas de 2024/2025 foi exacerbado por uma série de eventos, como o escândalo das dívidas ocultas e a má gestão dos fundos destinados à recuperação pós-COVID-19, com desvios de recursos sob gestão do INAS. Esses eventos, somados à repressão à liberdade de manifestação, perseguições à oposição e aos resultados amplamente contestados das eleições de 2023 e 2024, alimentaram ainda mais os movimentos protestatários. A violência associada a esses protestos culminou no assassinato do advogado Elvino Dias e do mandatário Paulo Guambe, figuras-chave na campanha do candidato presidencial Venâncio Mondlane nas eleições gerais de 2024.

Outro factor significativo que impulsionou as manifestações foi a morte do músico Azagaia, em 2023, um ícone da música de intervenção social. Seu legado se revitalizou com a interpretação de suas músicas de resistência, como “Povo no Poder”, que desde as manifestações de 2008 tem galvanizado marchas pacíficas e se tornando um símbolo da luta por justiça social, liberdade e boa governação. A repressão das marchas em homenagem a este artista, pela polícia, sob “ordens superiores”, reforçou ainda mais o sentimento de injustiça e opressão que motivou as revoltas.

Além disso, desde 2023, a população vinha expressando descontentamento com o aumento dos preços dos alimentos e taxas de serviços, uma situação que gerava grande insatisfação, especialmente em um cenário onde o governo não apresentava soluções concretas para controlar a alta dos preços e melhorar as condições de vida. A frustração popular coincidiu com o fim do segundo mandato de Filipe Nyusi (2015-2024), período marcado pela incapacidade de resolver problemas estruturais, como as divisões de classe e a crescente desigualdade entre os pobres, que representam a maior parte da população, e os ricos, associados ao poder político e ao acesso privilegiado às oportunidades. A gestão de Nyusi também falhou em solucionar questões fundamentais da função pública e da estabilidade social, como o caso da Tabela Salarial Única (TSU), o terrorismo em Cabo Delgado e outros desafios.

Esses eventos foram catalisados pelo crescente uso das redes sociais que criou novos espaços de mobilização política, desafiando as formas tradicionais de comunicação e enfraquecendo a hegemonia da Frelimo. O novo fenómeno deu voz a uma crescente geração de jovens qualificados e informados, com mais expectativas sociais e uma cultura política mais reivindicativa, constituindo “bombas relógio urbanas” que tem transformado as principais cidades moçambicanas em “territórios socialmente sísmicos”, marcados por motins recorrentes nos últimos 15 anos (Feijó, 2025). Assim, as manifestações de 2024/5 reflectiram a crescente indignação popular com a desigualdade e a frustração diante das promessas políticas não cumpridas, especialmente entre os moradores de bairros periféricos.

A violência como forma de protesto: Anamalala!

Os episódios de violência e vandalismo que marcaram as manifestações de 2024, especialmente nas áreas urbanas e periféricas de Maputo, reflectem um profundo sentimento de desespero entre os manifestantes. A violência emerge não apenas como uma expressão de frustração, mas como uma estratégia deliberada de pressão diante da percepção generalizada de ineficácia dos mecanismos de diálogo. Diante da falha

das instituições democráticas em representar seus interesses, os manifestantes veem a violência como historicamente a única alternativa para serem ouvidos, associando-a à ineficiência dos canais formais de influência (Gurr, 1970).

A frustração generalizada com promessas não cumpridas e o sentimento de abandono pela classe política, especialmente pela Frelimo, alimentam o desejo não apenas de mudança de governo, mas de uma reforma profunda das instituições democráticas. Como expressou um manifestante em 2024: “A única maneira de sermos ouvidos é nos unirmos em protestos e, se for necessário, usar a força”. Esse discurso ecoa um padrão histórico de protestos no país, onde a mobilização popular tem sido um dos poucos mecanismos eficazes para pressionar o governo a ceder a certas demandas, como ocorreu nas revoltas populares anteriores.

Diante da ineficácia dos mecanismos formais de participação política, os cidadãos moçambicanos têm adotado cada vez mais por práticas protestatárias, tanto pacíficas quanto violentas, para expressar suas frustrações com as políticas governamentais. Esse cenário também é agravado pela fragilidade dos partidos de oposição e das Organizações da Sociedade Civil, bem como pelo sistema representativo moçambicano, que desvaloriza o vínculo entre eleitores e eleitos (Chaimite, 2014). Assim, a violência torna-se um meio de construção de um novo espaço de diálogo político no país, ainda que por vias conturbadas e conflituosas.

O termo “Anamalala”, que emergiu no contexto das manifestações de 2024, passou a simbolizar uma nova forma de resistência contra a repressão do Estado e a exclusão socioeconômica. Proveniente das línguas macua e lomué, predominantemente faladas na província de Nampula, e significando “vai acabar isso” ou “chegou ao fim”, o termo passou a representar uma identidade colectiva de rejeição às instituições formais e todas práticas negativas da governação. A violência nessa dinâmica reflecte não apenas a revolta contra o sistema e suas instituições, mas também um sentimento de empoderamento diante da marginalização e contra as estruturas comunitárias vistas como ineficazes ou cooptadas pelo sistema, hesitando em reivindicar melhores condições de vida por medo de represálias.

O sentimento de revolta também se manifesta em discursos como o de uma mulher durante as manifestações de 2024, que criticou a violência policial contra os manifestantes:

Não precisam fazer isso. Vocês nem têm casa para dormir, nem coisa para comer. Vocês andam a nos atirar por quê? Estamos a reivindicar para o bem de vocês e estão a nos matar. Alguém que não tem nada para comer nem arroz para comer em casa dele (...) Aqueles que estão lá [os governantes] estão cheios de dinheiro, estão cheios de tudo e vocês vivem na moluénice.

O sentimento de que a riqueza que está sendo gerada em Moçambique beneficia apenas uma minoria se reflecte no padrão de ataques direccionados não apenas a bens públicos, mas também privados, como armazéns, centros comerciais e viaturas. Muitos manifestantes associam o sucesso económico à filiação partidária, vendo qualquer cidadão que tenha superado dificuldades financeiras como ligado ao partido, uma percepção enraizada no histórico monopólio da Frelimo sobre a distribuição de recursos. Esse sentimento se traduz na ideia de que o “cartão vermelho”, símbolo de filiação ao partido Frelimo, é um requisito essencial para o acesso a oportunidades e um passaporte para a prosperidade não alcançado por todos.

Os manifestantes, sentindo-se abandonados pelo governo diante da fome e do desemprego, veem os saques como um acto de justiça contra aqueles que se associam

⁷ <https://www.facebook.com/watch/?v=1242921540340620&rdid=t1QtAGXNs7eKdIqC> (Acesso: 27/03/2025)

à elite governante. A ausência de espaços de participação efectiva reforça a divisão entre aqueles que possuem conexões políticas e económicas e os que estão excluídos do poder (Johansson & Sambo, 2017). A percepção de que a riqueza gerada no país beneficia apenas uma pequena elite, enquanto as grandes massas permanecem em extrema pobreza, continua sendo uma crítica recorrente à estrutura social e política de Moçambique (Berg, Maia, & Burger, 2017).

A privação económica não apenas limita oportunidades de prosperidade, mas também gera um sentimento de frustração e desespero que pode levar ao engajamento em formas informais de participação política, incluindo protestos e revoltas (Green, 2012). Outrossim, a acção brutal das forças estatais em defesa dos interesses económicos privados e das elites políticas foi percebida pelos protestatários como uma demonstração de como esses grupos se apropriam dos recursos do Estado em benefício próprio, em prejuízo aos restantes segmentos da sociedade que se encontram na “armadilha da pobreza” (Marrengula, Siúta, & Tembo, 2024).

Portanto, as manifestações de 2024 representam mais do que uma simples reacção aos resultados eleitorais ou a uma insatisfação momentânea. Elas são o reflexo de uma profunda crise de governação, onde a falta de representatividade política, a crescente desigualdade e a falência das instituições democráticas criaram um cenário de crescente frustração. O uso da violência, embora seja uma resposta extrema, pode ser interpretado como um reflexo da impotência política dos cidadãos, que veem nas manifestações uma forma de resistir à opressão e reivindicar seus direitos em um sistema que os marginaliza.

Caminhamos para frente?

Os resultados deste estudo revelam que as revoltas populares de 2024/5 podem ser caracterizadas como mais um movimento de protesto liderado por jovens frustrados, que enfrentam altos níveis de pobreza, privação e desconfiança nas instituições políticas. O padrão de crescimento económico tronou-se progressivamente menos inclusivos nos últimos anos e os programas de desenvolvimento e protecção social existentes são limitados na sua capacidade de apoiar a redução contínua da pobreza. A mobilização social nem sempre é impulsionada pelas condições objetivas de pobreza ou marginalização, mas sim pela percepção subjetiva de injustiça. A teoria da privação relativa sugere que as pessoas se engajam em acção política quando percebem que estão sendo desfavorecidas em comparação a outros grupos ou ao passado, mesmo que sua situação objectiva não seja a pior. Esse sentimento de perda ou exclusão gera indignação e pode levar à participação em protestos, greves e reivindicações, como visto em movimentos estudantis e engajamento juvenil na política.

Isso sugere que, para garantir a estabilidade social e minimizar as revoltas populares, os governos devem alinhar os programas de desenvolvimento às expectativas dos cidadãos e fortalecer a confiança nas instituições, assegurando que sejam inclusivas e eficazes no cumprimento de seu papel. Exemplos bem-sucedidos incluem Uganda, Ruanda e Bangladesh, países que, após conflitos, impulsionaram um crescimento forte e relativamente inclusivo. O sucesso desses países resulta de investimentos estratégicos na agricultura e no sector privado intensivo em mão de obra, gerando empregos urbanos e um ciclo virtuoso de crescimento económico e redução da pobreza, um modelo que Moçambique poderia seguir (Lachler & Walker, 2018).

Além disso, bem direccionadas, as transferências de rendimento estimulam a economia local, fortalecem o mercado comunitário, apoiam pequenos negócios, prote-

gem contra choques financeiros e aproximam mais a mão de obra de actividades produtivas. As políticas e iniciativas voltadas para os jovens, em específico, aprimoram o potencial dessa camada populacional, em vez de apenas mobilizar seu apoio político de curto prazo. Identificar e implementar iniciativas de emprego que correspondam às aspirações dos jovens mais bem-educados e informados de hoje é fundamental (Resnick, 2019).

A apropriação abusiva dos recursos do Estado fortalece uma cultura de dependência e lambobotismo, desviando os cidadãos da busca por trabalho e desenvolvimento. Esse processo não só incentiva uma mentalidade consumista e superficial, mas também perpetua a desigualdade e a ausência de mérito, onde a ostentação e os favores estatais substituem o esforço individual. Como consequência, essa dinâmica enfraquece as instituições e aprofunda as tensões sociais, comprometendo a construção de um futuro sustentável do governo.

Um fato marcante e diferenciado nos últimos movimentos protestatários em Moçambique foi o encontro entre diferentes grupos mobilizados, abrangendo tanto a classe média quanto os mais pobres. Além dos episódios de “panelaços” registrados nas principais avenidas de Maputo e em outras áreas do país, pela primeira vez na história das manifestações em Moçambique houve a participação e mobilização de alguns actores do sector privado. Destacam-se, sobretudo, os comerciantes, que não apenas marcharam pacificamente, mas também ofereceram apoio aos manifestantes com produtos alimentares e água.

A participação dos actores do sector privado deve-se ao fato de estarem cada vez mais preocupados com a deterioração do cenário de segurança e estabilidade no país, especialmente no que diz respeito aos raptos, uma situação que tem sido amplamente contestada desde 2013, mas que continua a ser negligenciada pelo governo. Esses empresários reconhecem que, além das questões de segurança, a apatia do governo em lidar com esses problemas tem gerado um ambiente de crescente descontentamento. Contudo, à semelhança das manifestações anteriores, os moradores da periferia das cidades tendem a recorrer cada vez mais a manifestações violentas como uma forma de expressar sua frustração, não só com as políticas públicas e com o governo, mas também com o agravamento do problema da fome, que se torna um factor de mobilização para as camadas mais vulneráveis da população.

Importa destacar que, até o momento da redação deste artigo, não foram observados planos concretos por parte do novo Governo, em seu discurso, com foco específico na resolução das causas estruturais dos problemas que originaram os motins no início de sua administração. Embora haja manifestações de descontentamento por parte dos cidadãos, reflectindo as questões que realmente os afligem e que poderiam servir como ponto de partida para o novo ciclo de governação, parece haver pouca atenção às razões subjacentes às revoltas populares e à busca por suas soluções. Diante disso, torna-se urgente uma reflexão sobre a necessidade de um modelo de desenvolvimento inclusivo, que envolva a formulação de estratégias concretas voltadas para as causas da pobreza e o baixo desenvolvimento das comunidades.

A responsabilidade de assegurar a estabilidade social sempre recaiu sobre o Estado, e, no contexto de Moçambique, sobre o Governo da Frelimo, que tem a obrigação de implementar reformas e desenvolver políticas eficazes no combate à pobreza e na resposta às necessidades da população. Quanto mais cedo a Frelimo reconhecer que seus mecanismos de cooptação e compra de apoio popular não são eficazes no actual cenário de crise económica, e que suas políticas clientelistas geram mais problemas

do que soluções, mais benéfico será para o país e para a estabilidade social.

Outrossim, a vulnerabilidade no acesso a alimentos das famílias pobres tem bases estruturais e não pode ser gerida com recurso a violência e inaccessibilidade aos problemas reais. Uma solução sustentável envolve uma transformação que permita uma melhor integração dos estratos pobres na economia, assente na geração de emprego, no aumento da produtividade e do rendimento de trabalho e no alargamento da base produtiva e da provisão dos serviços públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Berg, S. v., Maia, C. d., & Burger, C. (2017). Educational inequality in Mozambique. WIDER Working Paper 2017/212.

Bertelsen, B. E. (2017). Efervescência efêmera: Levantamentos populares urbanos em Moçambique. In L. d. Brito, *Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*. Maputo: IESE.

Bharti, K., Sharma, V., Agrawal, R., & Sengar, A. (2014). Marketer's mindset: Key to develop bottom of the pyramid market.

Borowczak, W., & Weimer, B. (2012). Andar com bengala emprestada revisitado: O apoio internacional à descentralização em Moçambique, 1995-2011. In B. Weimer, *Moçambique: Descentralizar O Centralismo*. Maputo: IESE.

Brito, L. d., Chaimite, E., Pereira, C., Posse, L., Sambo, M., & Shankland, A. (2017). Revoltas da fome: Protestos populares em Moçambique (2008-2012). In L. d. Brito, *Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*. Maputo: IESE.

Buur, L., & Salimo, P. (2018). The Political Economy of Social Protection in Mozambique. ESID Working paper No 103.

Castel-Branco, R. K. (2021). A radical politics of distribution? Work, welfare and public works programmes in rural Mozambique. Thesis submitted in fulfilment of the requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. Johannesburg: University of the Witwatersrand: Faculty of Humanities,.

Cecchini, S., Filgueira, F., & Robles, C. (2014). Social protection systems in Latin America and the Caribbean: A comparative view . Social Policy Series No. 202.

Chabal, P., & Daloz, J.-P. (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford & Indianapolis: James Currey & Indiana University Press.

Chaimite, E. (2014). Das Revoltas às Marchas: Emergência de Um Repertório de Acção Colectiva em Moçambique. In L. d. Brito, C. N. Castel Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco, *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE.

Cunha, N., & Orton, I. (2011). Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? Cadernos IESE.

De Oliveira, J. (2018). Evolução histórica da previdência social: o sistema previdenciário brasileiro é estável? *Revista Brasileira de História do Direito*.

Feijó, J. (2020). Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico. *Observador Rural*, Nr. 93.

Feijó, J. (2025). 'A Frelimo Vai-Nos Sentir': Exclusão Social, Tensão Política e Cenários do Futuro. Maputo: MOZ TIMES, disponível em: <https://moztimes.com/blog/opinioao/> (Acesso: 05/02/2025).

Feijó, J., Maquenzi, J., & Agy, A. R. (2022). Ingredientes para uma revolta juvenil - pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas. *Observador Rural* Nr 121.

Francisco, A. (2010). Moçambique: Protecção social no contexto de um Estado falido mas não falhado. In L. De Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, Francisco, & António, Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique. Maputo: IESE.

Green, D. (2012). From poverty to power: How active citizens and effective states can change the world. Rugby, UK: Practical Action Publishing and Oxford: Oxfam International.

Guambe, E. (2021). Informalidade e recomposição do Estado: o tratamento da pobreza urbana nos municípios da Beira e de Mueda. Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, 2.

Gurr, T. R. (1970). Why men rebel. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Hanlon, J. (2010). Basta dar dinheiro aos pobres. In L. De Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, Francisco, & António, Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique. Maputo: IESE.

Horn, M. (1995). The Political Economy of Public Administration: Institutional choice in the Public Sector. Cambridge: Cambridge University Press.

Hownana, A. (2012). “Desenrascar a vida”: youth employment and transitions to adulthood. Conference Paper nº 29 - Paper prepared for the III Conference of IESE. Maputo: IESE.

Johansson, K., & Sambo, M. (2017). As revoltas do pão: Um exercício de cidadania? In L. d. Brito, Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE.

Kandil, H. (2011). A Revolta no Egipto: Entrevista com Hazem Kandil. Novos Estudos CEBRAP 9.

Kassim, S., & Penteado, C. (2022). Social Protection in Mozambique from the 1990s to the 2000s. In F. Nullmeier, D. G. De Reufels, & H. Obinger, International Impacts on Social Policy: Short Histories in Global Perspective. Switzerland: Palgrave Macmillan.

Khan, M. H. (2010). Political Settlements and the Governance of Growth-Enhancing Institutions. London: Paper prepared for the UK Department for International Development.

Lachler, U., & Walker, I. (2018). Jobs diagnostic Mozambique. Washington, DC: International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.

Lascoumes, P., & Le Gales, P. (2007). Introduction: Understanding Public Policy through Its Instruments—From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, 20.

Low, J. W., Garrett, J. L., & Ginja, V. (1999). Can cash transfer programs work in resource-poor countries? - The experience of Mozambique. FCND Discussion paper No. 74. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute - Food Consumption and Nutrition Division.

Mandlate, O. (2017). Revoltas da fome em Moçambique: Um olhar para além dos preços internacionais. In L. d. Brito, Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE.

Maquenzi, J. (2021). Pobreza e desigualdades em Moçambique: Um estudo de caso em sei distritos. Observador Rural, nr. 113.

Marrengula, C., Siúta, M., & Tembo, Y. (2024). A armadilha da pobreza e as políti-

cas de protecção social em Moçambique: Progressos e Desafios. In E. Chaimite, C. Muianga, M. Sambo, & M. Siúta, *Desafios para Moçambique 2023-2024*. Maputo: IESE.

MGCAS. (2022). *Relatório de Avaliação Intermédia da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016 - 2024)*. Maputo: Ministério do Género, Criança e Acção Social.

MMAS. (2009). *Breves Notas sobre a História da Acção Social em Moçambique*. República de Moçambique: Ministério da Mulher e da Acção Social.

OIT. (2013). *Governança dos regimes de segurança social: Um manual para membros dos Conselhos de Administração em África*. Turim,, Itália: Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho.

Oliveira, M. C., & Cravo, T. A. (2021). *Social Protection and Cash Transfers in Mozambique: Between international consensus and local agency*. OpenEdition Journals.

Prahalad, C. K. (2005). *The fortune at the bottom of the pyramid: Eradicating poverty through profits*. Upper Saddle River: Wharton School Publishing.

Resnick, D. (2019). *Troublemakers, Bystanders, and Pathbreakers The Political Participation of African Youth*. In V. M. Thurlow, *Youth and Jobs in Rural Africa: Beyond Stylized Facts*. Oxford University Press. International Food Policy Research Institute.

Sawaya, A., & Bhero, S. (2017). *Are There More Bad Jobs Than Good Jobs For The Youth In Mozambique?* International Journal of Management and Commerce Innovations.

Skocpol, T. (1979). *States and Social Revolutions*. New York: Cambridge University Press.

Streeten, P. (1995). *The Political Economy of Fighting Poverty*. Issues In Development.

UNDESA, & ILO. (2021). *Global research on governance and social protection*. United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA) and International Labour Organization (ILO).

UNICEF & ILO. (2022). *Informe Orçamental da Acção Social*. Maputo: UNICEF & ILO.

Wacquant, L. (2009). *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Durhan and London: Duke University Press.

Waterhouse, R., & Lauriciano, G. (2010). *Contexto político e institucional da protecção social em Moçambique*. In L. De Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, Francisco, & António, *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: IESE.

Wyatt, A. (2021). *Decentralization*. In E. Schüring, & M. Loewe, *Handbook on Social Protection Systems*. Cheltenham, UK & Northampton, MA, USA : Edward Elgar.

**AS REDES SOCIAIS
NAS TRAJECTÓRIAS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
E ENGAJAMENTO
JUVENIL EM MOÇAMBIQUE**

Salomão Manuel Nicasse

Créspeo Sérgio Manhique

Francisco João Mbalane

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos as redes sociais nas trajetórias de participação política e engajamento juvenil em Moçambique. Este exercício, ocorre por um lado, na análise de um conjunto de protestos sociais de rua e do uso da internet, como forma de participação política, face a instabilidade e crise de legitimidade dos sistemas políticos contemporâneos. Por outro lado, ocorre uma reflexão sobre os desafios e crises à liberdade de expressão, como resultado das lutas sociais que tem como pretensão de servir como instrumento, de busca de um conjunto de direitos sociais, no contexto de uma “democracia restringida (Tirso, 2017). Alguns dados mostram que desde a história a participação política e engajamento juvenil sempre foram feitas no contexto de exercício do voto, mas nos últimos anos, com a globalização e com o crescimento das redes sociais sobretudo no Facebook tem se observado novas formas inovadas de exercer a participação, seja através das manifestações, boicotes, artigos de opinião ou realização de petições que se encontram no espaço virtual e que tem gerado maior visibilidade (Tsandzana, 2020).

Segundo INCM (2023), em um inquérito realizado em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE), revelou que, em Moçambique, 12.510.571 pessoas com idade mínima de 16 anos possuem telefone celular. A utilização dos serviços de telefonia móvel apresenta uma distribuição de 54,5% nas zonas rurais e 45,5% nas zonas urbanas. A maioria dos utilizadores é do sexo masculino, representando 59,2%, enquanto as mulheres correspondem a 40,8%. A faixa etária predominante entre os utilizadores está entre 20 e 24 anos, com 14,1%, seguida pelo grupo de 25 a 29 anos, que representa 12,2%.

No que se refere ao modelo de consumo, 99% dos utilizadores recorrem aos serviços pré-pagos. A realização de chamadas de voz é o principal uso dos telemóveis, com 99,5% dos consumidores efectuando chamadas todos os meses. O envio de mensagens SMS é utilizado por aproximadamente 71% dos usuários.

Em relação aos gastos, a pesquisa indicou que cerca de 40% dos utilizadores gastam entre 50 e 199 meticais por mês com chamadas de voz, enquanto 60% afirmaram gastar menos de 200 meticais. No que diz respeito aos serviços de internet, 68,2% dos inquiridos declararam não gastar qualquer valor para o seu uso, enquanto 10,4% afirmaram gastar entre 50 e 200 meticais mensalmente.

O uso de redes sociais ainda se demonstrava relativamente baixo, com apenas 5,9% dos utilizadores acessando plataformas como WhatsApp, Facebook e Instagram com frequência, o que se deve, em parte, à presença de consumidores que utilizam telemóveis sem acesso à internet. No âmbito dos serviços financeiros, 26,5% dos inquiridos afirmaram utilizar o telemóvel para fins financeiros, e cerca de 38% fazem uso de serviços de carteira móvel, como M-kesh, M-pesa e Emola, sendo que o volume médio de depósitos mensais gira em torno de 500 meticais.

Esses dados evidenciam como as redes de telefonia móvel tem um papel crucial na conectividade e na inclusão digital. Eles mostram que, apesar do crescimento do sector, ainda há desafios significativos, como disparidades de género, dificuldades de acesso à internet e limitações financeiras, que ainda influenciam nas participações políticas.

Contudo, apesar dos desafios existentes, as participações políticas são uma realidade, e, essas participações políticas e engajamento juvenil a partir das redes sociais são verificadas na última marcha pacífica de homenagem ao rapper moçambicano Azagaia ocorrida no dia 18 de Março de 2023, em diferentes cantos do país, onde

observou-se que a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) seguia o sentido de repreender e dispersar todos os participantes da marcha. Como resultado destas repreensões houve momentos de tensão, que levaram os organizadores a dispersar a marcha.

Activistas, rappers, músicos, ONG's, e outras entidades nacionais e internacionais reagiram com “tristeza” as notícias que davam conta da repreensão dos participantes da marcha pela polícia. Estas acções de repúdio às liberdades de expressão e do direito ao exercício da manifestação zelada pela nossa Constituição da República através do seu artigo 51 que diz: “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de reunião e manifestação nos termos da lei”. Os referidos protestos aqui referidos contra a “má” actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM), ocorreram através das redes virtuais que um dia depois do sucedido foram cheias de mensagens de texto, vídeos e relatos de violação dos direitos humanos, do fecho à liberdade de expressão e da traição por parte das entidades governamentais (municípios e comandos distritais) que emitiram o ‘Autorizo’ a alegada marcha pacífica como podemos ver nas imagens a seguir:

Figura 1. Activistas, rappers, músicos, ONG's, e outras entidades nacionais e internacionais reagindo as notícias que davam conta da repreensão dos participantes da marcha pela polícia.



Fontes: imagens retiradas no Instagram, Twitter e Facebook (22/03/2023).

⁴ Instagram é uma rede social visual, criativa e interativa. Possibilita a partilha de imagens e videos de curta duração directamente de celular. Nele, também é possível seguir usuários, curtir, comentar e partilhar as publicações.

⁵ Twitter, que hoje é conhecido por X é uma rede social e um serviço de microblog que permite usuários enviar e receber actualizações pessoais de outros contactos em textos de 280 caracteres conhecidos por posts.

⁶ Facebook é uma rede social virtual lançada em 2004, operado e de propriedade privada da Meta.

Estas intervenções de artistas, activistas e de organizações internacionais e nacionais mostram como através das redes virtuais, as pessoas participam e engajam-se politicamente em assuntos que envolvem um Estado com uma democracia restringida. Estas intervenções mostram-nos até que ponto práticas que envolvem o cidadão e seus governos podem ter repercussões positivas ou negativas em diferentes classes sociais num país, e de forma paralela de como é exercida a participação política das ONG's (que prestam serviços as comunidades) dos moçambicanos no geral, e pelos jovens em particular, no que diz respeito ao uso das redes virtuais. Entretanto, se por um lado, podemos considerar os discursos dos artistas nacionais Stewart Sukuma, e Neyma como de repúdio pela gravíssima actuação e violação dos direitos fundamentais dos cidadãos pela Polícia da República de Moçambique, por outro lado, podemos observar que a publicação da UN Human Rights também relata violação das liberdades de expressão e do direito ao exercício da manifestação zelada pela nossa Constituição da República pela Polícia da República de Moçambique (PRM) na marcha alusiva a homenagem da morte rapper Azagaia.

Estas ilustrações trazem de volta o debate sobre a relação do homem com as novas tecnologias digitais, que antes era marginalizada ou relegada ao senso comum e que ganha um novo espaço e passa a ser considerada por muitos pesquisadores, de diferentes formações, como parte essencial do conhecimento humanístico contemporâneo. Essa mudança de visão deve-se ao reconhecimento de que a sociedade se encontra cada vez mais organizada em rede (Castells, 2006), e que a internet constitui uma representação de práticas e interações sociais complexas jamais imaginadas. Para este caso específico estas análises, baseiam-se num conjunto de dados recolhidos sobre protestos sociais em contextos offline e online em Moçambique, que evidenciam que a participação política digital está fortemente associada a formas de reprodução cultural "offline", sendo que as plataformas "online" correspondem quer a ferramentas de criação, quer a utensílios de comunicação e difusão de conteúdos, concorrentes para diferentes configurações, de engajamento colectivo e de protestos sociais (Campos & Simões, 2011).

Este artigo foi elaborado seguindo uma abordagem metodológica baseada na revisão bibliográfica e na técnica de netnografia, permitindo a análise da internet como instrumento, local e objecto de pesquisa. A netnografia possibilitou explorar ambientes virtuais, como redes sociais (Facebook; Twitter, Instagram, WhatsApp etc.), para compreender a participação de artistas, políticos, activistas e organizações em debates sociopolíticos e culturais. A interconectividade e diversidade do ciberespaço exigem a adaptação de métodos tradicionais, promovendo novas abordagens para interpretar as interações sociais online e suas implicações psicossociais (Sánchez, 2017; Lima, 2014; Ferraz, 2019).

O presente artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira, trazemos notas introdutórias, a construção social das juventudes e participação política; na segunda para mostramos como é que as redes virtuais estão engajadas na formação de novas identidades juvenis no mundo em geral e de forma particular em Moçambique, na terceira parte discutimos as redes virtuais como novas tendências de participação e engajamento juvenil em Moçambique e mostramos alguns exemplos que caracterizam a participação e engajamento das 'juventudes' em Moçambique. Na quarta e última parte trazemos as considerações finais e referências.

Construção social das “Juventudes” e Participação Política

O debate sobre a juventude nas ciências sociais evoluiu para uma compreensão pluralizada, reconhecendo que não existe uma única “juventude”, mas sim “juventudes” diversas, socialmente construídas e diferenciadas por classe, género, território e cultura. Como apontam Bourdieu (1983) e Margulis & Urresti (1998), a juventude não é uma categoria homogénea, mas um campo marcado por disputas simbólicas e estruturais. Nesse sentido, diferentes instituições - partidos políticos, igrejas, universidades e movimentos sociais - constroem suas próprias juventudes, cada qual com seus valores, práticas e formas de engajamento.

Nos partidos políticos, as “juventudes partidárias” são frequentemente vistas como espaços de formação e reprodução ideológica, preparando novos quadros para a estrutura política. Da mesma forma, nas universidades, grupos de estudantes assumem diferentes “bandeiras”, variando entre movimentos mais institucionalizados e colectivos independentes. Já nas igrejas, observa-se a mobilização de jovens em torno de valores morais e de acções comunitárias.

Entretanto, nosso artigo enfatiza um outro grupo de juventudes: os jovens que não se identificam com o pensamento político actual e aqueles que se encontram em situações de marginalização política e social. Esses jovens não possuem representatividade nos espaços da política institucional e frequentemente expressam sua indignação e seu desejo de transformação por meio de formas alternativas de engajamento. No contexto moçambicano, esse grupo se manifesta através das redes sociais, dos protestos espontâneos e da arte, como observado na marcha de 18 de Março de 2023, realizada em homenagem ao rapper Azagaia. Esse evento ilustra como as juventudes marginalizadas utilizam novos espaços de articulação para contestar as condições sociais e políticas do país, muitas vezes enfrentando repressão. Castells (2012) destaca que a internet se tornou uma arena central para a acção política desses grupos, permitindo-lhes criar redes descentralizadas de resistência e mobilização.

A “marginalização” política desses jovens também pode ser compreendida à luz das reflexões de Baquero (2016), que argumenta que a participação política está directamente ligada à percepção de legitimidade das instituições. Quando os jovens experimentam repetidos episódios de frustração e exclusão política, seu apoio ao sistema democrático tende a diminuir, levando-os a buscar novas formas de expressão política, muitas vezes fora dos canais convencionais. Esse fenómeno pode resultar tanto em desmobilização quanto no fortalecimento de movimentos sociais alternativos.

Dessa forma, este artigo busca contribuir para o debate sobre juventudes e participação política, destacando que os jovens não são um bloco homogéneo e que aqueles que não se identificam com o projecto de governação vigente, encontram nas redes sociais e em outras formas de expressão cultural novas maneiras de reivindicar seu lugar na sociedade.

Linhas de debate sobre participação política

Os debates sobre a “participação política” não encontram consenso teórico, pois podem ser consideradas modalidades de participação que ultrapassam unicamente a dimensão do voto como é caso dos movimentos sociais galvanizados pela realização de protestos, boicotes, ocupações, bem como outras formas de expressão cívica, como são os casos da realização de petições online e/ou publicação de artigos de opinião, que antes não tinham a mesma dimensão de visibilidade que é dada pelas redes sociais da internet, embora ainda se possa afirmar que o momento eleitoral a

votação constitui a primeira acção do que podemos designar de participação política clássica convencional (Braud, 2014).

Por outro lado, em relação a perspectiva da cultura política, o apoio à política e ao sistema político se dá com base em experiências positivas contínuas; portanto, experiências contínuas de carácter negativo com o desempenho das instituições políticas e as acções dos gestores públicos podem desembocar no declínio de apoio e obediência a normas democráticas. Nesse contexto, a legitimidade da democracia pode entrar em um estado de inércia política, a qual contribui para a manutenção de práticas políticas deletérias na construção de uma cultura política participativa (Baquero, 2016).

Baquero et. al. (2016) argumenta que uma das razões para a inércia política radica na deficiência das instituições políticas, que carecem de credibilidade para estimular a participação dos cidadãos, particularmente os jovens, via canais institucionalizados. Não há, no entanto, pesquisas que focalizem o impacto da inércia na cultura política juvenil; se pressupõe que, em virtude da disponibilidade de modernas tecnologias de comunicação, a estruturação de uma cultura política juvenil participativa é uma consequência natural. Com esta emergência de novas tecnologias de informação e comunicação, o desempenho das instituições políticas é essencial para o desenvolvimento de uma cultura política juvenil participativa. Nesse sentido, é imperativo examinar as intersecções entre cultura política, socialização política e mídia digital, internet e suas redes sociais, no que tange aos posicionamentos da juventude como vimos nas imagens acima.

Nesse sentido, podemos despertar para reflexão os seguintes questionamentos: que tipo da juventude as redes virtuais estão a produzir actualmente? Ou será a internet um novo espaço cívico e de liberdade de expressão para a esfera juvenil?

Esses questionamentos têm gerado diferentes tipos de estudos científicos acerca das possibilidades de participação política e engajamento juvenil através das redes virtuais da internet. Para este estudo iremos focar na relação entre a internet e a formação de identidades colectivas (Lamb; Poster, 2003; Maia; Castro, 2006; Soon; Kluver, 2014). Esta análise olha como jovens se comunicam e vivem suas relações sociais de uma forma diferente de gerações anteriores que usavam canais permitidos para agir ou falarem sobre uma determinada prática de instituições governamentais em Moçambique. Este fenómeno actual pressupõe um envolvimento digital de actores sociais para a construção de um novo tipo de exercício de cidadania e de uma cultura política juvenil mais participativa e engajada.

Com base nessas considerações, o objectivo geral deste artigo é examinar as redes sociais nas trajectórias de participação política e engajamento juvenil em Moçambique.

Redes virtuais engajadas na formação de novas identidades juvenis no Mundo e em Moçambique: o caso da política

Para Boquete et. al. (2016) o conjunto de iniciativas globalmente patrocinadas pelos jovens parece ter marcado uma nova forma de participação via redes virtuais no início da segunda década de nosso século: a “Primavera Árabe”, no Oriente Médio; os “Indignados”, em Madri; o Ocupe Wall Street, em Manhattan; e, no Brasil, as manifestações ocorridas a partir de 2013. Essas manifestações indicaram que não podemos mais ignorar a influência das novas mídias tecnológicas na formação de identidades colectivas entre os jovens.

Musiał e Kazienko (2011) argumentam que o uso de redes sociais via internet

se constitui como uma parte da subcultura da jovem geração contemporânea. Esse canal tem sido utilizado pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política, passou a buscar novas formas de engajamento político. Matos (2008), considera as redes sociais da internet como um “conjunto de espaços físicos e imateriais em que os agentes sociais podem efectivar a sua participação no processo de comunicação pública”. Algumas das redes sociais da internet incluem: Facebook, YouTube, WhatsApp e Twitter.

A internet, portanto, serve como agente que sedimenta as bases de um contexto interativo no qual ocorrem a socialização e o desenvolvimento da identidade. A ausência dos agentes convencionais de socialização adulta nesse contexto desafia a perspectiva tradicional de socialização, resultando em um processo de autossocialização (Anderson; McCabe, 2012).

As redes virtuais formam como Gohn (2011) refere movimentos sociais que realizam diagnósticos sobre a realidade social, e por sua vez constroem propostas. As pessoas actuando em forma de redes, constroem acções colectivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa actuação em rede ou conjunto.

Os ditos movimentos criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas acções, projectam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. A aqueles que eram excluídos e passam a se sentir incluídos em algum tipo de acção de um grupo activo, como a marcha alusiva a homenagem ao rapper Azagaia falecido no dia 09 de Março de 2023.

Na mesma senda de análise não podemos ignorar, entretanto, as várias críticas que os movimentos altermundialistas ou transnacionais têm recebido nos últimos anos por parte de alguns Estados. Elas atingem não só os movimentos, mas também seus organizadores e intelectuais de apoio. Poupeau (2007, p. 47-48) afirma:

[...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da acção, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a acção colectiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direcção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. As críticas aos altermundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizados, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos. O processo de transformação social adquire facetas proféticas, místico, sem objectivo definido. Os processos efectivos de dominação existentes não aparecem nos discursos.

O Caso de Moçambique

No caso de Moçambique podemos encontrar o discurso proferido pelo presidente da República de Moçambique em 2018 em relação as tecnologias de comunicação que diz o seguinte:

[...] A sociedade moçambicana está em constante transformação, a Frelimo tem assumido lugar legítimo de liderança deste percurso... a outra mudança estrutural a

que assistimos, e que não deve ser considerada uma ameaça, é marcada pela rápida expansão das tecnologias de comunicação e informação. Esta expansão, deve constituir uma oportunidade para a consolidação de uma sociedade mais democrática e cada vez mais crítica. Deve aprimorar novas formas de estar no processo de desenvolvimento de Moçambique nesta fase bastante exigente em que o nosso relacionamento com a economia digital é inevitável... Filipe Nyusi, Presidente da Frelimo, no Primeiro Seminário Nacional das Organizações Sociais da Frelimo, 18.08.2018 - Cidade de Tete. Destas duas citações acima podemos depreender que quer ao nível nacional e mundial o impacto das redes virtuais e dos movimentos virtuais não pode ser ignorado que é algo inevitável podemos depreender do discurso do Presidente da República de Moçambique Filipe Nyusi. Na mesma linha de análise Gohn (2011) sobre o mundo, refere que há perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controlo social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais. O controlo social passou a instaurar-se, mas com sentido dado pelas políticas públicas, ainda que haja a participação cidadã no estabelecimento das normas sociais. As grandes conferências nacionais e internacionais são uma das estratégias básicas desse controlo. Nesse cenário de redes movimentalistas com apoio institucional, deve-se acrescentar as inúmeras acções e redes cidadãs que se apresentam como movimentos sociais de fiscalização e controlo das políticas públicas, actuando em fóruns, conselhos, câmaras, consórcios etc., em escala local, regional e nacional (Gohn, 2011).

O outro dado interessante está ligado ao facto de a evolução no uso das redes sociais da internet em Moçambique, sabe-se que a maioria da população não tem acesso a essas plataformas digitais e, como assinala Mabila (2013), a rádio é atraente, especialmente para os habitantes rurais, em parte devido à sua ampla cobertura geográfica, seus receptores de baixo custo (comparados à televisão) à distribuição de conteúdo em muitas línguas, à relevância de seu conteúdo e suas baixas necessidades energéticas. É por essa razão que a rádio nestas zonas continua como um dos meios locais de acesso à informação de diferentes níveis.

Quando a lei funciona para uns e não para 'outros': redes virtuais como novas tendências de participação política e engajamento juvenil em Moçambique

Para EISA (2021) Moçambique tornou-se independente da colonização portuguesa em 1975, depois de uma luta armada. É consensual considerar que a juventude daquela época abdicou de um conjunto de direitos para fazer frente a uma dominação que durava séculos. Com efeito, em muitos países africanos que alcançaram a independência desde os finais dos anos 1950, os movimentos para a libertação do jugo colonial foram conduzidos por jovens. Também as responsabilidades governamentais dos primeiros governos foram maioritariamente assumidas por jovens. É paradoxal que o engajamento político da juventude seja, nos dias actuais, considerado crítico, sobretudo para os Estados Africanos, que se formaram com o fervor da vontade da juventude de lutar pela emancipação anticolonial.

Para além das definições Constitucionais e da existência de entidades públicas vocacionadas para a gestão de matérias sobre a juventude, existem, no regime de participação da juventude, instrumentos normativos e administrativos que são potencialmente incentivadores da participação da juventude. O Estado moçambicano dispõe de uma política da juventude, aprovada pela Resolução n. 4/96, de 20 de Março. Moçambique é signatário de diferentes instrumentos internacionais referentes à juventude. A Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 123, reconhece a juventude

como continuadora dos anseios da nação. O engajamento político da juventude é um direito e dever fundamental. E como que em correspondência a este desígnio, o Estado moçambicano tem, na sua estrutura organizacional, sempre uma entidade específica em matéria de Juventude (EISA, 2021).

Por consequência, a atribuição variada de competência às entidades de gestão da matéria de juventude revela, no âmbito governamental, alguma incerteza quanto ao tratamento político da juventude. Por exemplo, actualmente existe um conceito relativamente vago que a associa os problemas da juventude exclusivamente ao emprego, daí alguma fundamentação para a criação da Secretaria de Estado para a Juventude e Emprego, que veio substituir o Ministério da Juventude e Desportos, numa visão de que aquela entidade deve olhar para questões cruciais que dizem respeito aos jovens, especificamente o emprego. Posteriormente, este documento sofreu modificações, em 2013, e ligeiros ajustes relativos à actualização da abordagem sobre a juventude (EISA, 2021).

Trata-se de um instrumento estratégico que se define como fundamental para motivar acções mais participativas na sociedade no processo de construção da nação. Na mesma sequência, dez anos mais tarde, o Governo aprovou um outro documento, denominado Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude. Dois anos mais tarde, em 2008, a Assembleia da República ratificava a Carta Africana da Juventude. Muito recentemente, o Governo aprovou o Plano de Acção de implementação da Política da Juventude, como um instrumento de natureza operacional, que se assenta na visão e objectivos estratégicos de desenvolvimento dos adolescentes e jovens, alinhado com o Programa Quinquenal do Governo assim como com o Plano Económico e Social (PQG e PES 2020 - 2024) do ano 2021 (EISA, 2021).

Entre os anos 2000 à 2010 muitos jovens mostraram, na prática, que os critérios para estes financiamentos são pouco claros ou assumem alinhamentos partidários, o financiamento ocorre dentro da perspectiva da OJM ou do CNJ, que são agrupamentos pertencentes ao partido no poder. Aliás, tal não é exclusivo da juventude, igualmente aconteceu com os fundos atribuídos aos distritos no mesmo período (EISA, 2021).

Apesar de existir um regime jurídico de desenvolvimento da juventude, nota-se ainda um divórcio significativo entre estes instrumentos e uma verdadeira participação da juventude na esfera pública. Na prática, continua um espaço fortemente controlado e com uma juventude enquadrada, sem recursos para reinventar mecanismos de intervenção alinhados com as suas aspirações (EISA, 2021).

Em paralelo, as actividades económicas associadas à abertura do mercado foram criando alternativas a possíveis movimentos de pressão sobre as autoridades públicas. As actividades de “desenrasca”, como denomina Honwana (2020), associaram-se a um incentivo ao desengajamento político da juventude. Na verdade, estas actividades, que incluem práticas de sobrevivência, aliadas às informalidades, servem como espaços de alívios à contestação da ausência de uma verdadeira política da juventude. O emprego, a habitação e a educação são apenas indicadores das dificuldades de materialização de verdadeiras políticas da juventude.

A cultura política autoritária de gestão por enquadramento da juventude apenas modificou as suas modalidades, ela continua predominante. As pequenas alternativas de engajamento político resultam, muitas vezes, em represálias, o que contribui grandemente na lealdade às estruturas das elites autoritárias ou no abandono da vida política. O interesse dos regimes autoritários é reduzir ao máximo possível qualquer tipo de participação activa da juventude na vida política ou, no mínimo, garantir uma

lealdade à sua agenda. A juventude, portanto, continua sem voz na esfera pública moçambicana, apesar da formalidade institucional e dos discursos sobre abertura conceptual, nomeadamente através da adopção do regime democrático (EISA, 2021). Entretanto, com a influência contemporânea das plataformas de comunicação online facilitam um potencial do que Leadbeater (2008) chama de “colaboração em massa”, onde indivíduos e grupos se tornam a fonte de iniciativas e/ou ideias de participação democrática. Diante disso, podemos observar que a internet está no centro do que Fenton (2012) chama de “política radical” (caracterizada pela realização de protestos e boicotes) na era digital, galvanizada por campanhas locais e a emergência de movimentos políticos transnacionais, sendo que nesta perspectiva os jovens desempenham um papel crucial e são frequentemente referidos como “radicais” ou “agentes de mudança”.

Para Gohn (2011) na actualidade, os movimentos sociais apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Actualmente, suas acções são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade que têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade.

A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia, da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. E por último, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais (Gohn, 2011).

Balardini (2005) sinaliza para a tendência actual da participação juvenil como “a priorização da acção imediata” que, embora não abra mão de soluções em longo prazo, se sustenta na construção, no presente, de uma nova sociedade através de uma ética de acções diferentes. Isso acontece também pela desconfiança em ser representado por um outro (pelo partido, pelo político), e como anuncia Balardini, expressando o ponto de vista do jovem contemporâneo, mudar o mundo começa agora, então ele muda o mundo mais próximo.

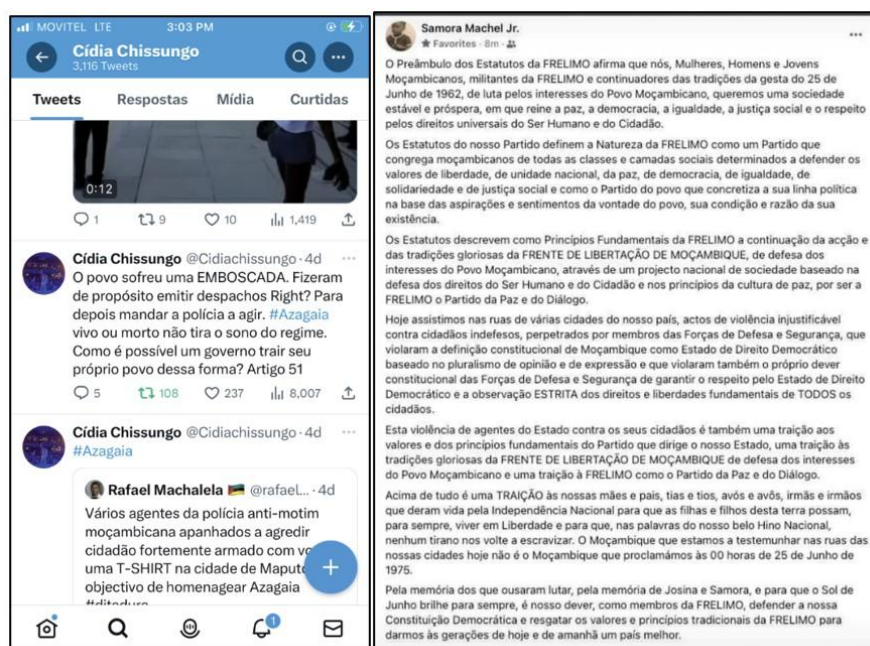
Outra marca da participação juvenil actual diz a respeito à sua localização dentro de uma organização, visto que o jovem valoriza a dimensão de indivíduo como algo fundamental e não está disposto a perder sua individualidade, como demonstraremos com exemplos na secção seguir. Isso o faz participar de organizações com outras características, muitas vezes, com um baixo grau de institucionalização. A participação juvenil actual pode ser aquela que dá ênfase a horizontalidade nos processos de planeamento e coordenação, como por exemplo, em grupos de trabalho, redes, etc. Dessa forma, os jovens buscam o respeito à autonomia e demonstram o receio a verticalização e ao centralismo dos Estados e seus governos.

Alguns exemplos nacionais de participação na política Moçambicana: Caso da Marcha do dia 18 de Março de 2023

Os exemplos que mostramos a seguir trazem consigo dois comentários, o primeiro comentário é de uma activista moçambicana Cidia Chissungu e o segundo comentário é do político moçambicano Samora Machel Jr. que em decorrência da “má”

actuação da polícia moçambicana carregam consigo um teor de protesto social através das redes virtuais. Estes comentários configuram-se ainda como um dos caminhos mais profícuos trilhados para a compreensão das dinâmicas e dos processos sociais, em que a morfologia dos processos políticos e de governação em Moçambique geram, o corpo simbólico e discursivo de um imaginário contemporâneo da representação social da exclusão. A música, a arte, a política e o ativismo social cruzam os territórios da crítica e do protesto social no diálogo sobre situações sociais, politicamente significativas. A partir da utilização de plataformas digitais, os indivíduos expressam diferentes visões sobre seu pensamento crítico aos acontecimentos políticos e de governação sociais na contemporaneidade.

Figura 2. comentários da activista moçambicana Cidia Chissungu e o do político moçambicano Samora Machel Jr. Membro do partido no poder, em resposta a actuação da polícia moçambicana



Fonte: imagens retiradas no Twitter e Facebook (22/03/2023)

Ainda com base nestas duas ilustrações podemos depreender que as redes virtuais servem participação política para acções que visem o estabelecimento de justiça social, da cidadania e direitos humanos e traz o potencial de ser um antídoto à tendência individualista que marca o tempo actual. Essas tendências, ao mesmo tempo apon-tam para uma mudança de formas mais “tradicionais” de uma política de classe para uma política do dia-a-dia (Butler e Princeswal, 2012). Nesse sentido as redes virtuais são como Matos (2008), refere um “conjunto de espaços físicos e imateriais em que os agentes sociais podem efectivar a sua participação no processo de comunicação pública sobre determinadas práticas que prescrevem o nosso quotidiano. A mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que Castells chama de autocomunicação, o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. Esta comunicação de massa processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo sobre determinados acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, este artigo bibliográfico analisou as redes sociais nas trajetórias de participação política e engajamento juvenil em Moçambique. Para Castells (2013) os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significados pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Nesse sentido, neste artigo vimos como o desenvolvimento das redes virtuais impulsionou a formação de novas identidades juvenis no Mundo e em Moçambique em particular na arena política, onde percebemos que em nossa sociedade, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da actividade humana, de acordo com os interesses e valores de actores habilitados. As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes virtuais são fontes decisivas de construção de um poder. Por outro lado, mostramos como as redes virtuais são novas tendências de jovens para a justiça social; de demonstração de solidariedade; da liberdade e que estão associadas ao princípio da autonomia, da constituição do sujeito, não individual, mas uma autonomia que está ligada a inserção social do indivíduo na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação pelas formas de actuação de um Estado com Democracia restringida.

De forma resumida esta análise vem atribuir à internet e às suas redes virtuais um papel decisivo na socialização política dos jovens e na formação de uma outra cultura alternativa de participação política e engajamento juvenil na política moçambicana. Estes movimentos e causas defendidas pelos jovens (activistas, músicos, representantes políticos etc.) na arena política nos últimos anos, têm sido uma característica inovadora de representar a presença colectiva em espaços públicos. Obviamente, que este palco da internet, por um lado pode ser pensado se aceitarmos o importante papel que é desempenhado pelos diversos actores sociais que fazem o uso dessas ferramentas digitais para diversos fins no quotidiano, e por outro serve de reconstrução de movimentos sociais conectados em rede ao afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, L.; McCabe, D.B. (2012). A co-constructed world: adolescent self-socialization on the internet. *Journal of Public Policy & Marketing*, v. 31, n. 2, p. 240-253, Fall.
- Braud, P. (2014). *Sociologie politique*. LDGJ.
- Baquero, M. (2016). *Democracia inercial na América Latina e formas para superá-la*. No prelo.
- Bourdieu, P. (1983). "Juventude: A palavra e o conceito". In: *Questões de Sociologia*. São Paulo: Marco Zero.
- Castells. Manuel. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- EISA (2021). *Estudo de Base sobre a participação e engajamento da juventude em processos políticos em Moçambique*. Maputo: EISA.
- Fenton, N. (2012). The internet and social networking. In J. P. Curran, N. Fenton, & D. Freedman (Eds.), *Misunderstanding the internet* (pp. 123-148).

Routledge.

Ferraz, C. P. (2019). A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos em redes on-line. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, 12(35), 46-69

Honwana, A. (2020). Que política e política para quem? Juventude e engajamento político em Moçambique. In D. M. do Rosário, E. Guambe, & E. de Salema (Orgs.), *Democracia multipartidária em Moçambique* (pp. 255-272). EISA Moçambique.

Lima, N. L. (2014). *A escrita virtual na adolescência: Uma leitura psicanalítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Gohn, Maria Da Glória. (2011). *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Universidade Estadual de Campinas:

Lamb, R.; Poster, M. 2003. Transitioning toward an internet culture: an interorganizational analysis of identity construction from online services to intranets. In: Wynn, E.; Whitley, E.; Myers, M.; Degross, J. (Eds.). *Global and organizational discourse about information technology*. Norwell, USA: Kluwer Academic Publishers.

Leadbeater, C. (2008). *A colaboração em massa* [Vídeo]. Vimeo. <https://vimeo.com/2415658>. Acesso no dia 22.03.2023.

Mabila, F. (2013). Understanding what is happening in ICT in Mozambique: A supply and demand side analysis of the ICT sector. Research ICT Africa.

Maia, R.; Castro, M.C.P.S. (Org.). 2006. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Matos, H. (2008). Engagement civique et participation politique: Controverses sur les TICs et le déclin du capital social. *Les enjeux de l'information et de la communication*, 1, 57-71. <https://doi.org/10.3917/enic.008.0500>. acesso no dia 22.03.2023.

Margulis, M.; Urresti, M. (1998). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos.

Musial, K.; Kazienko, P. 2011. Social networks on the Internet. *World Wide Web*, v. 16, n. 1, p. 31-72.

Sánchez, D. G. (2017). Antropologia reversa e tecnologias digitais no contexto da migração internacional. *Espaço Acadêmico*, 17(194), 17-30.

Soon, C.; Kluver, R. 2014. Uniting political bloggers in diversity: collective identity and web activism. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 19, n. 3, p. 500-515. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcc4.12079/pdf>. Acesso no dia 23.03.2023.

Tirso, Siteo. 2017. "Rap de protesto, ativismo digital e liberdade de expressão em Moçambique". IESE.

Tsandzana, Dércio. 2020. *Redes Sociais da Internet como "Tubo de Escape" Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique*. *Cadernos de Estudos Africanos*, 40, 167-189

Poupe Au, Franck. (2007). *Dominación y movilizaciones*. Córdoba: Ferreyra Editor.

INCM. 2023. Divulgados resultados do inquérito sobre utilização de telefonia móvel em Moçambique. Maputo. Disponível em: <https://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/563-divulgados-resultados-do-inquerito-sobre-utilizacao-de-telefonia-movel-em-mocambique> Acessado aos

02/03/2025.

OUTROS DOCUMENTOS LEGAIS:

Resolução n. 4/96, de 20 de Março Resolução n. 33/2006, de 21 de Setembro.

3Resolução n. 2/2008, de 30 de Maio.

**O RAP COMO EXPRESSÃO
DE RESISTÊNCIA:
ANÁLISE DA MÚSICA
“LIRICISMO DO VÂNDALO” DE
AZAGAIA NO CONTEXTO DO
(CRESCENTE) AUTORITARISMO
EM MOÇAMBIQUE**
Edgar Mundulai Armino Barroso

INTRODUÇÃO

Historicamente, a música tem servido como veículo privilegiado para a expressão de resistência contra estruturas de poder opressivas, particularmente em contextos onde canais de dissenso democrático encontram-se escassos, restritos ou vigiados (Eyerman & Jamison, 1998; Drewett & Cloonan, 2006; Peddie, 2006; Street, Inthorn & Scott, 2013). Este fenómeno é especialmente manifestado em Moçambique, onde o RAP emergiu como uma importante forma de contestação política e social desde a última década do século XX (Sitoe, 2013; Cossa, 2019; Mendonça Júnior, 2021).

Este ensaio foca-se na música “Liricismo do Vândalo”, da autoria do falecido rap- moçambicano Azagaia, nome artístico de Edson da Luz (1984-2023), tomando-a como estudo de caso para compreender as dinâmicas de resistência cultural frente ao crescente autoritarismo e às violações de direitos humanos em Moçambique. A análise busca demonstrar como o rótulo de “vândalo”, imposto pelas autoridades moçambicanas aos críticos do regime, é apropriado e ressignificado como símbolo de resistência pelo artista.

Com efeito, a adjectivação pejorativa da dissidência representa uma estratégia recorrente dos regimes autoritários contemporâneos, que preferem utilizar nomenclaturas deslegitimadoras como “vândalos” ou “marginais” para evitar confrontar as críticas substantivas apresentadas por movimentos sociais que os contestam (Douzi- nas, 2013; Della Porta, 2014). Muito na linha do dissenso em Rancière (2010), é precisamente esta dinâmica que Azagaia confronta, logo no início da música “Liricismo do Vândalo”, ao declarar “Eu me chamo de vândalo, como alguém me chamou”, assumindo deliberadamente o rótulo que lhe foi atribuído para esvaziá-lo do seu poder estigmatizante.

Contextualização: Moçambique (crescentemente) autoritário e o espaço para a dissidência

Para compreender adequadamente o impacto e o significado da obra analisada, faz-se necessário contextualizar, de forma resumida, o actual cenário político-social moçambicano. Após a sua independência de Portugal, em 1975, e o longo processo de guerra civil que se seguiu (1977-1992), Moçambique implementou, a partir de 1994, um sistema político multipartidário que tem mantido a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) - inicialmente um movimento anticolonial que se transformou num partido de orientação marxista-leninista em 1977 - como partido dominante (Newitt, 2017).

Moçambique tem passado por um processo gradual, mas sistemático, de consolidação do autoritarismo nas últimas décadas, apesar do seu enquadramento formal como um Estado de direito democrático. Este fenómeno manifesta-se na crescente concentração de poder no executivo, na fragilização das instituições democráticas, no cerceamento das liberdades cívicas e na repressão sistemática de dissidências (Barroso & Monjane, 2023). Com efeito, embora a Constituição moçambicana estabeleça princípios democráticos, na prática o sistema político caracteriza-se por uma forte centralização do poder no Presidente da República, que acumula prerrogativas amplas sobre o executivo e uma influência significativa sobre os poderes legislativo e judicial. O Parlamento, sempre dominado pelo partido governante, raramente exerce um papel fiscalizador efectivo, enquanto o sistema judicial sofre de interferência política, comprometendo a sua independência.

Nos últimos anos, essa captura das instituições públicas tem permitido a instrumentalização da legislação, onde normas e leis são aplicadas selectivamente para favorecer os interesses do Governo e neutralizar opositores. A subordinação do poder judicial às directrizes do executivo torna-se evidente quando casos de abuso de autoridade, corrupção e repressão policial são ignorados ou tratados com leniência (Mabote, 2017; Massimaculo, Oliveira & Durães, 2019; Leonardo, 2022).

Paralelamente, a crescente supressão da oposição e das vozes dissidentes reforça a natureza autoritária do regime. Movimentos opositores, activistas e jornalistas críticos ao Governo são frequentemente vigiados, intimidados ou detidos arbitrariamente. Casos de perseguição política, tortura e desaparecimentos forçados têm sido documentados por organizações de direitos humanos (Rafael & Dalmolin, 2024). O episódio de repressão brutal durante as manifestações de 18 de março ilustra como as forças de segurança operam com impunidade, enquanto o sistema judicial se omite (Barroso & Monjane, 2023).

A liberdade de imprensa, por seu lado, tem sido severamente restringida. Muitos meios de comunicação foram cooptados por interesses governamentais ou enfrentam pressão financeira e ameaças directas. Com efeito, jornalistas independentes sofrem ataques físicos, detenções arbitrárias e processos judiciais fabricados (Human Rights Measurement Initiative, 2019; Leonardo, 2022; Rafael & Dalmolin, 2024). Por conseguinte, essa atmosfera de censura tem comprometido o acesso livre da população a informações críticas sobre a gestão do país, por um lado, e a sua efectiva participação democrática nesse processo governativo.

Outrossim, Moçambique continua marcado por desigualdades socioeconómicas profundas, com uma pequena elite controlando a maioria dos recursos naturais e do poder político (Rantala, 2022). O modelo de desenvolvimento baseado em megaprojectos extractivistas tem levado ao reforço das desigualdades regionais e à remoção forçada de comunidades locais, aprofundando a precarização da população rural e exacerbando conflitos territoriais e os índices de pobreza (Eusébio, 2020; Libânio & Castigo, 2021). A resposta do governo a essas crises tem sido a militarização das regiões afectadas, o uso da força para reprimir mobilizações populares e a criminalização de líderes comunitários e activistas ambientais (Catsossa, 2020).

Portanto, foi dentro desse contexto de crescente autoritarismo que tem posto à prova a resiliência democrática em Moçambique (Maschietto, 2023) que emergiu a voz crítica de Azagaia, um rapper cuja produção artística se configura como uma contundente denúncia das injustiças que, na sua percepção, são perpetradas pelo Estado moçambicano. Nesse desiderato, a sua obra não apenas reflecte a indignação social, mas também simboliza a insurgência de uma geração de artistas que rejeita a cooptação pelo discurso oficial e reivindica, por meio da cultura urbana, um espaço de resistência e expressão das demandas populares, frequentemente marginalizadas em canais institucionais (Barroso & Monjane, 2023).

A ressignificação do termo “Vândalo” em Azagaia

Um aspecto central da obra analisada é a apropriação e ressignificação do termo “vândalo”. Com efeito, a estratégia de rotular manifestantes e críticos como “vândalos” é recorrente no discurso oficial moçambicano, visando deslegitimar demandas populares ao associá-las à desordem e ao crime. Azagaia subverte essa lógica quando, na música “Liricismo do Vândalo”, declara: “Vândalo, marginal, esse teu discurso já tem bolor”. Nesse desiderato, o rapper indica que tais categorizações representam uma

retórica desgastada do poder estabelecido. O artista avança na desconstrução desse rótulo ao afirmar “Se roubar é arte, eu sou artista”, numa crítica mordaz que estabelece um paralelo entre a suposta criminalidade atribuída aos cidadãos críticos e as práticas corruptas das elites políticas.

É pertinente abrir um parêntese para contextualizar o perfil do “vândalo” em Azagaia. Honwana (2012) ajuda a retratar a sua condição. Com efeito, muitos dos que são oficialmente rotulados de vândalos em movimentos sociais de protesto nas ruas de Moçambique são jovens que se encontram numa condição de espera prolongada, presos entre a juventude e a vida adulta sem alcançar plena independência económica e social por conta da incapacidade das políticas públicas nacionais que os possibilitem ingressar no mercado de trabalho formal, estabelecer uma estrutura familiar autónoma e obter reconhecimento social como adultos plenos. Essa espera prolongada - ou *waithood* - caracteriza-se, assim, por uma adolescência prolongada, marcada pela precariedade e instabilidade, onde a sobrevivência depende frequentemente de estratégias informais e improvisadas - conhecidas localmente como *nhongas*. Embora a expressão possa sugerir inação, Honwana (2012) ressalta que esses jovens não são passivos; pelo contrário, demonstram dinamismo e criatividade ao explorar alternativas de sustento e resistência.

No contexto moçambicano, essa realidade é especialmente visível, impulsionada por desafios estruturais que vão desde o fraco desempenho da economia nacional e a limitada capacidade do Estado em implementar políticas públicas eficazes, até a ausência de oportunidades concretas que possibilitem a mobilidade social. O sentimento de frustração decorrente dessa condição tem se traduzido numa maior politização da juventude, que, diante da incapacidade governamental de responder às suas aspirações, apropria-se das novas tecnologias, das redes sociais e de diversas expressões artísticas - como o RAP - para se organizar, articular discursos contestatórios e impulsionar mobilizações sociais. Essa insatisfação manifesta-se, por conseguinte, em protestos e reivindicações por reformas políticas, sociais e económicas, reflectindo o engajamento de uma nova geração que não se resigna ao papel de espectadora das decisões que afectam o seu futuro (Barroso & Monjane, 2023).

Ironicamente, os próprios jovens que vivenciam o *waithood* são os protagonistas das manifestações que, nos últimos tempos, têm tomado as ruas e avenidas de Moçambique. A sua contestação está directamente ligada à rejeição de um modelo político que perpetua desigualdades e adia indefinidamente as suas perspectivas de futuro. Ao contrário das gerações anteriores, que muitas vezes adoptaram uma postura mais resignada diante das dificuldades, essa juventude tem reivindicado maior espaço de participação, recusando-se a aceitar um sistema que, ao mesmo tempo em que falha na garantia de direitos básicos, investe na repressão sistemática como resposta às suas demandas (Dutra & Câmara, 2024).

Dessa forma, os jovens moçambicanos de hoje não apenas desafiam a perpetuação de um status quo que os marginaliza, mas reivindicam, com veemência, o direito de moldar o seu próprio futuro. Para eles, chegou o momento de romper com a lógica da espera e assumir o protagonismo na construção de um país mais justo, inclusivo e democrático. Nesse desiderato, a reapropriação de terminologias depreciativas representa uma tática comum de resistência simbólica, onde grupos marginalizados transformam estigmas em emblemas de orgulho e de identidade colectiva. Azagaia é peremptório nisso, ao concluir: “Este é o liricismo do vândalo / Eu vandalizo mesmo, não perco tempo com escândalo”.

“Liricismo do Vândalo” como Espelho da Marginalização da Juventude Moçambicana
A situação precária de larga maioria da juventude moçambicana encontra expressão no verso: “Eu sou o vândalo a quem vocês negaram pão e escola / Peço a tua carteira p’ra o meu filho não pedir esmola”. Este trecho evidencia como a marginalização socioeconómica e a falta de acesso à educação contribuem para ciclos de indigência e criminalidade em Moçambique (Jó, 2022), resultando também em processos de exclusão tanto das oportunidades económicas formais quanto dos processos de tomada de decisão política (Maleiane & Suaiden, 2011; Matias & Castro, 2023).

Em paralelo, o verso “Sem escola, sem escolha” sintetiza o determinismo social que muitos jovens moçambicanos enfrentam, sobretudo quando o Estado falha em prover serviços básicos e oportunidades de mobilidade social. Na visão de Azagaia, tal realidade acaba deslegitimando a criminalização, pelo mesmo Estado, das táticas de sobrevivência adoptadas por populações vulneráveis. Por conseguinte, o verso é uma reacção directa à abordagem punitivista do Estado moçambicano que, longe de resolver os problemas enfrentados pela juventude, reforça a estigmatização dos jovens marginalizados, perpetuando um ciclo de repressão e exclusão.

A denúncia das desigualdades socioeconómicas em “Liricismo do Vândalo”

A música em estudo apresenta, igualmente, uma contundente crítica às desigualdades socioeconómicas em Moçambique, evidenciadas em versos como: “P’ra Sommershield, 16 apartamentos de luxo/ P’ra Xipamashield, 16 amontoamentos de lixo”. Esta referência estabelece, por conseguinte, um contraste entre condomínios de luxo protegidos por empresas de segurança privada e os assentamentos precários onde vive grande parte da população moçambicana. Como apontam Stacciarini, Chaveiro e Azevedo (2022), o desenvolvimento urbano desigual em Maputo reproduz e intensifica padrões de exclusão herdados do período colonial. Não obstante, na actualidade a segregação espacial não é apenas resultado de processos históricos, mas também um fenómeno socioeconómico e uma manifestação física de estruturas de poder que determinam quem tem direito à cidade (Tvedten, 2018).

Mais adiante, Azagaia questiona: “Só empresários do partido fazem negócios em Maputo?”, denunciando a concentração de oportunidades económicas nas mãos de pessoas conectadas ao partido governante, a FRELIMO. Esta crítica alinha-se com as dinâmicas típicas do capitalismo clientelista em Moçambique, onde o acesso a recursos e oportunidades económicas frequentemente depende de conexões políticas (Cortês, 2018).

Exposição da criminalização dos protestos e da repressão estatal em “Liricismo do Vândalo”

Azagaia também denuncia, em “Liricismo do Vândalo”, a permanente repressão estatal aos protestos populares, exemplificada no verso: “E só porque minaram o serviço de manifestações sociais/ Não pensem que mataram os ideais”. Esta passagem faz referência às táticas de vigilância e bloqueio de comunicações durante os períodos de manifestações em Moçambique, que nem sempre conseguem dissuadir a sua realização. Também é feita referência, de forma subliminar, ao carácter desproporcional da actuação das forças de defesa e segurança. Com efeito, segundo o CDD (2024), o Governo moçambicano tem recorrido a diversas estratégias para limitar os protestos, desde a negação sistemática de autorizações para manifestações até o emprego

desproporcional de força bruta, que têm resultado em recorrentes mortes, feridos, detenções arbitrárias, sequestros e desaparecimentos de cidadãos. Com efeito, as violações mais comuns têm incluído a negação do direito à vida, da integridade física, da liberdade de manifestação, da liberdade de expressão e informação, e do direito à greve. Como se pode depreender, tais práticas representam violações dos direitos de reunião e expressão garantidos pela Constituição moçambicana e por tratados internacionais dos quais o país é signatário.

Particularmente significativo é o trecho final da música, onde Azagaia simula a voz de uma autoridade: “Mando parar/ Desgravar, não gravar, não passar/ Mando! Eliminar, fazer desaparecer/ E se alguma rádio tocar /Vai fechar, vai fechar, vai fechar!”. Esta representação dramatiza a censura e as ameaças dirigidas não só contra o próprio rapper, como também contra meios de comunicação independentes em Moçambique, documentadas em relatórios da Human Rights Watch (2021) e do MI-SA-Moçambique (2022) - uma evidência que espelha a intenção de sectores castristas dentro do Estado moçambicano em controlar a narrativa pública e evitar a propagação de críticas ao Governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio procurou demonstrar como a música “Liricismo do Vândalo” representa uma importante forma de contestação das estruturas autoritárias e das violações de direitos humanos em Moçambique. Através da apropriação e ressignificação do termo “vândalo”, Azagaia desafia as narrativas oficiais que criminalizam a dissidência.

Adicionalmente, a obra analisada ilustra o papel crucial da produção cultural como forma de resistência em contextos onde os canais convencionais de participação política estão restritos ou são ineficazes. Com efeito, “Liricismo do Vândalo” acaba sendo mais do que uma forma de expressão artística, tornando-se num acto de protesto político num contexto em que o Estado moçambicano, incapaz ou incompetente em garantir os direitos básicos dos seus cidadãos, criminaliza aqueles que, paradoxalmente, os demandam.

Assume-se que as tensões entre a expressão artística e o controle autoritário, que encontram expressão saliente em “Liricismo do Vândalo”, reflectem um embate constante entre liberdade de criação e a repressão estatal em contextos autoritários. Afinal, a arte, nas suas múltiplas formas, tem historicamente desempenhado um papel fundamental na denúncia de injustiças, na mobilização de consciências e na resistência contra estruturas opressivas. No contexto moçambicano, onde o espaço para o debate público é frequentemente reduzido ou eclipsado, o Rap como o do Azagaia torna-se um veículo essencial para dar voz às demandas populares e para expor as contradições do poder autoritário - reforçando, por conseguinte, a centralidade e a relevância política da arte.

REFERÊNCIAS

Barroso, Edgar & Monjane, Boaventura (2023). Azagaia, a Violência Estatal e a Geração 18 de Março em Moçambique. Disponível em <https://alicenews.ces.uc.pt/index.php?lang=1&id=42674>. Acesso em 2 de Abril de 2025.

Bussotti, Lucas & Chinguai, Júlio (2020). O rap de intervenção social em Maputo, Moçambique. *Estudos de Sociologia*, 1(26), 75-109.

Catsossa, Lucas (2020). Extrativismo, territórios comunitários e violência em áreas de mineração em Moatize, Tete-Moçambique. *Revista Interdisciplinar Em Educação E Territorialidade - RIET*, 1(1), 71-96. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/244418/36742>. Acesso em 2 de Abril de 2025.

CDD (2024). Situação dos Direitos Humanos no Ano de 2023: Lutar Pela Justiça e Direitos Humanos em Moçambique. Disponível em <https://clubofmo-zambique.com/wp-content/uploads/2024/08/Situacao-dos-Direitos-Humanos-no-Ano-de-2023-5-1.pdf>. Acesso em 3 de Abril de 2025.

Cortês, Edson (2018). Velhos amigos, novos adversários : as disputas, alianças e reconfigurações empresariais na elite política moçambicana. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/32314>. Acesso em 3 de Abril de 2025.

Cossa, Emilio (2019). Ritmo, alma e poesia: A história e as estórias do hip hop em Moçambique. Maputo: TPC Editora.

Della Porta, Donatella (2014). *Mobilizing for Democracy: Comparing Social Movements and Citizen Participation*. Oxford: Oxford University Press.

Douzinas, Costas (2013). *Philosophy and Resistance in the Crisis: Greece and the Future of Europe*. Cambridge: Polity Press.

Drewett, Michael & Cloonan, Martin (Eds.) (2006). *Popular Music Censorship in Africa*. Aldershot: Ashgate.

Dutra, Israel & Câmara, Júlio (2024). Crise política e repressão em Moçambique. *Revista Movimento*. Disponível em <https://movimentorevista.com.br/2024/11/crise-politica-e-repressao-em-mocambique>. Acesso em 3 de Abril de 2025.

Eusébio, Albino (2020). As Violências das Práticas Empresariais: mineração, deslocamentos compulsórios e resistências no vale do Zambeze, Moçambique. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 31(1), 220-248. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/244418/36742>. Acesso em 2 de Abril de 2025.

Eyerman, Ron & Jamison, Andrew (1998). *Music and Social Movements: Mobilizing Traditions in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

Honwana, Alcinda (2012). *The Time of Youth: Work, Social Change, and Politics in Africa*. Boulder: Kumarian Press.

Human Rights Measurement Initiative (2019). Ameaças à Liberdade de Expressão em Moçambique. Disponível em <https://humanrightsmeasurement.org/pt-pt/ameacas-a-liberdade-de-expressao-em-mocambique>. Acesso em 2 de Abril de 2025.

Human Rights Watch. (2021). Mozambique: Events of 2020. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/mozambique>. Acesso em 3 de Abril de 2025.

Jó, Ginó (2022). *Delinquência Juvenil em Moçambique*. Dissertação de Mestra-

- do. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Disponível em <https://comu>
- Leonardo, Sarmiento (2022). Liberdade de Imprensa em Moçambique: O caso de influência do poder político no judiciário. *REVES - Revista Relações Sociais*, 5(2), 1-14. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/359205942_Liberdade_de_Imprensa_em_Mocambique_O_caso_de_influencia_do_poder_politico_no_judiciario. Acesso em 2 de Abril de 2025.
- Libânio, Gilberto, & Castigo, Castigo (2021). A Desigualdade Regional e a Persistência da Pobreza em Moçambique, Explicadas na Perspectiva do Círculo Vicioso da Pobreza.. *Revista Brasileira De Estudos Africanos*, 6(11), 33-59. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/105168/64178>. Acesso em 2 de Abril de 2025.
- Mabote, Noa (2017). A problemática do uso excessivo ou indiscriminado da força na atuação policial em Moçambique. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/158101>. Acesso em 2 de Abril de 2025.
- Maleiane, Susana & Suaiden, Emir (2011). Inclusão, exclusão social e pobreza em Moçambique em pleno século XXI. *Inclusão Social*, 4(1), 67-75. Disponível em <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1645>. Acesso em 3 de Abril de 2025.
- Maschietto, Roberta (2023). “Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique”. *CEBRI-Revista*, 2(6), 155-175. Disponível em <https://cebri.org/revista/br/artigo/94/os-desafios-e-a-resiliencia-da-democracia-em-mocambique>. Acesso em 20 de Março de 2025.
- Massimaculo, Albino, Oliveira, Dijaci, & Durães, Telma (2019). Violências do Estado e Segurança Pública em Moçambique Pós-Independência. *Revista De Políticas Públicas*, 23(2), 882-905. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13098>. Acesso em 2 de Abril de 2025.
- Matias, Achegar & de Castro, Cantifula (2023). Marginalização e injustiça histórica em Moçambique: o impacto da exclusão de minorias étnicas no desenvolvimento. *Realis - Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais*, 13(3), 1-21. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/260254>. Acesso em 3 de Abril de 2025.
- Mendonça Júnior, Francisco (2021). “A cultura estava influenciada pelo idioma inglês”: A construção da identidade nacional no rap de Moçambique. *e-cadernos CES*, 36. Disponível em <http://journals.openedition.org/eces/6625>. Acesso em 20 de Março de 2025.
- MISA-Moçambique. (2022). Relatório sobre o Estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique 2021. Disponível em <https://misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/relatorio-2008/131-relatorio-sobre-o-estado-da-liberdade-de-imprensa-2021>. Acesso em 3 de Abril de 2025.
- Newitt, Malyn (2017). *A Short History of Mozambique*. New York: Oxford University Press.
- Peddie, Ian (Ed.) (2006). *The Resisting Muse: Popular Music and Social Protest*. Aldershot: Ashgate.
- Rafael, Júnior & Dalmolin, Aline (2024). “Mais de Cem Jornalistas Foram Agredidos nos Últimos Seis Anos”: Uma análise crítica sobre a Censura em Moçambique. *Revista Latino-Americana de Jornalismo*, 11(2), 89-108. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ancora/article/view/71662/40935>. Acesso em 2 de

Abril de 2025.

Rancière, Jacques (2010). *Dissensus: On Politics and Aesthetics*. London: Continuum.

Rantala, Janne (2022). *Grande Riqueza, Poucos Beneficiários: Percepções Locais da Gestão dos Recursos Naturais em Moçambique*. IESE. Disponível em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/10/research-report-portuguese-vers.pdf>. Acesso em 2 de Abril de 2024.

Sitoe, Tirso (2013). Música RAP e identidades na cidade de Maputo: Buscando pegadas e analisando discursos. *Agália - Revista de Estudos na Cultura*, 107(1), 51-65. Disponível em https://www.academia.edu/6961981/Rap_Music_and_Identities_in_Maputo_City_Following_Footsteps_and_Discourse_Analysis. Acesso em 20 de Março de 2025.

Stacciarini, João; Chaveiro, Eguimar & Azevedo, Helsio (2022). Maputo, the divided city: fragmentation and (re)qualification. *Sociedade & Natureza*, 1, 1-13. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sn/a/SdwWJVkdSBPFsrFCGdYrPvL/?format=pdf>. Acesso em 3 de Abril de 2025.

Street, John; Inthorn, Sanna & Scott, Martin (2013). *From entertainment to citizenship: Politics and popular culture*. Manchester: Manchester University Press.

Tvedten, Inge (2018). "It's all about money": urban-rural spaces and relations in Maputo, Mozambique. *Canadian Journal of African Studies*. Disponível em <https://www.cmi.no/publications/file/6522-its-all-about-money.pdf>. Acesso em 3 de Abril de 2025.

ANEXO

Liricismo do Vândalo (letra)

*Eu me chamo de vândalo, como alguém me chamou Mas pode me chamar como
 quiser seu doutor
 Eu não tenho nome
 Eu não tenho identidade
 E nem tenho certeza se sou gente de verdade Heee chama-me o que quiseres sô
 doutor Vândalo, marginal, esse teu discurso já tem bolor Se a tua vida é um arco
 íris, a minha é incolor Põe-te na minha pele se queres sentir a minha dor Mamei
 uma garrafa de tentação
 Pra ceder a tentação de apedrejar a tua mansão Enquanto só discutes, eu vivo
 essa inflação
 Da próxima que abrires a boca saís com uma inflamação Informação: Eu não sou
 mais um número na estatística
 Espero que percebas isso quando te roubo mais uma pisca (sim) Desista, se
 roubar é arte, eu sou artista (aye)
 Vejo-te no Estrela a procura duma pista
 Que se lixe o branco da paz, um gajo com fome é racista A única cor que tolero, é
 o vermelho da guita
 Por isso não me venhas com esse discurso marginalista Marginais existem
 porque alguém marginaliza (nada) Pra Sommershield, 16 apartamentos de luxo
 Pra Xipamashield 16 amontoamentos de lixo (ah) E ainda perguntas porque é
 que eu falo sujo?
 Pra que eu te respeite, dá-me o respeito que exijo!
 Só empresários do partido fazem negócios em Maputo? Nas minhas ruas também
 só os meus vendem o produto Traição é crime, aqui também paga-se com sangue
 Dou o primeiro tiro como dizem que fez Chipande
 Já tentei a vida nas terras do Rand
 Formei quadrilhas, vocês não são a única gang
 Vêm com vandalismo político, trazemos pneus e gasolina Fósforo, pedras, paus,
 ainda por cima
 A coisa vai doer, vais implorar por vaselina Djs dessa merda, pergunta o
 Rajoelina Este é o liricismo do vândalo
 Eu vandalizo mesmo, não perco tempo com escândalo E vou queimar as ruas com
 DJ Relâmpago
 Estou pronto pra queimar as ruas Nem que estejam no teu comando Estou
 pronto pra queimar as ruas Com DJ Relâmpago
 Estou pronto pra queimar as ruas*

Nem que estejam no teu comando Estou pronto pra queimar as ruas
As ruas
Põe-te a pau, senão alguém enfia-te um (aye)
Só na semana passada bro, linchamos mais um (porquê) Isto é bairro sub-urbano, polícia é o cidadão comum (ah) Fazemos as nossas leis, se vocês não fazem nenhum Mamparas!
Mamparas de duas caras, uma É cara do crime
Outra cara das câmaras
Eu já vos venho observando há muitos anos (aha) Discursam diarreia, trocam a boca pelo ânus (sério)? E a única maneira de eu estar onde vocês estão (yebo) É se os meus boxers entrarem em reunião
Nah, ponho as jeans só, pé na estrada
Na Mafalala vendo a planta pra alunos da Manyanga Da Armando Guebuza e da luta armada
Perdão, essa escola ainda não foi inaugurada
Eu sou o vândalo a quem vocês negaram pão e escola Peço a tua carteira pra o meu filho não pedir esmola Uma vez fui parar na gaiola
Entrei macho na Machava, mas não saí boiola (não) Jurei nunca mais meter o pulso na argola (luta)
Quando a coisa amarga, eu cuspo com a pistola Sem escola, sem escolha
A coisa mais ho-ho-nesta que fiz, foi insultar essa escória
E só porque minaram o serviço de manifestações socias (SMSs!) Não pensem que mataram os ideiais
E cada vez que vocês matam mais um Hélio Alimentam a minha ráiva com mais oxigénio (yeah)
Não preciso de Wikileaks pra queimar o vosso império (yeye) Nada melhor que ver o diabo a queimar no próprio inferno Gramo do estilo de música Fela Kuti
Anti-regime, e sei que a tua velha curti
A vida é uma merda, e eu não espero que ela mude De cheiro, mesmo que a moscaria mude
Estou pronto para queimar as ruas Antes que estejam no teu comando Estou pronto para queimar as ruas As ruas
A maior dificuldade não é responder O que esse povo pergunta
A dificuldade é perceber
O que está na mente desses vândalos, burros, corruptos, sujos, marginais Vândalos de novo
Nós não vamos baixar nenhum preço Nós não vamos, multiplicar nada

*Nós não vamos alterar nada
Nós não vamos, não dificultar nada Nossa tarefa é dificultar
Não é isso que queriam Queimar as ruas!
Vocês são vândalos, vândalos Vocês
São burros
Então, para melhor saberem Essa música nunca vai tocar Nunca vai tocar
Mando parar agora Mando parar
Desgravar, não gravar, não passar Mando! Eliminar, fazer desaparecer E se alguma rádio tocar
Vai fechar, vai fechar, vai fechar! Vocês são vândalos
Vocês são Vândalos Vândalos*

**RAÍZES DA DELINQUÊNCIA
JUVENIL NOS GUETOS DA CIDADE DE
MAPUTO: UM BREVE OLHAR
AO BAIRRO
DO CHAMANCULO “A”
Alfiado Luís Biosse**

INTRODUÇÃO

O bairro do Chamanculo “A” é um bairro periférico da cidade de Maputo, isto é, encontra-se nas margens do centro da cidade, possuindo características comuns aos demais bairros periféricos, tais como, ocupação desordenada do espaço (gerando problemas de saneamento), casas de construção precária, sendo que, as duas características retromencionadas estão intrinsecamente ligadas ao êxodo rural que no período pós-independência esteve associado à guerra civil. O bairro do Chamanculo “A” possui 10.014 habitantes dos quais 5.262 são homens e 4752 são mulheres, ademais, alberga indivíduos oriundos de todas as províncias do país e alguns estrangeiros movidos pela busca de oportunidades de emprego e trabalho (INE, 2017).

No entanto, o bairro do Chamanculo “A” é um ponto de cruzamento de várias culturas e grupos sociais, onde se reflecte a exclusão social, desemprego, baixa escolaridade, entre outros aspectos, sendo que, a delinquência juvenil tem que ver com o contexto social e ambiental em que os indivíduos estão inseridos, as interações que estabelecem com os outros, o conjunto de pressões sociais que recaem sobre os jovens da periferia, assim como, expectativas culturais ligadas a referência que buscam do centro da cidade e de outros contextos que servem como modelo (Park, 1952; Sutherland, 1972; Merton, 2017).

Contudo, neste ensaio faz-se uma reflexão sobre as causas da delinquência juvenil no contexto periférico (Chamanculo “A”), porém, sabendo que a mesma também ocorre em contextos diferentes. Todavia, com base no aporte teórico selecionado para produção deste ensaio, o contexto periférico é que permite uma melhor interpretação sociológica dos factos. Pois, neste contexto a delinquência juvenil manifesta-se de forma mais visível comparativamente ao centro da cidade, não obstante, os jovens do centro também se envolvem em comportamentos delinquentes, geralmente, associados ao espaço de pertença e a pressão para manter o status social. Portanto, a delinquência juvenil transcende as barreiras socio-económicas e carece de uma análise mais ampla que abarca as diversas influências que afectam os jovens em diferentes contextos.

1. Meio social como causa da delinquência juvenil: o bairro do Chamanculo “A”

A delinquência juvenil é uma das ameaças mais prementes para estabilidade ou normal funcionamento da sociedade nos nossos dias, embora, ela seja transversal a todos tipos de sociedade, neste ensaio, presta-se uma atenção especial a periferia da Cidade de Maputo, concretamente, ao bairro Chamanculo “A”.

Park (1952) argumenta que áreas urbanas com altos índices de delinquência juvenil frequentemente apresentam características sociais e económicas desfavoráveis, como pobreza, falta de oportunidades e desintegração familiar.

O bairro do Chamanculo “A” reúne um conjunto de condições sociais, tais como, renda familiar baixa e tipo de habitação que geralmente tem uma relação negativa com o agregado familiar, existência significativa de famílias desintegradas, onde os filhos/ as são criados e educados por um dos progenitores (o pai ou a mãe) ou nenhum deles (avós, tios, primos, irmãos mais velhos, etc.). Ademais, uma parte considerável dos seus habitantes têm baixo nível educacional e por inerência, menos oportunidades de emprego e de mobilidade social.

³ Importando destacar que existe uma diferença na forma como os residentes dos dois contextos lidam com a delinquência juvenil.

⁴ Considera-se indiciado todo indivíduo sobre quem recai suspeita ou acusação de ter cometido algum acto criminoso.

⁵ Consideram-se crimes registados aqueles detetados pelas autoridades policiais ou levados ao seu conhecimento por meio de denúncias e queixas. Importando salientar que muitos casos criminais não são denunciados ou participados e por consequência, ficam fora dos registos oficiais da polícia.

Na sequência, assumindo que o habitat social determina ou influencia o modo e o estilo de vida dos indivíduos (ibid.), as condições sociais supracitadas podem levar os jovens a se envolverem em comportamentos delinquentes como uma forma de

Na sequência, assumindo que o habitat social determina ou influencia o modo e o estilo de vida dos indivíduos (ibid.), as condições sociais supracitadas podem levar os jovens a se envolverem em comportamentos delinquentes como uma forma de adaptação ou resistência às suas circunstâncias.

Na Cidade de Maputo, “em 2023 os indiciados de < 21 anos cometeram menos 96 crimes (62,2%) se comparado com 2022. No mesmo também se registou uma redução do número de indiciados de 21+ anos em cerca de 25%” (INE 2023, p. 8). O que explicitamente revela uma tendência de redução de casos de delinquência juvenil na Cidade de Maputo, porém, igualmente, estes dados podem revelar uma descrença nos órgãos de administração da justiça manifesta na redução de queixas e denúncias na polícia ou nas procuradorias.

Particularmente, no bairro do Chamanculo “A” os jovens que optam por comportamentos delinquentes têm maioritariamente tido opções comuns, designadamente, venda e consumo de drogas e prática de crimes de roubo e furtos. Portanto, as várias formas de delinquência juvenil são produtos do meio social (periférico) em que os jovens estão inseridos (Park, op.cit), fortemente marcado pela repartição desigual de oportunidades para atingir os objectivos culturais generalizados (sucesso económico e bem-estar), consequentemente, alguns jovens residentes em bairros periféricos como o bairro do Chamanculo “A” acabam recorrendo ao que Merton cit in Machado (2008) designou por meios ilegítimos. Estes, que servem para aceder aos recursos que a generalidade dos indivíduos ambicionam alcançar (ibid.).

1.1. Da Periferia à Socialização para o Crime

O bairro do Chamanculo “A” como periferia, na perspectiva de Park e Burgess (2019) pode ser compreendido como o espaço mais afastado do centro (Central Business District) e, quanto mais afastado do centro, mais o território é desconsiderado, tornando-se espaço daqueles que sofrem o processo de segregação social.

Nas periferias, a família como primeira agência de socialização é um espaço de dificuldades, onde geralmente, o agregado familiar é maior e existem poucos ou apenas um membro economicamente activo, estando, geralmente, vinculado ao sector informal e cujos rendimentos não conseguem evitar a insegurança alimentar e demais carências básicas. Ademais, muitos jovens são educados num seio familiar desestruturado, sendo de salientar que, frequentam um ensino público que enferma de vários problemas, desde a qualidade das infra-estruturas até à carência de material didáctico.

No entanto, as instituições sociais como a família e a educação, são essenciais para a integração dos indivíduos na sociedade, pois proporcionam normas e valores que orientam o comportamento social (Durkheim, 1997). Destarte, quando elas funcionam adequadamente, ajudam a prevenir a delinquência e, por isso, no caso concreto do bairro do chamanculo “A”, pode-se olhar para delinquência juvenil como o corolário do funcionamento ineficaz das instituições sociais (a família e a educação) que não conseguem ser fortes o suficiente para a modelagem do comportamento socialmente aceite.

⁶ Não em idade economicamente activa, mas que realmente tenha alguma fonte de rendimento.

Na sequência da falha das instituições sociais básicas, onde também faz parte a religião, abre-se espaço para a influência dos grupos de pares, onde adolescentes e jovens buscam aceitação e pertencimento dentro de seus círculos sociais que podem promover tanto comportamentos socialmente aceites, assim como, comportamentos criminosos.

Olhando particularmente para o êxodo rural, muitos jovens deslocam-se à Cidade de Maputo em busca de várias oportunidades, dentre as quais se destaca à busca de emprego e trabalho, sendo que, na sua maioria são acolhidos em bairros periféri-

cos como o bairro do Chamanculo “A” por oferecer preços de aluguer de residências mais baixos e estar localizado nas margens do centro das oportunidades (a título de exemplo: a zona Baixa da Cidade de Maputo).

Contudo, deparando-se com as condições da periferia, nem todos jovens conseguem singrar na prossecução dos objectivos da sua vinda à Cidade de Maputo e, por consequência, acabam estando mais expostos a delinquência através de um novo processo de socialização. Sendo que, para Park (op.cit) a delinquência não é apenas uma questão de moralidade individual, mas um reflexo das condições sociais que moldam a vida dos jovens.

Sutherland (1972) através da teoria da associação diferencial sugere que o comportamento criminoso é resultado de processos de socialização e comunicação dentro de redes sociais que promovem valores e técnicas criminosas.

Assim sendo, os jovens da periferia, quer sejam imigrantes ou nativos em bairros como Chamanculo “A” são vítimas de políticas públicas que não promovem a inclusão e da falta de condições sociais para continuar os estudos e por consequência, não possuem as qualificações exigidas para aceder as oportunidades de emprego. Logo, para muitos jovens, resta-lhes como alternativa à associação á outros do mesmo grupo etário que já estejam envolvidos em actividades criminosas, ocorrendo a assimilação de técnicas específicas para cometer crimes e a busca de motivações e atitudes que justificam esses comportamentos (ibid.).

Contudo, a simples associação a grupos criminosos não é de per si suficiente para adopção de comportamentos criminosos pelos jovens, existem outros factores preponderantes tais como: a frequência das interacções, a duração, a idade e a intensidade (id., ibidem.).

No bairro do Chamanculo “A” os jovens passam a maior parte do dia nas ruas do bairro interagindo uns com os outros, sendo que, na época do verão, as noites têm sido o período preferencial dessas interacções, justificando-se o tamanho dos compartimentos das casa e o material de construção dominante (Chapas de zinco). Neste diapasão, os jovens e adolescentes têm uma boa frequência de interacções com os seus grupos de referência (os grupos criminosos), com uma duração significativa e que começa desde as idades mais novas e com muita intensidade para àqueles que são vítimas da desintegração familiar.

Portanto, em bairros periféricos como Chamanculo “A” onde a criminalidade é mais visível e, em alguns casos, normalizada, os jovens estão expostos a modelos de comportamento que legitimam a delinquência como uma forma de lidar com suas condições de vida.

2. O jovem do gueto e a pressão cultural para o sucesso

As causas subjacentes a delinquência juvenil nos guetos podem ser elencadas sob diferentes perspectivas e aportes teóricos, todavia, nesta fase do ensaio, a abordagem centra-se na Teoria de Anomia de Robert King Merton.

Através da abordagem de Merton (2017) pode-se encontrar a explicação para delinquência juvenil nos bairros periféricos, nas pressões sociais e nas expectativas culturais que influenciam seu comportamento.

O sucesso financeiro e o status social são amplamente valorizados entre jovens e adolescentes em todo mundo, muito por conta da globalização que para Giddens (2005, p.63) “é um fenómeno que está a mudar o modo como o mundo se parece e a forma como o vemos, significa que estamos a viver cada vez mais em um mundo

único...” Sendo que, a mesma foi bastante influenciada pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), permitindo que o jovem a partir do seu gueto pudesse buscar referências através dos meios de comunicação de massas, da internet e redes sociais (Facebook, Instagram, entre outras) sobre padrões de sucesso.

No âmbito da busca de padrões de sucesso, mormente o sucesso financeiro, os jovens sentem-se pressionados a alcançar as expectativas culturais impostas pela sociedade, a título de exemplo, vestir em função das tendências de moda (ostentando roupas de marcas renomadas e de alto custo monetário), seguindo os avanços tecnológicos (usar os últimos lançamentos de telemóveis, computadores, etc.), ter carros e casas de luxo, frequentar os melhores restaurantes e hotéis, entre outras expectativas culturais.

Todavia, Merton (op.cit.) ao desenvolver a teoria da anomia apresenta dois conceitos fundamentais: i) estrutura cultural e ii) estrutura social. O primeiro conceito tem que ver com a imposição a todos cidadãos a prossecução dos mesmos fins (riqueza/sucesso económico) e o último, está ligado ao conjunto das oportunidades reais que condiciona de facto a possibilidade dos membros da sociedade se orientarem para os objectivos culturais respeitando as normas institucionalizadas.

O jovem do gueto como o bairro do Chamanculo “A” onde a pobreza e a falta de oportunidades são prevalentes, experimenta-se a Anomia, ou seja, uma falta de alinhamento ou desconexão entre as metas culturais da sociedade e as normas institucionalizadas ou meios disponíveis para alcançá-las (ibid.). Machado (2008, p.113) acrescenta que “a estrutura social reparte desigualmente as possibilidades de atingir os objectivos culturais generalizados e induz, por isso, o recurso a meios ilegítimos para aceder aos recursos que a generalidade dos indivíduos ambicionam alcançar.”

Na sequência, em contexto periféricos como o bairro do Chamanculo “A” a desigualdade e exclusão social limitam severamente as opções dos jovens, levando a delinquência como uma forma de buscar reconhecimento e sucesso, a título de exemplo, muitos jovens residentes no bairro do Chamanculo “A” não reúnem as qualificações estipuladas para aceder as vagas de emprego altamente remuneradas e que os permitam viver o sonho do sucesso económico, estando eles numa sociedade que valoriza o consumismo e a riqueza e os meios legítimos inacessíveis (educação, emprego, acesso a financiamento, entre outras formas), está criado um ambiente em que a delinquência se torna uma resposta quase inevitável para muitos jovens que se sentem marginalizados.

Embora a insuficiência dos meios legítimos para alcançar as metas culturais seja mais saliente em contextos de bairros periféricos como o bairro do Chamanculo “A”, as discrepâncias a que Merton designou por Anomia reflectem as desigualdades e a exclusão social que estão patentes em quase todos tipos de sociedade, logo, numa sociedade utópica ou desejável onde os meios legítimos são suficientes para todos alcançarem as metas culturais, haveria uma perfeita harmonia. Ao passo que, nas sociedades em que vivemos, bastante marcadas pela anomia, há uma tendência a impulsionar o comportamento desviante por parte da juventude.

Não obstante, o crime não é a única forma de resposta a falta de oportunidades legítimas, Merton cit in Machado (2008, pp.114-115) “construiu uma tipologia de modos de adaptação à sociedade: comportamento conformista; comportamento desviante - inovação; comportamento desviante - ritualismo; comportamento desviante - retraimento ou evasão; por fim, comportamento desviante - rebelião.”

Os conformistas no contexto do gueto são os jovens que aceitam as metas cul-

turais e os meios legítimos disponíveis para alcançar o sucesso económico. Estes jovens, habitualmente, dedicam-se aos estudos, pois, vêem na educação um meio legítimo de atingir o sucesso económico, aplicam-se no trabalho informal (negócios) ou aprendem algum ofício (mecânica, marcenaria, seralheria, etc). Sendo que, na sua maioria, estes jovens sofreram uma influência positiva de instituições sociais como a família, a educação e a religião.

Os jovens inovadores são aqueles que aderem aos fins culturais (sucesso económico), mas não aos meios (educação, emprego ou trabalho), estes têm tipicamente sido os delinquentes, porque adoptam meios ilegítimos (roubo, furto, burla, fraude financeira, tráfico de drogas, entre outros tipos legais de crimes) para alcançar o sucesso económico e estar em altura de consumir bens e serviços que garantem algum prestígio social e, aparentemente, são inatingíveis por meios convencionais.

Os ritualistas são jovens que renunciam aos fins culturais, porém, seguem rigidamente os meios legítimos, geralmente, são aqueles que mesmo vivendo em bairros periféricos como Chamanculo “A” conseguem ter alguma formação e enquadramento no mercado de emprego, mas não conseguiram aceder as profissões que conferem algum status e prestígio sociais. “É o comportamento típico do funcionário público “vir-tuoso burocrático”, que se limita a ir de casa para o trabalho, nada mais ambicionando do que a segurança no trabalho e o ordenado ao fim do mês” (ibid., p.115).

Os jovens retraídos ou evasivos são aqueles que abrem mão tanto das metas culturais, assim como dos meios, quer sejam legítimos ou ilegítimos, por conta da pobreza e falta de oportunidades nos guetos alguns jovens vivem em frustração e desespero, vivem à margem da sociedade e acabam por adoptar comportamentos autodestrutivos. Isso pode incluir o uso de substâncias psicoactivas (drogas e bebidas alcoólicas) ou a adesão a grupos que não seguem as normas sociais, resultando em uma maior propensão à delinquência.

Por último, com base na tipologia avançada por Merton, encontramos os jovens rebeldes:

Comportamento desviante - “rebelião”: nesta forma de adaptação à sociedade os indivíduos posicionam-se à margem da estrutura social e em oposição aos padrões culturais dominantes. Ocorre uma luta deliberada contra os valores, as normas, a ideologia e a moral que servem de modelo aos objectivos culturais e aos meios institucionais, provocando situações de conflito em que se exige a mudança da sociedade (por exemplo: manifestações sociais mais ou menos violentas, terrorismo, ameaças à paz e ordem pública, práticas políticas que aspiram a uma transformação revolucionária da sociedade). O desemprego, a miséria e a exclusão social fomentam este comportamento (id., ibidem.).

Bairros como Chamanculo “A” são uma reserva de jovens desempregados que vivem na miséria e sentem-se excluídos dos processos de desenvolvimento económico, político e social do país, consequentemente, estão mais predispostos a aderir à qualquer tentativa de alteração do status quo (por exemplo: Moçambique após a realização das eleições gerais de 9 de Outubro de 2024 assistiu a um processo de manifestações pós-eleitorais, bastante aderidas pelos jovens dos guetos com destaque para o bairro do Chamanculo “A”, sendo que a sua adesão não se circunscreve a reivindicação dos resultados eleitorais, mas sim, a precariedade em que vivem e que está marcada pela inacessibilidade de meios legítimos para alcançar as metas culturais, portanto, o sentimento de privação que paira no seio dos jovens dos guetos é que acaba gerando reacções violentas que ameaçam a ordem, segurança e tranquilidade públicas).

Entretanto, todos modos de adaptação à sociedade que se diferem daquele que Merton tipificou como conformista, produzem a anomia, potenciando a desorganização social. Assim, a compreensão da delinquência juvenil em bairros periféricos como Chamanculo “A” revela a complexidade das interações entre estrutura social e metas culturais em um contexto onde as escolhas pessoais são moldadas por um contexto social em que as oportunidades são limitadas e as expectativas são elevadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio propôs-se a apresentar uma reflexão sobre as causas (raízes) da delinquência juvenil nos bairros periféricos (guetos), tendo restringido a sua observação ao bairro do Chamanculo “A” na Cidade de Maputo. Tendo revelado a importância de considerar tanto as condições sociais (do bairro) quanto as pressões culturais (sucesso económico) que afectam os jovens.

No bairro do Chamanculo “A” - características como pobreza, falta de infra-estruturas, desigualdades e exclusão social criam um cenário onde a delinquência juvenil é quase inevitável. A desintegração das redes sociais e a ausência de oportunidades de emprego e educação são factores que contribuem para o aumento da criminalidade entre os jovens. Outrossim, os jovens do Chamanculo “A” sofrem pressão cultural para ter sucesso e obter bens materiais (roupas de marca, celulares com tecnologia de ponta, viaturas, casa dos sonhos, entre outros) enquanto os meios legítimos para alcançar essas metas são frequentemente limitados ou concentram-se no que Park designou por Central Business District. Por consequência, pode haver adaptação por meio do que Merton designou inovação, onde os jovens buscam caminhos alternativos, muitas vezes ilegais, para alcançar o que a sociedade valoriza.

Na sequência, entender as interconexões entre o contexto social e as pressões culturais é essencial para desenvolver políticas públicas eficazes que abordam as raízes do problema da delinquência juvenil no contexto da periferia (pobreza, desintegração familiar, desemprego, ineficiência da educação como instituição social útil, falta da religião como guardião da moral) e ofereçam oportunidades reais e alternativas viáveis para os jovens em situações de vulnerabilidade (desenvolver programas de inclusão e apoio: formação técnico profissional, promoção de actividades recreativas e desportivas que permitem reforçar os laços sociais e quebrar o ciclo de adesão aos grupos de pares que promovem práticas e técnicas criminosas).

Portanto, na senda do supracitado, há necessidade de desenvolver estudos que concentrem-se no impacto das políticas públicas em relação a violência estrutural em contextos periféricos com destaque para melhoria da estrutura de oportunidades legítimas para os jovens dos guetos cujas narrativas estão fortemente atreladas a uma ideia de exclusão, tendo potencial de gerar reacções violentas (vandalismo) na busca por uma suposta inclusão, conforme atesta o contexto posterior as eleições gerais de 9 de Outubro de 2024. Outrossim, há necessidade de desenvolver estudos comparativos sobre as dinâmicas da delinquência juvenil em contextos periféricos versus o centro da cidade. E, as questões que ficam são: i) existe uma sociedade sem desigualdades sociais? ii) Como se pode evitar que a exclusão social produza jovens delinquentes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Durkheim, E. (1997). *The Division of Labor in Society*. Trans. W. D. Halls, intro. Lewis A. Coser. New York: Free Press.
- Giddens, A. (2005). *Sociologia*/Anthony Giddens; Tradução Sandra Regina Netz. 4ª ed. Porto alegre: Artmed, 2005.
- Instituto Nacional de Estatística (2017). *Anuário Estatístico da Cidade de Maputo*.
- _____ (2023). *Estatísticas de Crime e Justiça 2023: Cidade de Maputo*.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Afrontamento
- Merton, R. K. (2017). *Social Structure and Anomie*. *American Sociological Review*, 3(5). <http://selfteachingresources.pbworks.com/f/Social+Structure+and+Anomie++Merton.pdf>.
- Park, R. E. (1952). *Human Communities: The city and human ecology*. Free Press, 2(278). https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=park+1952+human+communities+the+city+and+human+ecology&btnG=#d=gs_qabs&t=1737062913260&u=%23p%3Dv6bCdnBbZLgJ.
- Park, R. E. e Burgess, E. W. (2019). *The City; with a forward by Robert J. Sampson*. Chicago: The University of Chicago Press. https://books.google.com/books/about/The_City.html?hl=pt-BR&id=1CNDwAAQBAJ.
- Sutherland, E. H. (1972). *The Theory of Differential Association* (In: Sutherland, E. H. (1947). *Principles of Criminology*. 4ª ed. J.B. Lippincott Company. <https://www.degruyter.com/document/doi/10.7312/dres92534-039/html>.



NATIONAL
ENDOWMENT
FOR
DEMOCRACY

SUPPORTING FREEDOM AROUND THE WORLD